

AUGUSTO MASSARI

Os italianos em Moçambique na época portuguesa  
(1830-1975)

Imprensa Universitária  
Fundação Universitária

**Ficha Técnica**

<b><i>Título original:</i></b>	Gli italiani nel Mozambico portoghese (1830 - 1975) L'Harmattan Italia, Torino 2005
<b><i>Tradução do texto original:</i></b>	Maria do Rosário Ventura Leite Davolio Marani Mário Pindula
<b><i>Revisão do texto em português:</i></b>	Matteo Angius
<b><i>Editor:</i></b>	Imprensa Universitária
<b><i>Maquetização e Impressão:</i></b>	Imprensa Universitária
<b><i>Capa:</i></b>	Sérgio Tique
<b><i>Número de Registo:</i></b>	???
<b><i>Tiragem:</i></b>	500
<b><i>Data de Publicação:</i></b>	Julho 2005
<b><i>Com o patrocínio da:</i></b>	

*a Silvia, por tudo!*



## *Apresentação*

O belo livro de Augusto Massari consiste numa cronologia importante que nos recorda a todos como a África e a Europa possam ter, de uma certa forma, um destino comum.

O Continente Negro terá, daqui a vinte e cinco anos, um bilião e meio de habitantes, será uma grande reserva de recursos humanos, uma região onde 50% da população tem menos de 25-26 anos e rico de matérias-primas e recursos que deveriam ser melhor explorados. Será também o mais vasto e mais e inexplorado mercado do mundo.

Uma África dos jovens, uma África das oportunidades para a qual devemos olhar com a mesma atenção que damos aos “tigres” do Sudeste asiático.

Só que da nossa parte existe o silêncio. Ou então fala-se de África somente a propósito de penúria, guerras, má-nutrição. Há sempre a tentativa de descrever África como um lugar de catástrofes.

Um dia, encontrava-me em Moçambique, e perguntaram-me se o Instituto Italiano de Restauração podia ajudar os especialistas moçambicanos empenhados na reparação das igrejas barrocas portuguesas.

“Estiveram aqui durante quinhentos anos, explicaram-me, fazem parte da nossa história e a sua permanência é também uma riqueza do nosso mundo.” Naquele dia compreendi que estava germinando uma mudança cultural nas relações entre África e Europa. Que não se verifica, na verdade, somente em Moçambique.

Este país está tradicionalmente ligado à política italiana, desde a luta de libertação até à paz. Identificámo-lo como *partner* no processo Nepad (*New Partnership for Africa Development*) porque grandemente empenhado na via da democracia e com um sistema multipartidário seme-lhante ao europeu. A pesquisa de Massari mostra as raízes destes vínculos.

O livro de Massari é o primeiro que aborda a questão dos italianos imigrados para Moçambique.

O que faz uma fábrica de cerveja em Moçambique? Tudo pode acontecer, se não estivéssemos em 1917 e a fundá-la não tivessem sido dois italianos. Cerveja “A Nacional”, a marca a partir

da qual se desenvolverá a indústria desta bebida no País, tornando-a numa das actividades empresa-riais de maior rendimento.

Esta e outras notícias encontram-se “vasculhando” no livro de Massari sobre a presença dos italianos em Moçambique. Mais de dois anos de pesquisa histórica feita em diversos arquivos demonstram que esta presença não se limita aos últimos cinquenta anos.

Sem importunar o marinheiro bolonhês Lodovico de Varthema que em 1507 aporta na Ilha de Moçambique e escreve “arranjámos um guia na referida ilha (...). E por este caminho encontrámos muitos elefantes em manada (...) demos-lhes caça até ao monte”, encontramos uma consistente presença italiana já em 1830, com as famílias Fornasini e Albasini. Na primeira, Carlo Antonio é considerado até hoje um dos mais importantes botânicos de Moçambique. A segunda deu a Moçambique jornalistas importantes e o nome a um bairro: “bairro Albasini”. Ambos, Fornasini e Albasini, são apelidos ainda difusos na capital.

Nas costas da baía de Maputo pratica-se a pesca “de arrastão”: uma técnica que pressupõe uma baixa profundidade da água. Um método bem conhecido aos marinheiros da região Marche. E que uma vintena de jovens, partidos de Porto Recanati em 1899, ensinaram em *Delagoa Bay*.

No centro de Maputo há uma pequena rua: a “travessa do Varietà”. Recorda o teatro com o nome italiano (“*Varietà*”), o primeiro da cidade e inaugurado em 1912. Foi construído por Pietro Buccellato. Aí foi representado “*Il Barbiere di Siviglia*” de Rossini e exibiu-se o coro da *Capella Sistina* em 1926.

E seria um crime esquecer todos os outros nossos compatriotas que honraram o nome da Itália e que amaram Moçambique. Primeiro entre todos os evangelizadores, os missionários da Consolata, chegados em 1925, os combonianos, em 1946, os padres dehonianos e os frades capuchinhos, no ano sucessivo.

Trata-se de uma contribuição que, para além de dar mérito à dinamicidade e espírito criador italiano, traduz os já fortes laços de amizade existentes entre Itália e este País, em vicissitudes humanas, pequenas na história de um país mas intensas e coloridas na aventura quotidiana.

Sen. Alfredo Mantica  
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros  
*Roma, 21 de Junho de 2005*

## *Prefácio*

Augusto Massari indagando sobre as vicissitudes de muitos italianos, que desde tempos remotos passaram ou se estabeleceram em Moçambique, tenciona, em primeiro lugar dar a conhecer o país que o acolheu e parece tê-lo conquistado. Desta hospitalidade sentida, nasceu a sua curiosidade e interesse pelos italianos que desde o século XIX chegaram a este País longínquo e periférico em relação às rotas habituais dos movimentos migratórios. A narrativa das façanhas dos italianos em Moçambique parece confirmar como em cada época e em circunstâncias diversas prevaleceram entre viajantes, aventureiros e emigrantes a curiosidade, simpatia e uma empatia recíproca. Assim, na história recente de Moçambique, os italianos foram geralmente identificados com a luta do povo moçambicano pelo reconhecimento da plena dignidade humana e política.<sup>1</sup> O trabalho que aqui se apresenta tem o mérito de traçar os mapas de uma memória histórica para nada secundária, tanto para Itália, como para Moçambique. É a memória de relações que continuaram através dos tempos, desde os primeiros viajantes aventureiros, ao trabalho italiano, à cooperação pós independência, trabalho e empenho que criaram uma estratificação significativa de relações, de expectativas e de interesses recíprocos.

Dos primeiros viajantes que a Moçambique chegam por desejo de aventura de “ver países menos frequentados pelos nossos” como escreve um deles Ludovico de Varthema, o misterioso personagem do início do século XVI sobre o qual se sabe pouquíssimo e o pouco que se sabe é que certamente é bolonhês.<sup>2</sup> Seguem-se depois, a partir do século XIX, artesãos, construtores, gestores de restaurantes, transportadores, gente de teatro, ou seja, toda a tipologia do italiano *homo faber*: carpinteiros, pedreiros, mecânicos, engenheiros, pescadores, agrónomos e também empre-

---

<sup>1</sup> Uma inesquecível amiga de Moçambique, Lisa Foa, aí chegada pela primeira vez em 1979, saboreou as qualidades essenciais da sua população e aquelas que mais conquistaram os viajantes de cada época e condição: " a gente era cortês e hospitaleira -boa gente, como eram tradicionalmente chamados os habitantes destas terras – desde sempre contrária aos contactos e intercâmbio com outras populações", L. Foa, *E' andata così*, Sellerio, Palermo 2004, p.149.

<sup>2</sup> Ludovico De Varthema, *Itinerario*, F. A. Bindone e M. Pansini, Veneza 1535, Bolonha, Biblioteca dell'Archiginnasio.

Veja-se também A. Vanzan , *Ludovico de Varthema in Bologna e il Mondo Oltre l'Europa, Viaggiatori bolognesi in cerca dell'Altro*, Município de Bolonha, Centro Amílcar Cabral, Bolonha 2000 Cidade Europeia da Cultura.

sários de todo o tipo e sector. Um capítulo, só por si, merece a presença missionária e não só pela importância que assume particularmente no norte e na Zambézia, mas também pelo papel que os missionários de ordens e congregações italianas desempenharam na promoção da escolaridade, no incentivo à aprendizagem de artes e ofícios e no introduzir e promover sistemas cooperativos para melhorar a produção a favor da emancipação das populações rurais.

O trabalho de pesquisa foi principalmente efectuado no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), por muito tempo dirigido por Inês Nogueira da Costa e depois por Joel das Neves Tembe que com a ajuda de um grupo competente de investigadores fizeram e fazem um trabalho extraordinário de consolidação e divulgação do consistente património documentário. O Arquivo é, não obstante as dificuldades logísticas e financeiras, um dos mais organizados e acessíveis em África. Promoveu a publicação de valiosas investigações e a revista *Arquivo*, todas actividades de relevo que mereciam por parte da Cooperação italiana um apoio que no passado deu bons resultados. Recordo-me que o AHM é por lei depositário da documentação relativa aos Acordos Gerais de Paz e, isto é, dos documentos produzidos no biénio que se inicia com o 4 de Outubro de 1992 (data da assinatura dos acordos em Roma) e que termina com a investidura dos deputados eleitos para a Assembleia da República (8 de Dezembro de 1994), documentação de relevo histórico e político pela centralidade do papel desempenhado pela diplomacia italiana.

A leitura desta obra abre numerosas pistas de investigação para aprofundar o contexto histórico e político que induz muitos imigrados de origem italiana a permanecer e em muitos casos a escolherem Moçambique como a sua pátria e isto não só na época colonial, quando quem era de origem europeia gozava certamente de privilégios em relação à população autóctone, mas também após a independência e até aos nossos dias. Assim a complexa vicissitude missionária deverá ser contextualizada e analisada à luz das recentes pesquisas sobre o papel das igrejas protestantes e da católica relativamente aos diversos períodos da administração colonial e sucessivamente após a independência.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A. Helgesson, *Church, State and People in Mozambique: a historical study with special emphasis on Methodist developments in the Inhambane region*, Uppsala 1994; Teresa Cruz e Silva, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974), the Case of the Swiss Mission*, P.Scltwein Publishing, Basel 2001. O recente volume de Pedro Ramos Brandão,

O sexto capítulo do livro recorda a tragédia do torpedeamento, em 28 de Novembro de 1942, do navio britânico *Nova Scotia* que de 1.200 embarcados transportava 769 prisioneiros italianos provenientes do Corno de África e principalmente da Eritreia, com destino aos campos de concentração na África do Sul. Salvaram-se só 119 italianos e 64 britânicos. Sobre o assunto muito se escreveu, mas há ainda muito por descobrir. A publicação do epistolário de Pia Maria Pezzoli,<sup>4</sup> mulher de João B. Ellero, admitido no Ministério da África Italiana em Maio de 1936 e imediatamente enviado para a Eritreia, que morreu no naufrágio, abre novas pistas para pesquisa de arquivos e documentação privados que poderiam esclarecer os pontos ainda obscuros daquele trágico evento.<sup>5</sup>

Entre os tantos italianos e descendentes de italianos importantes para a história de Moçambique gostaria de recordar sobretudo três personagens pertencentes a épocas diversas, mas todos igualmente património positivo de uma história partilhada. Da linhagem dos Albasini descendem alguns dos primeiros intelectuais que contestam as formas de domínio e da discriminação colonial: os irmãos Albasini dos quais João Albasini fundador do Grémio Africano em 1908 e depois do jornal *O Africano*, seguido em 1917 pelo *O Brado africano* a primeira associação e os primeiros órgãos de imprensa em defesa dos interesses dos africanos. Foi no *O Brado Africano* que João Albasini denunciou o carácter discriminatório da lei sobre a assimilação promulgada em 1919 pelo Governador Geral

---

*A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique*, Notícias editorial, 2004 limita a análise prevalentemente a dados estatísticos, às relações com Portugal e à figura e vicissitudes do bispo de Nampula, Vieira Pinto.

<sup>4</sup> G. Dore , *Scritture di colonia. Lettere di Pia Maria Pezzoli dall'Africa orientale a Bologna (1936-1943)*, Instituto dos Bens Artísticos, Culturais e Naturais da Região Emilia-Romagna. Superintendência para os bens livres e documentais, Patron editore, Bolonha 2004, Na carta enviada a Pia Pezzoli Ellero de Lourenço Marques em 28 de Março de 1943 por um dos sobreviventes, Carlo Formai, lê-se: "poucos minutos antes do desastre estava em companhia do Suo marido... no momento do desastre vi-o e chamei-o, respondeu-me "coragem"... depois lancei-me à água e depois de cerca de oito horas encontrei uma prancha onde passei a noite e o dia seguinte e depois fui salvo pelo navio português que nos veio socorrer. Após os primeiros tratamentos ocupei-me e preocupei-me sobre o destino de Seu marido e vim a saber depois por um seu amigo, Carlo Dominioni, correspondente do ex-Corriere Eritreu que o Doutor, na mesma noite às 20 (o naufrágio teve lugar às 9,24 da manhã) estava com outros agarrado a uma jangada, havia nele uma calma absoluta, incitava os companheiros a resistirem e o que mais me chocou o coração: o pobre Doutor rezava, rezava transmitindo assim este sentimento também aos outros, depois chegou a noite, o mar ficou agitado, talvez transportados pelas correntes diversas começámos a afastar-nos e a partir daquele momento para muitos e muitos aconteceu o irreparável", ob. cit , p. 194-95

<sup>5</sup> Ellero além de ser um funcionário colonial era um, estudioso que mantinha correspondência científica com o orientalista Carlo Conti Rossini. Veja-se Uoldelel Chelati Dirar, A. Gori, I. Taddia, *Lettere tigrine. I documenti etiopici del Fondo Ellero*, Turim, l'Harmattan 2000; C. Dore, *Carte coloniali. I documenti italiani del fondo Ellero*, Turim l'Harmattan, 2000

da Colónia Pedro Francisco Massano de Armorim. João e o irmão José Francisco, também ele um conhecido jornalista, eram mistos como já o seu pai, alias João era “quase preto”, “cafuso”<sup>6</sup>, mas era indubitavelmente segundo o testemunho de Raul Bernardo Honwana. “um dos maiores jornalistas e escritores que eu conheci”.

Nos anos 60, quando a negação da independência leva ao organizar-se nas colónias portuguesas de movimentos de libertação nacional, Giuseppe Soncini torna-se o principal e o mais apaixonado animador daquela rede de solidariedade que fez cabo à administração de Reggio Emilia e que desde o início dos anos 60 se activou em apoio à independência de Moçambique e fê-lo com acções concretas através da gemelagem (palavra que desde então passou a fazer parte da língua portuguesa em Moçambique) entre o *Arcispedale Santa Maria Nuova* e o Hospital Central de Cabo Delgado, controlado pela Frelimo e de uma inestancável acção de pressão e promoção do desenvolvimento do País.<sup>7</sup>

Por fim, o “grande Próspero” como os amigos o chamavam, o padre Prosperino, chegado à Zambézia nos anos 50 com os Capuchinhos de Bari, imediatamente defensor dos direitos dos pobres, organizador depois da Independência da *União Geral das Cooperativas*, animador de mil iniciativas para favorecer o crescimento e o desenvolvimento económico e social das populações mais à margem do acesso aos recursos. Certamente o italiano mais conhecido e amado pelos “pobres mais pobres” do caniço, todavia em nada seguidor de ideologias pauperísticas, mas homem cuja missão era o concreto do fazer, produzir, mandar para a escola, para dar instrumentos de emancipação aos mais vulneráveis, mulheres, jovens, homens desempregados. Prosperino representou a síntese do melhor do italiano em terra de África: *homo faber*, para além de homem de fé, que o era por escolha. Sanguíneo, mas sem retórica e inimigo dos fundamentalismos, Prosperino julgava os homens e as mulheres de acordo com o seu empenho concreto para resolver os problemas da pobreza, acreditava e praticava a religião do trabalho e da responsabilidade. Italiano? Após décadas em Moçambique, do qual se afastava dificilmente e só para visitar a mãe anciã, Prosperino naquela sua língua mestiçada com expressões italianas, portuguesas,

---

<sup>6</sup> Raul Bernardo Honwana, *Memórias*, Edições ASA, Maputo 1989, p.70, farrusco na subtil distinção de cor na época colonial era um termo pejorativo, indicava um misto muito escuro, quase negro.

<sup>7</sup> C. M. Lanzafame, C. Podaliri, *La stagione della solidarietà sanitaria a Reggio Emilia: Moçambique 1963-1977*, L'Harmattan Itália, Turim 2004

inglesas, *ronga* e quanto mais, ter-se-ia declarado pertencente à “etnia humana”, porque no fim todos nós somos a síntese de culturas familiares e sociais que se entrançam e se compenetraram com os percursos e as escolhas da nossa história pessoal e das gentes com quem e para quem passamos a nossa vida.

Anna Maria Gentili  
*Alma Mater Studiorum*, Università di Bologna

*Bolonha, 12 de Junho de 2005*



## *Introdução*

Para quem nunca esteve em Moçambique (mas também para quem aí vive há muito tempo) é difícil imaginar que nessa terra passaram, desde o século XIX, muitos italianos que aí procuravam fortuna ou chegaram por um acaso de azar. Os laços entre Itália e a ex-colónia portuguesa começaram, portanto, muito antes dos anos Sessenta do século passado, época em que normalmente somos levados a considerar os primeiros contactos estáveis dos italianos com este País.

A presença dos italianos deixou sem dúvida um marco no decurso dos anos. É de facto suficiente – para mim que aí vivi quatro anos foi-o sem dúvida – um pouco de atenção aos pormenores para notar que em Maputo (Lourenço Marques da época portuguesa), mas também noutras cidades e províncias, como Inhambane, Beira, ou Niassa, a Zambézia, nomes de ruas, hotéis, bairros e edifícios, para além da memória viva das pessoas, transportam a recordação da sua passagem.

Assim, por exemplo, em quantos, caminhando na zona da *baixa* de Maputo e percorrendo a *rua de Bagamoyo*, cruzam a *travessa do Varietà*, nasceu espontâneo o desejo de descobrir de onde provem a palavra “*varietà*”, até descobrir que “*Varietà*” era o nome do primeiro teatro construído em Lourenço Marques, graças aos irmãos Pietro e Giuseppe Buffa-Buccellato? Visitando, depois, a belíssima cidade de Inhambane, *terra da boa gente*, e dando-se conta da existência do *palácio Fornasini*, quantos sabem, de facto, que o bolonhês Carlo Antonio Fornasini, chegado a Moçambique em 1830, pioneiro da presença italiana, foi também presidente da Câmara Municipal daquela cidade por volta de 1850 e que o seu primogénito – a quem é intitulado o palácio – foi general das milícias portuguesas em Moçambique? Do mesmo modo, quem alguma vez se perguntou a razão pela qual um dos bairros de Maputo se chama ainda hoje *bairro Albasini*, para descobrir que a razão é que naquela zona viviam os descendentes de um comerciante italiano que já em 1831 tinha chegado a Lourenço Marques? E mais ainda, ao hospedar-se no Savoy Hotel de Beira, não é espontâneo pensar que aquele hotel deve ter uma ligação com a Itália, até descobrir que nos anos Dez do século XX – na antiga capital da *Companhia de*

*Moçambique* – o seu proprietário era o italiano Giuseppe De Martini? Ou, por fim, quantos italianos pernoitaram – durante a sua estadia em Maputo – no prestigioso Hotel Cardoso sem nunca prestar atenção à placa em ouro, afixada na recepção, que «agradece à família Sorgentini por ter gerido o hotel de 1924 até 1990»?

Muito bem, estes e outros detalhes, todos eles escrupulosamente investigados, conduziram-nos à estrada da investigação histórica e levaram-nos a escrever este livro, nascido com a intenção de colmatar uma pequena lacuna histórica (por aquilo que nos é dado saber não houve publicações precedentes à nossa sobre este tema) e com o desejo apaixonado de fazer reemergir as histórias, algumas simples e humildes, outras nobres e aventureiras – tratadas somente nalguns artigos de jornais, italianos ou moçambicanos – dos italianos que no Moçambique português passaram grande parte da sua vida.

A história dos italianos no Moçambique português é a história de uma comunidade que soube cultivar a sua identidade através do trabalho, seu contributo principal (e nalguns casos fundamental, sobretudo em Lourenço Marques) à vida económica, cultural e social da possessão portuguesa na África oriental. Não há história narrada nestas páginas que não tenha o seu fulcro essencial no trabalho efectuado pelo protagonista da própria história. Os italianos no Moçambique português foram arquitectos, engenheiros, políticos, comerciantes, naturalistas, artistas, músicos e também agricultores, industriais, sapateiros, mecânicos, carpinteiros, marinheiros, pescadores: nem mais nem menos daquilo que os italianos foram noutros países que os acolheram, em África como noutras parte do mundo.

O início de uma comunidade de italianos é datado (com a excepção de Carlo Antonio Fornasini e Antonio Albasini, os dois pioneiros, chegados a Moçambique na primeira metade do século XIX) nos fins do século XIX. É desta época a “caça ao ouro” que viu tantos italianos protagonistas na vizinha África do Sul. A industrialização produz uma cultura nova que através das suas mais brilhantes invenções (máquinas, jornais, filmes, *posters* publicitários) contribuiu para empurrar os italianos – tal como outros povos europeus – para além das suas fronteiras, por aventura ou por necessidade. Muitos, chegados a Lourenço Marques – já na altura porto de referência para o Transval – ficavam em terra portuguesa em vez de prosseguirem para aquela sul africana, que era o destino da sua

viagem. Outros, após algum tempo de permanência na “terra dos boeres”, estabeleciam-se em Moçambique. Outros ainda participaram como pedreiros e carpinteiros na construção da via férrea Pretória-Lourenço Marques, realizada entre 1888 e 1895 por vontade do Presidente do Transvaal, Krüger, que tencionava assim desvincular os boeres da utilização dos portos ingleses da colónia do Natal.

Assim nasce a primeira célula da comunidade italiana na capital moçambicana, há pouco transferida da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques. É também deste período, entre os dois séculos, a instituição do Régio consulado italiano em Lourenço Marques (Abril de 1899). A nomeação do primeiro Régio cônsul recaiu sobre Ildebrando Fornaroli, um engenheiro originário de Piacenza admitido pelo governador do distrito militar de Gaza com as funções de estudar uma via férrea para unir a parte navegável do rio Limpopo com alguns campos auríferos circunstantes.

A presença italiana torna-se mais marcada nos anos Vinte do século passado, também devido à chegada dos primeiros missionários católicos italianos: em Outubro de 1925, desembarcando na Beira, põem o pé em Moçambique os padres do Instituto Missões da Consolata, que se estabeleceram – não sem alguns problemas – no Niassa, onde nenhuma missão católica estava presente naquele momento. Os missionários de Turim precederão de duas décadas outras ordens e congregações religiosas italianas (combonianos, dehonianos, capuchinhos, que a seguir ao fim do segundo conflito mundial responderão com coragem à chamada dos bispos moçambicanos para evangelizarem inteiras regiões de Moçambique. Diversas gerações de jovens moçambicanos estudaram e tiveram acesso à instrução primária graças à presença dos missionários italianos, os quais – pelo próprio facto de serem italianos – foram sem dúvida um meio de difusão da cultura italiana, religiosa, literária, musical, cinematográfica, culinária, etc.

Após um período de relativa estabilidade no que se refere a novas chegadas durante os anos Trinta, com a excepção de uma tentativa conduzida por um grupo de empresários da Lombardia de se instalarem em Porto Amélia para a exploração agrícola, a neutralidade de Portugal durante a Segunda Grande Guerra constituiu sem dúvida – para além de uma coincidência a dizer pouco de salvação para muitos italianos – o factor principal do incremento das comunidades italianas no Moçambique português, em especial modo

em Lourenço Marques e na Beira. Os sobreviventes do *Nova Scozia*, os refugiados do *Gerusalemme*, juntamente com os militares italianos fugidos dos campos de concentração ingleses da África do Sul e da Rodésia e que se acoitaram em terra portuguesa, constituirão – uma vez terminadas as acções bélicas – a nova seiva da comunidade italiana em Moçambique.

Essa comunidade não faz outra coisa senão, nos trinta anos que vão do período após a Segunda Grande Guerra até à independência de Moçambique, lançar as bases da amizade entre o povo italiano e o povo moçambicano, que serão reforçadas – para continuarem sólidas e florescentes até aos nossos dias – antes do movimento terceiro mundista que na Itália se constituiu na segunda metade dos anos Sessenta do século passado para apoiar a causa da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e, depois, com a mediação diplomática brilhantemente conduzida pelo Governo italiano e pela Comunidade de S. Egidio, entre o Governo moçambicano e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) que em 1992, com os acordos gerais de paz de Roma, põe fim a 17 anos de guerra civil em Moçambique.

A. M.

Maputo, 20 de Maio de 2005

**PRIMEIRA PARTE**  
**(um mundo desconhecido)**



## CAPÍTULO I

### Moçambique na época portuguesa. Breves anotações histórico-geográficas

O primeiro encontro dos portugueses com os povos da costa de Moçambique é datado por volta de 1497-1498, durante a viagem de Vasco de Gama à caminho da Índia. Quando o célebre navegador português zarpuu de Lisboa, em Julho de 1497, tinha recebido indicações claras do Rei D. João II, o qual desejava descobrir uma nova rota comercial para a Índia, com o objectivo de interromper o monopólio dos venezianos no comércio com o oriente. Cerca de dez anos após a viagem de Bartolomeu Dias, primeiro navegador português a dobrar o Cabo da Boa Esperança em 1488, Vasco da Gama circum-navega a África em 1497 sulcando de sul para norte as suas costas orientais, ao longo da actual província do Kwa-Zulu Natal,<sup>8</sup> e chega à Ilha de Moçambique (Fevereiro de 1498).

Reflectir aqui sobre a viagem de Vasco de Gama não é o objectivo deste capítulo, onde se tenciona referir alguns aspectos – mesmo se de forma sucinta – sobre a história dos quase 500 anos de presença portuguesa em Moçambique (1497-1975).<sup>9</sup>

Já antes da viagem de Vasco da Gama, era conhecida em Lisboa a existência do porto de Sofala, na costa oriental africana,

---

<sup>8</sup> Foi Vasco de Gama a dar este nome à província sul-africana à beira do Oceano Índico, precisamente porque foi descoberta no dia de Natal.

<sup>9</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a presença portuguesa em Moçambique são aconselhadas as seguintes obras: MALYN NEWITT, *A History of Mozambique*, Hurst & Company, Londres 1995; C. R. BOXER, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Edições 70, Lisboa 1977; LEROY VAIL e LANDEG WHITE, *Capitalism and colonialism in Mozambique*, Heineman, Londres 1980; CARLOS SERRA e DAVID HEDGES, (org.) *História de Moçambique Vol. I e II*, Livraria Universitária UEM, Maputo 1999-2000; W.G.L. RANGLES, *L'Empire du Monomotapa du XVème siècle*, Mouton, Paris 1975; RENÉ PELISSIER, *História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918 Vol. I e II*, Editorial Estampa, Lisboa 2000 (terceira edição); ARMELLE ENDERS, *História da África Lusófona*, Editorial Inquérito, Mem Martins 1997; JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO, *História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias*, Lisboa 1936 (segunda edição); ALEXANDRE LOBATO, *História do Presídio de Lourenço Marques Vol. I (1782-1786)*, Lisboa 1949, Vol. II (1787-1799) Lisboa 1960; GIUSEPPE PAPAGNO, *Colonialismo e feudalismo. La questione dei "Prazos da Coroa" nel Mozambico alla fine del secolo XIX*, Turim 1972; OLIVEIRA DE MARQUES, *História de Portugal*, Pales, Lisboa 1986; CHARLES E. NOWELL, *The Rose-colored Map (Portuguese Attempt to build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean)*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa 1982.

chamado pelos árabes “porto do ouro”, pelo importante comércio de ouro que por ali passava.

A partir do momento em que as caravelas comandadas por Vasco da Gama atracaram na costa moçambicana, os portugueses aperceberam-se de que era necessário conquistar posições chave ao longo do litoral, para garantir uma supremacia marítima que consentisse dominar o comércio das rotas do Oceano Índico.

Uma das expedições comandadas por Pedro Álvares Cabral em 1500 tinha por objectivo identificar os pontos ao longo da costa oriental de África para o comércio com a Índia. Assim, foram estabelecidas feitorias, primeiro na Ilha de Moçambique (1502) e, em seguida, em Sofala, onde em 1505 os portugueses retiram aos árabes o controlo do porto.

Estas posições costeiras, na realidade, excediam a necessidade que os portugueses tinham de apoiar e controlar a navegação e o comércio para a Índia. Muito cedo, o interesse dos portugueses concentrou-se também nos consistentes proventos que poderiam derivar do comércio de metais preciosos, ouro, marfim e escravos, disponíveis nas zonas interiores de Moçambique. Por este motivo, a exploração do litoral da costa moçambicana começa a assumir cada vez mais importância e torna-se prioritária para a política imperial de Lisboa, a começar pela zona meridional, na Baía da Lagoa, explorada pelo navegador Lourenço Marques em 1544,<sup>10</sup> até Sofala e Ilha de Moçambique, mais a norte.

Nesta fase, os territórios do interior de Moçambique começavam a ser percorridos por aventureiros e exploradores portugueses, desejosos de descobrirem onde estavam situadas as minas de ouro e onde era possível encontrar o marfim. Em particular, o ouro que chegava ao porto de Sofala provinha das províncias internas, situadas na zona entre os rios Limpopo e Zambeze, onde se estendiam o Império Mocaranga do *Monomotapa*<sup>11</sup> e os diversos reinos de Manica, Chicanga, Quiteve e Sedanda, para além do reino de Abútua, mais a sul. Tais aventureiros e exploradores portugueses

---

<sup>10</sup> A partir deste ano, a feitoria fundada na Baía da Lagoa começa a chamar-se oficialmente Lourenço Marques, nome que a cidade manterá até 1975, quando passou a chamar-se Maputo.

<sup>11</sup> Monomotapa significa “senhor dos vassallos submetidos”. O império do Monomotapa nasce da desagregação do Reino do Zimbabwe, no século XV. Durante várias décadas, entre os séculos XVI e XVII, o império esteve subjugado aos portugueses; foram expulsos os muçulmanos e aceites os princípios da evangelização cristã. Em 1645, numa carta dirigida ao Vice-Rei da Índia, o Monomotapa *Matura* descrevia o seu reino como «um reino de paz e dignidade [onde] os dominicanos estão autorizados a construir igrejas no reino e pregar os Santos Evangelhos com liberdade e são muito respeitados». Citado por: W. G. L. RANGLES, ob. cit., p. 54.

concentraram a sua atenção nestas regiões, aproveitando-se das bases já estabelecidas no passado pelos árabes para a organização do comércio e do trabalho forçado dos indígenas.

Neste contexto, Sofala constituía a base das actividades comerciais na zona centro-meridional da costa moçambicana. No porto de Sofala chegavam os indígenas do interior trazendo ouro e marfim para trocar com outras mercadorias e dali partiam os portugueses para chegarem às feiras do interior. Outra porta de entrada para as zonas internas que os portugueses começaram a explorar com mais intensidade foram o vale do rio Zambeze, onde se criaram as feitorias comerciais em Sena e Tete em 1531 e em Quelimane no ano de 1544.

Sob o ponto de vista comercial e administrativo, as possessões portuguesas em terra *swahili* ao longo do litoral oceânico e ao longo dos principais rios tinham como referência Goa; daqui dependiam os vários presídios, capitánias e feitorias. A razão é que a Índia foi sempre considerada muito mais importante do que as possessões na África oriental (Moçambique) para a extensão do império marítimo português no Oceano Índico. O mesmo raciocínio se aplica para a costa Atlântica no que se refere ao Brasil e a Angola, que esteve por muito tempo na órbita brasileira. Em relação a Moçambique, tal dependência da Índia, era não só comercial e administrativa, mas também religiosa: desde 1541 o clero indígena moçambicano, destinado a Sofala e a Moçambique, estudava em Goa; esta situação continuou no tempo até à criação do primeiro seminário em Moçambique, no ano de 1761.

Durante a segunda metade do século XVI, Portugal procura aumentar a sua influência nas regiões do interior de Moçambique com grandes ofensivas militares.<sup>12</sup> De seguida, porém, muda de estratégia para atingir o mesmo objectivo com a constituição do sistema dos “prazos da Coroa”. Além de aporuguesar tais regiões, o sistema dos “prazos da Coroa” visava pacificar as zonas de influência e lançar as bases para a criação de um sistema produtivo que pudesse permitir enviar os primeiros rendimentos para Lisboa. O sistema previa a concessão de terras às famílias dos colonos que viviam nas províncias internas por um período de três gerações. Aqueles que recebiam a terra em concessão deviam como contrapartida defender a

---

<sup>12</sup> A mais importante foi a expedição de Francisco Barreto, ex-Governador do Estado da Índia, que em 1572 com mil homens sobe o rio Zambeze. A malária e a doença do sono dizimaram esta expedição.

presença portuguesa, mesmo militarmente, contra os possíveis ataques. As propriedades podiam ser transmitidas de geração em geração somente através de mulheres portuguesas; isto devia permitir em teoria a não “africanização” dos prazos e, sobretudo, a manutenção de uma ligação constante com Portugal.

Na realidade, não obstante estas precauções de tipo jurídico, o sistema dos “prazos da Coroa” foi-se separando cada vez mais da coroa portuguesa, porque os vários colonos cedo tendiam a misturar-se com os indígenas e com os indianos, para além de se inserirem no sistema do poder local. Por volta da metade do século XVIII, este sistema pode-se considerar quase que efectivamente perdido.

Até 1590, não eram muitos os europeus que tinham navegado para Oriente a não ser os portugueses. A Portugal se deve a descoberta de uma nova rota para chegar às Índias. Estas novas rotas e descobertas, estes colonatos e possessões portuguesas assumiram grande importância para o comércio mundial. Adam Smith chegará a afirmar que a circum-navegação de África através do Cabo da Boa Esperança, juntamente com a descoberta da América, foram os dois maiores e mais importantes acontecimentos de que se tinha conhecimento na história da humanidade.<sup>13</sup> O célebre economista escocês tinha visto justamente e com ele as outras potências europeias, que farão uma concorrência crescente aos portugueses na África Oriental.

Com o século XVII tem início uma certa decadência da hegemonia marítima e comercial de Portugal nos mares de todo o Oriente, que se manifesta também nas possessões moçambicanas. Tem início, de facto, a concorrência das outras potências europeias no Oceano Índico: ingleses e holandeses, de modo particular, dinamarqueses, franceses e suecos, em menor medida, começam a navegar mares e a atracar nos portos que até então tinham estado reservados só aos navios portugueses.

Após os ataques dos turcos, que entre 1538 e 1553 tinham ameaçado regularmente a supremacia portuguesa nas rotas para oriente,<sup>14</sup> na última década do século XVI os ingleses e os holandeses aparecem a navegar nas águas do Oceano Índico.

---

<sup>13</sup> A esta afirmação poder-se-ia acrescentar, aperfeiçoando-a, uma do célebre cronista espanhol Lopez de Somara, quando – ao escrever a sua *Historia General de las Indias* – diz que a descoberta das Índias Orientais e Ocidentais foi o maior evento ocorrido desde a criação do mundo, após a encarnação e a morte Daquela que o tinha criado!

<sup>14</sup> Um destes ataques contra a Ilha de Moçambique, convenceram João de Castro, Vice-Rei da Índia, a construir uma fortaleza na ilha. Em 1546 tiveram início os trabalhos para a edificação da fortaleza de

Foram os holandeses os mais perigosos para os portugueses, tanto porque queriam apoderar-se de bastiões próprios para o comércio com a Índia, mas sobretudo, porque a Holanda neste período está em guerra com a Espanha. Pelo facto de Portugal no período 1580–1640 estar dinasticamente unido ao Reino de Castela, herda deste também os seus inimigos. Quando a Holanda começou a ofensiva para a sua guerra “dos oitenta anos” para a independência contra a Espanha, foi sobretudo contra as possessões coloniais portuguesas que os seus ataques persistentes eram dirigidos. Em Moçambique, primeiro em 1607 e duas vezes em 1608, os holandeses procuraram conquistar a fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique, ma não o conseguiram.<sup>15</sup>

Tratou-se de uma guerra global, dado que as possessões ibéricas estavam espalhadas em quatro continentes e sete mares, e determinou efeitos devastantes de modo especial nas possessões portuguesas, que não se aplacaram nem quando Portugal se separa da coroa de Castela em 1640 e sobe ao trono o Duque de Bragança com o nome de D. João IV.<sup>16</sup>

A partir da metade do século XVII tem início um período de decadência do império marítimo português. Um padre jesuíta, Manuel Godinho, que em 1663 fez uma viagem via terra da Índia até Portugal, deixou escritas palavras que não precisam de qualquer comentário para descrever a situação: «o Império ou Estado Índico lusitano, que no passado dominava a totalidade do Oriente [...] que ditava lei a trinta e três reinos tributários, maravilhando o mundo com a sua enorme extensão, próspero comércio e imensas riquezas, [...] está agora reduzido a pouquíssimas terras e cidades. [...] Se era uma árvore, é agora um tronco, se era um edifício é agora uma ruína, se era um homem, é agora um coto, se era a Vice-Realeza da Índia está agora reduzido a Goa, Macau, [...] Diu, Moçambique e Mombaça».<sup>17</sup>

Tal decadência deriva também de uma profunda crise política e económica que Portugal atravessou, sobretudo nos vinte e dois anos de ditadura do Marquês de Pombal. Assiste-se neste período a uma concentração dos interesses económicos de Lisboa no

---

São Sebastião, concluída mais tarde nos primeiros anos do século sucessivo. Era então considerada uma das melhores posições defensivas europeias no Oriente.

<sup>15</sup> Cf. MALYN NEWITT, *ob. cit.*, p. 170.

<sup>16</sup> Alguns autores chegam a sustentar que esta guerra conduzida pelos holandeses, pela sua globalidade, mereceria chamar-se guerra mundial, muito mais do que a de 1914-1918. Cf. C. R. BOXER, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>17</sup> Citado por: C. R. BOXER, *ob. cit.*, p. 136.

Brasil e à consequente marginalização dos interesses em África.<sup>18</sup> Devido a estes factos, os presídios portugueses em Moçambique tornaram-se mais vulneráveis. Assim, Sena em 1716 e Lourenço Marques em 1721, foram teatro de batalhas entre holandeses e ingleses de uma parte e portugueses da outra para o seu domínio. Em Moçambique, os repetidos ataques provenientes do exterior, em conjunto com a crise económica na metrópole, induziram os portugueses a abandonar algumas possessões no interior para concentrar as forças na costa, para defesa das feitorias litorais.

Neste período o Governo do Marquês de Pombal decidiu separar política e administrativamente as possessões do controlo de Goa, criando a Capitania Geral de Moçambique, Zambeze e Sofala (decreto real de 19 de Abril de 1752). Deste modo, o Governo de Moçambique, que tinha sede na Ilha de Moçambique, passava a uma dependência directa de Portugal. Com estas inovações administrativas, foram ainda adoptadas uma série de medidas de carácter comercial que tendiam à liberalização do comércio nos vários portos de Moçambique, mesmo se uma verdadeira abertura de todos os portos moçambicanos terá lugar somente em 1854.<sup>19</sup>

A outra grande questão, que disse respeito directamente a Moçambique durante o período da ditadura do Marquês de Pombal, foi o seu ódio patológico contra a Companhia de Jesus, que se traduziu na expulsão de todos os jesuítas missionários presentes naquelas terras e que, até então, tinham assegurado uma não indiferente presença portuguesa nas zonas mais longínquas da costa. Com esta expulsão, e não obstante a dependência directa de Lisboa, o controlo português na África oriental foi assegurado somente graças aos restantes poucos senhores dos prazos que, no vale do Zambeze, conseguiram manter uma certa influência portuguesa.

Após as guerras napoleónicas e a invasão francesa de Portugal de 1807, a atenção de Portugal para a África retoma vigor somente durante o século XIX, sobretudo a partir de 1822, ano em que o Brasil declara a sua independência e é instaurado um regime liberal em Lisboa. Os projectos da renovação colonial concentram-se,

---

<sup>18</sup> As possessões africanas servem neste período sobretudo para o comércio de escravos. A Guiné e Angola tornam-se os principais “fornecedores” para as imensas plantações e minas gerais do Brasil. O fenómeno do tráfico de escravos em Moçambique foi muito menor e tardio em relação à Guiné e Angola. De Moçambique os escravos eram destinados às plantações das ilhas francesas do Oceano Índico. Cf. ARMELLE ENDERS, ob. cit., p. 44.

<sup>19</sup> Cf. RENÉ PELISSIER, ob. cit., vol. I, p. 47.

por força das coisas, em África. Em Moçambique, assiste-se então a um processo de consolidação da administração colonial.

É talvez necessário abrir aqui um pequeno parêntese e explicar o que era Moçambique na altura, sobretudo para não se cair no erro de crer que entre os séculos XVII e XVIII estivesse já bem delimitado e definido e correspondesse ao território actual.

Moçambique era, até metade do século XIX, pouco mais do que um aglomerado de feitorias isoladas. Um histórico ilustre da época salazarista descreve bem esta situação, sustentando que se tratava de «uma área sem limites certos nem fronteiras bem definidas e na realidade um campo de acção de colonos livres, agrupados ou dispersos de acordo com os seus desejos e interesses, os quais tinham ao seu serviço uma modestíssima organização de governos regionais débeis e pobres, agregados em governos gerais, também estes com uma acção e poderes reduzidos».<sup>20</sup>

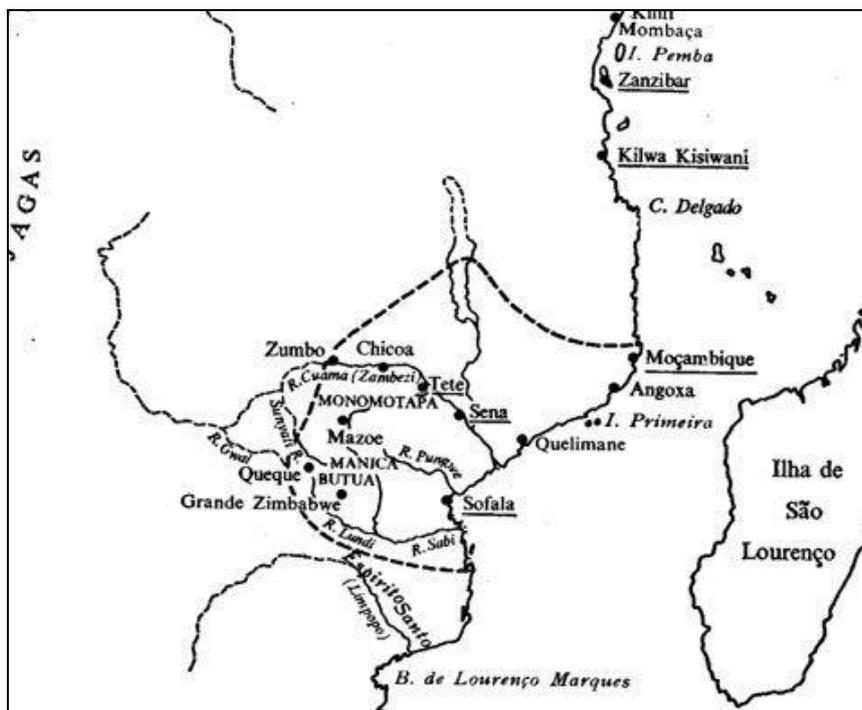
Sob o ponto de vista administrativo, a partir da metade do século XIX, Moçambique é dividido em seis distritos, para além do distrito da capital, Ilha de Moçambique. Os seis distritos são: Ilhas de Cabo Delgado, Quelimane, Tete, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques. O termo distrito não se deve entender com o mesmo significado que assumirá no século XX. Os distritos eram na realidade ilhas de território controladas pelos portugueses no meio de um mar africano, onde o exército lusófono podia avançar sem dificuldades.<sup>21</sup>

Os oficiais comandantes dos distritos respondiam ao Capitão Geral de Moçambique, Zambeze e Sofala. A partir de 1837, o Capitão Geral começa a chamar-se oficialmente Governador Geral de Moçambique, designação que permanecerá até 1975.

---

<sup>20</sup> ALEXANDRE LOBATO, *Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos*, Lisboa, 1962, pp. 166-167.

<sup>21</sup> Cf. RENÉ PELISSIER, ob. cit., vol. I, p. 54.



Regiões colonizadas pelos portugueses ou de influencia portuguesa na África oriental até 1825. (Fonte: C.R. BOXER, ob. cit., cartografia).

Num estudo interessante, o inglês David Henige indica os diversos nomes oficiais que ao longo dos séculos foram atribuídos à pessoa que detinha a responsabilidade administrativa das possessões portuguesas da África oriental. Assim, de 1501 a 1507, houve quatro mandatos de Capitães-Mores de Sofala; de 1507 a 1569, dezanove mandatos de Capitães-Mores de Sofala e Moçambique; de 1569 a 1609 doze mandatos de Capitães Gerais de Moçambique; de 1609 a 1750 cinquenta e sete mandatos de Governadores de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa; por fim, de 1752 a 1836 vinte e dois mandatos de Capitães Gerais de Moçambique, Zambeze e Sofala.<sup>22</sup> A diversa denominação oficial que esta figura foi assumindo evidencia por si mesma que os portugueses tinham o controlo de pouco mais de 30% do actual território moçambicano.

<sup>22</sup> DAVID P. HENIGE, *Colonial Governors in Mozambique from the Fifteenth Century to the Present*, Madison, Londres 1970, pp. 251-252.

O Portugal que se prepara para reconstituir o seu império em África é um país extremamente pobre e pouco desenvolvido. Se por um lado parece talvez excessivo afirmar que «a situação de Portugal na segunda metade do século XIX era comparável à de numerosos países subdesenvolvidos da segunda metade do século XX»,<sup>23</sup> por outro está todavia fora de discussão que os recursos financeiros e humanos de que podia dispor o Governo de Lisboa não eram minimamente comparáveis com os das outras potências europeias (velhas e novas) que da li a pouco iriam fixar os olhos em África. (È este, de facto, o período em que África, e a conquista dos seus territórios, está no centro do desejo colonialista de todas as chancelarias do velho continente). Apesar da sua pobreza e subdesenvolvimento, Lisboa não deixa de chamar a atenção das potências europeias sobre a causa de Portugal ultramarino, mesmo se, pelo menos até aos anos '70 e '80 do século XIX, as suas iniciativas permanecem um pouco marginais em relação às múltiplas expedições europeias que partem para o assalto à África. Com excepção da exploração conduzida a meio do século por Silva Porto na África central, é necessário esperar o ano de 1877 para ver os exploradores portugueses retomarem as expedições em África à procura de novos territórios para colonizar o com o propósito de reivindicar os direitos históricos de Lisboa sobre territórios já ocupados.

Com o patrocínio do Marquês de Sá de Bandeira, em 1875 é constituída a Sociedade de Geografia, cuja obra será a de se opor, procurando influenciar a política colonial do governo, “ao cerco” das possessões portuguesas em África por parte do avanço das outras potências europeias.

Os ingleses, desde 1822, começaram a manifestar a sua concorrência aos portugueses em Lourenço Marques, que se aplacará só em 1875, graças a um arbitrado internacional do Presidente da República Francesa, Marechal Mac Mahon, o qual, chamado a pronunciar-se sobre a disputa anglo-lusófona, reconhece a Portugal a propriedade da língua de terra entre o Transvaal e o Natal que chega até ao mar, onde está situado o porto de Lourenço Marques.

Depois, por volta de 1856, o escocês Livingstone começa a explorar a zona que corresponde à bacia do Zambeze, entre Moçambique e Angola e, denunciando com astúcia a prática da escravatura e do comércio de escravos nas possessões portuguesas,

---

<sup>23</sup> Cf. RENÉ PELISSIER, ob. cit., vol. I, p. 132.

desencadeia a nível europeu mais uma ameaça aos direitos de Lisboa sobre estas colónias.<sup>24</sup>

Os portugueses, sob o impulso do novo Ministro da Marinha e do Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, que assume este cargo em 1883, enviam expedições e exploradores para conseguirem novas fatias do bolo africano.

A primeira destas expedições, capitaneada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1884-1885), foi uma tentativa de reivindicar para a coroa portuguesa os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, na pegada da expedição de Silva Porto. A segunda, conduzida por Serpa Pinto e Augusto Cardoso (1884-1886) no extremo norte de Moçambique, visava reivindicar o Niassa como território português. A terceira, a de Henrique Dias de Carvalho (1884-1887), foi realizada com a finalidade de manter vivas as reivindicações portuguesas no Congo na presença da Associação Internacional Africana (A.I.A).<sup>25</sup>

Na segunda metade do século, as rivalidades europeias sobre Moçambique tornaram a repetir-se antes e após a Conferência de Berlim de 1885. Um dos principais objectivos da Conferência, pretendida pelo chanceler alemão Bismark, era o de estabelecer uma convenção sobre o livre comércio na bacia do rio Congo. É mesmo sobre o Congo que recaem as pretensões portuguesas, ao que se segue mais uma desilusão para o Governo de Lisboa ao constatar que tinham sido vãos os seus esforços diplomáticos para fazer aceitar a ideia da união de Angola a Moçambique. Esta ideia do Governo de Lisboa de unir sob o seu controlo aquela parte de África que vai do Oceano Índico (Moçambique) ao Oceano Atlântico (Angola), incluindo parte dos actuais territórios do Malawi, Zimbabwe, da Zâmbia e do Congo (o famoso “mapa cor-de-rosa”), opõe-se ao projecto inglês de ter sob a sua influência toda a área de África que vai da Cidade do Cabo ao Cairo.

Por outro lado, os britânicos contestam as reivindicações portuguesas na zona de Chire (Nyassaland), onde já estão instalados comerciantes ingleses e missões religiosas escocesas. Além disso, Cecil Rhodes, com a sua *British South África Chartered Company*,

---

<sup>24</sup> O Governo de Lisboa decreta em 1858 o fim da escravatura. Em Moçambique, muitos foram os casos de indignação por parte dos colonos em relação a este decreto. Sem capacidade para aplicar o decreto, o Governo português deverá voltar à questão em 1875, estabelecendo que até 1878 a escravatura deveria ser completamente extinta.

<sup>25</sup> A A.I.A. foi fundada em Bruxelas em 1876, durante uma Conferência internacional organizada por iniciativa do Rei da Bélgica, Leopoldo II, à qual Portugal não fora convidado a participar.



Em 1891, é realizada uma grande reforma administrativa, com a qual vem dada ao território de Moçambique a denominação oficial de África Oriental Portuguesa (AOP). A ocupação administrativa intensifica-se a partir de 1897, ano que a capital de Moçambique é transferida da ilha de Moçambique para Lourenço Marques.

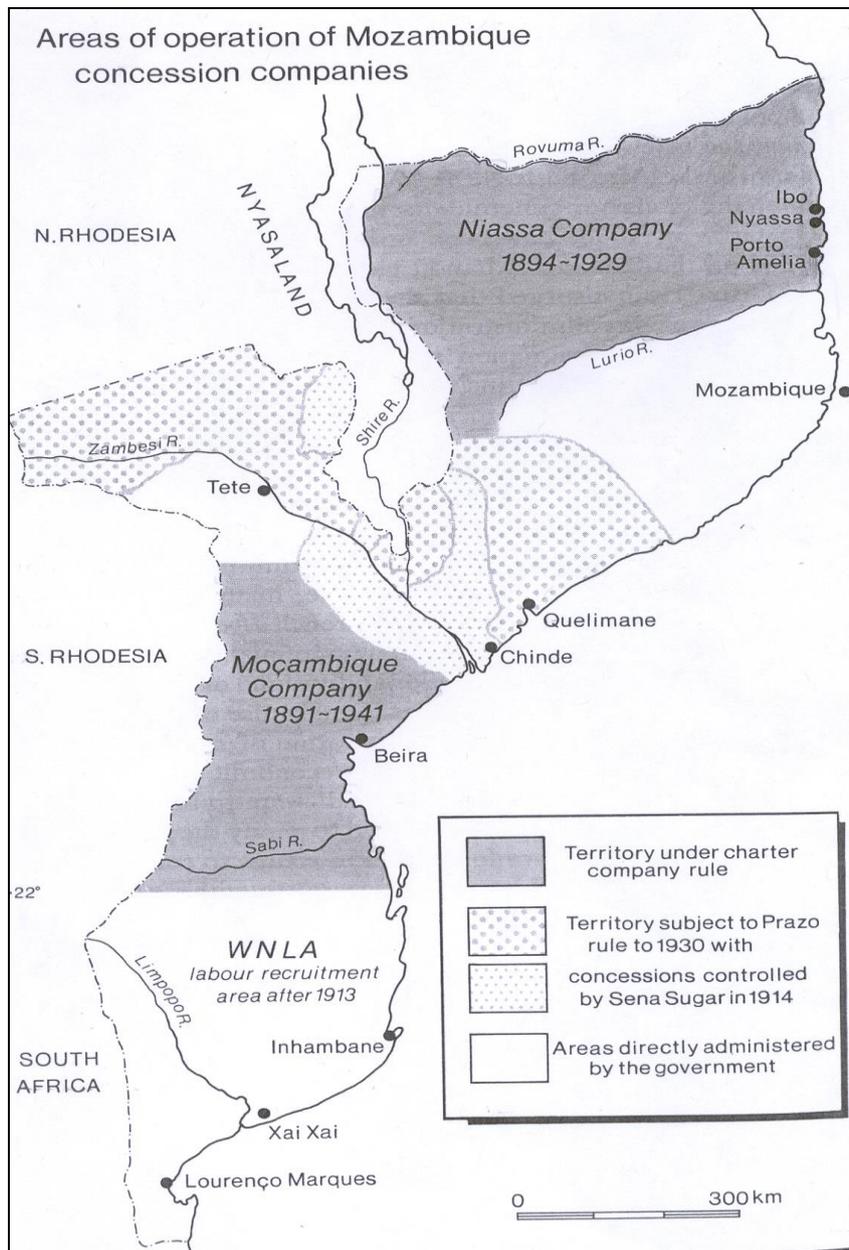
Para consolidar a sua presença em Moçambique e com o objectivo de por fim aos vários focos de rebelião indígena existentes naquele território, Portugal começa verso o fim do século a organizar campanhas militares de ocupação do território para submeter à sua soberania os reinos africanos rebeldes.<sup>27</sup>

Para alcançar este objectivo, o governo de Lisboa inspira-se nas companhias concessionárias que brilhavam pela eficiência e operatividade nas colónias inglesas. Esta experiência começa em 1878, quando Paiva de Andrade, um oficial muito considerado em Portugal, recebe em concessão várias centenas de milhares quilómetros quadrados na zona entre o rio Save e o Zambeze, conseguindo atrair ingentes capitais europeus, em grande parte ingleses, lançando as bases da futura Companhia de Moçambique, que será criada oficialmente em 1888 e que administrava os territórios de Manica e Sofala, com sede na Beira.

A segunda grande companhia deste género criada em Moçambique é a Companhia do Niassa, fundada em 1891, que ocupava os territórios de Cabo Delgado e de Niassa, com sede em Porto Amélia. Foram ainda constituídas outras companhias que obtiveram em concessão os antigos “prazos da Coroa”, como a Companhia da Zambézia (nascida em 1892), que compreendia os distritos de Tete e Quelimane, a *Sena Sugar Estates*, em mão a capitais britânicos, um dos principais produtores de açúcar.

---

<sup>27</sup> Entre 1854 e 1916, foram levadas a cabo em Moçambique bem 160 campanhas militares para aniquilar a resistência africana à ocupação portuguesa. A submissão dos reinos africanos ainda independentes caracteriza os objectivos das autoridades de Lisboa de 1880 até ao fim da primeira grande guerra. A título de exemplo, o Império de Gaza é definitivamente derrotado em 1895 e o seu Imperador é levado para Lisboa como símbolo do triunfo português. Para um melhor conhecimento destas guerras veja-se: RENÉ PELISSIER, ob. cit..



Moçambique depois de 1891 (actuais fronteiras), até a primeira metade do século XX  
 (Fonte: MALYN NEWITT, ob. cit., p. 366.)

Foi constituída também a Companhia do Boror, controlada por capitais franceses, que enviava ao porto de Marselha a copra necessária para a produção de sabão.

À Companhia de Moçambique e à Companhia do Niassa, em particular, são concedidos poderes majestáticos que incluíam o monopólio do comércio, a exploração dos recursos naturais, o rendimento fiscal, a construção de infra-estruturas (como portos e caminhos de ferro), a concessão de terrenos a terceiros, cunhar moeda, etc. Estas Companhias representavam, de facto, um Estado dentro do Estado. Os territórios que administravam correspondiam a cerca de 45% de todo o território de Moçambique. Estavam presentes, de facto, no território moçambicano três administrações diferentes, o que significava três legislações diferentes, para além de três boletins oficiais diferentes e três tipos de forças de manutenção da ordem.

De Norte para Sul, entre os séculos XIX e XX encontramos a Companhia do Niassa no extremo norte (Cabo Delgado e Niassa, cerca de 20% da superfície de toda a província); em seguida o distrito de Moçambique (10% do território), sob a administração colonial directa; passava-se depois para a Zambézia setentrional (província de Tete) e oriental, que pertencia de facto a diversas companhias (a Companhia da Zambézia, a *Sena Sugar Estates*, etc.), as quais, mesmo não detendo poderes majestáticos, eram empossadas pela administração colonial para o exercício de vários poderes (como o da colecta dos impostos); sempre na Zambézia, o Estado administrava directamente vários enclaves, como o distrito de Quelimane e a zona de Barué (cerca de 10% do território); vinham depois os territórios da Companhia de Moçambique (Manica e Sofala), correspondentes a 25% da superfície de toda a Província. Por fim, toda a zona a sul do rio Save, administrada directamente pelo Governo Geral colonial.

A província de Moçambique era portanto uma colónia dividida em seis grandes zonas, com apenas cerca de 50% do território controlado directamente pelo Governador Geral baseado em Lourenço Marques.

Os investimentos estrangeiros, que chegassem ou não através das companhias concessionárias, eram bem-vindos a Moçambique, sobretudo para a construção de grandes infra-estruturas. Os capitais que entraram foram sobretudo britânicos, e financiaram as ligações entre Lourenço Marques e Pretória e entre a Beira e Salisbúria (construção das linhas ferroviárias em 1894 e 1898, respectivamente).

O desenvolvimento de Moçambique dependia muito do desenvolvimento dos protectorados ingleses confinantes. As minas na África do Sul primeiro, e depois as da Rodésia beneficiarão enormemente o centro-sul de Moçambique, cujos portos garantem uma grande parte das exportações e das importações dos Países vizinhos. Tudo isto determina uma mudança do centro de gravidade dos interesses comerciais da colónia. A transferência da capital da Ilha de Moçambique (que se manterá como capital de distrito) para Lourenço Marques tem aqui a sua explicação.

A província moçambicana não constituía um grande recurso económico para a metrópole, porque – ao contrário de outras (Angola) – não era particularmente rica em matérias primas. Assim, também a penetração colonial proveniente directamente de Portugal não tinha sido constante. Em 1900 Moçambique tinha cerca de três milhões de habitantes, que aumentaram para quatro milhões e duzentos mil em 1930.<sup>28</sup>

Nas primeiras duas décadas do século XX, a maior parte da população moçambicana vivia nas zonas rurais. Neste período, apenas cerca de cem mil pessoas viviam nos centros urbanos. Lourenço Marques contava com cerca de 60.000 habitantes; Beira 23.000, Inhambane e Quelimane cerca de 10.000; Ilha de Moçambique, por fim, não chegava a 7.000.<sup>29</sup> As cidades eram caracterizadas pela presença de duas zonas principais: o centro administrativo e comercial, ligado frequentemente ao desenvolvimento do caminho de ferro e do porto, e as periferias, que se formavam à medida que as cidades cresciam. O centro era habitado principalmente por brancos (na maioria portugueses e britânicos) e por um reduzido número de pretos, para além de indianos, chineses e mulatos, os quais constituíam a força de trabalho empregada nos vários serviços. Na periferia habitava a grande maioria dos pretos, que eram trabalhadores operários, empregados na construção, nos caminhos de ferro e nos portos.

De 1914 a 1926, três eventos políticos ocorridos em Portugal tiveram notáveis repercussões em Moçambique: a proclamação da República (1910), a entrada de Portugal na primeira grande guerra (1915), e o golpe de estado militar (1926).

---

<sup>28</sup> DAVID HEDGES, ob. cit., Vol. II, p. 8.

<sup>29</sup> *Ibidem.*

Quando em 8 de Outubro de 1910 foi anunciada a República em Lourenço Marques, três dias após a sua efectiva proclamação em Lisboa, a notícia foi recebida com entusiasmo pelos colonos portugueses que viviam na capital moçambicana, onde no passado não tinham faltado agitações e ideias separatistas. O entusiasmo derivava da esperança de uma mudança para a província do ultramar, porque a monarquia, no momento da sua queda, após ter reinado no País sob três diversas dinastias por mais de cinco séculos, tinha deixado a maior parte dos domínios portugueses num estado de extrema pobreza.

A República tratará de maneira especial as províncias do ultramar. Será de facto o partido republicano, paradoxalmente, que fará do imperialismo um dos seus cavalos de batalha, consolidando o seu sentimento de afeição e de vínculo à vocação colonial da nação portuguesa, já manifestado por ocasião do terceiro centenário da morte de Camões, em 1880, e do *ultimatum* britânico, em 1890, quando a monarquia foi acusada de ter feito morrer a herança de Vasco de Gama. Assim, em 1911, é instituído o Ministério das colónias e em 1914 é aprovada uma lei que concede ampla autonomia financeira às províncias do Ultramar, que no caso de Moçambique é reforçada em 1920.

A República portuguesa, em Maio de 1915, decide alinhar-se ao lado dos britânicos (e dos seus aliados) na Primeira Grande Guerra. A Portugal foi atribuída a função fundamental de ajudar o Reino Unido a defender as possessões britânicas em África. No que se refere a Moçambique, o inimigo teutónico estava à porta, ameaçando directamente as fronteiras setentrionais com o Tanganica. A *Schutztruppe* na *Ostafrika*, atravessando o rio Rovuma em direcção ao sul, entrou em Moçambique em Novembro de 1917 e, após diversas batalhas contra o exército português, aí se manteve até Setembro do ano seguinte. Os alemães perderam em Moçambique 45% dos seus efectivos europeus que tinham ocupado algumas zonas de Niassa e de Cabo Delgado.<sup>30</sup> Foram recrutados 100.000 moçambicanos para as fileiras do exército português para esta guerra contra os alemães no norte de Moçambique, provenientes sobretudo dos distritos setentrionais, da zona de Barué e de Inhambane.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Cf. RENÉ PELISSIER, ob. cit., vol. II, p. 436.

<sup>31</sup> Cf. DAVID HEDGES, ob. cit., Vol. II, p. 23.

A primeira Grande Guerra significou também o agudizar-se da crise do sistema económico em Moçambique, concretizada com a desvalorização do Escudo e com o aumento do custo de vida, que determinou uma notável emigração de mão-de-obra (tanto de brancos portugueses como de pretos moçambicanos) para as vizinhas colónias britânicas, ao mesmo tempo que tem início uma estação de agitações, greves e reivindicações sindicais que, sobretudo em Lourenço Marques, encontram o apoio do jornal “O Brado Africano”.<sup>32</sup>

Em 1926 inicia-se, para Portugal e para as suas províncias do ultramar, um período de governo autoritário que só terminará em Abril de 1974 e que, com a promulgação de uma nova constituição de 1933, passará a chamar-se Estado Novo.

A primeira república portuguesa, não obstante as magníficas intenções iniciais, tinha deixado as possessões africanas à beira da falência. A fragilidade financeira de Portugal e a sua instabilidade crónica tinham induzido as potências europeias a considerarem como terminal a presença portuguesa em África. A Grã-Bretanha e a Alemanha tinham, inclusivamente, concordado secretamente por bem duas vezes (em 1898 e em 1913) a divisão de Moçambique e Angola no caso em que, não muito longe da realidade, o estado português declarasse a bancarrota. Dois anos após o golpe militar de 1926, não se excluía a tutela da Sociedade das Nações sobre as finanças do estado português.

Em tal situação, em 1928, o Presidente português, General Óscar Carmona, decide chamar o professor de economia da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, a pôr em pé o destino financeiro do País. Autoritário, anti-liberal, corporativista, nacionalista, também o salazarismo não poderá deixar de considerar o imperialismo português um dos seus dogmas essenciais.

Em 1930, sob o impulso de Salazar, é aprovado o Acto Colonial, com o qual é estabelecido o quadro institucional das colónias. Moçambique não mais será chamado oficialmente *domínio*, como previa a Constituição republicana, e torna-se uma província ultramarina, presidida por um Governador Geral.

A política económica de Salazar revela-se imediatamente muito nacionalista: são privilegiados os investimentos portugueses e dá-se início a uma guerra (mais o menos declarada) às companhias

---

<sup>32</sup> Veremos no capítulo II que este jornal foi fundado pelos irmãos Albasini, netos de um dos pioneiros da presença italiana em Moçambique.

majestáticas ainda presente em Moçambique. Em 1929 não é renovado o contracto com a Companhia do Niassa e em 1937 acabam os poderes da Companhia de Moçambique, cujos territórios começam a passar para a administração directa do Estado.<sup>33</sup> Grande importância é dada ao comércio entre a mãe-pátria e as colónias do ultramar, com a finalidade de proteger as reservas portuguesas em moeda externa. Esta política obteve os resultados atendidos, pois que se em 1926 só 7% das importações provinham das colónias, em 1970 a percentagem tinha aumentado para 14,4%. Sempre em 1970, cerca de um quarto das exportações portuguesas era dirigida para as suas províncias ultramarinas.<sup>34</sup> O açúcar era o principal produto exportado de Moçambique, seguido pelo amendoim, copra, algodão, caju e chá.<sup>35</sup>

Com as pausas forçadas devido à crise de 1929 e à Segunda Grande Guerra, a economia da Província moçambicana crescia, e com ela aumentava também a colonização do território. Os anos sucessivos à Segunda Grande Guerra – durante a qual o Governo Salazar manteve-se neutral – foi o período em que se registou o maior número de colonos portugueses transferidos para Moçambique; no seguimento do primeiro Plano de Fomento, nos anos '50 chegaram a Moçambique mais de 13.000 colonos portugueses, aos quais o Estado pagava os custos de viagem e de primeira instalação, para além de lhes conceder lotes de terra nalgumas zonas consideradas estratégicas para o desenvolvimento agro-industrial (como as áreas de Lichinga e Montepuez, para além dos vales do Limpopo e do Revuè).<sup>36</sup>

O segundo pós-guerra constituiu um ponto de viragem muito importante para Portugal e as suas colónias. Não obstante Salazar tivesse concedido aos aliados a possibilidade de instalar nas ilhas dos Açores uma base militar antes do fim da guerra, e em 1949 Portugal tivesse tomado parte na criação da OTAN, as solicitações internacionais para a emancipação das colónias lusófonas começam a ser sempre mais contínuas e pressantes.

Ao mesmo tempo, mesmo nas colónias, uma parte da população indígena começa a maturar uma consciência da própria africanidade e a lançar as bases dos movimentos nacionalistas que

---

<sup>33</sup> Na realidade, não obstante esta política nacionalista, os capitais estrangeiros – sobretudo britânicos, belgas e sul-africanos – continuarão presentes por muito tempo na economia moçambicana. Cf. ARMELLE ENDERS, ob. cit., p. 82.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.85.

<sup>35</sup> Cf. DAVID HEDGES, ob. cit., Vol. II, p. 38.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 165.

nos anos sessenta darão vida às lutas armadas contra o regime colonial português, para desembocar na proclamação de independência após a Revolução dos Cravos de Abril de 1974.

Em Moçambique, o ano de 1962 marca o nascimento da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que encontrará na Tanzânia independente de Julius Nyerere terreno fértil para organizar a sua luta armada iniciada em 1964 nos territórios setentrionais de Niassa e de Cabo Delgado. Após dez anos de guerrilha e a obtenção do controlo directo de diversas partes do território (zonas libertadas), não obstante o exército português não tivesse ainda sido militarmente derrotado no terreno, em Setembro de 1974, em Lusaka, a Frelimo senta-se à mesa das negociações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo provisório português, Mário Soares.

As negociações concluem-se com os “Acordos de Lusaka”, que fixam a independência de Moçambique para 25 de Junho de 1975 e estabelecem que até àquela data o País seja governado por um Governo de Transição.

## CAPÍTULO II

### Precursores e pioneiros

**P**ara aqueles dos meus poucos compatriotas que terão a paciência e o interesse em pegar neste livro, poderia constituir novidade virem a saber que os pioneiros da presença italiana em Moçambique (na primeira metade do século XIX) foram precedidos por seus compatriotas já nos séculos XV e XVI. Do mesmo modo, aos meus amigos portugueses poderia parecer arrojado da minha parte dissertar sobre os muitos italianos que foram testemunhas do nascimento do glorioso império marítimo português e que, de alguma maneira, forneceram um valioso contributo a tal nascimento.

Não é minha intenção ser imodesto e furtar algo aos valerosos navegadores portugueses. Todavia, considero que, sem correr o risco de ferir susceptibilidades, se possa ser justamente arrojado e valorizar, mesmo se só com um breve aceno, as aventuras e as expedições feitas pelos italianos nesta área de África a partir do século XV.

Passemos então a tratar dos pioneiros da presença italiana em Moçambique.

#### *1) Os precursores*

Com excepção de um presumível contacto dos antigos romanos com a costa oriental de África,<sup>37</sup> pode-se afirmar que os interesses das gentes itálicas pela África Austral começam durante o período medieval. Diversos mercantes e banqueiros itálicos contribuíram notavelmente para a criação das condições que tornaram possíveis as descobertas geográficas portuguesas (e espanholas) dos

---

<sup>37</sup> Refere-se especificamente a uma moeda romana da época do Imperador Antonino Pio (138-161 A.C.) encontrada numa mina antiga do Império Monomotapa (que incluía parte dos territórios do actual Moçambique e do Zimbabwe).

séculos XV e XVI.<sup>38</sup> Os marinheiros italianos (genoveses e venezianos em particular) já no século XIII eram conhecidos na Europa como os mais destemidos e competentes. Os irmãos genoveses Ugolino e Vadino Vivaldi, já em 1291 fizeram uma tentativa de se aventurarem ao longo das costas atlânticas de África, com a ideia de circum-navegar o Continente. Também o genovês Antoniotto Usodimare, membro de uma das famílias mais antigas e conhecidas da capital da Ligúria, juntamente com o veneziano Alvise da Mosto, ofereceu o seu importante contributo para o início das explorações portuguesas, descobrindo por volta de 1457 as primeiras duas ilhas do Arquipélago de Cabo Verde.

Mas foi com o início do século XIV que os italianos (mais uma vez genoveses) desempenharam um papel preponderante para o nascimento do futuro império marítimo português nos séculos XV e XVI. Foi exactamente quando em 1317 o Rei de Portugal, Dom Dinis, o Liberal, chama a Lisboa o genovês Manuel Pessagno para o nomear Grande Almirante da Lusitânia, com direito a transmitir o título aos seus descendentes.

A Pessagno foi atribuído o cargo de organizar e comandar a frota nacional portuguesa; a ele foi também entregue a direcção da construção naval de Portugal inteiro. Para desempenhar esta função o almirante italiano chama para o seu lado vinte homens (todos oriundos de Génova), de entre os melhores conhecedores da arte do mar que na época se encontravam naquela cidade da Ligúria. A um italiano – portanto – é entregue a tarefa de preparar e potenciar a grande frota portuguesa para as conquistas e as explorações futuras dos séculos XV e XVI. Tal como o pai Manuel, que entretanto os portugueses começaram a chamar *Pessanha* ou *Passanha*, os seus filhos Carlos e Bartolomeu – naturalizados portugueses – foram dois brilhantes almirantes da marinha portuguesa; igualmente famoso é ainda o terceiro filho de Manuel, Lançarote, também ele almirante e capitão de marinha, ao qual se deve a descoberta, ao serviço da coroa portuguesa, de uma das ilhas do arquipélago das Canárias.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Sobre a contribuição dos diversos bancos e casas comerciais italianas que tornaram possíveis as gestas portuguesas, veja-se: PROSPERO PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, Turim 1904. No século XVI, uma das famílias italianas de banqueiros mais conhecidas em Portugal, eram os Giraldi, cf. C.R.BOXER, ob. cit., p. 72.

<sup>39</sup> Descendentes de Pessagno ainda hoje existem em Portugal, algumas famílias que se chamam *Pessanha* e outras *Passanha*.

A competência dos italianos não era exclusivamente marítima, mas era também científica, já que os melhores mapas da época eram genoveses ou venezianos.<sup>40</sup> O veneziano Freiá Mauro, ajudado por um seu conterrâneo, Andrea Bianco, completou em 1460 um mapa geográfico onde mostrava que o Cabo da Boa Esperança era navegável e que o Oceano Índico era um mar aberto e não fechado. Frei Mauro anotava à margem do seu mapa, enviado ao Rei Dom Afonso V de Portugal: «pode-se afirmar sem dúvida alguma que esta parte austral e com vento de levante seja navegável, e que aquele mar Índico seja oceano e não um charco».<sup>41</sup>

Todo este património de competência e de conhecimentos italianos era bem conhecido em Lisboa, que durante a época do Infante Dom Henrique (entre os séculos XIV e XV) se tornou no porto europeu onde os homens do mar, aventureiros e comerciantes se concentravam para participar nas grandes epopeias marítimas, para a descoberta das Índias Orientais. Tal património contribuiu, portanto, para a glória de Portugal, que se tornou a primeira nação europeia a ter dobrado o Cabo da Boa Esperança em 1487 com Bartolomeu Dias, bem como descobrir, dez anos depois, o caminho marítimo para a Índia com Vasco da Gama.<sup>42</sup> Não se pode aqui deixar de evidenciar que a expedição de 1497 do grande navegador português foi também financiada pela casa florentina dos Sernigi e que, segundo alguns autores, quando Vasco da Gama chegou a Moçambique, experimentou uma certa surpresa ao encontrar alguns indígenas que possuíam bússolas genovesas.<sup>43</sup>

A partir da viagem de Vasco da Gama, vários italianos arribaram às costas moçambicanas, na rota para as Índias. Assim, Matteo de Bergamo era membro da tripulação da frota de Vasco da Gama que na viagem de 1502-1503 parou nas costas moçambicanas, aportando com toda a probabilidade na Ilha de Moçambique;<sup>44</sup> o

---

<sup>40</sup> Após 1313 Génova tornou-se na capital europeia dos cartógrafos.

<sup>41</sup> Citado por: GABRIELE SANI, *Storia degli Italiani in Sud Africa, 1489-1989*, Zonderwater Block Sud Africa, Edenvale 1989, nota n. 13, p. 9.

<sup>42</sup> Segundo o italiano Amerigo Vespucci, a circum-navegação de África por Bartolomeu Dias foi casual. Quando em 1500 Vespucci soube da descoberta feita por Bartolomeu Dias fez o seguinte comentário: «a uma viagem como aquela eu não chamo descobrir, mas sim navegar no descoberto, porque a navegação deles é continuamente com a terra à vista e dão a volta a toda a terra de África pela parte austral, que é por uma rota da qual falam todos os autores da cosmografia». Cfr. C. ERRERA, *L'epoca delle grandi scoperte geografiche*, Hoepli, Milão 1926, p. 290.

<sup>43</sup> UGO E. IMPERATORI, *Italiani fuori d'Italia*, Zucconi, Milano 1937, p. 238.

<sup>44</sup> Todos os navios portugueses na rota para a Índia escalavam a Ilha de Moçambique.

mesmo acontecendo com Giovanni de Empoli, durante a viagem para a Índia comandada por Afonso de Albuquerque em 1503.<sup>45</sup>

Pouco mais tarde, em 1507, o bolonhês Lodovico de Varthema, a bordo de um navio de propriedade do banqueiro florentino Bartolomeo Marchionni, fundeu nas costas moçambicanas na viagem de regresso de Goa, parando primeiro na Ilha de Moçambique e de seguida em Sofala.<sup>46</sup> A sua viagem começou em 1502 partindo de Veneza, e prosseguiu depois para Alexandria no Egipto, Cairo, Beirute, até Damasco. Depois embarcou-se num navio que partia para a Pérsia, onde ficou algum tempo antes de se dirigir a Goa, centro da potência portuguesa, última etapa do seu itinerário antes da viagem de regresso à Itália.

Com muita probabilidade, segundo quanto nos é dado saber, Varthema foi o primeiro italiano que deixou escrito algumas das suas impressões e testemunhos sobre a terra moçambicana. Sobre ele não há muitas outras notícias e para repetir com Bacchi della Lega, «sabe-se sobre Varthema somente aquilo de que gostou narrar de si próprio no seu livro». <sup>47</sup>

No seu *Itinerario*, Varthema fala de Moçambique no *Libro della Ethiopia*, de cuja leitura convém perceber que por Etiópia se entendia toda aquela parte da África conhecida na altura que se debruça sobre o Oceano Índico. Esta reflexão é ainda mais valiosa se tivermos em conta que com o nome Moçambique é chamada uma das «várias ilhas na Etiópia». <sup>48</sup>

É dever referir aqui quanto o próprio Varthema escreve uma vez regressado à pátria sobre «a ilha de Moçambique e seus habitantes».

«Aos seis dias de Dezembro empreendemos o nosso caminho em direcção à Etiópia, e passámos o golfo, que são cerca de três mil milhas de viagem, e chegámos à ilha de Moçambique, a qual pertence ao Rei de Portugal; e antes de chegar à dita ilha, ouvimos falar sobre muitas terras, que estão submetidas ao Rei de Portugal; nas cidades dessas terras o Rei construíu boas fortalezas, a maior delas em

---

<sup>45</sup> Para um estudo aprofundado sobre as aventuras dos italianos nas descobertas geográficas dos séculos XV e XVI, veja-se: MICHELE VACINO, *Marinai italiani ed iberici nelle vie delle Indie*, Convivium, Roma 1955; PIETRO AMAT di SAN FILIPPO, *Studi biografici e bibliografici*, Vol. II, Società Geografica Italiana, Roma 1882.

<sup>46</sup> LODOVICO de VARTHEMA, *Itinerario*, Alberto Bacchi della Lega (org.), Gaetano Romagnoli, Bolonha 1885. A primeira edição do *Itinerário* foi impressa em 6 de Dezembro de 1510 em Roma, pelo Maestro Stephano Guillireti de Loreno e pelo Maestro Hercule de Nani Bolognese.

<sup>47</sup> *Ibidem*, pág. XXVII.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 263.

Malinde que é Reino; o vice-Rei passou Mombaça a ferro e fogo. Em Chilua tem uma fortaleza, e também construiu uma em Moçambique».

Varthema também nos dá conta da sua estadia na Ilha de Moçambique; «[...] em Moçambique, o Rei de Portugal (como ainda em Zaphala insular) retira grandíssima quantidade de ouro e de óleo, quem vem da terra firme. Estivemos na ilha cerca de quinze dias; achámos esta ilha pequena; os seus habitantes são negros e pobres, e aqui têm pouco para comer, a comida vem da terra firme que não é muito distante; o porto da ilha é muitíssimo bom. Algumas vezes fomos passear à terra firme para conhecer a zona; encontrámos algumas gerações de gentios, todos negros e nus; os homens cobrem a natureza com uma casca de madeira e as mulheres cobrem-se com uma folha à frente e outra atrás. Estes gentios têm o cabelo curto e encarapinhado, têm os lábios e a boca grossos como dois dedos juntos, o rosto é grande, bem como os dentes que são grandes e brancos como a neve. É gente muito medrosa, sobretudo quando vêm homens armados. Vendo nós tais bestas que são poucas e humildes, nós que éramos 5 ou 6 companheiros fomos muito bem armados com espingardas e acompanhados por um guia da ilha e que nos levou a dar uma volta na terra firme onde estivemos todo dia. E no nosso caminho encontrámos muitos elefantes em manada [...] que nos perseguiram até ao cimo da colina.

O nosso guia perguntou-nos se queríamos comprar uma vaca ou um boi, ele iria conseguir um preço barato, nós respondemos que não tínhamos dinheiro [...]. Ele disse-nos: não é necessário ter dinheiro nesta coisa, porque eles possuem mais ouro e prata do que nós; porque aqui perto eles vão buscar o ouro à fonte. Perguntámos então ao guia: o que é que eles quererão? O guia respondeu: eles gostariam muito de uma pequena tesoura e também de um pouco de tecido para amarrar à volta do corpo; apreciam muito guizos pequenos para as suas crianças; desejariam também algumas navalhas. Respondemos nós: vamos dar-lhes parte dessas coisas, desde que eles conduzam as vacas à montanha. O guia disse: [...] digam então o que quereis dar. Um nosso companheiro disse: eu darei uma boa navalha e um guizo pequeno. E eu para arranjar carne despi a camisa e disse que era o que eu daria. O guia ouvindo o que nos propúnhamos dar disse: quem irá conduzir tanto gado até à marina? Nós respondemos: quantas nos derem tantas levaremos nós! Ele agarrou naquelas ditas coisas, e deu-as a cinco ou seis daqueles homens, e pediu-lhes em troca trinta vacas.

[...] E depois da nossa armada estar abastecida com quanto era necessário, retomámos o caminho em direcção ao Cabo da Boa Esperança, e passamos por baixo da ilha de São Lourenço [Madagáscar], que dista 80 Léguas do continente, e creio que cedo será Senhor da ilha o Rei de Portugal, porque já pilharam duas terras pondo-as a ferro e fogo.

Pelo que eu vi da Índia e da Ethiopia, parece-me que o Rei de Portugal, se Deus quiser, e se for vitorioso como o foi no passado, creio que virá a ser o mais rico Rei de toda a Terra».<sup>49</sup>

Depois do bolonhês Varthema, foi o florentino Pietro Strozzi a circum-navegar África em 1510, enquanto que no mesmo período o geógrafo humanista de Treviso, Giovanni Battista Ramusio, no seu famoso e vastíssimo tratado publicado em 1550<sup>50</sup> contará sobre as viagens do florentino Andrea Corsali, o qual em 1516 – chegado às Índias – descreverá numa carta ao seu Senhor, o Duque Giuliano de’ Medici, a sua passagem pela Ilha de Moçambique e na “mina de Cefalla”.<sup>51</sup>

Corsali, que viajava com a frota de Soares de Albergaria, enviada em 1515 em substituição da armada de Afonso de Albuquerque, escrevia ao seu ilustríssimo senhor: «[...] começámos depois a voltar à via de tramontana tendo em vista o Cabo da Boa Esperança, e chegámos a Moçambique, ilha estéril não muito grande, perto da terra firme, colocada a 15 graus do pólo Antárctico, habitada por maometanos: o seu senhor é o Rei de Portugal; a qual não é por outras coisas boa a não pelo seu porto, muito bem situado e cómodo para a navegação para a Índia. A terra firme é habitada por homens bestiais, e assim é em toda a costa, e do estreito do Mar Vermelho até ao Cabo da Boa Esperança falam todos a mesma língua, e do Cabo da Boa Esperança até Cabo Verde falam diferente destes em Moçambique. Nesta costa, começando em Cabo Verde até ao Mar

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, pp. 264-269.

<sup>50</sup> GIOVANNI BATTISTA RAMUSIO, *Navigazioni et viaggi*, Einaudi, Turim 1985. A obra de Ramusio, chanceler da República de Veneza e desde 1515 secretário do Senado veneziano, constituiu uma das primeiras tentativas de registar as viagens mais importantes realizadas desde a Antiguidade Clássica até aos princípios do século XVI. *Navigazioni et viaggi* foi considerado, pela sua precisa e douta compilação e pela integralidade dos dados cartográficos, um dos estudos geográficos fundamentais da época moderna.

<sup>51</sup> Cefalla (Sofala) era conhecida pelos portugueses antes que Vasco da Gama realizasse a sua viagem. Os portugueses tinham sido informados directamente por Pero da Covilhã, enviado em 1486 pelo Rei Dom João II ao Oceano Índico e à Abissínia, bem como por um padre copto abissíneo, Marco Luca, que tinha estado em Lisboa em 1487. Toda a costa que corresponde à zona centro-norte de Moçambique actual era denominada Arábia, entre os séculos XV e XVI, porque habitada por numerosas comunidades árabes.

Vermelho, não se encontram outras mercadorias senão ouro, que se leva a vender na mina de Cefalla, que é terra do Rei de Portugal, vizinha de Moçambique, onde se encontra muito âmbar cinzento e infinito marfim. [...] Estando em Moçambique, encontrámos dois navios de Portugal que vinham da Ilha de São Lourenço, que está no mar, em frente de Moçambique, de entre as maiores descobertas até aos nossos tempos. [...] Os mouros eram senhores dos portos que com tecidos de algodão e outras mercadorias da Índia compram as mercadorias desta Ilha assim como em toda a costa de Moçambique.»<sup>52</sup>

Ao longo de todo o século XVI outros italianos tomaram parte em expedições que tocaram as costas orientais de África (entre estes o vicentino António Pigafetta, cavaleiro de Rodes que tomou parte na expedição comandada por Magalhães à volta do mundo desde 1519 a 1522, da qual – sendo um dos poucos sobreviventes – conseguiu publicar uma interessante narração em 1525) chegando portanto também a Moçambique (a ilha homónima era escala obrigatória naqueles tempos para quem viajasse para Oriente) até que, durante os séculos XVII e XVIII, tanto devido às guerras marítimas em curso entre portugueses e holandeses, como pelas desvantajosas vicissitudes políticas que se viviam nos estados italianos (causadas pela dominação estrangeira), as viagens exploratórias à África meridional sofreram forçosamente um abrandamento.

Uma certa ligação com Moçambique, na segunda metade do século XVIII, foi indirectamente instaurada pelo Grão-ducado da Toscana, graças à tradição mercantil herdada dos Medici e às boas relações com a Áustria. Um militar de origem holandesa e naturalizado austríaco, Guglielmo Bolts, e um conde toscano, Carlo de' Proli, obtiveram em 1775 um privilégio da Imperatriz da Áustria, Maria Teresa, que consistia no direito exclusivo, por um prazo de cinco anos, de utilizar a fragata “*Giuseppe e Teresa*” para as expedições comerciais que deviam partir do porto de Livorno para o continente africano, onde Lourenço Marques era uma das escalas previstas.

Bolts era agente para as Índias Orientais da Companhia Comercial Imperial para a Ásia, com sede no porto austríaco de Trieste, e o conde de' Proli era um famoso mercador toscano, activo em financiar expedições comerciais para as Índias.

---

<sup>52</sup> GIOVANNI BATTISTA RAMUSIO, ob. cit., vol. II, pp. 22-24

Sobre a chegada de Bolts a Lourenço Marques, e sobre as pretensões austríacas referidas ao presídio português (1777-1782), o famoso historiador português, Alexandre Lobato, dedicou uma ampla obra, na qual evidencia o envolvimento do conde Carlo de' Proli no financiamento de algumas expedições de Bolts.<sup>53</sup> O facto de partirem dos portos de Livorno e Trieste vários navios com destino a Lourenço Marques, deixa conjecturar que outros marinheiros italianos tenham conhecido as costas moçambicanas.

Com o século XIX já não se fala só de precursores, mas bem de pioneiros da presença italiana em Moçambique.

## ***2) Os pioneiros***

Para poder iniciar a escrever sobre a história destes compatriotas que já durante o século XIX tinham sulcado esta bela terra moçambicana, devo perder um momento para contar alguns episódios que me aconteceram durante a minha permanência em Moçambique.

O casal Borriello (uma das famílias que ainda vive em Maputo, com mais anos de residência em Moçambique, de quem falaremos no capítulo III da terceira parte do livro), pouco antes da festa nacional italiana do 2 de Junho de 2003, telefonou-me para me pedir que a senhora Maria José Fornasini, de origem italiana e amiga do casal de há longa data, fosse inserida na lista dos convidados da Embaixada.

Na ocasião não atribuí muita importância ao nome (não senti curiosidade em conhecer a fundo quem fosse a senhora Fornasini, que nem sequer constava na lista dos cidadãos italianos residentes em Moçambique) e limitei-me a mandar um convite (recordo-me que a senhora não pode participar na festa feita na residência do Embaixador). Cerca de um ano mais tarde, porém, quando me encontrava nas salas do Arquivo Histórico de Moçambique em Maputo, não pude impedir a minha curiosidade, em descobrir que a gentil e competente funcionária do arquivo que me estava a ajudar nas pesquisas necessárias para escrever este livro era mesmo a senhora

---

<sup>53</sup> ALEXANDRE LOBATO, *Os Austríacos em Lourenço Marques*, Estudo 16, (AHM), Maputo 2000, pp. 31-32.

Maria José Fornasini. Dali nasceu o meu interesse em investigar as origens daquela senhora que de certeza eram italianas.

Um outro episódio refere-se a uma conversa sobre os órgãos de imprensa locais que mantive com um colega espanhol no terraço do famoso Hotel Polana de Maputo, durante uma noite quente do verão subtropical. Tentava-se percorrer os passos principais da história da imprensa escrita em Moçambique, bastante desenvolvida já antes da independência. Naquela ocasião recordei-me de ter lido que dois irmãos chamados Albasini, já no início do século XX tinham fundado em Lourenço Marques “O Africano” e, depois, “O Brado Africano”, dois jornais que tiveram um certo sucesso no início do século XX. Estes Albasini deveriam ser de origem italiana, comentei.

Este apelido (Albasini) tornou-me à mente quando um dia apareceu no meu gabinete o representante local da *AIR FRANCE* que desejava aumentar a sua clientela italiana em Maputo e por isso vinha oferecer condições vantajosas para viagem aéreas para Itália. Recordo que, após termos trocado os nossos cartões de visita, enquanto ouvia a interessante proposta, li no seu: *Responsável de marketing – MÁRIO ALBASINI*. Não pude evitar, nesta ocasião, satisfazer a minha curiosidade e perguntei ao senhor diante de mim se era de origem italiana. A resposta foi afirmativa.

A minha curiosidade, chamemo-la assim, aumentou quando em Outubro de 2004 acompanhámos o Presidente da Câmara Municipal de Roma, Walter Veltroni, à inauguração de uma escola primária fora de Maputo, por ele apaixonadamente desejada e suportada, construída com fundos angariados por diversos liceus de Roma. Falando com o administrador do distrito onde nascia a nova escola, perguntei qual era o nome do bairro onde nos encontrávamos e ao dizer-me o nome (chama-se *Guava*) explicou-me que fazia fronteira com o “bairro Albasini”. A minha admiração perante a explicação levou-me inevitavelmente a investigar as origens da família Albasini que, ainda hoje, é uma das famílias mais conhecidas de Maputo.

Só a atenção à realidade leva ao conhecimento, escreveram Bersanelli e Gargantini:<sup>54</sup> a atenção àqueles episódios despertou em mim o desejo de conhecer a história dos dois pioneiros da presença italiana em Moçambique!

---

<sup>54</sup> MARCO BERSANELLI, MARIO GARGANTINI, *Solo lo stupore conosce. L'avventura della ricerca scientifica*, BUR, Milão 2003.

## 2.1) *Carlos António Fornasini*

Os Fornasini, nome ainda hoje bastante difundido em Maputo, resultam ser – de acordo com as nossas investigações – a família de origem italiana mais antiga em Moçambique.

A sua presença nestas terras remonta ao ano 1830, quando o bolonhês Carlos António Fornasini desembarcou em Moçambique proveniente de Portugal. Ambos os filhos varões de Carlos António Fornasini, o primogénito João António (nascido em 1842) e o segundo, Paulino António (nascido em 1853), tiveram uma certa notoriedade, tal como o pai, na então província portuguesa de Moçambique, mas foi só o segundo filho que assegurou a continuidade da descendência da família, cujos herdeiros ainda hoje vivem em Maputo. Foi o Tomás António (nascido em 1895), único filho varão de Paulino António, que dará continuidade ao nome dos Fornasini com oito filhos (Emma, Eugenia, Paulino, Maria Luísa, Carlos António, Maria de Lourdes, Álvaro António e Maria José). Somente dois dos oito irmãos, Maria Luísa e Maria José, vivem actualmente em Moçambique, em Maputo. Os filhos de Carlos António, os irmãos Carlos e José Luís Fornasini, são hoje dois jovens artistas de fama discretamente reconhecida em Maputo.<sup>55</sup>

Carlos António Fornasini, patriarca da família em Moçambique, nasceu em Bolonha em 28 de Fevereiro de 1805, filho de Giovanni Antonio e de Vittoria Raimundo. Veio a falecer em Inhambane, Moçambique, em 20 de Abril de 1868.

Bolonha era na época a fronteira setentrional do Estado Pontifício. Após as guerras napoleónicas e o Congresso de Viena, a segunda década do século XIX viu Bolonha protagonista, tal como muitas outras cidades da península itálica e da Europa, de movimentos “revolucionários” que viam os liberais lutarem contra a ordem política estabelecida pela restauração post-napoleónica e pedir a instauração de um regime constitucional aos próprios monárquicos.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo 30.VII.2004.

<sup>56</sup> Um balanço amplo sobre os movimentos europeus deste período é tratado por: E. J. HOBBSAWM, *Le rivoluzioni borghesi 1789-1848*, Il Saggiatore, Milão 1963.

Não é de excluir que Fornasini, mesmo sendo ainda muito jovem, possa ter tomado parte de uma qualquer forma nos movimentos de Bolonha, pois de seguida é notória a sua índole liberal e a sua contrariedade ao poder temporal do Papa.<sup>57</sup> Não se conhecem com exactidão as vicissitudes e as razões precisas que levaram Fornasini a deixar a sua cidade natal. O que é dado como certo é a sua presença no Porto, em Portugal, onde teria buscado refúgio por motivos políticos, nos fins dos anos vinte do século XIX.<sup>58</sup> Com muita probabilidade, o Portugal de então, após a instauração do regime liberal de 1822, atraiu Fornasini como sendo um país onde viver os ideais cultivados em Bolonha. De resto, foram numerosos os patriotas italianos que naquele período abandonaram as suas regiões nativas e se dirigiram para terras estrangeiras. Na maior parte dos casos, estes exilados políticos escolheram como meta a França, a Espanha e Portugal, com o desejo de contrair e instaurar relações com os liberais das outras nações europeias.<sup>59</sup>

Não conhecemos fontes que citem o Fornasini durante a sua estadia em Portugal, nem existem muitas outras, para dizer a verdade, que contem o resto da sua vida vivida em Moçambique.<sup>60</sup> É certo, porém, que por volta de 1830 Fornasini embarca para África, com destino à colónia portuguesa de Moçambique.

Não foi demonstrado qual tivesse sido o seu primeiro destino em Moçambique: alguns consideram que a sua primeira morada em terra moçambicana, em 1830, foi na capital de então, Moçambique, a ilha cidade, considerada hoje património mundial pela UNESCO;<sup>61</sup> da Ilha de Moçambique, onde terá permanecido algum tempo, Fornasini dirigiu-se depois para Inhambane, para aí residir estavelmente. Outras fontes sugerem que chegou primeiro a Inhambane em 1831, após ter feito a viagem de Portugal para Moçambique

---

<sup>57</sup> MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo 30.VII.2004.

<sup>58</sup> ANTÓNIO de FIGUEREIDO GOMES e SOUSA, *Exploradores e Naturalistas da flora de Moçambique*, in: <<MOÇAMBIQUE - DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL>>, N.º18, Lourenço Marques 1939, p. 67.

<sup>59</sup> No que se refere à presença destes patriotas em Portugal, veja-se: ERSILIO MICHEL, *Esuli politici italiani in Portogallo (1815-1861)*, in: R. ACCADEMIA D'ITALIA, *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, memorie e documenti*, Roma 1940.

<sup>60</sup> Para algumas preciosas notícias e informações sobre a sua vida em Inhambane, cf. AHM, códigos 385, 448, 1226 e 5876.

<sup>61</sup> ANTÓNIO de FIGUEREIDO GOMES e SOUSA, ob. cit., p. 67 e ALICE GOMES e SOUSA, *Exploradores e Naturalistas da flora de Moçambique*, in: <<MOÇAMBIQUE - DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL>>, N.º55, Lourenço Marques 1948, p. 5.

juntamente com um outro italiano que por sua vez se teria fixado em Lourenço Marques.<sup>62</sup>

Estamos mais inclinados a dar crédito à primeira teoria. Carlos António Fornasini, de facto, tinha chegado a Inhambane para representar nesta cidade a companhia comercial portuguesa do Sr. Vicente Tomás dos Santos. Este último, chegado a África na qualidade de capitão de uma nave de escravos, tinha fundado a seguir uma empresa comercial, *Santos & Oliveira Bolelle* e residia estavelmente na capital Moçambique. Com toda a probabilidade, portanto, Fornasini chegou primeiro a Moçambique para se encontrar com Vicente Tomás dos Santos, antes de chegar a Inhambane.<sup>63</sup>

Em qualidade de representante da companhia do Sr. dos Santos, Fornasini, homem culto, enérgico e empreendedor, conseguirá tornar-se, no arco de pouco tempo, um dos homens públicos mais importantes de Inhambane. Durante a sua permanência em Inhambane, onde morrerá em 1868, ele será comerciante, naturalista, político e tornar-se-á o fundador de uma família que oferecerá uma importante e notável contribuição à vida da colónia de Moçambique.

Olhando agora para a vida privada de Fornasini, também aqui as fontes disponíveis não são unívocas. Por um lado, Gomes e Sousa escreve que em 1839 constava nos arquivos paroquiais de Inhambane a prova do seu casamento com a viúva Gonçalves Damas.<sup>64</sup> Por outro lado, Liesegang sustém que o comerciante de origem bolonhesa nunca se casou e viveu *maritalmente* desde 1835 até 1836 e de 1842 a 1855 com a viúva Gonçalves Damas, e de 1837 a 1838 com uma outra viúva, Albertina dos Santos Pinto.<sup>65</sup> Deixando de lado este ponto de incerteza, aquilo que é certo é que Fornasini teve cinco filhos, todos da senhora Gonçalves Damas: Carolina Augusta, João António, Amelia, Paulino António e Albertina. Veremos de seguida que os dois filhos varões se tornaram, tal como o

---

<sup>62</sup> GERHARD LIESEGANG, *Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, II, II: três autores sobre Inhambane: vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca. 1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969)*, in: <<ARQUIVO>>, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, N° 8, Outubro 1990, p. 79. O outro italiano de que fala G. Liesegang é António Albasini, acompanhado pelo filho João. Teremos ocasião de falar amplamente dos Albasini nas páginas sucessivas.

<sup>63</sup> MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo, 30.VII.2004.

<sup>64</sup> ANTÓNIO de FIGUEREIDO GOMES e SOUSA, ob. cit.p. 67. Também a Senhora Maria José Fornasini afirma que o bisavô contraiu matrimónio com Albertina Gonçalves Damas, MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo, 30.VII.2004.

<sup>65</sup> GERHARD LIESEGANG, ob. cit., nota 71, p. 123.

pai, personagens públicas e conhecidas (militar e político o primeiro, comerciante e político o segundo).

Pela sua actividade de comerciante (e aqui abre-se um parêntese sobre a paixão que Fornasini começa a cultivar em Moçambique), ele viaja frequentemente não só ao longo da costa moçambicana, onde no período entre 1837 e 1844 vai diversas vezes à Ilha de Moçambique,<sup>66</sup> mas também à Índia (1846-1847).<sup>67</sup>

Durante estas viagens nasce em si uma paixão: a botânica e a história natural (o facto que se dedicou ao estudo da história natural numa aldeia bastante isolada – como era Inhambane naqueles tempos – e ainda por cima numa terra como Moçambique – onde estes tipos de estudos eram bastantes desconhecidos naqueles tempos – demonstra a elevada cultura de Fornasini).<sup>68</sup> Em 1842, o famoso naturalista alemão Wilhelm Karl Hartwich Peters, responsável do museu zoológico de Berlim, fez uma viagem a Moçambique proveniente de Angola e em Inhambane encontrou-se pessoalmente com Fornasini, convidando-o a cultivar esta paixão.<sup>69</sup> Assim fazendo, Fornasini começa a colher e coleccionar exemplares da flora moçambicana para os enviar para Itália ao Prof. Antonio Bertoloni, da Universidade de Bolonha e, em seguida, ao filho deste último, Giuseppe, também ele professor da mesma Universidade, e ao Prof. Giovanni Giuseppe Bianconi, discípulo de Antonio Bertoloni; com esses três mantém uma relação epistolar contínua, mantendo de tal modo uma ligação bem sólida com a sua cidade natal.

Além de exemplares de plantas moçambicanas, enviou para a Universidade de Bolonha várias espécies de conchas, algas, fósseis e animais típicos de Moçambique. Por isto, Fornasini é ainda hoje considerado um dos mais antigos e importantes coleccionadores de botânica de Moçambique. Grande parte do material recolhido por Fornasini por volta de 1845 foi inserida na colecção de Bertoloni, que foi conservada no Museu Real de Física e História Natural de Florença,<sup>70</sup> para mais tarde ter passado para o Instituto de Zoologia

---

<sup>66</sup> AHM, código 385, p. 27 e 54 e código 5876, p. 22.

<sup>67</sup> A. J. NOBRE, *A Guerra dos reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais Reinos Vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques*, Maputo, ed. G. J. LIESEGANG, Maputo 1986, Nota 58 (correspondência entre Cândido da Costa Soares e João da Costa Xavier de 12.III.1846).

<sup>68</sup> Cf. ALICE GOMES e SOUSA, ob. cit., p. 6.

<sup>69</sup> De regresso a Berlim, Wilhelm Peter escreverá *Naturwissenschaftliche Reise Nach Mossambique*, onde nalgumas passagens conta o seu encontro com Fornasini. Cfr. ANTÓNIO de FIGUEREIDO GOMES e SOUSA, ob. cit. p. 68.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

da Universidade de Bolonha, onde ainda hoje se encontra,<sup>71</sup> Uma outra parte, porém, ficou com os herdeiros de Bertoloni (sobretudo as cópias duplicadas e o material não classificado), e por volta dos anos trinta do século passado foi adquirida pelo Prof. Goidanich; depois, em 1937, o material restante e que não se encontrava em perfeito estado de conservação foi doada ao Prof. Muller que decidiu entregá-la ao Museu de História Natural de Trieste, onde ainda hoje se encontra.<sup>72</sup>

Muitos dos exemplares de plantas moçambicanas recuperadas por Fornasini em Moçambique foram objecto de várias publicações e de estudo por parte de notáveis naturalistas do século XIX.<sup>73</sup> Fornasini é considerado um dos primeiros entomólogos italianos e em 1850, pelo seu mérito como naturalista, foi nomeado sócio honorário da Academia de Ciências de Bolonha.

Fechamos este parêntesis sobre a paixão pela botânica e pela história natural, para voltar à vida em Inhambane. Fornasini – como já se disse – tornou-se ao longo dos anos uma das personalidades mais conhecidas da cidade com aquela característica típica dos italianos de adaptação ao lugar para onde se emigra, Fornasini sente evidentemente esta terra como a sua segunda pátria e em 23 de Julho de 1840 naturaliza-se português.

Já antes desta data, todavia, Fornasini participa na vida política da cidade e do País: em 1836 é eleito comandante da guarda civil de Inhambane, suscitando não pouca polémica entre os diversos residentes que protestavam por esta sua eleição pelo facto de ser um estrangeiro.<sup>74</sup> Depois de se ter naturalizado português, encontramos Fornasini com o cargo de delegado do Régio Procurador para

---

<sup>71</sup> R. POGGI e C. CONCI, *Elenco delle collezioni entomologiche conservate nelle strutture pubbliche italiane*, in: *Memorie della Società Entomologica Italiana*, Vol. 75, suplemento al Bollettino della Società Entomologica Italiana, Vol. 128 (1), Roma 31 de Julho de 1996. Na página 18 encontra-se a citação relativa a Giuseppe Bertoloni (1804 -1878) «a Coleção Palearctica e os materiais recolhidos por C. Fornasini em Moçambique encontram-se no Museu Zoológico da Universidade de Bolonha (códigos A 1880 S 1000)».

<sup>72</sup> REALE ACCADEMIA D'ITALIA, *Missione biologica nel paese dei Borana – Raccolte zoologiche*, Roma 1939-1940 (XVII e XVIII), vol. II, p. 376.

<sup>73</sup> ANTONIO E GIUSEPPE BERTOLONI, *Illustrazione di piante Mozambicensi*. (esta obra, com o subtítulo *Memoria letta all'Accademia delle Scienze dell'Istituto di Bologna nella sessione del giorno 7 Febbrajo 1850*, foi publicada em várias partes nas *Memórias* da Academia de Ciências de Bolonha de 1850, II, pp. 561-586; III, pp. 249-268; IV, pp. 553-554; V, pp. 463-482). ANTONIO BERTOLONI, *Miscelânea Botânica*, VIII, 1849, p. 18. (nesta obra, o Prof. Bertoloni dedica ao nome de Fornasini um género de planta: *Fornasiniana*). Estas duas obras de Bertoloni são citadas por: ANTÓNIO DE FIGUEREIDO GOMES de SOUSA, ob. cit., p. 68. GIOVANNI GIUSEPPE BIANCONI, *Specimina Zoologica Mosambicana*, citado por: ALICE GOMES e SOUSA, ob. cit., p. 12.

<sup>74</sup> AHM, código 448, p. 250 e p. 264.

Inhambane, que ocupará – com algumas peripécias de entremeio – até 1851, quando é demitido directamente pelo Governador General de Moçambique.<sup>75</sup>

Sucessivamente, encontramos Fornasini protagonista “indirecto” da revolta de Inhambane de 1850. Para referir esse episódio, começamos da citação do nome de Fornasini numa carta de 1849 do Governador do Distrito de Inhambane, António Paulo de Sousa, com a qual era suspenso o sacerdote Joaquim de Santa Rita Montanha do cargo de professor da Escola Régia de Primeiras Letras da cidade de Inhambane. Sem entrar nos detalhes que levaram a esta decisão (que não é assunto do nosso estudo), é aqui suficiente recordar que, com tal carta o Governador descrevia o prelado como um religioso que se dedicava principalmente ao seu papel de «encarregado da Companhia Comercial de Vicente Tomas dos Santos [...], reservando o pouco tempo que lhe restava dos seus afazeres para se entreter com o “perturbador do socego público”, Carlos António Fornasini, a criticar a obra do Governo distrital fazendo-lhe uma aberta oposição».<sup>76</sup>

Perturbador da ordem pública! Assim era descrito o Fornasini pelas autoridades distritais de Inhambane, fazendo emergir o carácter enérgico e combativo deste homem que de maneira alguma se sente à margem da vida pública pelo facto de ser um dos últimos chegados, mas que pelo contrário nela participa animadamente, chegando a criticar directamente o Governador do Distrito e a Câmara Municipal. E é mesmo contra a Câmara Municipal que durante 1849 Fornasini endereça vários protestos e contestações, devido à desordem criada na cidade pela livre circulação de burros e porcos.<sup>77</sup> A sua personalidade e as suas tomadas de posição – que o devem ter tornado bastante famoso na cidade – culminarão com a sua participação “(in)directa” na conhecida revolta de Inhambane de 1850.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> AHM, código 385, p. 27 e seguintes e p. 75.

<sup>76</sup> AHM, código 1544, p. 59.

<sup>77</sup> Fornasini não poupa nestas ocasiões os adjectivos de «silencioso e apático» ao Município que nada faz e deixa os burros e os porcos vagarem dia e noite pela cidade, sem preocupar-se que «em todos os Paizes civilizados do universo isto não acontece». Cf. AHM, código 385, p. 45 e seguintes.

<sup>78</sup> As rebeliões dos residentes (incluindo os súbditos brancos) nos vários presídios portugueses da costa moçambicana contra os governadores distritais, enviados da metrópole ou da capital da colónia, eram bastante frequentes em Moçambique por volta da metade do século XIX. Conhecem-se casos deste género no Ibo, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques, e também na capital Moçambique. Tais pequenas revoltas eram devidas sobretudo a fricções que se criavam entre os Governadores dos distritos e as Câmaras Municipais, controlados pelas oligarquias locais, para além do descontentamento suscitado no seio das companhias comerciais com a entrada em vigor em 1836 do decreto que abolia o comércio

A de 1850 em Inhambane, foi uma revolta da Câmara Municipal contra o Governador do distrito, que nasce de um episódio aparentemente de todo estranho à rivalidade existente entre as duas instituições. O episódio que fez estalar a cintila, foi de facto, uma questão de rivalidade pessoal entre Carlos António Fornasini e André Lopes Pereira da Silva, tenente-coronel das milícias de Inhambane, que na altura desempenhava as funções de juiz ordinário da cidade. Deixamos espaço às palavras do Governador Geral de Moçambique, Domingos Fortunato Torre do Vale, que na comunicação oficial nº 319 de 14 de Janeiro de 1851 ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, no fazer o relatório da revolta, conta o envolvimento de Fornasini nos episódios referidos à revolta.

«[...] Em 5 de Outubro último fizera a Câmara Municipal afixar nos lugares do estilo as listas do recenseamento para os diferentes cargos municipais: no dia 10 do mesmo mês apresentou Carlos António Fornasini italiano de origem, e hoje naturalizado cidadão português, uma reclamação para que André Lopes Pereira da Silva, que ali reside há mais de dezoito anos, que é tenente coronel de milícias, confirmado por Sua Magestade e que então servia de Juiz Ordinário fosse eliminado do recenseamento alegando que é súbdito espanhol, oferecendo como documento para prova a causa alegada uma certidão de um assentamento de baptismo, no qual o mencionado André foi padrinho. No dia 14 de Outubro decidiu a Câmara a reclamação, fazendo eliminar do recenseamento o referido André Lopes Pereira da Silva [...].

O Governador interino, o major Francisco Xavier Ferreira, dirigiu em data de 16 um ofício à Câmara, ordenando-lhe que reconhecesse o referido André como cidadão português, e como tal o fizesse recensear. A Câmara não reconheceu a autoridade do Governador, e este ordenou à Câmara em data de 18, que se considerasse dissolvida. [...]

A Câmara recusou receber o ofício [...] e responderam que não consideraram a Câmara dissolvida. Em consequência, mandou o Governador prender no dia 20 os membros da Câmara, e os fez recolher na praça. Na noite do 22, pelas dez horas, estando o Governador na sua residência, e achando-se também ali o Juiz

---

dos escravos a partir dos territórios portugueses que, em princípio, os Governadores eram chamados a fazer respeitar. Cf. GHERARD LIESEGANG, ob. cit., p. 93 e p. 129. Para uma história mais exaustiva das revoltas nos vários presídios portugueses em Moçambique contra o poder colonial, veja-se: RENÉ PELISSIER, ob. cit..

Ordinário André Lopes Pereira da Silva [...] invadiam a casa entrando pelo fundo, vinte e dois indivíduos, capitaneados pelo escrivão da Feitoria, João Caetano Dias [...].

Nessa ocasião foram presos o Governador, o Juiz Ordinário [...]. Na indicada manhã do dia 23 reuniu-se a Câmara, e juntamente com a população amotinada procedeu à nomeação de um chamado Governo Provisório, que compôs da seguinte maneira [...]».<sup>79</sup>

Não é este o lugar para nos ocuparmos detalhadamente dos resultados desta revolta urbana. Merece no entanto salientar que a rivalidade entre Fornasini e Lopes Pereira da Silva prolongava-se já há algum tempo e parece que teve início quando, em 1849, durante uma discussão acesa durante uma assembleia da cidade que se estava a realizar na catedral de Inhambane da Nossa Senhora da Conceição, convocada para decidir sobre a eleição de Fornasini a guarda civil, Lopes Pereira da Silva tivesse provocado Fornasini, o qual parece que chegou a esbofetear o seu rival. Lopes Pereira da Silva, aproveitando-se do seu cargo de juiz ordinário, aproveitou este incidente para organizar um processo contra Fornasini, o qual evidentemente se quis vingar do episódio do processo contra si, apresentando um ano mais tarde a reclamação acima mencionada, que justificava a suposta falsa cidadania portuguesa de Lopes Pereira da Silva.<sup>80</sup>

As suas tomadas de posição, duras e decididas, como já vimos, não excluíram o futuro sucesso político de Fornasini em Inhambane nem diminuiu a alta consideração que tinha conseguido criar à volta da sua pessoa.

Tudo isto é extremamente claro, para além de quanto até agora exposto, com o facto de que em 1851 Fornasini foi eleito deputado às cortes por Inhambane e que no mesmo ano é eleito presidente da Câmara da cidade de Inhambane, cargo em que se manteve por cinco anos.

A sua popularidade chega até ao nível distrital de Inhambane, como demonstra o episódio de Maio de 1855, quando, o Governador do Distrito de Inhambane, Oliveira, recebeu uma carta de um grupo de boeres de Zoutpansberg, no Transvaal, que pediam de poder dar início ao tráfego comercial com o porto de Inhambane, convoca um

---

<sup>79</sup> AHM, código 11-25, pp. 30-32. Carta datada de 14 de Janeiro 1851, N°319, do Governador Geral da Província de Moçambique ao Ministro e Secretário de Estado para os Assuntos da Marinha e do Ultramar.

<sup>80</sup> AHM, código 1544, pp. 59-61. O episódio da bofetada de Fornasini ficou evidentemente famoso e foi contado ao longo dos anos no seio da família, MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo, 30.VII.2004.

adjunto para considerar o pedido boer e decidir o que fazer. Entre os convocados não falta o nosso Fornasini.<sup>81</sup>

Durante os anos em que Fornasini governou a cidade, Inhambane não era muito desenvolvida sob o ponto de vista demográfico. A sua fundação era de facto relativamente recente. Se bem que desde os séculos XVI e XVII a baía de Inhambane fosse utilizada para o comércio pelos navios portugueses, e não obstante já desde 1708 o topónimo *Riviere et Port d’Inhambane* estivesse presente na *Carte du Congo e de Pays des Cafres* de G. de L’Isle, será somente entre 1729 e 1758 que os portugueses lançarão as bases de posto permanente, ao qual será reconhecido o *status* de cidade a partir de 1761.<sup>82</sup>

Na época de Fornasini, Inhambane era caracterizada por uma discreta estratificação social. Deve-se ao período em que Fornasini é Presidente da Câmara o primeiro recenseamento da população de Inhambane, publicado em 12 de Março de 1855, que traz à luz tais características de heterogeneidade (típica das possessões costeiras portuguesas em Moçambique desde a metade do século XIX, quando muito concentrada era a presença de muçulmanos).<sup>83</sup> O número dos habitantes de Inhambane era pouco inferior a quatro mil, dos quais cerca de mil homens livres e pouco mais de três mil escravos.<sup>84</sup>

Sempre no período em que Fornasini é Presidente da Câmara, têm início importantes obras sob o ponto de vista urbanístico para a reconstrução e ampliação da cidade, no seguimento do incêndio de 1854. Assim, é construída a igreja Nossa Senhora da Conceição, da qual recebe o nome a praça onde está localizada e têm início os trabalhos de reconstrução da fortaleza de pedra de S. João de Boa Vista.<sup>85</sup>

Pelos seus méritos, Fornasini foi distinguido com uma das mais prestigiosas condecorações de Portugal: o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

---

<sup>81</sup> AHM, código 764, p. 21.

<sup>82</sup> CÂNDIDO TEIXEIRA, *História do estabelecimento permanente dos portugueses em Inhambane e da fundação da povoação*, in: SANDRO BRUSCHI e BENJAMIM ALFREDO SONDEIA (org.), *Inhambane, elementos de história urbana*, Edições FAPF, Maputo 2003, pp. 10-35.

<sup>83</sup> GERHARD LIESEGANG, ob. cit., p. 90.

<sup>84</sup> Não deve surpreender a distinção entre homens livres e escravos, porque somente em 1858 Portugal decretará o fim da escravatura (ver nota nr. 24, 1º capítulo).

<sup>85</sup> ARMANDO MARIA DIONÍSIO, *Praça da Nossa Senhora da Conceição e Forte de S. João de Boa Vista*, in: <<MONUMENTA – Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique>>, N.º IV, Lourenço Marques 1968, pp. 25-29, citado por: SANDRO BRUSCHI e BENJAMIM ALFREDO SONDEIA (org.), ob. cit., p. 42.

Abandonamos deste modo as peripécias do pioneiro da presença italiana em Moçambique para escrever algumas linhas sobre os seus dois filhos varões, também eles discretamente famosos na história deste País.

O distrito de Inhambane, correspondente à actual província que agora tem o mesmo nome, sofreu transformações de ordem social e económica por volta dos anos sessenta do século XIX. No território do distrito os africanos podiam gozar de uma certa emancipação social e administrativa.<sup>86</sup> Embora o controlo político fosse assegurado principalmente por portugueses europeus, não constituía excepção ver funcionários africanos empregados no sistema tributário ou no aparato jurídico. Por outro lado havia toda uma série de quadros mulatos e muçulmanos que exerciam papéis importantes nos diversos sectores da administração do distrito.<sup>87</sup>

Entre estes contava-se o primogénito de Carlos António Fornasini, João António, o qual não passará sem deixar uma marca – tal como o pai – na história de Moçambique durante a segunda metade do século XIX.

João António Fornasini, nascido em Inhambane em 1842, foi incorporado no exército com dezasseis anos e em 1867, à idade de vinte e cinco, um ano antes da morte do pai, é promovido alferes. Após ter feito uma brilhante carreira, em 1880 é nomeado Governador de Sofala. Em 18 de Dezembro de 1884 é promovido à patente de coronel e em seguida, em Outubro de 1891, nomeado Governador *ad interim* do distrito de Inhambane, em substituição de Alfredo de Cró e Castro Ferreri.<sup>88</sup>

Nos fins dos anos Oitenta este jovem coronel de origem italiana suscitava opiniões diferentes – diametralmente opostas – entre as várias autoridades portuguesas. Assim, Jorge Pinto de Moraes Sarmiento, que por vários anos estará ligado à Companhia de Moçambique, escreverá em Dezembro de 1884 que o oficial Fornasini era um homem «extremamente orgulhoso, vingativo e pouco inteligente» e que estas suas características tornavam o seu trabalho «insatisfatório» e ele não merecia confiança.<sup>89</sup>

A esta opinião contrapõe-se, em 1885, a do sucessor de Moraes Sarmiento, Fernando Schwalbach, o qual tinha uma excelente

---

<sup>86</sup> GERHARD LIESEGANG, ob. cit., pp. 102-103.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> AHM, Fundo: *Século XIX, Governo do Distrito de Inhambane*, CX.8-9 M1 (1-17).

impressão do oficial, chegando a afirmar que como «capitão-mor desempenha o seu cargo perfeitamente bem...vive bem, é subordinado e exacto».<sup>90</sup>

Para finalidade do nosso estudo sobre a presença italiana em Moçambique na era portuguesa, é aqui interessante notar que, antes de João António Fornasini, o cargo de capitão-mor de Inhambane foi desempenhado por mais de vinte anos por um certo José Loforte, que atingiu o período de máximo poder entre 1860 e 1870 e que alguns autores não excluem poder ser de origem italiana.<sup>91</sup>

João António Fornasini manterá o cargo de capitão-mor por diversos anos, até metade da última década do século. Nesse período, o controlo do exército português não se estendia a todo o distrito de Inhambane: limitava-se, de facto, a uma zona que compreendia uma área de 80 quilómetros a norte de Inhambane, 120 quilómetros oeste e 150 a sudeste. As guerras que os vários *regulados* locais faziam contra os portugueses e mesmo entre eles, impediam um maior controlo do território, causado também pelo facto de que em Inhambane estavam presentes somente uma centena de soldados sob o comando de Fornasini.<sup>92</sup>

Fornasini recebeu por diversas vezes ordens para pacificar as escaramuças locais. Uma das suas “acções militares” mais famosas foi a de 1886, quando o Governador distrital de Inhambane, António Cândido Vidal de Sousa, lhe deu ordens para impedir o avanço dos regimentos de Gungunhana, que provenientes de Gaza se estavam a dirigir para norte, em direcção de Vilanculos, para mover guerra aos *regulados* vassallos de Inhambane.<sup>93</sup>

É mesmo em relação a uma das acções militares a levar a cabo contra estes *regulados* locais, que o coronel Fornasini, demonstrando um carácter decidido, entrará em choque aberto com os seus superiores. Em 1892, o tenente-major Pinto Pizarro realiza uma viagem de inspecção a Inharrime, com a finalidade de estudar um plano de ataque contra Zavala, um *regulado* que ocupava uma área a sul do rio Inharrime, e que se tinha demonstrado no passado muito reticente em aceitar vassalagem aos portugueses.<sup>94</sup> O coronel

---

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> RENÉ PELISSIER, ob. cit., Vol.II, nota n°67, p. 209.

<sup>92</sup> *Ibidem*, pp. 277-278. O *regulo* é o chefe tradicional.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>94</sup> *Ibidem*, pp. 209-212 e pp. 222-226. A primeira campanha militar portuguesa contra Zavala foi realizada em 1862, por causa dos obstáculos que os comerciantes de marfim de Inhambane encontravam nas terras por sob seu controlo.

Fornasini não aprovará os termos do ataque decidido, entrando de tal forma em choque com Pinto Pizarro e provocará a reacção deste último, o qual – dirigindo-se ao Governador Geral da Província, Rafael Tiago Lopes de Andrade – escreverá em Março de 1892 que «o coronel Fornasini recebeu mal a minha chegada. Natural da província, negro [em realidade era mulato], com todos os defeitos da sua raça, autoritário até ao ponto de ser despótico, crendo-se o Senhor(Chungo) das terras de Inhambane...».<sup>95</sup>

A este relatório feito por Pizarro, o Governo Geral de Moçambique reage e em Julho do mesmo 1892 uma portaria provincial Fornasini do comando das terras firmes.<sup>96</sup> Não obstante a exoneração, Fornasini será sucessivamente promovido à patente de general, torna-se entretanto famoso como o General Fornasini.

Em Inhambane, entre 1890 e 1895, é construída uma residência, conhecida como Palácio Fornasini, para habitação do General. Considerada pelos especialistas como um exemplo de arquitectura colonial de prestígio do fim do século XIX, deu o nome à rua em que se situava, Rua General Fornasini, actual Rua de Chimoio.<sup>97</sup> O General Fornasini, casado com uma prima, morrerá em 1900 em Inhambane sem ter deixado descendentes.<sup>98</sup>

Concluimos este parágrafo dedicado aos Fornasini, oferecendo algumas informações sobre o segundo filho varão de Carlos António Fornasini, Paulino António.

Também nasceu em Inhambane, em 1853, e transferiu-se para Lourenço Marques, tendo tido quatro filhos de duas diferentes mulheres (Felicidade, Carlota, Tomás António e Leontina). Paulino António, seguindo os passos do pai, virá a ser um importante e influente empresário comercial e mercantil, chegando a ser sócio da *Bryner and Wirth*, uma das casas comerciais mais importantes de Lourenço Marques da época, e assumiu vários cargos políticos, chegando ao cargo de Vereador do Município de Lourenço Marques. No biénio 1894-1895 foi Juiz de Direito de Comarca.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> Carta datada 8.III.1892, in: AHM, Fundo Século XX, Governo do Distrito de Inhambane, 8-52 M3 (8).

<sup>96</sup> GERHARD LIESEGANG, ob. cit., p. 103.

<sup>97</sup> Para um aprofundamento sobre estudos arquitectónicos do Palácio Fornasini e dos seus trabalhos de restauração de Maio de 2002, veja-se: SANDRO BRUSCHI e BENJAMIM ALFREDO SONDEIA (org.), ob. cit., pp. 66-67.

<sup>98</sup> MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo, 30.VII.2004.

<sup>99</sup> CARLOS SANTOS REIS, *A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Lisboa 1973, p. 45.

Nos anos seguintes, por volta do fim do século, fez uma viagem à Europa, primeiro a Paris para tratamento médico e depois à Alemanha, para visitar um primo que para ali tinha ido estudar. Prosseguiu depois para Londres, em viagem de negócios. De Paris escreveu a última carta à família residente em Lourenço Marques, antes de morrer em Londres em 1899.<sup>100</sup>

## 2.2) António Albasini e João Albasini

Falar, aliás, escrever sobre os Albasini não é uma tarefa fácil. Por um lado, de facto, esta família é conhecidíssima em Maputo assim como em grande parte do País, sobretudo por ter dado à história de Moçambique personagens como João Albasini e José Francisco Albasini, conhecidos jornalistas nos primeiros anos do século XX. Por outro lado, não existem senão escassas informações, e ainda por cima contraditórias entre si, às quais se pode fazer referência para conhecer a vida do seu fundador (António), que pôs pé nesta terra em 1831. Não são muitas, no fim, as fontes que nos contam as aventuras de Giovanni (João) Albasini, filho do fundador, que se tornou famoso em Moçambique e, sucessivamente, no Transvaal, na segunda metade do século XIX.

Vejamos, então, de juntar os dados à disposição para procurar delinear a história desta família em Moçambique.

È de realçar, em primeiro lugar, que não nos é dado saber o ano em que nasceu António Albasini. Não sabemos com certeza nem sequer quais são as suas origens em Itália. Encontramo-lo em Portugal – para onde emigrou provavelmente entre o fim do século XVIII e início do século XIX – onde a primeira data certa a que se pode fazer referência é a do seu segundo casamento, celebrado em 13 de Fevereiro de 1809 em Lisboa, com uma senhora de nome Maria da Purificação, aparentemente de origem espanhola.<sup>101</sup> É também certo

---

<sup>100</sup> MARIA JOSÉ FORNASINI, *Entrevista com o autor*, Maputo, 30.VII.2004.

<sup>101</sup> Cf. EDWARD C. TABLER, *Pioneers of Natal and Southeastern Africa (1552-1878)*, Londres s.d., p. 2., citado por: DIOCLECIANO FERNANDES das NEVES e ILÍDIO ROCHA, *Das terras do Império Vátua às praças da República Boer*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1987, p. 196. A primeira mulher de António Albasini, de quem ficou viúvo, foi Isabel Maria.

que, em Maio de 1812 nasceu o seu filho João, que adquiriu *jus solis* a cidadania portuguesa.

Convencido que tentar a sorte em Moçambique devia ser mais frutuoso do que ocupar-se de comércio em Lisboa, António Albasini, junto com o filho João deixa Lisboa para chegar a Lourenço Marques em 1831, naquele tempo pouco mais do que um aglomerado, constituído por «duas casas de construção europeia, setenta de madeira, quarenta de pedra e argila e muitas palhotas». <sup>102</sup>

António Albasini e o filho João chegaram a Moçambique ao serviço da Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane, o primeiro como inspector e o segundo como contabilista. Uma vez chegados, pai e filho informaram-se sobre os locais e possibilidades para o comércio de marfim. Obtida a informação, dirigiram-se para a zona do actual distrito de Marracuene e subiram o rio Incomati desde a foz até Tanninga (lugar privilegiado para o comércio de marfim que na época provinha das zonas internas de Magude e Gaza), onde decidiram estabelecer o acampamento da Companhia para a qual trabalhavam. <sup>103</sup> Aqui começaram um profícuo comércio de marfim, conquistando a estima das populações locais as quais, evidentemente, tinham acolhido de bom grado esta feitoria, já que lhes permitia poupar o grande esforço que era a caminhada até Lourenço Marques para vender o marfim.

Após alguns anos, provavelmente a seguir a um ataque desencadeado contra a feitoria pelo Rei *Vátua*, no contexto mais geral dos ataques contra os portugueses instalados na baía de Lourenço Marques, António Albasini regressou a Lisboa (em 1834), deixando o filho a tomar conta das actividades comerciais em Moçambique. <sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> EDUARDO NORONHA, *O distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*, Lisboa 1895, p. 185, citado por: LUIGI CORVAJA, *Maputo, città capitale del Mozambico. Disegno e Architettura*, Fratelli Palombi Editori, Roma 1998, nota 1, p. 41. Para um aprofundamento sobre a criação da baía e da cidade de Lourenço Marques, veja-se: CAETANO MONTES, *Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques, 1500/1800*, Lourenço Marques, 1948; ALEXANDRE LOBATO, *História da fundação de Lourenço Marques*, edições Revista Lusitânia, Lisboa 1948.

<sup>103</sup> Gen. FERREIRA MARTINS, *João Albasini e a colónia de S. Luis. Subsídio para a história da Província de Moçambique e das suas relações com o Transvaal*, Ministério do Ultramar, Coleção pelo Império, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa 1957, p. 15.; DIOCLECIANO FERNANDES das NEVES e ILÍDIO ROCHA, ob. cit., p. 197. Esta última obra, na realidade, é constituída pela reedição da seguinte obra: DIOCLECIANO FERNANDES das NEVES, *Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes*, Tipografia Universal, Lisboa 1878, seguida por estudos bibliográficos sobre o próprio D.F. das Neves e sobre João Albasini, por Ilídio Rocha.

<sup>104</sup> DIOCLECIANO FERNANDES das NEVES e ILÍDIO ROCHA, ob. cit., pp. 197-198.

Por aqui, infelizmente, exaurem-se as informações sobre a vida de António Albasini em Moçambique e, ao mesmo tempo, terminam também as informações sobre o resto da sua existência, passada com toda a probabilidade em Portugal. Há porém informações disponíveis sobre o filho João, que se tornou um famoso colono em terra sul africana.

Antes de contar as aventuras africanas de João Albasini, porém, vale a pena determo-nos um pouco sobre uma questão que atirou nossa curiosidade e que deixa em aberto não poucas dúvidas. Quais eram as origens italianas de António Albasini? Se no que diz respeito a Fornasini não havia incertezas sobre a sua proveniência, no caso de Albasini não se pode dizer o mesmo. A sua personagem está sem dúvida envolvida por um certo mistério, que nós não podemos que confirmar depois das várias tentativas feitas para recolher algumas informações sobre a sua precisa proveniência em Itália. Vejamos o porquê.

O General português Ferreira Martins, na sua obra dedicada a João Albasini, sustém que o pai, António, fosse de família italiana nobre, originária da Sardenha. Ele afirma também que não há dúvidas sobre a proveniência de António Albasini, sem que no entanto ofereça alguma prova documentada como base para esta sua certeza.<sup>105</sup> Não existindo ainda na época a Itália unida, não é claro se o autor, com o topónimo Sardenha, entenda a ilha da Sardenha ou o Reino da Sardenha. Esta falta de precisão já faz surgir uma primeira dúvida sobre a proveniência de Albasini.

Paradoxalmente, a incerteza sobre a proveniência de António Albasini é indirectamente provada pelo próprio Ferreira Martins, quando menciona no seu livro o conteúdo de um documento redigido por um magistrado sul africano de Pietersburg, nas proximidades de Pretoria, datado 9 de Outubro de 1936, ao qual tinha sido pedida uma contribuição para fazer luz sobre a história de Albasini. O magistrado sul africano escrevia: «[...] *One version, which is probably more reliable than several others that have been given to me, is that the father of João Albasini was an Austrian (Italian) subject, who was driven from or had to fly from Italy for treason against Austria [...]*».<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Gen. FERREIRA MARTINS, ob. cit., p. 14.

<sup>106</sup> *National & Historical Monuments, Relics & Antiques: history of João Albasini*, citado por: Gen. FERREIRA MARTINS, ob. cit., pp. 121-122.

Este documento abre portanto a possibilidade a que António Albasini fosse proveniente de uma região diferente que não a Sardenha. Ferreira Martins, mencionando um outro documento interessante, faz indirectamente tomar também a hipótese que António Albasini tivesse sido um Capitão da Marinha Militar italiana, hipótese por ele mesmo avançada com base em declarações feitas pelos descendentes sulafricanos de Albasini. Devemos obrigatoriamente supor, ainda, que ao apresentar esta hipótese Ferreira Martins vivesse tido em conta que falar de Marinha militar italiana neste âmbito parecia não muito apropriado, dado que estamos ainda longe de 1861, ano da unificação da Itália sob uma só coroa. Referimo-nos à carta com a qual o Ministério italiano da Marinha, em Junho de 1935, responde a um funcionário da Legação de Portugal em Roma a propósito de uma investigação de arquivo sobre António Albasini pedida por conta de um historiador português: «*In risposta alla Sua lettera del 18 volgente sono spiacente comunicarle che negli archivi di questo Ufficio Storico non risultano notizie biografiche di Antonio Albasini. Eguale esito negativo hanno avuto le ricerche fatte presso gli altri uffici del Ministero della Marina – Distinti Saluti – Il Capitano di Vassello – Capo dell’Ufficio Storico – Guido Almagià*».<sup>107</sup>

Um outro autor português, na sua biografia de João Albasini, diz-nos que o pai deste último, nasceu e foi baptizado «na freguesia de São Pedro do Lugar de Mizouco, bispado de Coira, Itália» – obtendo esta informação dos registos de baptismo de João, ocorrido em 1812 na paróquia de S. Lourenço em Lisboa – e que antes de se transferir para Portugal vivia «do seu Negócio de Nação Tirolesa».<sup>108</sup>

Desejosos de poderem confirmar através do registo de baptismo as origens deste pioneiro da presença italiana em Moçambique, começámos por procurar localizar a paróquia de “São Pedro do Lugar de Mizouco”, na Diocese de Coira, que resultou ser a *Parrocchia di San Pietro e Paolo a Mesocco*.<sup>109</sup> Foi consultado o pároco de tal paróquia e de seguida um especialista dos arquivos da Diocese de Coira, hoje parte do território suíço, mas que na época do baptismo de António Albasini (provavelmente no fim do século

---

<sup>107</sup> Cf. Gen. FERREIRA MARTINS, ob. cit., p. 104.

<sup>108</sup> DIOCLECIANO FERNANDES das NEVES e ILÍDIO ROCHA, ob. cit., nota 62 e nota 63, p. 196.

<sup>109</sup> O secretário da *Bistum Chur*, respondendo a um pedido do autor, afirma que «[...] A paróquia por si procurada pode na minha opinião ser somente *S. Pietro e Paolo a Mesocco*. Continua a fazer parte da nossa Diocese e encontra-se a sul do Cantão dos *Grigioni*, em direcção de Bellinzona». Rev. Dott. MARTIN GRICHTING, *Carta endereçada ao autor*, 22.X.2004.

XVIII) pertencia à *Lega Grigia*, que só em 1803 confluiu, junto com as outras Ligas, na Confederação Helvética como Cantão dos Grigioni.<sup>110</sup>

Pois bem, das respostas que conseguimos obter resultou que no *Liber Baptizatorum* de Mesocco não aparece a escritura do registo de baptismo de António Albasini. Isto não significa que a família não residisse efectivamente naquela localidade: existia, de facto, entre os séculos XVIII e XIX, uma família Albasini, cujo patriarca se chamava João, que vivia em Mesocco, casado com Maria Maddalena Zanetti, proveniente da região trentina, mesmo se não era – contrariamente a quanto afirmam as fontes portuguesas acima citadas – de origem nobre. O tal João Albasini baptizou três filhos entre 1795 e 1797, que foram regularmente registados.<sup>111</sup>

Dito isto, é também necessário sublinhar que «[...] o facto de que [António Albasini] não resulte no livro de registo dos baptizados pode depender do estado de conservação do registo, onde há páginas separadas, muito deterioradas, das quais facilmente pode faltar alguma».<sup>112</sup> Além disso, «é possível que o baptismo não tenha sido registado, mesmo porque nos registos paroquiais de Mesocco há muitas lacunas, especialmente no fim do século XVIII, que foi um período terrível para a Mesolcina, com a passagem e repassagem das tropas austro-húngaras/russas bem como francesas (portanto com pilhagens e outros horrores que cada guerra traz consigo)».<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Mesocco, hoje município da zona italiana do Cantão dos Grigioni na Suíça, na época em que nasceu António Albasini era parte dos territórios e vales da Rezia que formavam a União das Três Ligas, unidas com o famoso Pacto de Vazerol de 1471. A Rezia foi sempre objecto de ideias expansionistas e imperiais por parte da Áustria, bem como objecto de desejo, desde os fins da Idade Média, tanto do Ducado de Milão como da República de Veneza, que tinham necessidade de controlar os passos alpinos. As invasões napoleónicas em Itália despertaram também as ambições francesas de ocupação destas terras, cujo destino é decidido definitivamente em 1803, quando – depois da possibilidade oferecida por Napoleão às zonas de língua italiana de confluírem na República Cisalpina – a União das Três Ligas decidiu confluir na Confederação Helvética com o nome de Cantão dos Grigioni.

<sup>111</sup> Para completamento de informação, consideramos útil transcrever de seguida a resposta que obtivemos por parte de Cesare Santi, um especialista dos arquivos da Diocese de Coira: «Recebi ontem a Sua carta. Controlei nas minhas transcrições dos registos de nascimento de Mesocco e encontrei quanto se segue. Em 26 de Janeiro de 1795 contraíram matrimónio em Mesocco João Albasini originário de Trentino, e Maria Madalena Zanetti. A família Zanetti chegou a Mesocco por volta de 1716 – eram pastores de ovelha, provenientes provavelmente da região de Bérgamo ou do vale Camonica – e ainda hoje há na Suíça alemã descendentes destes Zanetti. Do matrimónio nasceram três filhos, registados no *Liber Baptizatorum* 1785-1837 de Mesocco, ou seja: em 28.12.1795 os dois gémeos, Inocente Albasini e Maria Lúcia Rosália Albasini, e Maria Margarita Lídia Albasini, baptizada em 5.10.1797. No *Liber Mortuorum* de Mesocco 1790-1837 está registada a morte de João Albasini, ocorrida em 23 Fevereiro de 1799 em Mesocco. Estes são todos registos referentes aos Albasini que encontrei nos livros de registo». CESARE SANTI, *Carta endereçada ao autor*, 24.X.2004.

<sup>112</sup> Padre FRANCO CELLETTI, *Carta endereçada ao autor*, 25.X.2004. Celletti é o pároco de Mesocco.

<sup>113</sup> CESARE SANTI, *Carta endereçada ao autor*, 30.XI.2004.

Para continuar no ambiente do mistério sobre a proveniência dos Albasini, acenamos aqui a mais uma fonte, desta vez italiana, a qual sustém a tese que António Albasini seria na realidade um toscano, e cujo verdadeiro nome teria sido António Augusto Abbazzini, e que os portugueses teriam aportuguesado em “Albasini”; ele teria sido um importante mercante do Grão-ducado da Toscana, que se tornou refugiado político anti-Bonaparte e fugiu da Itália para Portugal nos anos turbulentos das guerras napoleónicas.<sup>114</sup>

À luz de tais considerações, embora não se podendo afirmar com certeza que António Albasini foi baptizado em Mesocco, pelo simples facto de que não existe o seu registo de baptismo na paróquia daquela localidade, tão menos se pode excluir – razoavelmente pensando – que ele foi filho daquele João Albasini proveniente da região do Trentino. Tanto mais se considerarmos que o filho que António Albasini teve em Lisboa foi baptizado com o nome do seu suposto avô, João, o que era coisa usual na altura, e que o mesmo João, alguns anos mais tarde, chamou uma das suas filhas legítimas nascidas no Transvaal com o nome da sua suposta avó paterna, Maria Maddalena.

A última dificuldade que esta suposição encontraria para poder ser válida pareceria ser o contraste entre quanto consta nos registos de baptismo de Mesocco sobre as origens humildes da família Albasini proveniente do Trentino e quanto diz Ferreira Martins sobre as origens nobres do colono João Albasini. (A menos que os Albasini de Mesocco não fossem descendentes dos Albasini originários do vale Anzasca, antiga jurisdição de Vogogna, hoje província de Verbania, na Itália, antiga e nobre família cujas origens remontam ao século XIII, probabilidade esta não completamente excluída por um dos maiores especialistas de investigação genealógica das famílias da Suíça italiana).<sup>115</sup>

Não se pode todavia excluir, que o sangue de João Albasini se tivesse tornado de repente em sangue azul (e conseqüentemente também o de seu pai) uma vez feito pela sua parte – como iremos ver dentro de pouco – um gesto valoroso em relação ao Rei de Portugal!

---

<sup>114</sup> Cf. GABRIELE SANI, ob. cit., nota nr. 8, p. 33. Sani, ao afirmar as origens toscanas de Albasini, menciona duas fontes: ERSILIO MICHEL, ob. cit., e W.J. DE KOCK, D.W. KRUGER & C.J. BEYERS, *Dictionary of South African biography*, Cape Town 1968. Da consulta das duas fontes citadas por Sani em apoio à sua tese, não se encontrou alguma referência sobre a proveniência toscana de Albasini.

<sup>115</sup> LUCA GIAMBONINO, *Carta endereçada ao autor*, 14.OS.2005. O dr. Giambonino é membro da “Sociedade Genealógica da Suíça Italiana”.

Estando assim as coisas, mantenhámos então como único elemento historicamente certo sobre António Albasini aquele da sua imigração para Portugal e da sua viagem para Moçambique, onde ficou não mais do que três anos, antes de voltar a Lisboa, como já referimos.

Tornando à história de João, sobre a qual tínhamos ficado antes de abrir este longo parêntese sobre as origens suas e de seu pai, diga-se imediatamente que ele – ao contrário do pai – ficou no continente africano para nunca mais o deixar, até ao momento da sua morte, em 1888. Em África ele foi protagonista de duas histórias separadas: a primeira – a que mais nos interessa – tem lugar em Moçambique, até ao ano de 1845; a segunda, articulou-se na República boer do Transvaal, para onde Albasini se transferiu e onde viveu o resto da sua vida.

No interior da savana moçambicana, continuando a sua actividade de comerciante de marfim, Albasini torna-se também um estimado caçador de elefantes. Nesses anos, entrou em contacto com um grupo de indígenas *changana*, na zona de Magude, pouco a norte de Lourenço Marques, aos quais rapidamente se uniu e com quem viveu quase fraternamente por diversos anos, conquistando a sua estima e amizade, que teriam durado e sido recordadas também pelas gerações futuras.<sup>116</sup> De uma mulher indígena deste grupo *changana* teve dois filhos naturais, António e Francisco João, ambos baptizados e educados em Lourenço Marques. O primogénito António morreu em 1874 sem descendentes; o segundo, Francisco João, casou-se com uma filha do *régulo* de Maxaquene; deste casamento nasceram quatro filhos: João Francisco, José, Maria Isabella e António Paulino.

A presença dos Albasini em Moçambique foi assegurada pelos descendentes naturais do aventureiro de origem italiana, já que ele – como foi dito – decide de se transferir para o interior, após um encontro que teve nos fins de 1844 com um grupo de boers provenientes do Transvaal que estavam à procura de estabelecer contactos com o porto de Lourenço Marques.

Albasini, desejoso de intensificar o seu tráfego comercial para a República dos boers, estabelece-se numa zona na margem do rio Save, chamada Mgomenye, famosa nos nossos dias por ser parte

---

<sup>116</sup> Em nome deste aventureiro de origem italiana, foi chamado o bairro na fronteira setentrional do distrito de Maputo (*bairro Albasini*), próximo do distrito de Marracuene, na zona vizinha ao rio Incomáti onde surgia desde o século XIX a área onde os Albasini se tinham instalado.

do Parque Nacional Krüger, na África do Sul.<sup>117</sup> A sua notoriedade foi muito mais marcada durante a segunda parte da sua vida passada no Transvaal, depois de se ter casado em 1850 com uma senhora boer, Gertina Maria Janse van Rensburg, filha de um dos primeiros pioneiros *africaner*, da qual teve 9 filhos. Além de comerciante, Albasini foi Vice-cônsul de Portugal na República boer do Transvaal desde 1859 e chegou a ser nomeado pelos próprios indígenas – com os quais soube conviver em amizade por mais de 30 anos – *Magwamba*, que significa chefe tribal, pela grande admiração que esta tribo sentia por ele. Após a sua morte, também um seu filho, o primogénito António, foi aclamado como chefe hereditário dos *Magwamba* e, depois dele, o neto, também ele João, foi igualmente proclamado chefe tradicional em 1908.<sup>118</sup>

Os historiadores portugueses, amam recordar esta personagem de origem italiana pelo gesto patriótico que quis fazer em 8 de Abril de 1868, quando decidiu doar todas as terras que lhe pertenciam em território sul-africano ao Rei de Portugal, Dom Luís. As terras estavam situadas nas margens do rio Save e estendiam-se até ao Incomáti, a uma distância de cinco dias de viagem de Lourenço Marques, a norte do paralelo 26.<sup>119</sup>

Tais possessões em território sul-africano doadas a Portugal passaram à história como a Colónia de S. Luís, que segundo as intenções de Albasini deviam servir para acolher os portugueses residentes no distrito de Lourenço Marques que desejavam estabelecer-se no interior da savana para desenvolver o comércio de marfim e para facilitar as trocas comerciais entre a República Boer do Transvaal e o porto de Lourenço Marques.<sup>120</sup>

A peculiaridade desta curiosa Colónia de S. Luís foi que teve somente dois dias de vida! Logo após a sua aprovação oficial por parte da Junta Consultiva do Ultramar em Lisboa, de facto, os plenipotenciários portugueses convidados para a terra boer para

---

<sup>117</sup> Quem visitar o Krüger Parque, entrando pela actual província sul africana de *Mpumalanga*, notará que há um pequeno monumento erigido a João Albasini.

<sup>118</sup> A personagem de Albasini, além de ser objecto de estudos biográficos por parte de vários historiadores portugueses, como já referido, foi também tema de estudiosos da história sul africana. Cf. J.B. de VAAL, *Die rol van João Albasini em die geskiedenis van die Transvaal*, Pretória, 1953; EDWARD C. TABLER, ob. cit.; JOAQUIM JOSÉ MACHADO, *De Lourenço Marques a Pretória*, in: <<BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA>>, nn. 11 e 12, Lisboa 1885.

<sup>119</sup> <<BOLETIM OFICIAL DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE – Iª Serie>>, n. 41 de 1868,. Aqui vem completamente referido o acto de doação feito por João Albasini a Sua Majestade o Rei de Portugal.

<sup>120</sup> Para um aprofundamento da questão da doação da *Colónia de S. Luís* veja-se: Gen. FERREIRA MARTINS, ob. cit., em particular pp. 73-87. A colónia foi assim chamada pelo então Governador Geral de Moçambique, Fernando da Costa Leal, em honra do Rei português da época.

assinarem um tratado de paz, de amizade e de boa vizinhança com a República do Transvaal, incluíram no acordo uma nova delimitação das fronteiras entre o Moçambique português e o Estado boer que “restituiu” aos descendentes dos holandeses as posses-sões pessoais de Albasini doadas ao Rei de Portugal.<sup>121</sup>

Em Moçambique – precisamente em Lourenço Marques – foram os netos de João, João Francisco e José Albasini, que atingiram uma notoriedade significativa entre os séculos XIX e XX, até ultrapassarem no curso dos anos a notoriedade do avô. O primeiro funcionário dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM) e o segundo agente despachante, com o apoio da maçonaria, fundaram em 1909 um dos primeiros jornais da capital moçambicana, “O Africano”, nascido como órgão de informação do Grémio Africano.<sup>122</sup> “O Africano” queria ser – nas intenções dos assimilados agrupados à volta dos irmãos Albasini – a resposta à criação por parte das autoridades portuguesas do Secretariado dos Negócios Indígenas (SNI), uma organização que as instituições tinham pensado para o recrutamento da mão-de-obra indígena, mas que as *elites* da população local viam como uma espécie de “consulado” para os indígenas.<sup>123</sup>

Os irmãos Albasini, e de forma particular João Francisco, tornaram-se o ponto de referência do grupo dos assimilados de Lourenço Marques, também devido à influência notável que o nome Albasini exercitava sobre as populações indígenas. À sua volta, nos primeiros anos do século XX, formou-se um movimento de reivindicações sociais a favor dos trabalhadores negros empregados sobretudo nos caminhos de ferro e no porto, alma da vida comercial da cidade, favorecido também pelas mudanças políticas da metrópole que ocorreram a partir de 1910.

Ajudado por este novo vento de liberalismo e pela versatilidade jornalística do seu director, João Francisco Albasini, uma caneta brilhante com temperamento decidido, o jornal não tardou a tornar-se

---

<sup>121</sup> *Ibidem*.

<sup>122</sup> O “Grémio Africano” nasceu como clube e grupo de oposição moderada à política colonial, que só em 1920 será legalizado. Integrava o grupo dos mulatos e dos pretos assimilados de Lourenço Marques. Foi dirigido desde a sua criação pelos irmãos Albasini. O Grémio deu ênfase aos direitos civis garantidos pela constituição republicana, sem discriminação de raça, a todos os indivíduos que tivessem adoptado os usos e costumes portugueses (*assimilados*). O lema do *Grémio Africano* de Lourenço Marques era: *somos portugueses!* Cf. DAVID HEDGES, *História de Moçambique*, Vol. II, ob. cit., pp. 21, 23, 63-69, 73, 75, 81, 116-202.

<sup>123</sup> JOSÉ MOREIRA, *Os assimilados, João Albasini e as eleições – 1900-1922*, Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 11, Maputo 1997, p. 49.

o instrumento de ataque às *elites* moçambicanas. Na mira estavam agora o Estado (sobre a política de admissão de mão de obra no aparato estatal, por muito tempo excluía os pretos), agora a Igreja Católica (pela criação de colégios exclusivamente para europeus, por eles considerados com uma barreira racial ao sistema educativo), agora os colonos (por se deixarem influenciar pelo racismo sul-africano sem ter em conta os novos princípios liberais da primeira República portuguesa).<sup>124</sup>

Em 1918, os irmãos Albasini deram vida a um novo jornal, “O Brado Africano”, que cedo se revelará o órgão de informação e de expressão dos interesses da pequena burguesia mestiça local, que se manteve com os Albasini até aos anos trinta do século passado.<sup>125</sup>

Os Albasini são hoje uma das famílias mais conhecidas e antigas da capital moçambicana.

---

<sup>124</sup> DAVID HEDGES, ob. cit., p. 21. Sobre estes temas bastante interessantes, são os artigos publicados no *O Africano* de 25.XII.1908.

<sup>125</sup> João Francisco Albasini morreu em 1922, enquanto que José Albasini faleceu em 1935. Os seus sucessores na direcção do jornal foram primeiro Karel Pott e, depois, Estácio Dias.

**SEGUNDA PARTE**  
**(antes da Segunda Grande Guerra)**



## CAPÍTULO I

### **Entre o século XIX e XX. O início de uma comunidade italiana em Moçambique**

**C**omo já vimos na primeira parte, a presença dos italianos em Moçambique no curso do século XIX reduzia-se a alguns “aventureiros” que, por diversas razões, se encontravam nesta costa de África e aqui tinham decidido permanecer. Da sua presença ficaram, no curso dos anos, somente os descendentes, os quais bem cedo se assimilaram aos locais e integraram-se perfeitamente na sociedade moçambicana da época. Não existia, portanto, uma verdadeira e própria comunidade de italianos.

Esta situação “moçambicana” reflectia o andamento geral da emigração italiana da época para a África meridional. Nos inícios do século XX, entre todos os italianos residentes no estrangeiro (pouco mais de cinco milhões), somente 3,45% vivia em África e destes, 94% vivia na África setentrional e 6% no resto do continente negro. Em termos absolutos, os italianos que viviam na África Subsahariana superavam de pouco as dez mil unidades.<sup>126</sup>

Moçambique não era uma terra que oferecesse um próspero futuro a quem decidisse para aí transferir-se e por isso não atraía fluxos migratórios (a dizer a verdade, nem no futuro viria a atrair!). Esta, por outro lado, era a situação que caracterizava a maior parte dos Países africanos, com algumas excepções (como a África do Sul) que começaram a evidenciar-se a partir da segunda metade do século XIX.

À parte os interesses coloniais dos europeus, despertados pelo *Scramble for África*, foi a assim chamada “corrida ouro” dos anos Oitenta do século XIX que desencadeou um notável impulso migratório da Europa para a África do Sul. Nesta corrida participaram também tantíssimos italianos que, a cavalo dos dois séculos,

---

<sup>126</sup> Cf. MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL’EMIGRAZIONE, *Bollettino dell’emigrazione*, N° 1, ano 1912, Tipografia Manuzio Roma 1912, p. 7.

começaram a contar-se já não às dezenas mas sim às centenas nas várias cidades sul-africanas.<sup>127</sup>

Quando na Europa começava a difundir-se a notícia da descoberta das jazidas diamantíferas na zona de Kimberley e de ouro noutros lugares, a África do Sul torna-se quase como uma nova América. Uma horda de aventureiros europeus, sem recursos ou desejosos de começar uma nova vida, são atraídos pelo desafio lançado pelas novas riquezas. Estes impulsos migratórios para o Transvaal influenciam, aliás determinam, a presença italiana em Moçambique colonial, naqueles tempos concentrada principalmente em Lourenço Marques. De que modo?

Já tivemos maneira de constatar como o porto de Lourenço Marques fosse (e ainda é) considerado a saída natural para o mar da República bóer do Transvaal (hoje correspondente às províncias de *Mpumalanga*, *Limpopo*, *North-West Provinces* e *Gauteng* da República da África do Sul).<sup>128</sup> Para quem, proveniente da Europa, tinha o Transvaal como destino principal, não era Durban o porto de desembarque mas sim Lourenço Marques e daqui prosseguia-se via terra para o destino final.

Foi deste modo que vários, devendo permanecer alguns dias em território português, para tratarem das questões alfandegárias de entrada em Moçambique antes de partirem para o Transvaal, acabaram por se enamorar da colónia portuguesa e assim estabelecer-se em Lourenço Marques, ou *Delagoa Bay*, nome pelo qual era conhecida a baía da cidade naquela época.

Outros italianos vieram directamente para exercer as mais variadas profissões. Curioso e interessante de analisar, como veremos, é a emigração de um grupo de pelo menos trinta pescadores de Porto Recanati que, entre 1899 e 1902, solicitaram ao próprio Município a emissão de passaportes para viajarem para *Delagoa Bay*.

Igualmente, houve também alguns italianos que, após terem experimentado por um certo tempo o trabalho nas minas sul-africanas, decidiram transferir-se para o vizinho Moçambique, estabelecendo-se na sua capital (a primeira mulher europeia a estabelecer-se em Lourenço Marques foi uma jovem senhora de

---

<sup>127</sup> Nos boletins do Comissariado italiano da Emigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano, era dedicado um amplo espaço às condições de trabalho no Transvaal e no Orange, sinal da presença de fluxos migratórios para aquelas zonas da África do Sul (Cf., em particular, MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, N° 9 (1902), pp. 41-49, N° 3 (1903) pp. 100-101, N° 14 (1903) pp. 62-63).

<sup>128</sup> *Gauteng* significa “lugar do ouro” na língua Sutho.

origem bolonhesa, em 1874, que tinha precedentemente seguido o marido na viagem para o Transvaal).

Também a construção do caminho de ferro Pretória-Lourenço Marques, realizada entre 1888 e 1895 por decisão do Presidente do Transvaal, Krüger, que assim tencionava desvincular os boeres da utilização dos portos ingleses da colónia do Natal, teve uma certa influência sobre a presença dos italianos no sul de Moçambique, para além de fazer a fortuna do porto de Lourenço Marques. A empresa concessionária da rede ferroviária transvaaliana, a *Nederlandsche Zuid Afrikansche Spoorwegen Maatschappij*, adjudicou grande parte das obras de construção da linha ferroviária reservadas aos brancos a empreendedores e a operários italianos. A linha ferroviária desembocava no Oceano Índico, atravessando um território na altura ainda escassamente colonizado e muito insalubre.<sup>129</sup> Deste modo, diversos foram os italianos que trabalharam em Lourenço Marques e de seguida aqui decidiram fixar-se.

A guerra anglo-boer (1899-1902), por fim, determinou também de uma certa forma a passagem de vários italianos por Lourenço Marques. Assim, após a construção da linha ferroviária de Pretória a Lourenço Marques, inaugurada em 1895, o porto português tinha-se tornado na única saída marítima do Transvaal não controlada pelos ingleses. Embora neutral, Lourenço Marques torna-se, já nos meses que precederam o início da guerra, o ponto de chegada de voluntários europeus, entre os quais muitos italianos, que chegavam à África Austral para se incorporarem ao lado dos boeres.<sup>130</sup>

Sabemos que Lourenço Marques sobe à categoria de capital de Moçambique a partir de Dezembro de 1898, mesmo se o abandono efectivo de Moçambique, como centro administrativo e político da Província, tem lugar somente nos primeiros anos do século XX. A transferência da capital, juntamente com a inauguração da linha de caminho de ferro, abriram novas possibilidades e oportunidades. A decisão dos portugueses de transferir a capital era justificada, para além de uma razão política, também pela nova actividade comercial e de intercâmbio que a descoberta das minas na África do Sul tinha criado. O caminho de ferro e o porto tornam-se o ponto mais

---

<sup>129</sup> GABRIELE SANI, ob cit. p. 64.

<sup>130</sup> No que se refere a Itália, houve uma legião italiana, comandada pelo Capitão Camillo Ricchiardi, oficial de carreira do Régio exército italiano, que se transferiu para o Transvaal e combateu ao lado dos boeres. Houve também italianos que se alistaram, mesmo se em menor número, ao lado dos ingleses. Cf. GABRIELE SANI, ob. cit., pp. 79-114.

dinâmico da vida da cidade. Por outras palavras, a cidade era o porto e o caminho de ferro.

### *1) Os italianos em Lourenço Marques no fim do século XIX*

Pelas razões que acabamos de descrever, Lourenço Marques assiste portanto a um incremento notável da sua população.<sup>131</sup> Os italianos, como sempre, contribuíram com a sua parte.

Os primeiros dados estatísticos oficiais que permitem avaliar a presença de italianos em Moçambique colonial são do fim do século XIX. O primeiro recenseamento demográfico em absoluto realizado na cidade de Lourenço Marques (1894) registrava a presença de 11 italianos, os quais representavam 1,07% da população branca residente.<sup>132</sup> O peso dos brancos não portugueses era muito elevado em termos demográficos, representando cerca de 30% da população não indígena: os portugueses europeus recenseados eram 426, os ingleses 224, os franceses 19, os gregos 16, os holandeses 14, os alemães 12, os suíços 8, os espanhóis 7, os escandinavos (suecos, noruegueses e dinamarqueses) 6, os austríacos 3 e os belgas 2.<sup>133</sup> O recenseamento de 1894 revelava ainda que 34,4% da população era empregada no comércio e no banco; 12,9% na administração pública; 9,8% eram operários e artesãos; 9,6% eram empregados nos trabalhos domésticos; 8,1% trabalhava no sector dos transportes (porto e caminho de ferro), enquanto que 8,1% operava no sector da construção.

No fim do século XIX a população branca era majoritária relativamente à população negra; em 1891, de um total de 2.285 residentes em Lourenço Marques, 991 eram brancos e 889 pretos, enquanto que os restantes 405 eram asiáticos, árabes e mestiços.<sup>134</sup>

A cidade de Lourenço Marques era na altura um pequeno aglomerado. Não obstante a baía fosse frequentada já desde os

---

<sup>131</sup> EDUARDO MEDEIROS, *A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1976): estudo bibliográfico*, in: <<REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS>>, Lisboa, N° 3 Janeiro-Dezembro de 1985, pp. 231-239.

<sup>132</sup> CARLOS SANTOS REIS, ob. cit., pp. 29-30.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 30 (tabela 16) e p. 36 (tabela 26).

<sup>134</sup> O elevado número de mestiços tem a sua justificação no facto de que as mulheres europeias, até à primeira metade do século XX, não costumavam acompanhar os maridos para as colónias africanas.

séculos XVI e XVII pelos navios portugueses (que aqui vinham anualmente para o comércio de marfim, cornos de rinoceronte e de dentes de cavalo marinho), até 1782 – altura em que foi fundada a feitoria que deu o nome à cidade – não tinha existido alguma aglomeração portuguesa com carácter fixo.<sup>135</sup>

A sua organização urbana era determinada essencialmente pela necessidade de acolher e concentrar os europeus que começavam a chegar, mesmo se não numerosos. Daí a pouco tempo, porém, iria adquirir grande importância devido à intensificação do tráfego mercantil e comercial de e para o Transvaal e, depois, a União Sul-africana. Por um lado, a descoberta das minas de diamantes e ouro transformou radicalmente a estrutura económica do Transvaal, por outro deu origem a profundas repercussões na função económica do porto de Lourenço Marques. Nos fins do século XIX, bem oito milhões de libras esterlinas foram gastas para a construção de um primeiro cais de cimento do porto e para a primeira estação ferroviária (CFLM – Caminhos de Ferro de Lourenço Marques).<sup>136</sup>

A população vivia condicionada pelo factor comércio, pois que agricultura na zona sul da Província de Moçambique não era ainda muito desenvolvida.

Devido à sua reduzida extensão, o recenseamento de 1894 permitiu recolher dados estatísticos discretamente atendíveis sobre a população de Lourenço Marques, mesmo se com algumas possíveis imprecisões. Na realidade, até 1928 nenhum recenseamento verdadeiro foi realizado para a população de Moçambique e, conseqüentemente, as operações de estatística demográfica anteriores a esta data apresentam inevitavelmente resultados incompletos.<sup>137</sup> Apesar de tudo, a modalidade seguida para efectuar o recenseamento de 1894 foi bastante empírica, além de ter sido muito singular: graças à modesta extensão da cidade, foram percorridas as maiores estradas dos aglomerados urbanos, que se concentravam de forma especial na

---

<sup>135</sup> Para uma leitura exhaustiva sobre a fundação da cidade de Lourenço Marques, veja-se: ALEXANDRE LOBATO, *História da Fundação de Lourenço Marques*, edições Revista Lusitânia, Lisboa 1948.

<sup>136</sup> ALEXANDRE LOBATO, *Ensaio duma história demográfica da cidade de Lourenço Marques*, Boletim Económico Estatístico – série especial nr. 17, Imprensa Nacional, Lourenço Marques 1938, p. 18. Trata-se da publicação da tese de licenciatura do autor, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1936.

<sup>137</sup> Houve tentativas de apresentar estimativas por volta da metade e do fim do século XIX (Cf. FRANCISCO MARIA BORDALO, *Ensaio sobre a estatística de Moçambique e suas dependências na costa oriental da África ao sul do equador*, Lisboa 1859 e: MÁRIO AUGUSTO COSTA, *Da população de Moçambique*, em <<BOLETIM ECONÓMICO E ESTATÍSTICO>>, (Série Especial), N° 6, Lourenço Marques 1929.

cidade velha (baixa), na zona da estação ferroviária e do porto (bairro do Caminho de Ferro), no Alto Maé, em Maxaquene e na zona da Ponta Vermelha e – passando porta a porta – foi logo estabelecido com uma certa precisão o número dos habitantes de Lourenço Marques. Assim, dos 11 italianos recenseados em 1894, é possível saber o nome e a actividade de cada um.

No sector comercial, encontramos Eduardo Battaglia, que era proprietário do único laboratório de encadernação existente na cidade, na *Avenida Francisco Costa* (hoje *Av. 24 de Julho*). Havia depois Fioravante Miurer, proprietário de uma carpintaria, Gaetano Sorrentino e Vitalino Micalini, pescadores e comer-ciantes de peixe, todos residentes na *Praça 7 de Março* (hoje *Praça 25 de Junho*);<sup>138</sup> Angelo Posso [Pozzo], importador e comerciante, que desenvolverá a sua actividade na *Rua Araújo* (hoje *Rua de Bagamoyo*); Rosaria Ficara, comerciante; Carlo Mancini, *pintor*,<sup>139</sup> que vivia com a sua consorte (de quem não se sabe o nome) na *Avenida Francisco Costa*, assim como o encadernador Battaglia. Por fim, viviam em Lourenço Marques mais duas senhoras italianas, Branca Luigia e Branca Berg.<sup>140</sup>

Na época, operava em Lourenço Marques uma companhia de navegação de propriedade de italianos, os Chiazzari, concorrente das outras três companhias presentes na cidade (a *Leão Cohen & C.*, a *Allen, Wack & C.* e a *Joost Gubler & C.*), que já operava em Durban e que por volta do fim do século tinha começado a expandir-se em Moçambique.<sup>141</sup> Para além do senhor Chiazzari, que completava a lista dos 11 italianos, estava também documentada a presença na cidade do senhor Oscar Curti, evidentemente de nacionalidade italiana mas com passaporte suíço.<sup>142</sup>

A “célebre” Branca Berg, assim definida por Carlos Santos Reis, deve ter sido – com toda a probabilidade – a pessoa italiana mais conhecida em Lourenço Marques. Além de abrilhantar os serões nos bares mais célebres da cidade (o “*Tivoli*”, o “*Trocadero*”, o “*Mascote*”, o “*Premier Tea Room*”, o “*Bulawayo Café*”, o “*Chandos*”,

---

<sup>138</sup> A Praça 7 de Março era o coração da cidade. «*Lourenço Marques era exclusivamente aqui, neste lugar geométrico de pensamento, acção e força*», Cf. ALEXANDRE LOBATO, *Lourenço Marques, Xilunguine, biografia duma cidade*, Lisboa 1970, citado por: CARLOS SANTOS REIS, ob. cit., p. 57.

<sup>139</sup> A palavra *pintor* poderia significar pintor (artista), mas também trolha. Não sabendo qual das duas profissões fosse exercida por Carlo Mancini, preferiu-se a palavra original em português.

<sup>140</sup> CARLOS SANTOS REIS, ob. cit., pp. 48-49, 60, 63-64, 65 e 67.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 31.

etc.) com a sua voz encantadora, era também proprietária do “*London Buffet*”, situado no cruzamento entre a *Rua Dom Luís* e a *Praça 7 de Março*.<sup>143</sup> O restaurante tornou-se famoso porque nas noites de Outubro de 1894, o Governador Geral da Província de Moçambique, Magalhães e Meneses, o Governador do Distrito de Lourenço Marques, Canto e Castro, juntamente com os comandantes militares, passaram longos momentos a discutirem os planos para defender a cidade dos ataques levados a cabo pelos *Tsongas* do sul de Moçambique.<sup>144</sup>

O verdadeiro nome desta ilustre italiana de origens bolonhesas era na realidade Branca Vanzini Marini; chegou a Lourenço Marques no longínquo ano de 1874 com pouco mais de vinte anos e tornou-se bastante famosa por volta do fim do século XIX com o nome de *Branca das mãos de ouro*: tinha-se tornado na mais refinada e vencedora jogadora de *bacará* da cidade.<sup>145</sup> Berg era o apelido do marido, morto durante uma das campanhas exploratórias na África centro-meridional conduzidas por Cecil Rhodes na África centro-meridional, ao qual o marido da célebre Branca se tinha unido na expedição.<sup>146</sup>

Segundo pesquisas estatísticas feitas na época, resulta que em 1893 viviam em Lourenço Marques 7 italianos (0,69% da população estrangeira), enquanto que em 1895 passaram a 57 (2,04% da população estrangeira).<sup>147</sup> Estes dados devem ser considerados necessariamente com um certo benefício de dúvida: se por um lado, parece de facto razoável pensar que os dados referidos ao ano de 1893 correspondam à realidade – mesmo se totalmente contrastantes com os de uma outra fonte, a qual indica nenhum italiano presente em Lourenço Marques naquele ano<sup>148</sup> – por outro lado os dados de 1895

---

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>144</sup> Em 4 de Outubro (esta data está evidentemente no destino dos moçambicanos!) algumas tribos indígenas chefiadas pelos chefes tradicionais Mahazuli, Mamatibejana e Amgunjuana, atacaram a futura capital moçambicana. A incursão – no ar já há algum tempo – levou o Governador Geral da província a deixar a capital *Moçambique* para dirigir pessoalmente as operações militares em Lourenço Marques. Cf. RENÉ PELISSIER, ob. cit. pp. 258-262; ANTÓNIO ENES, *A guerra d'África em 1895*, Lisboa 1898, p. 38 e p. 474.

<sup>145</sup> “*Bianca das Mãos de Ouro*” in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 24.XII.1929, pp. 13-14.

<sup>146</sup> *Ibidem*.

<sup>147</sup> Os dados referidos a 1893 devem-se graças a uma estatística publicada pela *Administração do conselho de Lourenço Marques* e transcritos no estudo: EDUARDO de NORONHA, *O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*, s.d., citado por: SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques 1908, p. 672. Para a comparação dos dados dos anos 1893, 1894 e 1895, veja-se: CARLOS SANTOS REIS, ob. cit., tabela 18, p. 31.

<sup>148</sup> Cf. ALEXANDRE LOBATO, *Ensaio duma história demográfica da cidade de Lourenço Marques*, ob. cit., p. 26.

parecem pouco prováveis. Parece não de todo realístico que no arco de 12 meses os italianos residentes tivessem aumentado de 46 unidades, numa cidade como Lourenço Marques, que não era certamente uma das metas privilegiadas da emigração italiana, mas que constituía somente um ponto de passagem para os fluxos migratórios dirigidos para o vizinho Transvaal. A única razão de um tal aumento poderia ter sido a presença de diversos trabalhadores italianos que tinham prestado serviço para a construção do caminho de ferro, inaugurada naquele mesmo ano de 1895.

Uma outra fonte parece confirmar esta última hipótese. Num relatório de 2 de Março de 1892 que o súbdito português Gerris Pereira, aspirante Agente Consular da Itália em Lourenço Marques, escrevia ao cônsul geral de Itália em Zanzibar, incluía uma lista de bem 65 cidadãos italianos residentes na futura capital moçambicana naquela data.<sup>149</sup> Como somente dois dos nomes da lista preparada pelo senhor Pereira coincidiam com aqueles dos onze italianos recenseados em 1894 (Angelo Pozzo e Carlo Mancini), somos levados a considerar que a maior parte daqueles que viviam em Lourenço Marques estavam de passagem e não estavelmente residentes.

Alguns anos mais tarde, em 1897, o cônsul alemão encarregado de proteger os interesses e os súbditos italianos naquela cidade, verificava a presença de 73 italianos em todo o distrito de Lourenço Marques. É razoável considerar que – como para a lista redigida por Gerris Pereira em 1892 – também este elenco contivesse muitos nomes de italianos que não eram de facto residentes em Lourenço Marques. Todavia, a lista parece reflectir bastante bem a situação da comunidade italiana naquela cidade na passagem do século, tanto mais que se podem encontrar quase todos os onze italianos que constavam no recenseamento de 1894.

Por tal razão, vamos agora apresentar de seguida estes 73 nomes, pois que eles representam, pode-se sem dúvida afirmar, o núcleo fundador da primeira comunidade italiana em Moçambique; vamos fazê-lo segundo a ordem pela qual foram inscritos na lista preparada para o relatório enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, conde Visconti Venosta. Na lista constavam: Ildebrando Fornaroli, de 31 anos de idade, originário de Piacenza, Riccardo Palestrelli, de 46 anos de idade, originário de Fiorenzuola

---

<sup>149</sup> Cf. *Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (ASD-MAE), Roma, Fondo del Personale, Serie II<sup>a</sup>, L 17.*

(Piacenza), Carlo Mancini, de 35 anos de idade, originário de Alexandria, Angelo Pozzo, de 38 anos de idade, originário de Biella, Biagio Giri, de 34 anos de idade, originário de Porto Recanati (na altura província de Ancona), Clarissa Michelini in Giri, de 30 anos de idade, originária de Porto Recanati, Itália Giri, de 3 anos de idade, filha de Biagio, Luigi Crosignani, de 57 anos de idade, originário de Fiorenzuola, Giovanni Bricchi, de 32 anos de idade, originário de Fiorenzuola, Pietro Roversa, de 21 anos de idade, originário de Biella, Giuseppe Geral, de 46 anos de idade, originário de Biella, Lorenzo Rotta, de 53 anos de idade, originário de Alexandria, Severino Norza, de 55 anos de idade, originário de Biella, Vitaliano Michelini, de 50 anos de idade, originário de Ancona, Leonardo Marzoli, de 29 anos de idade, originário de Varese, Ercole Marzoli, de 1 ano, filho de Leonardo, Giovanni Quaregna, de 46 anos de idade, originário de Biella, Mattia Tiocchetti, de 44 anos de idade, originário de Biella, Pasquale De Lullo, de 39 anos de idade, originário de Sangro (Chieti), Giuseppe Beretta, de 31 anos de idade, originário de Biella, Egidio Gritti, de 26 anos de idade, originário de Varese, Carlo Giozza, de 29 anos de idade, originário de Biella, Luigi Borra, de 35 anos de idade, originário de Biella, Segundo Robiolio, de 32 anos de idade, originário de Biella, Carlo Micheletti, de 27 anos de idade, originário de Biella, Giuseppe Micheletti, de 48 anos de idade, originário de Biella, Luigi Robiolio, de 28 anos de idade, originário de Biella, Alfresco Gorio, de 33 anos de idade, originário de Livorno, Gaetano Cerisola, de 41 anos de idade, originário de Capestrano (L'Aquila), Giovanni Antonacci, de 47 anos de idade, originário de Calasci (L'Aquila), Giovanni Micheletti, originário de Gattinara (Novara), Silvio Siviglia, de 24 anos de idade, originário de Asti, Angelo Brusoni, de 35 anos de idade, originário de Melegnano (Milão), Antonio Garella, originário de Biella, Candido Passetta, originário de Ivrea (Turim), Angelo Pianola, originário de Ivrea, Giuseppe Sasso, originário de Biella, Luca Lizzi, originário de Udine, Gaetano Grasseti, originário de Cremona, Rocco Baracchini, originário de Gattinara, Giovanni Cerrutti, originário de Biella, Italo Bova, originário de Biella, Saverio Scipioni, originário de Porto Civitanova (Macerata), Francesco Motta, originário de Cerano (Novara), Antonio Leone, originário de Catanzaro, Carlo Cuneo, originário de Génova, Edoardo Battaglia, originário de Catanzaro, Cesare Mazzoli, originário de Civitavecchia, Angelo Mascé, originário de Porto Civitanova, Francesco Mascé, originário de Porto Civitanova, Guido Macone,

originário de Sant'Angelo de Gatteo (Forlì-Cesena), Pietro Mattioli, originário de Castel Bolognese (Ravenna), Luigi Cristofoli, originário de Udine, Pasqualino Scalabroni, originário de Porto Recanati, Domenico Scalabroni, originário de Porto Recanati, Nicola Cittadini, originário de Porto Recanati, Santi Bronzi, originário de Porto Recanati, Pasquale Gaetini, originário de Porto Recanati, Branca Vanzini Marini Berg, originária de Bolonha, Michele Dalioli, de 40 anos de idade, originário de Oviglio (Alexandria), Angelo Cassine, de 43 anos de idade, originário de Bassinano (Alexandria), Paolo Bobbio, de 35 anos de idade, originário de S. Benigno Canadese (Turim), Michele Sasso, de 40 anos de idade, originário de S. Benigno Canadese, Anacleto Squilario, de 25 anos de idade, originário de Novara, Tranquillo Gabello, de 18 anos de idade, originário de Biella, Giuseppe Tonetti, de 23 anos de idade, originário de Biella, Pelia De Stefani, de 45 anos de idade, originário de Biella, Luigi Ferio, de 25 anos de idade, originário de Biella, Silvano Viana, de 29 anos de idade, originário de Biella, Francesco De Marchi, de 34 anos de idade, originário de Biella, Giuseppe Maris, de 33 anos de idade, originário de Biella, Antonio Garella, de 23 anos de idade, originário de Biella.<sup>150</sup>

A comunidade mais numerosa era sem dúvida a piemontesa, proveniente na sua maioria de Biella: tratavam-se de operários, carpinteiros, escultores, carpinteiros e marceneiros, com toda a probabilidade empregados na construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Pretória. Havia também um agente técnico (o senhor Severino Nozza) e um comerciante.

A segunda comunidade mais consistente era a dos italianos provenientes da região da Marche, na maior parte pescadores provenientes de Porto Recanati e Porto Civitanova, com exceção do senhor Biagio Giri que era proprietário de um restaurante.

Havia depois, em número de certa maneira limitada, italianos naturais da Emilia, Lombardia, Abruzzo, Romagna, Calábria, Toscana e Ligúria.

---

<sup>150</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, relatório em data 25.V.1897 do cônsul alemão em Lourenço Marques, senhor Breil, ao Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, conde Visconti Venosta. Em relação a alguns nomes não consta a idade pois tais dados não estão disponíveis.

## 2) *Os italianos em Lourenço Marques no início do século XX*

Após o recenseamento de 1894, passarão dez anos antes que um outro recenseamento da população de Lourenço Marques seja realizado. Neste período de tempo, uma vez transformada em capital, Lourenço Marques começa a ter cada vez mais peso na economia de Moçambique e, conseqüentemente, também a sua população cresce notavelmente, tanto a portuguesa, como a indígena e a estrangeira. É o período em que, para além de um ligeiro aumento do movimento emigratório para o sul de Moçambique, assiste-se a um processo de imigração do norte da Província para a nova capital, sendo numerosos aqueles que das várias cidades costeiras moçambicanas (Porto Amélia, Moçambique, Ibo, Quelimane, Beira, Inhambane, etc.) se transferem para Lourenço Marques.

O segundo recenseamento oficial é tornado público em 17 de Abril de 1904. Nele é evidenciado um crescimento substancial da presença dos italianos: de facto são recenseados bem 106, dos quais 91 de sexo masculino e 15 do feminino.<sup>151</sup> Em 1904, a comunidade italiana era a sexta comunidade estrangeira presente na cidade: feira excepção para os portugueses, que entre europeus, asiáticos e africanos montavam a 7.195, a primeira comunidade estrangeira era a britânica (1.552 unidades), seguida pela chinesa (279), grega (156), alemã (121), francesa (121) e, por fim, a italiana.<sup>152</sup>

Segundo este recenseamento, Lourenço Marques contava com cerca de 10.000 habitantes (em todo o distrito viviam cerca de 260.000 pessoas e em todo o território de Moçambique estavam recenseados cerca de 2.650.000 habitantes).<sup>153</sup> Já não é fácil como em 1894 identificar um por um todos os italianos residentes. Todavia, é possível chegar a diversos nomes de italianos e descobrir a actividade que era desenvolvida por cada um.

Para além dos 11 recenseados em 1894, os nomes italianos mais conhecidos na cidade nos primeiros anos do século XX eram os

---

<sup>151</sup> ALEXANDRE LOBATO, Ensaio duma história demográfica da cidade de Lourenço Marques, citado por: SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, p. 212. Veja-se também a parte dedicada à população, in: <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W.Bayly & Co., edição de 1905.

<sup>152</sup> No relatório 627/295 de 21 de Novembro de 1901 que a Régia Legação de Itália em Lisboa enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma, era mencionado um recenseamento da população de Lourenço Marques de Janeiro do mesmo ano, em que a Itália ocupa o quinto lugar entre as comunidades estrangeiras da cidade, após Portugal, a Grã-bretanha, o Transvaal-Orange e a China. Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*.

<sup>153</sup> Cf. SOUSA PEREIRA, *Anuário de Moçambique (1908)*, ob. cit., p. 672.

de G.B. Maroni, arquitecto; Pietro e Giuseppe Buffa-Buccellato, construtores civis; A. Battaglia, irmão de Eduardo, fotógrafo; Alfredo Camilleri, residente desde o fim do século XIX, proprietário de uma fábrica de produção de tijolos,<sup>154</sup> Giuseppe Burlo, proprietário de uma pequena fábrica de gelo; Giacomo Tonetti, ele também proprietário de uma fábrica de gelo além de ser fabricante de bebidas e proprietário de uma loja de venda de géneros alimentares; Biagio Sorgentini e os seus dois irmãos, Giuseppe e Sorgentino, comerciantes e gerentes de restaurantes; Giuseppe Cavalleri e Giuseppe Miglietti, empresários no sector do gelo e das bebidas; S. Valvo, proprietário de uma lavandaria que abastecia os navios que atracavam no porto; Demetrio Recca e Raffaele Catena, proprietários de uma mercearia desde de 1904 (em seguida separaram-se, o primeiro com a sua oficina na *Avenida da República* e o segundo na *Travessa da Fonte*); Giacomo Gallone, pintor e decorador na *Avenida Dom Manoel* desde 1904; Giacomo Bortolotti, proprietário de uma loja aberta em 1906, e Giorgio Pagani, sapateiro e produtor artesanal de calçado, na *Rua Dom Luiz* desde 1904.<sup>155</sup>

Fecha a lista dos nomes conhecidos o senhor Carlo Cuneo, um dos mais antigos residentes italianos (cujo número de caixa postal era muito baixo – o número 91 – relativamente ao das caixas postais de outros italianos, o que confirma que a sua presença em Moçambique era já datada).<sup>156</sup> A sua presença no distrito de Lourenço Marques desde o século XIX é documentável também graças à correspondência entre o cônsul alemão, Walzer, e o Governador do Distrito, Machado, no primeiro semestre de 1900.

---

<sup>154</sup> É de 28 de Novembro de 1899 uma sua carta dirigida ao Governador do Distrito de Lourenço Marques para pedir autorização para importar com isenção de direitos duas caixas. Cf. AHM, Fundo: Século XX: Direcção dos Serviços da Administração Civil, CX 1909. Sobre a sua actividade de fabricante de tijolos, Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1905, p. 41. Camilleri comparece na categoria “*brickfield*”. Ele foi protagonista de uma suposta descoberta – juntamente com o seu compatriota Cerisola – de um «jazigo aurífero na margem esquerda do rio Incomáti», para a qual tentou representar o Cerisola perante as autoridades portuguesas par tratar da questão. Cf. AHM, Fundo: Direcção dos Serviços de Administração Civil, CX 1910.

<sup>155</sup> Para os nomes dos muitos italianos residentes ou que trabalhavam em Lourenço Marques, Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1905, p.61. Veja-se também a parte dedicada à *postal e business directory* de cada edição anual. A partir de 1914, veja-se a versão em língua portuguesa: <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>. Cf. Também: <<DELAGOA BAY GAZZETTE>>, Lourenço Marques, vol. 2, N° 2 Março 1910, p. 46; SOUSA PEREIRA, *Anuário de Moçambique* (1908), ob. cit., pp. 339-351; ANTONIO da COSTA JUNIOR (Pedro Neves) e ADELINO d’ABRUNHOSA (Haranubas), *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1912*, ed.: empresa O Africano, Lourenço Marques 1912, pp.34 e 78.

<sup>156</sup> Cf. ANTONIO da COSTA JUNIOR (Pedro Neves) e ADELINO d’ABRUNHOSA (Haranubas), *O Africano – Almanach humorístico ilustrado para 1912*, e: empresa O Africano, Lourenço Marques 1912, pp. LXXXVII-XCII.

Ele residia, de facto, na zona da Namaacha, perto da fronteira entre Moçambique e a Suazilândia, onde era proprietário de um estabelecimento industrial e comercial. Em tais comunicações, o cônsul alemão pedia às autoridades portuguesas que intervissem a favor de Cuneo, no seguimento da sua injusta detenção com a acusação de não ter pago um imposto sobre a actividade industrial. O cônsul alemão, escrevendo pela terceira vez a Machado no arco de poucos meses, explicava que havia interesse do Governo de Roma em resolver o caso da detenção do Cuneo.<sup>157</sup>

Muito conhecidos na cidade tinham-se tornado, por fim, os Chiazzari, proprietários da companhia de navegação Chiazzari & Co.. A companhia ocupava-se de toda aquela série de actividades portuárias relativas aos transportes marítimos (agente alfandegário, mediador, despachante e agente de estiva). A empresa era ainda o agente local para a Lloyd's bem como representante das companhias de navegação *the Aberdeen-Rennie Line* (britânica) e *Deutsche Ost-Africa Line* (alemã), esta última empenhada em ligar Lourenço Marques com o porto de Nápoles, via Tanganica.<sup>158</sup> Os proprietários eram os irmãos Nicolas Guilherme e Franco Chiazzari, filhos de José Chiazzari, fundador desta família de origem genovesa, que fundou uma companhia de navegação em Durban, no Natal, no século XIX. Os interesses da companhia de família estenderam-se a Moçambique, sendo de seguida Franco a gerir os negócios no porto de Lourenço Marques, enquanto que Nicola Guglielmo regressou a Durban.<sup>159</sup>

Nicola Guglielmo devia ser, sem dúvida, não só um dos italianos mais conhecidos, mas também um dos mais influentes representantes das agências ligadas ao transporte marítimo, que era chamado a participar nas reuniões que os homens de negócios importantes da praça tinham com o Governador Geral da Província de Moçambique. Não só, ele era também (certamente devido à experiência acumulada pela companhia da família no porto do Natal)

---

<sup>157</sup> Na carta datada de 26 de Julho de 1900 lê-se: «[...] j'ai l'honneur de Vous informer qu'en suite d'une réclamation faite par le prisonnier au Gouvernement du Roi d'Italie pour arrêt abusif et arbitraire sur sa personne et sur ses biens, Monsieur le Comte Visconti Venosta, Ministre des Affaires Etrangères à Rome, m'a demandé de le renseigner sur les actions coupables, les preuves et les dispositions de la loi et de la procédure en vertu des quelles le dit Cuneo a été instruit et condamné. [...]». Cf. AHM, Fundo: século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, CX 8-15 M 1 (1) Ba2, doc. Nr. 89.

<sup>158</sup> <<DELAGOA BAY GAZZETTE>>, Lourenço Marques, vol. 2, N° 2 Março 1910, p. 47.

<sup>159</sup> Cf. *South Africa who's who*, edições desde 1910 até 1920. Nicola Guglielmo foi conselheiro do Município de Durban no período 1904-1905 e do conselho provincial do Natal em 1917-19, bem como comandante em chefe das milícias do Natal durante a rebelião Zulu naquela província sul africana em 1906 (Cf. *Pictorial record of the Natal rebellion, Natal Mercury*, Durban 1906, p. 15; *20th century impressions of Natal*, Durban, s.d., p.433).

um dos mais profundos conhecedores do sistema de funcionamento portuário, pois que durante uma destas reuniões pediu ao Director do porto e dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, Cap. Alfredo Lisboa de Lima, a necessidade de introduzir alguns melhoramentos no funcionamento das operações de carga e descarga no cais, fazendo a comparação com o bom funcionamento do porto de Durban.<sup>160</sup>

Em acréscimo aos já mencionados, é ainda confirmada a presença dos seguintes italianos que não geriam actividades comerciais, mas que constavam na lista das pessoas que possuíam uma caixa postal em Lourenço Marques: G. Cenci, G. Daugeri, C. Marini, F. Masci, G. Spinato, M. Stefano, Nicola Marco, e Valentini.<sup>161</sup>

### ***3) A instituição do Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques***

Segundo as pesquisas que levámos a cabo, o primeiro documento do qual se deduz uma primeira tentativa (ou sugestão) de enviar um agente consular ou um cônsul italiano para o porto de Lourenço Marques, é a carta que o cônsul geral de Itália em Zanzibar escreveu em Novembro de 1891 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Rei *Umberto I*, o Marquês de Rudinì.

O Representante consular italiano em Zanzibar referia a Roma que conhecia um súbdito português, médico de profissão, um tal A. A. Gerris Pereira, que o tinha informado que em Lourenço Marques havia na altura um razoável número de italianos que justificava o envio de um agente consular ou de um cônsul «para residir e defender os interesses dos italianos e para fazer relatórios comerciais». Anunciava, de facto, que o porto daquela cidade se estava a desenvolver significativamente e aí tinham lugar muitos trabalhos e comércio.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup><<DELAGOA BAY GAZZETTE>>, Lourenço Marques, vol. 2 n. 2, Março de 1910, pp. 34 e 35. É reportada a intervenção de Chiazzari na Conferência de 4 de Março de 1910: *Mr. N. Chiazzari, then referred to the port of Natal, and explained the methods of work of that port; he stated that what was wanted here was a good strong man in charge of the wharf.*

<sup>161</sup> *Ibidem*. Ver sobretudo a *postal directory*, onde aparece a lista das pessoas que na altura possuíam uma caixa postal. Nem para todos os italianos é possível conseguir saber o nome próprio; transcrevem-se portanto os nomes tal como constam na fonte consultada.

<sup>162</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, carta de 2.XI.1892 do cônsul Geral em Zanzibar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rudinì.

A partir deste momento, no Régio Ministério italiano para os Negócios Estrangeiros será aberto o *dossier* “constituição de um Consulado em Lourenço Marques”, até à altura inexistente, que se manterá aberto até 1904, ano em que o Governo português comunica o seu *exequatum* à Régia Legação de Itália em Lisboa para a tomada de posse do primeiro Régio Cônsul italiano em Lourenço Marques.<sup>163</sup>

Não obstante o discreto número de italianos que entre os séculos XIX e XX viviam em Moçambique, principalmente nos distritos meridionais, fronteiriços com a África do Sul, não havia ainda um cônsul de Itália e os súbditos italianos que residiam naquela colónia portuguesa deviam referir-se ao Consulado alemão para a defesa dos seus interesses.

Só nos primeiros meses de 1905 começará a desempenhar as suas funções o primeiro cônsul italiano, ao qual é atribuída responsabilidade para todas as possessões portuguesas em Moçambique: trata-se de Alessandro Uebel.<sup>164</sup> O senhor Uebel era um súbdito alemão, conhecido nos ambientes comerciais da cidade, por ser o Presidente do Clube alemão em Lourenço Marques e o representante da empresa FF.Eiffe.Ho de Hamburgo. Ele ocupava-se também do sector de seguros marítimos e era proprietário de vários armazéns de mercadorias. Atinge particular notoriedade durante os anos da guerra anglo-boer, altura em que foi um dos membros mais activos da Comissão de Socorro aos feridos da guerra do Transvaal.<sup>165</sup>

A instituição de um Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques foi caracterizada por vicissitudes bastante curiosas e, sob um ponto de vista histórico, suficientemente interessantes para despertar a nossa curiosidade e referir aqui as informações por nós recolhidas durante várias peripécias em arquivos históricos e bibliotecas. Antes de proceder à nomeação de Uebel, de facto, a Itália já tinha indicado outros três nomes para desempenhar o cargo de

---

<sup>163</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, comunicação da Régia Legação de Itália em Lisboa a Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma nr. 87/35 de 15.III.1905.

<sup>164</sup> Sobre Uebel, homem de negócios Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W.Bayly & Co., edição ano 1904, p. 61; sobre Uebel cônsul de Itália, Cf. MINISTÉRO DEGLI AFFARI ESTERI, *Amministrazione centrale, Ambasciate, Legazioni e Consolati del Regno d'Italia all'estero*, Roma, Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, 1905, p. 34.

<sup>165</sup> Cf. carta assinada pelo senhor Uebel ao Governador do Distrito de Lourenço Marques datada de 22.XII.1899, com a qual o futuro cônsul de Itália pede às autoridades portuguesas a isenção de direitos para uma série de medicamentos a serem enviados para o Transvaal em nome da Comissão de Socorro aos feridos da guerra anglo-boer. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Administração Civil, secção: Administração – requerimentos e petições, CX 1908.

Régio cônsul italiano em terra moçambicana, mas, por diversos motivos, tais pessoas não tomaram posse das funções.

Começaremos por narrar a história da criação do Régio Consulado em Lourenço Marques, dando um passo atrás, indo às considerações do cônsul geral italiano em Zanzibar acima já acenadas.

### **3.1) O senhor Aluisio Gerris Pereira**

Quando o Régio Ministério para os Negócios Estrangeiros em Roma tem conhecimento das considerações provenientes de Zanzibar, recorda-se das palavras de um certo Cav. Cecchi, o qual – tendo visitado *Delagoa Bay* em 1888 – tinha também sugerido a abertura de uma agência consular em Lourenço Marques.<sup>166</sup> Não havia objecções de princípio a tal abertura, mas não estava muito claro em Roma quantos fossem os italianos que realmente vivessem ou traba-lhassem em Lourenço Marques. Era portanto necessário recolher tais informações e para tal foram enviadas instruções ao cônsul geral em Zanzibar. Este último, através de um seu conhecido português residente em Lourenço Marques, conseguirá fornecer a Roma o primeiro elenco em absoluto de italianos possivelmente residentes naquela cidade portuguesa da África oriental. Trata-se da lista de italianos (65) preparada pelo senhor Gerris Pereira, de quem falámos acima, enviada a Roma em 25 de Março de 1892 pelo cônsul geral em Zanzibar.<sup>167</sup>

Obtida a lista, o Ministério em Roma escreve à Régia Legação em Lisboa para que esta peça informações junto do Governo português sobre dois italianos (Riccardo Palestrelli, contabilista, originário de Fiorenzuola em província de Piacenza, e Elvino Mezzena, engenheiro, de Como), que entre os 65 eram considerados os mais idóneos para o cargo de Régio cônsul de Itália.<sup>168</sup> O Ministro de Itália em Lisboa responde em Novembro de 1892, informando o Ministério em Roma que o Palestrelli não era conhecido pelas autori-

---

<sup>166</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, despacho da div. 4, primeira secção, do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma ao Consulado Geral em Zanzibar N<sup>o</sup> 46603/44 de 5.XII.1891.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

<sup>168</sup> *Ibidem*, despacho da Divisão 4, Secção 1 do MAE, N<sup>o</sup> 15276 de 21.IV.1892.

dades portuguesas de Lourenço Marques, enquanto que Mezzana, após ter estado ao serviço da direcção dos caminhos de ferro e das minas daquela cidade, já não vivia em Moçambique e tinha-se transferido para Lisboa.<sup>169</sup> Ao prestar esta informação, a Régia Legação em Lisboa confirma que um cônsul em Lourenço Marques seria da máxima conveniência, pelo facto de que muitos operários italianos se dirigiam para aquele porto moçambicano em busca de emprego nos «trabalhos de colonização projectados, caminhos de ferro, exploração e funcionamento de minas e outras obras».<sup>170</sup>

O parecer dado pela Representação diplomática de Lisboa foi ainda mais convincente para as autoridades italianas sobre a efectiva necessidade e utilidade de ter um cônsul em Lourenço Marques. Por tal razão, são feitos uma série de despachos destinados aos Consulados de Zanzibar, Cidade do Cabo e Pretória para obter mais informações sobre a consistência da colónia italiana em Moçambique português. As respostas são unânimes.

De Zanzibar é confirmada a notícia da tendência ao aumento da comunidade italiana devido à construção do caminho de ferro (Pretória-Lourenço Marques), onde muitos trabalhadores italianos eram empregados. Vinha portanto tacitamente dada luz verde para a instituição de um Consulado o de uma Agência Consular.

O Régio cônsul da Cidade do Cabo, pelo seu lado, informava que, devido à distância que o separava de Lourenço Marques, era difícil obter informações. No entanto dava conhecimento de que, em Julho de 1890, lhe tinha chegado uma petição assinada por bastantes italianos que viviam em Lourenço Marques, com a qual pediam que um certo senhor Petitean, súbdito francês, pudesse ser nomeado agente consular italiano naquela cidade portuguesa, justificando tal nomeação em função da cada vez mais numerosa colónia italiana, que naquele ano é constituída por 80 compatriotas, na sua maior parte operários. Também era especificado em tal petição que o número dos italianos naquele porto «estava em aumento, devido aos trabalhos de construção do caminho de ferro Delagoa Bay-Komati Port-

---

<sup>169</sup> *Ibidem*, resposta do Ministério da Agricultura, Indústria e Artesanato a um pedido do MNE, datada de 22.IV.1892. Mezzana fez parte do Régio departamento das minas italianas. Tendo ganho um concurso lançado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Artesanato em 1885, ele foi nomeado com decreto Régio de 24 Outubro do mesmo ano aluno engenheiro no corpo Régio e enviado, por conta do Governo italiano, a fim de se aperfeiçoar em mineralogia e geologia, para a escola superior de minas de Paris. Regressado à pátria, começou a trabalhar (1887) no departamento de minas. A seguir decidiu deixar a Itália e colocou-se ao serviço do Governo português no sector das minas de ouro e de pedras preciosas em Moçambique.

<sup>170</sup> *Ibidem*, relatório da Régia Legação em Lisboa N° 300/140 de 2.XI.1892.

Johannesburg-Pretória-Barberton». Por todas estas considerações, da Cidade do Cabo chegava um parecer positivo para a instituição de um Consulado italiano em Lourenço Marques, e era proposta a candidatura do senhor Aluisio Gerris Pereira (o mesmo do qual tinha nascido a questão através do Consulado Geral em Zanzibar) como a pessoa possível para desempenhar o cargo honorário de cônsul de Itália.<sup>171</sup>

Parecia portanto que a escolha pudesse recair sobre o senhor Gerris Pereira, mas após uma procura das devidas informações junto das autoridades portuguesas sobre aquele súbdito português, não foi feito. Vejamos porquê.

O Régio ministro de Itália em Lisboa, Spínola, a pedido de Roma, assim escrevia confidencialmente ao Ministério em 24 de Agosto de 1893: «Com nota confidencial de ontem o Ministro dos Negócios Estrangeiros informou-me que as Autoridades de Lourenço Marques reconhecem no Doutor Jervis Pereira as condições necessárias de idoneidade para desempenhar as funções consulares da Agência que o Régio Governo tenciona estabelecer naquela colónia. [...] acrescenta porém que ditas autoridades se abstêm de prestar informações sobre a conduta moral daquele indivíduo. [...]».<sup>172</sup> Roma assim respondia ao Ministro Spínola: «a partir do momento em que as próprias autoridades locais se demonstram avessas a dar as devidas informações sobre a sua conduta moral não nos resta que esperar uma melhor ocasião para confiar a uma outra pessoa a tutela dos nossos interesses em Delagoa Bay».<sup>173</sup>

Deste modo se fechava a questão da possível nomeação do senhor Gerris Pereira como primeiro cônsul de Itália em terra moçambicana. Permanecia obviamente aberta a necessidade da parte italiana de assegurar um mínimo de tutela aos seus cidadãos e aos seus interesses nacionais naquela colónia portuguesa. A questão foi reaberta nos fins de 1896, quando um outro indivíduo, desta vez de nacionalidade italiana, foi identificado para desempenhar o cargo de representante consular do Régio Governo italiano em Lourenço Marques.

---

<sup>171</sup> *Ibidem*, relatório do Régio cônsul italiano na Cidade do Cabo, N° 52/14 de 15.V.1893.

<sup>172</sup> *Ibidem*, relatório da Régia Legação de Itália em Lisboa N° 264/159 de 24.VIII.1893.

<sup>173</sup> *Ibidem*, despacho ministerial N° 32699 de Setembro de 1893 endereçado à Régia Legação em Lisboa.

### 3.2) O engenheiro Ildebrando Fornaroli

Num relatório de 18 de Setembro de 1896, assinado por Visconti Venosta, preparado pela Divisão IV do Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido ao Ministro, lê-se que «nas colónias portuguesas de África não existe alguma autoridade consular italiana e as tentativas feitas várias vezes para instituir um Consulado não deram resultado. [...] é necessário em primeiro lugar solicitar ao Governo Alemão que encarregue o seu cônsul em Lourenço Marques da protecção dos interesses dos italianos aí residentes. Será depois escrito àquele cônsul que verifique a possibilidade de ali constituir um Consulado ou pelo menos uma Agência Consular italiana e se o engenheiro Ildebrando Fornaroli [...] pode ser nomeado titular ou a quem tal cargo possa ser atribuído».<sup>174</sup>

O engenheiro Fornaroli, jovem emiliano de Piacenza, estava ao serviço da Direcção das Obras Públicas da Província de Moçambique e, no período a que se refere o relatório acima mencionado, estava a trabalhar em Chibuto, no Distrito Militar de Gaza, para a realização de algumas obras de benfeitorias.<sup>175</sup> Numa carta do cônsul alemão em Lourenço Marques ao Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano de Maio de 1897, Ildebrando Fornaroli era descrito como um dos italianos mais em vista e que melhor estava sob o ponto de vista económico (“*Fornaroli marche bien*”), mas cuja posição não era ainda «*tellement établie que les fonctions d’un Vice-Consul lui puissent être conférées*».<sup>176</sup>

Não obstante esta consideração, Roma apressou-se a recolher as necessárias e sempre devidas informações, a fim de poder proceder à nomeação do profissional piacentino como primeiro cônsul italiano em Moçambique. Assim, na prefeitura de Piacenza, veio-se a saber que nada constava em desabono da conduta moral do Fornaroli;<sup>177</sup> igualmente, através da Régia Legação em Lisboa, de

---

<sup>174</sup> *Ibidem*.

<sup>175</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito Militar de Gaza, CX 8-2 M3, doc. Nr. 135 e Governo do Distrito de Lourenço Marques, CX 8-120 M 1, doc. Nn. 249 e 253. Da correspondência entre o Governador do Distrito de Lourenço Marques e o Governador do Distrito Militar de Gaza, chega-se ao valor do salário mensal de Fornaroli (130#000 Reis), o que podia ser considerado na época um salário médio-alto.

<sup>176</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, relatório do cônsul alemão, Breil, ao Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros em data 28.V.1897.

<sup>177</sup> *Ibidem*, Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Prefeitura de Piacenza N<sup>o</sup> 35779 de 24.IX.1897 e resposta da Prefeitura piacentina de 8.X.1897.

Lourenço Marques chegavam notícias mais do que confortantes sobre o engenheiro emiliano, resultando que se tratava de um homem sério e sempre pronto a oferecer ajuda aos seus compatriotas residentes naquela colónia portuguesa.<sup>178</sup>

A este ponto, foi proposto directamente ao interessado a sua nomeação para o cargo de cônsul de Itália na capital moçambicana.<sup>179</sup> Chegada-lhe a proposta de nomeação, o Fornaroli responde com uma carta em data 25 Agosto 1898 endereçada ao Régio Ministro italiano em Lisboa com o seguinte teor: «Recebi aqui com o correio de ontem, 24 corrente, a Sua prezadíssima de 2 de Maio de 1898, e no envelope pude constatar a causa do enorme atraso. Tendo-me ausentado de Lourenço Marques nos fins do mes de Maio para Chibuto (Distrito Militar de Gaza), ali chamado pelo governador senhor Gomes da Costa para a estudar uma linha ferroviária que ligaria a parte navegável do rio Limpopo com os campos auríferos do *rio Sabi* e do *Oliphant River*, a carta foi levantada no correio por um meu conhecido, mas com um endereço de Dijbuti e assim a mesma foi até à possessão francesa de Dijbuti de onde agora me chega.

Sinto-me extremamente honrado pela oferta de representar o meu País em Lourenço Marques; mas por deveres profissionais, como já mencionei acima, sou obrigado a ausentar-me por períodos de tempo bastante longos e não poderei portanto cumprir as funções e deveres inerentes ao honorífico cargo. Se a minha ausência temporária não fosse um obstáculo, serei não somente feliz e orgulhoso em aceitar o honroso cargo, mas procurarei com todos os meios ao meu alcance de ser dele digno. Solicitando-lhe uma resposta, reitero os sentimentos da minha mais distinta estima e consideração».<sup>180</sup>

Chegada a Roma a disponibilidade de Fornaroli, foi imediatamente comunicada a Lisboa a indicação de responder afirmativamente ao futuro cônsul de Itália, pedindo-lhe que indicasse o nome do seu substituto durante as suas ausências de Lourenço Marques.<sup>181</sup> Nos arquivos de estado em Maputo está conservada uma nota do

---

<sup>178</sup> *Ibidem*, relatório da Régia Legação em Lisboa de 17.III.1898, com o qual remetia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma uma comunicação em data 18.II.1898 do cônsul alemão em Lourenço Marques. O cônsul germânico escrevia ter encontrado directamente Fornaroli que lhe dado aquela impressão e anexava à sua comunicação uma carta escrita à mão por Fornaroli, o qual oferecia alguns dados pessoais seus e punha-se à disposição, sentindo-se honrado, por representar a sua própria pátria em Lourenço Marques.

<sup>179</sup> *Ibidem*, despacho ministerial N° 15210 de 26.IV.1898 endereçado à Régia Legação em Lisboa, a qual o transmite para Moçambique ao seu destinatário com nota de 12.V.1898.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

<sup>181</sup> *Ibidem*, despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma, em data 17.XII.1898 N°57044.

*Kaiserlich Deutsches Konsulat*, datada de 24 Janeiro 1899, endereçada ao Governador do Distrito de Lourenço Marques, António José Machado, com a qual se pediam os bons ofícios das autoridades portuguesas para entregar a carta que da Régia Legação italiana em Lisboa se endereçava ao senhor Ildebrando Fornaroli. Assim escrevia o cônsul alemão, Walzer: «*La Legation Royale Italienne à Lisbonne a demandé ce consulad de faire parvenir une lettre adressée à M. Ildebrando Fornaroli que selon mes informations se trouve maintenant occupé dans le service de Votre Gouvernement à Chibuto, Gaza. Voudrez Vous avoir a bonté de faire transmettre cette lettre ci-joint a son destinatarie par une voi sure. [...]*».<sup>182</sup>

Tendo chegado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a segunda resposta positiva por parte de Fornaroli, em 5 Abril de 1899 era preparado um relatório ao Ministro com o pedido de nada obsta à instituição de um Consulado de IIª classe em Lourenço Marques, com a nomeação de Ildebrando Fornaroli como cônsul de Itália. A seguir ao nada obsta dado pelo Ministro, o Rei *Umberto I* assinava o respectivo decreto que tem a data de 9 Abril de 1899. Podiam seguir, finalmente, os procedimentos normais para o acreditamento junto das autoridades portuguesas.

Uma portaria régia de Portugal, enviada através da Secretaria de Estado para Assuntos da Marinha e do Ultramar, datada 10 Maio 1899, comunicava ao Governador Geral da Província de Moçambique que em 4 de Maio passado a Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros tinha comunicado a nomeação de Ildebrando Fornaroli em qualidade de cônsul italiano em Lourenço Marques. A portaria pedia ao Governador Geral para se informar se o senhor Fornaroli residia na capital moçambicana e se possuía os requisitos necessários para exercer as funções atribuídas.<sup>183</sup>

No despacho manuscrito do Governador Geral, lê-se: «publique-se e façam-se as informações».<sup>184</sup> A portaria foi portanto

---

<sup>182</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, CX 8-15 M1 (1) Ba2, doc. Nr 65.

<sup>183</sup> Cf. Ordenança nr. 243 de 10.V.1899 da Direcção Geral do Ultramar de Secretaria de Estado para os Assuntos da Marinha e do Ultramar, assinada pelo Director Geral António Eduardo Villaça, destinada ao Governador Geral da Província de Moçambique, AHM, Fundo: *Século XIX, Governo Geral*, CX 8-18 M1 Aa3, doc. n.º 119.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

publicada no Boletim Oficial de Moçambique e contemporaneamente foi dado início à recolha de informações sobre o súbdito italiano.<sup>185</sup>

Com a nota nr. 597, datada 27.VI.1899, o Secretario Geral do Governador Geral de Moçambique, António de Sousa Ribeiro, pedia ao Governador do Distrito de Lourenço Marques, António José Machado, de responder ao pedido chegado de Lisboa.<sup>186</sup> Este, informando-se junto da Administração do Concelho da cidade capital, comunicou o resultado das investigações à Secretaria do Governo Geral em data 10.VII.1899, com a nota nr. 479: «Em resposta à nota da Secretaria Geral nr. 597 do mês próximo findo [escrevia Machado], cumpre-me dizer a Vossa Excelência que Ildebrando Fornaroli não é actualmente residente nesta cidade, constando-me oficialmente que ele faleceu em 5 de Maio do corrente ano na colónia do Natal».<sup>187</sup>

Consequentemente, o Governador Geral, com seu despacho manuscrito sobre o mesmo documento, ordena: «Para o Ministério esta informação, em virtude da qual não é lavrada portaria de reconhecimento».<sup>188</sup> É certamente curioso o facto que Fornaroli fosse morto ainda antes que a ordenança nr. 243 de 10.V.1899 tivesse sido emanada e pudesse produzir os seus efeitos. Isto oferece uma ideia das dificuldades e dos atrasos nas comunicações entre a Europa e África naquela época.

Não foi portanto possível proceder ao reconhecimento de Ildebrando Fornaroli como cônsul de Itália. A morte de Fornaroli na data acima indicada é confirmada oficialmente também pela correspondência trocada entre Setembro de 1899 e Janeiro de 1900 entre o cônsul alemão e o Governador do Distrito de Lourenço Marques, e onde se faz menção à presença na cidade do irmão do defunto, que para ali se tinha deslocado para tratar de questões administrativas ligadas à certidão de óbito e à herança.<sup>189</sup> Em todo o caso, a morte de Fornaroli é comunicada directamente pelo cônsul alemão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Visconti Venosta, em 29.5.1899.<sup>190</sup>

---

<sup>185</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – Iª Série>> n.º 26 de 1.VII.1899, p. 212.

<sup>186</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, Cx 8-8 M2, doc. nr. 429.

<sup>187</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo Geral, CX 8-83 M 2, doc. nr. 15.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, CX 8-15 M1 (1) Ba2, doc. Nn. 69 e 77. No momento da sua morte, o Governo português era ainda devedor para com Fornaroli por um montante de 3.158#000 Reals. Esta foi uma das questões que levou o irmão do defunto a uma prolongada estadia laurentina.

<sup>190</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série IIª, L 17*.

### 3.3) *O senhor Martin Auerswald*

Mesmo depois da morte de Fornaroli, devido ao decreto Régio de 9 de Abril de 1899 que o tinha instituído, existia formalmente o Régio consulado de Itália em Lourenço Marques, mesmo se não havia um titular nomeado. O cônsul alemão assumiu a regência do Consulado, dado que nenhum dos italianos residentes em Lourenço Marques era considerado idóneo para poder desempenhar tais funções.<sup>191</sup>

Diversos nomes foram propostos nos anos seguintes, entre os quais Eugenio Boccalone, negociante genovês residente a Pretória; Ferruccio Spangaro, director comercial da empresa *Austro-Italian trading*, com sede em Joanesburgo; Oreste Sacerdote, secretário da filial de Lourenço Marques da *Austro-Italian trading* e Alfredo Camilleri, homem de negócios residente em Lourenço Marques.

Juntamente a alguns destes nomes, o Régio cônsul italiano em Pretória, na sua informação ao Ministério de Março de 1901, mencionava, preferindo-o entre os outros, também um súbdito alemão, o senhor Martin Auerswald, como possível alternativa para assumir o lugar no Régio consulado já instituído em Lourenço Marques.<sup>192</sup> O próprio senhor Auerswald, após as autoridades italianas competentes terem discutido também a possibilidade de enviar para a capital moçambicana um funcionário de carreira, nos fins de 1902 endereçou uma sua missiva directamente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, para avançar abertamente a sua candidatura.

Através do seu ministro em Lisboa, o Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano comunica as suas intenções de nomear cônsul de *Vittorio Emanuele III* em Lourenço Marques o senhor Martin Auerswald. Ao mesmo tempo, é assinado o Régio decreto (Nº 102 de 9 Setembro de 1902) que nomeia o súbdito alemão em questão como representante consular italiano na colónia portuguesa de Moçambique.<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> *Ibidem*. Carta do cônsul alemão em Lourenço Marques dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma, datada de 21.IX.1899.

<sup>192</sup> *Ibidem*, Relatório Nº 497/102 de 13.III.1901.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

Como para o caso de Fornaroli, também neste as autoridades portuguesas dão curso aos procedimentos para a notificação do representante consular indicado pela Itália.

Numa carta datada 12 Abril, o Director Geral da Secretaria de Estado para os Assuntos da Marinha e do Ultramar, Dias Costa, pedia ao Governador Geral da Província do Moçambique que exprimisse um seu parecer sobre a vontade da parte italiana de criar um Consulado italiano em Lourenço Marques e de nomear cônsul o súbdito alemão Martin Auerswald: «Desejando o Governo italiano criar um consulado em Lourenço Marques [escrevia Dias Costa], encarrega-me S. Exa. o Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar a pedido do Ministro d'Itália n'esta corte de solicitar de V.Exa., a informação sobre se não haverá inconveniente na criação d'aquelle consulado e bem assim se o Snr. Martin Auerswald súbdito alemão sócio da firma comercial Waal&Co. d'essa cidade, está nas condições de desempenhar o logar de cônsul d'aquelle paiz».<sup>194</sup>

O Governador Geral, após ter mandado recolher informações, recebe o parecer (positivo) do Governador do Distrito de Lourenço Marques,<sup>195</sup> mesmo se alguns dias antes as autoridades aduaneiras do porto da cidade o informavam sobre um processo em curso contra a firma do qual Martin Auerswald era sócio, pela falsificação de um documento relativo a uma operação de importação.<sup>196</sup>

Assim, após ulteriores e aprofundadas investigações mandadas fazer pelo Governador Geral para compreender em que termos se estava a desenvolver tal processo, este escreve a Lisboa em 9 de Setembro de 1902, respondendo à carta de Dias Costa de 12 Abril do mesmo ano, informando-o que embora não existindo nenhum inconveniente para a criação de um Consulado italiano em Lourenço Marques (formalmente sabemos que já existia), não havia porém condições para que o senhor Martin Auerswald pudesse exercer as funções de cônsul, devido à sua (suposta) implicação na fraude cometida pela Waal&Co.

---

<sup>194</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços de Administração Civil, CX 329.

<sup>195</sup> *Ibidem*, carta manuscrita datada 20 de Junho de 1902, com protocolo nr. 669, endereçada à Secretaria Geral do Governo Geral da Província.

<sup>196</sup> *Ibidem*, carta manuscrita datada 16 Junho de 1902, do Director do Círculo da Alfândega da Costa Oriental, com protocolo nr. 65, endereçada à Secretaria Geral de Governo Geral da Província.

A Régia Legação de Itália perspectiva este cenário pouco simpático em Roma em Outubro de 1902.<sup>197</sup> No mesmo período, chegava ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Roma uma petição assinada por 66 cidadãos italianos residentes em Lourenço Marques, com a qual pediam ao Ministério «de remediar de uma qualquer forma à falta total de protecção em que se encontravam os italianos residentes naquela colónia portuguesa». <sup>198</sup> Cúmplice também deste pedido proveniente directamente pelos cidadãos residentes em Moçambique, foi feita pressão sobre Lisboa para rever a sua posição.

De Lisboa, Dias Costa – após ter recebido uma nota com pedido de resposta por parte do Director Geral para os Assuntos Comerciais e Consulares da Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros, S. de Vasconcelos (por sua vez fora-lhe pela Legação italiana em Lisboa) – tornará sobre a questão a 30 de Janeiro de 1903, escrevendo ao Governador Geral em Lourenço Marques para lhe pedir a «reconsideração d’esta recusa em presença do Governo italiano, pelo inquerito a que procedeu sobre os actos da vida comercial do Senhor Auerswald, não ver que os fundamentos à recusa envolvam a responsabilidade pessoal d’aquelle individuo, de forma a torná-lo menos digno do cargo para que foi nomeado».<sup>199</sup>

Apesar desta segunda missiva lisboeta, o Governador Geral reafirma a Dias Costa em data 18 de Março de 1903 que, mesmo não existindo alguma prova directa de fraude contra a pessoa nomeada para exercer as funções de cônsul de Itália, «melhor seria que Martin Auerswald não fosse nomeado cônsul, para evitar que se no decorrer do processo pendente ainda se viesse a fazer alguma prova contra elle como instigador da fraude em questão, não possa recahir sobre a nação que deseja telo como representante».<sup>200</sup> Estas palavras foram comunicadas a Roma pela Régia Legação em Lisboa em Maio do mesmo ano, no seguimento das quais a Itália e os italianos de Lourenço Marques tiveram que esperar ainda algum tempo para terem um seu representante consular perante as autoridades portuguesas em Moçambique.

---

<sup>197</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>a</sup>, L 17*, Relatório de Régio Ministro de Itália em Lisboa N<sup>o</sup> 457/235 de 27.X.1902.

<sup>198</sup> *Ibidem*, petição datada Outubro de 1902.

<sup>199</sup> Carta de Dias Costa a Governador Geral da Província de Moçambique, com protocolo nr. 62. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços de Administração, CX 329.

<sup>200</sup> *Ibidem*, despacho do Governador Geral de Moçambique, escrito à mão sobre a carta de Dias Costa datada 30 de Janeiro de 1903.

Alessandro Uebel assumirá de facto as suas funções – como se disse acima – em 14 de Março de 1905. Coadjuvado pelo secretário Battista Melis, originário de Quartu Sant’Elena, Uebel permanecerá titular do Régio Consulado de Itália até 21 de Dezembro de 1909, dia em que apresentará a sua demissão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano. O seu lugar foi ocupado pelo súbdito português de origem israelita, Abramo Cagi, que o manterá até 14 de Fevereiro de 1923.<sup>201</sup>

#### **4) O recenseamento de 1912, a evolução da presença italiana em Lourenço Marques e algumas histórias de italianos que se tornaram famosos na cidade**

Entretanto, a comunidade italiana em Moçambique, ainda estritamente concentrada em Lourenço Marques, sofria variações um pouco oscilantes em termos numéricos. O terceiro recenseamento oficial em Lourenço Marques é efectuado em 1 de Dezembro de 1912 e os italianos recenseados são 80, em diminuição portanto em relação a 1904.<sup>202</sup> Este dado oferece a dica para uma breve consideração.

O facto de que em tão pouco tempo tenha havido uma diminuição percentual tão alta (quase 25%) da presença dos italianos, confirma quanto se disse no início do capítulo, quando se acenava ao facto de que parte daqueles que chegavam a Lourenço Marques, ou *Delagoa Bay*, estavam somente de passagem.

Segundo o recenseamento do 1912, Lourenço Marques era uma cidade de 26.079 habitantes. Excluindo os indígenas que viviam nas *palhotas* nos subúrbios dos aglomerados urbanos, a cidade propriamente dita contava com 13.353 habitantes. Apesar da diminuição, a comunidade italiana era ainda uma das maiores comunidades estrangeiras: à parte os portugueses (que entre europeus, asiáticos e africanos chegavam a 10.813), os britânicos continuavam a serem os mais numerosos (1.497); havia depois 260 chineses, 215 franceses, 143 gregos, 106 alemães, 80 italianos, 40 russos, para além de outras

---

<sup>201</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Série II<sup>o</sup>, L 17*.

<sup>202</sup> Cf. ALEXANDRE LOBATO, *Ensaio duma história demográfica da cidade de Lourenço Marques*, ob. cit.; <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., N<sup>o</sup>1 1914, p. 57

nacionalidades presentes em número muito limitado. Excepção feita para os portugueses, os italianos continuam portanto a constituírem a sexta comunidade estrangeira mais numerosa.

Embora não evoluindo em termos numéricos, a presença italiana em Lourenço Marques faz um passo avante em termos de qualidade. Com esta afirmação queremos significar que diversos italianos começaram a desenvolver e a consolidar uma série de pequenas e médias actividades iniciadas nos anos precedentes que inevitavelmente os tornam conhecidos na cidade. Assim, por exemplo, Carlo Cuneo, transferido-se da Namaacha para Lourenço Marques, era proprietário de uma elegante loja de loiça sanitária e de cerâmicas; Burlo tinha criado um ponto de venda de vinhos importados; Raffaele Catena tinha ampliado as suas actividades e agora operava na mais central *Rua Consiglieri Pedroso*.

Podemos afirmar que existia uma maior popularidade da Itália na cidade. Aos nomes já conhecidos, juntam-se os de Alberto Possolo, mediador e comerciante, com escritórios na centralíssima *Rua Araújo*; Cugno & Miglietti, sócios proprietários de uma garagem na *Rua Lapa*; F. Fascina, fabricante de contadores situado na *Praça Mousinho de Albuquerque*.<sup>203</sup>

Uma outra família italiana, também essa das mais antigas em Moçambique, torna-se conhecida por ter importado o fenómeno das *lotarias*. Trata-se dos Del Re, que junto ao mercado municipal, para além de terem uma loja de géneros alimentares e de vinhos italianos, chamavam a atenção daqueles que queriam tentar a sorte.<sup>204</sup>

Luigi Fatti tinha constituído a *L.Fatti & Co., Limitada*, com a qual tinha aberto uma fábrica de produção de massas italianas, a primeira, em absoluto, em Lourenço Marques. Mais tarde, em 1919, da *L.Fatti & Co., Limitada* nascerá a *Companhia de Moagem e Massas Alimentícias*, uma empresa já não “artesanal”, mas sim de tipo industrial, criada com um capital de trinta mil esterlinas, discretamente elevado para a época para um lugar como Lourenço Marques. A *Companhia de Moagem e Massas Alimentícias*, para além de Fatti, tinha visto a participação de capitais de outros italianos conhecidos na cidade: os irmãos Pietro Giuseppe Buffa-Buccellato, a família Del Re e Biagio Sorgentini, aos quais também se associou um

---

<sup>203</sup> Cf. SOUSA PEREIRA, *Anuário de Moçambique* (1917), Imprensa Nacional, Lourenço Marques 1917, pp. 338-346.

<sup>204</sup> Cf. ROQUE LUÍS FERREIRA e ANTONIO da COSTA JUNIOR, a cura de, *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1914*, ob. cit., p. 26 (inserção publicitária).

português, Paulino dos Santos Gil, um dos construtores mais importantes da capital moçambicana.<sup>205</sup> Luigi Fatti era o presidente do conselho de administração, coadjuvado na direcção da empresa por Pietro Buffa-Buccellato e Paulino dos Santos Gil.

Não consta que tivessem actividades comerciais mas eram residentes em Lourenço Marques os senhores F. Serra, P. F. Conte e Luca Lizzi, proprietários de uma caixa postal.<sup>206</sup> Os Chiazzari, por fim, desenvolveram ulteriormente as suas actividades comerciais e tornaram-se agentes para Lourenço Marques da *Trasnaal Coal Owner Association Ltd.*<sup>207</sup>

Alguns italianos começam efectivamente a distinguir-se na cidade, pela originalidade das suas iniciativas, pela simpatia que tinham conquistado, pela popularidade insólita, pelo sucesso comercial.

É mesmo de 1912 a construção e a inauguração do primeiro teatro de Lourenço Marques, o “Teatro Varietà”, na *Rua Araújo*, graças aos irmãos Buffa-Buccellato. Naqueles anos, os irmãos Sorgentini, antes de comprarem o Hotel Cardoso, geriam o *Central Kiosk bar*, na centralíssima *Praça Mousinho de Albuquerque*, onde quase toda a cidade parava para alguns minutos de repouso para saborear um expresso italiano; Giuseppe Cavallari fornecia a cidade com óptimas bebidas gasosas, antes de criar a primeira marca de cerveja de Lourenço Marques, “A Nacional”; a mítica Branca (Vanzini Marini), por fim, continuava a fazer falar de si pelo seu canto, para além das suas magnificas jogadas de *Bacará*.

Estamos agora para dedicar algumas páginas a cada um destes personagens, de cuja leitura bem se compreende a sua popularidade, a criatividade obreira, a sua italianidade, vividas na Lourenço Marques de então.

---

<sup>205</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n.49 de 6 de Dezembro de 1919, p.633.

<sup>206</sup> Cf. ROQUE LUÍS FERREIRA e ANTÓNIO da COSTA JUNIOR, a cura de, *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1915*. ob. cit., pp. LXXXVII-XCII.

<sup>207</sup> Cf. ROQUE LUÍS FERREIRA e ANTONIO da COSTA JUNIOR, a cura de, *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1914*, ob. cit., p. 48.

#### **4.1) A célebre “Branca das mãos de ouro”**

Não existe maneira melhor de contar a história desta famosa mulher italiana em terras moçambicana senão reportar as suas próprias palavras, publicadas no jornal “Notícias” (um dos mais antigos jornais da capital moçambicana, ainda hoje publicado em Maputo), por ocasião de um número especial da vigília de Natal de 1929 dedicado à cidade de Lourenço Marques e aos seus personagens famosos.

«Vim para Lourenço Marques em 1874. Há, por consequência, cinquenta e cinco anos. Mais de meio século. Antes de mim, nenhuma outra mulher europeia aqui havia fixado residência. Tendo estado nas minas de diamantes de Kimberly – contava Bianca Vanzini Marini – eu e o meu marido desejámos mudar de localidade. Apontaram-nos Lourenço Marques como povoação de vida fácil e amena. Viemos. Tinha eu catorze anos apenas. [...] Catorze anos cheios de esperanças, as mais lindas. Mas Lourenço Marques estava bem longe de ser o que nos havíamos dito. O que aqui se me deparou encheu-me o coração de desespero.. [...] Não é longo o inventário daquilo que era Lourenço Marques nesse tempo terrível. [...] Areia e lama era o que havia no sítio onde passa a Rua Araújo. O mar vinha até ao Casario da Alfândega e quando a maré vasava, tudo aquilo era um vasto depósito de pestilências. O Mercado Municipal era um enorme pântano. [...] Uma monotonia moral só quebrada por alguns ataques dos indígenas que se esperava a toda a hora. Muitas vezes só queriam álcool.

[...] Passado algum tempo, meu marido resolveu juntar-se a Cecil Rhodes. Para a Rhodesia, pois, nos encaminhámos, mal pensando eu que ali ia buscar a viuvez. Desanimada, desgostosa, resolví voltar a Itália. Aí me nasceu um filho cuja saúde me inspirou sempre as mais sérias preocupações. [...] Para lhe assegurar uma boa educação, como tinha uma bonita voz, fiz-me cantora. Cantei pela Europa fora. Paris, Berlim, Viena, Budapeste, Atenas, Constantinópol, foram cidades que me aplaudiram».

Após a morte do filho, Branca Vanzini Marini – animada pelo desejo de morrer também – decidiu regressar a Lourenço Marques. «O suicídio repugnava-me. Lembrei-me então de que havia um lugar no mundo onde o meu desejo seria facilmente realizável. Lourenço Marques era uma terra onde se morria depressa, onde se

morria bem... [...] Lourenço Marques, não obstante terem sobre ela passado cerca de 17 anos,<sup>208</sup> continuava apresentando o mesmo aspecto. O mesmo desconforto, o mesmo calor, a mesma escassez de género, a mesma falta de comunicações, as mesmas febres, a mesma tristeza. [...] Quando aí por '86 ou '87 chegou o Eng. Minos para fazer uns estudos para o futuro caminho de ferro, chorei, chorei de alegria. [...] Depois, desembarcou Mousinho de Albuquerque, o homem mais perfeito de quantos tenha conhecido, alma de santo, alma de herói.

[...] Durante muitos anos levei uma vida bastante irregular. Exerci mil mesteres. Tive um restaurante e um hotel. Fui modista, chapeleira e eu sei lá... Quando uma profissão deixava de me dar lucros logo arranjava outra. Fiz comércio com muito bom êxito. Graças aos conhecimentos que adquirira na Alemanha e por falar várias línguas, a adaptação foi facilíssima. Estive na Zambézia por diferentes vezes. Alí como aqui negociava-se muito com álcool. [...]

O “*bacará*” trouxe-me e levou-me libras a milhares. Jogava com indiferença e tinha sorte. Só duma vez ganhei cerca de 4.000 libras. Chamavam-me *Branca das mãos de ouro*. [...]

A última indústria que explorei foi a hoteleira. Dispunha apenas de vinte libras quando tomei a resolução de abrir um hotel. O Bridler deu-me credito e passados poucos meses já possuía, líquidos, duzentos e cinquenta libras. Acostumada, porém, a ver-me senhora das loiras moedas às centenas, aos milhares, tal importância parecia-me irrisória. Dias depois partia para o Transvaal. [...] Chegada a, dirigi-me para a bolsa. Lancei-me a doida na especulação. As duzentos e cinquenta libras – todo o meu dinheiro – foram empregadas nas acções das minas. Dentro de algumas semanas tinha ganho mil libras...Voltei a Lourenço Marques, onde tinha a minha residência e de novo a Johannesburg para especular. E assim continuei por muito tempo, comprando e vendendo, vencendo e perdendo...».<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> A data presumível do regresso foi portanto 1891.

<sup>209</sup> “*Bianca das Mãos de Ouro*”, <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 24.XII.1929, pp. 13-14

#### 4.2) *Giuseppe Cavallari e o nascimento da indústria da cerveja*

Voltando a ocupar-nos das actividades comerciais de Lourenço Marques não podemos não tratar da influência que desde o século XIX alguns cidadãos italianos exercitaram sobre aquela que se tornará no futuro uma das indústrias mais lucrativas de todo o País: a indústria da cerveja (pode-se sem dúvida considerar que esta afirmação vale também nos dias de hoje): a bem ver, pode-se falar do próprio envolvimento directo de um italiano, Giuseppe Cavallari, o qual – graças também à contribuição de outros dois seus compatriotas, os senhores Miglietti e Tonetti – começou com uma pequena produção de xaropes e licores, para conseguir de seguida fazer nascer “*A Nacional*”, a primeira marca de cerveja produzida em Lourenço Marques. Não foi portanto – contrariamente ao pensamento comum – o senhor Filipe Dicca a ser o primeiro italiano a apostar neste sector, investindo os seus primeiros capitais, sobretudo porque Dicca era de nacionalidade albanesa e com passaporte austríaco.<sup>210</sup>

Já em 6 de Julho de 1898, Giuseppe Cavallari endereça uma carta manuscrita ao Administrador do Concelho de Lourenço Marques,<sup>211</sup> com a qual pedia que lhe fosse concedida a licença para a «fundação de um estabelecimento industrial de 2ª classe [para a produção de] licores e xaropes por meio de filtro nesta cidade sito na Avenida Andrade Corvo».<sup>212</sup> Obtida a licença, Cavallari começa a sua actividade que se estende sucessivamente também à importação de vinhos e à produção de gelo.<sup>213</sup>

---

<sup>210</sup> Veja-se a declaração passada perante o notário em data 20 de Outubro de 1909 pelos proprietários da firma “*Kovacevic & Dicca, Limitada* com a qual se menciona a intenção dos Srs. Kovacevic e Dicca de se estabelecerem em Lourenço Marques para abrir «uma loja para venda de bebidas por retalho». Cf. AHM, Fundo: Século XX, Administração do Concelho de Lourenço Marques, Secção: Administração – Requerimentos e petições, CX 1131. Para a confirmação da nacionalidade albanesa de Filippo Dicca veja-se também: MARIA HELENA BRAMÃO, *Livro de ouro do mundo português – Moçambique*, Tipografia Académica, Lourenço Marques 1970, p. 114. Dicca tinha chegado em África como voluntário ao lado dos boeres na guerra de 1899-1901. Acabada a guerra, transferiu-se para Lourenço Marques e – graças aos seus conhecimentos de química, que tinha estudado na Áustria – abrirá uma fábrica de produção de bebidas.

<sup>211</sup> O facto que Cavallari soubesse escrever correctamente e correntemente em português poderia fazer pensar que se encontrava em Moçambique há já diversos anos.

<sup>212</sup> Cf. AHM, Fundo: Administração do Concelho de Lourenço Marques, Secção: Administração – Requerimentos e petições, CX 1128.

<sup>213</sup> Sobre a actividade de importação de vinhos de Cavallari, Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1905, p. 41; na *Business Directory* ele aparece inserido na categoria *wine merchands*. No que se refere à expansão da sua actividade de produção de gelo, Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1913, pp. 79-86.

Mais ou menos no mesmo período, na *Avenida Paiva Manso*, um outro italiano, Giacomo Tonetti, realiza um discreto investimento, constituindo uma fábrica de gelo, limonadas e gasosas (a *Fábrica Jolanda*, fundada em 1904) e uma loja com vários bens de importação (1905).<sup>214</sup>

Estas duas actividades sofreram sucessivamente uma fusão: a *Fábrica Jolanda* foi adquirida em 1913 por Cavallari, ao qual entretanto se tinha associado um outro italiano, Giuseppe Miglietti. A firma *Cavallari & Miglietti* tornou-se bastante famosa por ter concentrado diversas actividades produtivas como a do gelo, água mineral, xaropes, limonadas e gasosas, e era evidentemente muito apreciada numa terra que até então não tinha podido ter acesso frequente a estes produtos e onde as temperaturas no verão atingem facilmente os 40 graus centígrados.<sup>215</sup> De pequena e artesanal que era no momento da sua criação, após uma década de existência, a *Fábrica Jolanda* podia agora orgulhosamente considerar-se entre as mais eficientes e lucrativas empresas industriais de Lourenço Marques, juntamente com as companhias da electricidade dos eléctricos e dos telefones.<sup>216</sup>

Em 1917, Cavallari tornou-se provavelmente o único proprietário da *Fábrica Jolanda*, já que nunca mais apareceu o nome de Miglietti no nome da firma. Nesta segunda fase em que Cavallari é um empresário individual ele tornou-se o pioneiro na produção de cerveja, tendo criado a primeira marca laurentina: *A Nacional*.<sup>217</sup>

É a partir desta fábrica que se irá desenvolver a indústria da cerveja em Moçambique. Em 1920, de facto, Cavallari venderá a sua empresa a Filipe Dicca, o qual a ampliará e desenvolverá ulterior-

---

<sup>214</sup> SOUSA PEREIRA, *Anuário de Moçambique (1908)*, ob. cit., p. 40 e 351. Sobre a *Fábrica Jolanda* de Tonetti, veja-se também: ANTONIO da COSTA JUNIOR (Pedro Neves) e ADELINO d'ABRUNHOSA (Haranubas), *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1912*, ed.: empresa O Africano, Lourenço Marques 1912, inserção publicitária na contra capa. O próprio Tonetti, além disso, em 1907, abre um talho na *Praça Vasco da Gama*.

<sup>215</sup> Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1913, pp. 79-86. Para confirmar a notoriedade desta empresa, constituída por italianos, veja-se também: <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques, 17.XI.1915, no que diz respeito à polémica sobre benefícios públicos que os capitais estrangeiros obteriam em Lourenço Marques, bem como: ROQUE LUÍS FERREIRA e ANTONIO da COSTA JUNIOR, por *O Africano – Almanach humorístico e ilustrado para 1914*, ed.: empresa O Africano, Lourenço Marques 1914, pp. 130-131.

<sup>216</sup> *Ibidem*. Lê-se, em particular, que os proprietários da Fábrica Jolanda «Snrs Cavallari & Miglietti, dois honrados cidadãos da pátria do grande Dante, adoptando por berço natal esta grande possessão portuguesa, dotaram Lourenço Marques com um estabelecimento a todos os respeitos útil e necessário nesta terra. [...] É-nos grato terminar esta pequena notícia, informando o leitor de que brevemente se fará sentir o benefício d'uma fábrica de cerveja, n'esta cidade, devido ainda aos esforços dos cavalheiros supracitados».

<sup>217</sup> SOUSA PEREIRA, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., inserção publicitária.

mente, também graças a um contacto que conseguiu estabelecer com uma fábrica de cerveja fundada por um súbdito alemão na Namíbia, da qual conseguiu adquirir alguma maquinaria preciosa que juntou à já comprada a Cavallari.<sup>218</sup> Em 1938 nascerá depois a *Fábrica de Cerveja Reünidas, Limitada* de Lourenço Marques, com as instalações sempre na *Avenida Paiva Manso* (exactamente onde estava instalada a *Fábrica Jolanda* de Cavallari), que nos anos quarenta produzia ainda a cerveja com a marca “*A Nacional*”; com o passar do tempo chamar-se-á depois “*Laurentina*”.<sup>219</sup>

#### **4.3) A emigração dos pescadores de Porto Recanati e a história da família Sorgentini (Hotel Cardoso)**

Entre os anos 1899 e 1900, cerca de uma vintena de homens, a maior parte originários de Porto Recanati e de outras povoações limítrofes, fizeram pedido de passaporte e de visto para viajarem até *Delagoa Bay*. O uso alternativo que na altura se fazia – e que nós também fizemos nas páginas precedentes dois nomes Lourenço Marques e *Delagoa Bay* para indicar o mesmo porto, exige uma pequena explicação, com a abertura de um pequeno parênteses, o que faremos já de seguida.

*Delagoa Bay* era o nome com o qual os ingleses, presentes no vizinho Natal, chamavam a baía de Lourenço Marques (também chamada pelos portugueses baía do Espírito Santo). O nome *Delagoa Bay* utilizado pelos ingleses (e de consequência tornado famoso a nível internacional) derivava do antigo topónimo português Baía da Lagoa. As autoridades portuguesas, sobretudo após a sentença de Mac Mahon de 1875, procuraram de toda a maneira acabar com a utilização indiferenciada e generalizada dos dois nomes da cidade, mas foi só durante o tempo do Governador Geral José Cabral (1926-1937) que os portugueses começaram a recusar todas as mercadorias e a correspondência onde constasse a denominação *Delagoa Bay* no lugar de Lourenço Marques.<sup>220</sup>

---

<sup>218</sup> MARIA HELENA BRAMÃO, ob. cit. p. 114.

<sup>219</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n. 10 de Fevereiro de 1944, p.150.

<sup>220</sup> Cf. LUIGI CORVAJA, *Maputo, città capitale del Mozambico. Disegno e Architettura*, Fratelli Palombi Editori, Roma 1998, pp. 37-38.

Voltando para o discurso acima começado, sabe-se que segundo uma investigação feita pelo cidadão de Porto Recanati Nicola Gaetini nos arquivos do Município da cidade marchigiana, estes homens eram na sua maior parte pescadores, com uma idade compreendida entre os 18 e os 39 anos. Aqueles que pediram passaporte para *Lagobei* (este é o nome com o qual os pescadores de Porto Recanati chamavam o seu destino) foram: Teodoro Caporaletti, Bartolomeo Cionfrini, Francesco Stefanelli, Giuseppe Stefanelli, Nicola Stefanelli, Biagio Sorgentini, Renato Feliciotti, Vincenzo Scalabroni, Marone Scalabroni, Luigi Consolani, Saverio Monachesi, Fortunato Giorgetti, Giuseppe Casali, Nicola Pandolfi, Paolo Giri, Antonio Giuseppe Michelini, Luigi Scartozzi, Antonio Rosati, Vittorio Flamini, Pasquale Stefanelli, Filippo Giri, Nicola Cittadini, Pasquale Gaetini e Vincenza Gaetini.

Além daqueles, mais outras onze pessoas teriam ido para *Delagoa Bay* segundo testemunhos populares de Porto Recanati que chegaram até aos nossos dias: Giacomo Camilletti, Pacifico Bufarini, Tommaso Gaetini, Sante Panetti, Angelo Scartozzi, Giacomo Piangerelli, Fortunato Stefanelli, Vincenzo Cionfrini, Silvano Caporaletti, Lorenzo Gaetini e Fortunato Giri.<sup>221</sup>

Qual terá sido a razão para esta interessante emigração não nos é dado de saber. Nos arquivos municipais de Porto Recanati, além das informações encontradas por Nicola Gaetini, que gentilmente as colocou à nossa disposição, não existem outras. Nem sequer as histórias populares passadas de pai para filho entre os habitantes de Porto Recanati sabem explicar as razões da curiosa emigração. Outrossim, não foi possível encontrar fontes moçambicanas que pudessem documentar a chegada e a permanência deste grupo em Lourenço Marques, não tendo nós encontrado algum documento sobre o assunto no Arquivo Histórico de Moçambique e também porque os arquivos do antigo Clube Aduaneiro do porto da capital moçambicana perderam-se quase todos ou encontram-se num estado de degradação que não permite consultá-los.

Só dois dados são certos e documentáveis. O primeiro refere-se ao elenco redigido pelo cônsul alemão em Lourenço Marques em 1897, contendo os nomes dos membros da comunidade italiana da

---

<sup>221</sup> ANTONIO SISTI e NICOLA GAETINI, *Entrevista com o autor*, Porto Recanati, 17.XII.2004. O senhor Sisti e o senhor Gaetini são respectivamente Presidente e membro do *Ente Palio Storico di San Giovanni* de Porto Recanati, uma associação empenhada em manter vivas as tradições populares da cidade da região Marche.

época residentes naquela cidade: nessa lista, como se teve ocasião de referir precedentemente, havia seis homens originários de Porto Recanati (Biagio Giri, Pasquale Scalabroni, Domenico Scalabroni, Nicola Cittadini, Sante Bronzi e Pasquale Gaetini). O segundo dado é um outro elenco, desta vez com as assinaturas dos cidadãos italianos residentes em Lourenço Marques que em Outubro de 1902 enviaram uma petição ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Roma, onde estão incluídas as assinaturas de Biagio Giri, Biagio Sorgentini, Nicola Stefanelli e Silvano Caporaletti, e onde estão também os nomes de Pasquale, Domenico e Vincenzo Scalabroni, estes últimos três analfabetos.

As referidas duas informações indicam-nos portanto, que certamente aqueles pescadores se tinham efectivamente dirigido a Lourenço Marques! Em segundo lugar, igualmente certo por dedução lógica, é que aqueles que tinham vindo para Lourenço Marques tinham de seguida informado os familiares e conterrâneos sobre as oportunidades que aquela terra oferecia. Parece ser este o caso dos srs. Biagio Giri (a quem se uniram mais tarde em Moçambique Paolo, Fortunato e Filippo Giri), Pasquale e Domenico Scalabroni (e a seguir vieram para Moçambique para se lhes juntar Vincenzo e Marone Scalabroni) e Pasquale Gaetini (a quem mais tarde se uniu Vincenzo, Lorenzo e Tommaso Gaetini), os quais se podem considerar entre os pioneiros da presença dos pescadores de Porto Recanati em Lourenço Marques (Pasquale Gaetini morreu na capital moçambicana e está sepultado no cemitério de S. Francisco Xavier de Maputo, situado na actual *Av. Karl Marx*).

A este ponto, podem-se somente imaginar hipóteses sobre qual teria sido a razão de tal emigração. Tais hipóteses parecem-nos, a nós, suficientemente plausíveis que justificam a sua apresentação aqui de seguida.

A primeira é a que vê este grupo de italianos à procura de uma nova aventura na vida e que tinha como destino final o Transvaal, segundo quanto contámos no início deste capítulo, e *Delagoa Bay* era só uma etapa intermédia da viagem.<sup>222</sup>

A segunda, e que ainda hoje é a mais difusa em Porto Recanati, tende a acreditar a tese de que os pescadores partiam para África para exercer efectivamente a sua profissão nas águas do

---

<sup>222</sup> Segundo quanto testemunhado por Nicola Gaetini ao autor, a palavra "*Transvai*" (Transvaal) era recorrente entre os pescadores de Porto Recanati daquele tempo, que dele falavam como de lugar de emigração dos seus colegas ou familiares.

Oceano Índico. Ter-se-ia tratado, por outras palavras, de campanhas de pesca no estrangeiro, com a duração máxima de um par de anos, com a esperança de regressar a pátria com frutuosa ganhos. Não se teria tratado – portanto – de uma verdadeira e própria emigração, pois que muitos dos pescadores acima citados regressaram realmente à pátria.

Esta hipótese seria suportada pelo facto de que os pescadores partiam para *Delagoa Bay* carregando consigo os instrumentos para a pesca de arrastão, típica da costa adriática e ainda hoje praticada nas costas da baía de Maputo.<sup>223</sup> Essa, acrescentamos nós, poderia estar ligada à primeira hipótese acima mencionada, pois que estes pescadores provavelmente partiam atraídos pela ideia que a zona do Transvaal podia oferecer perspectivas melhores também para o comércio do peixe (a tradição popular da terra de origem vê os seus conterrâneos a venderem o peixe aos ingleses, naquela época numerosos a Lourenço Marques).

Mesmo que estas duas hipóteses se possam considerar plausíveis, fica sem resposta o motivo pelo qual nasceu no interior de uma inteira categoria de trabalhadores de uma pequena vila da região Marche – naquela época pouco mais que uma povoação – o desejo de deixar a família e partir para *Delagoa Bay*.

De quem receberam notícias sobre entusiasmantes perspectivas em *Delagoa Bay* ou no Transvaal? Quem os poderia ter informado?

Deixada esta pergunta sem resposta, preme-nos aqui recordar que alguns destes cidadãos estabeleceram-se para sempre em Lourenço Marques, pois existem os traços da sua permanência moçambicana. Entre estes, merece particular menção o senhor Biagio Sorgentini, padeiro de profissão, patriarca de uma das famílias italianas em Lourenço Marques que ao longo se transformou numa das mais conhecidas e estimadas.

Biagio Sorgentini deve ter partido para *Delagoa Bay* não antes de 1900, dado que o seu pedido de passaporte no Município de

---

<sup>223</sup> A pesca de arrastão pressupõe uma profundidade das águas não muito elevada. Tanto as redes (com um peso de cerca de dois quintais, quando secas) como a embarcação (de madeira, comprida cerca de 7 metros) chamam-se *traineiras*. Este tipo de pesca emprega pelo menos doze homens ao mesmo tempo e isto podia ser um motivo válido para as partidas de grupo, ANTONIO SISTI e NICOLA GAETINI, *Entrevista com o autor*, Porto Recanati, 17.XII.2004. Parece que os pescadores partissem de Ancona de comboio e embarcassem depois em Brindisi e Taranto, GEREMIA PIANGERELLI, *Entrevista com o autor*, Porto Recanati, 17.XII.2004. O senhor Geremia Piangerelli é filho de Giacomo, um dos onze pescadores que segundo a tradição popular partiram para *Delagoa Bay* para pescar.

Porto Recanati data de 04.XII.1899.<sup>224</sup> Das notícias recuperadas através da consulta de fontes moçambicanas, o primeiro ano em que se pode pensar que ele tenha decidido estabelecer a sua residência permanente em Lourenço Marques é 1908, ano em que existia em seu nome uma caixa postal na cidade;<sup>225</sup> alguns anos antes, todavia, ele constava como signatário da petição de Outubro de 1902 da qual já falámos, o que induz a pensar que já há alguns anos antes residia na capital moçambicana.

A tardia residência em Lourenço Marques em relação à sua partida da Itália, poderia dar valor à tese de que ele – provavelmente juntamente com a maioria dos seus conterrâneos – tivesse ido ao Transvaal e que depois, assim como aconteceu a Branca Vanzini Marini, tenha decidido transferir-se para o Moçambique português para encontrar um estilo de vida diferente. Como muitos outros italianos no estrangeiro, depois, Sorgentini contactou com toda a probabilidade os seus familiares e conterrâneos em Itália convidando-os virem ter com ele na capital moçambicana, perspectivando-lhes um futuro róseo. Parece que o seu irmão mais jovem, Giuseppe, chegou pela primeira vez a Moçambique em 1905, para aí permanecer alguns anos, antes de voltar a Itália para cumprir o serviço militar. É certo que em 1914 Biagio não era o único Sorgentini que vivia na cidade, pois que o irmão Giuseppe, regressado a Moçambique, já ali se tinha estabelecido permanentemente.<sup>226</sup> Os irmãos Sorgentini tornam-se pequenos empresários no sector hoteleiro e a partir de 1915 gerem o Hotel Miramar, situado na *Avenida 24 de Julho*, com vista para o mar, para além de serem proprietários de um quiosque (*chalet kiosk*) na *Praça Mouzinho de Albuquerque* (actual *Praça da Independência*).<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> *Ibidem*.

<sup>225</sup> Cf. <<DELAGOA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1909, p. 79. O nome de Sorgentini é mencionado na *postal directory* da cidade junto com um outro nome, Valentini. Para além dos Sorgentini e Valentini, também são mencionados mais 12 nomes de italianos, alguns não completos: G. Bortolotti, Giuseppe Burlo, A. Camilleri, Catena, Chiazari, Giacomo Gallone, G.B. Marconi, M.J.F. Gatta, Nicola Marco, Rivotti e Tonetti.

<sup>226</sup> *Ibidem*. Veja-se também: <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1915, p. 100. Na secção dedicada às caixas postais, são mencionados Sorgentini G. & S., onde G. significa Giuseppe e S significa Sorgentino, como iremos ver em breve.

<sup>227</sup> *Ibidem*. Existiam nos anos vinte dias sociedades nas mãos dos Sorgentini: a primeira era a *Sorgentini & Michaelis, Limitada*, proprietária do Hotel Miramar; a segunda chamava-se *G. & S. Sorgentini, Limitada*, que geria o quiosque na centralíssima Praça Mouzinho de Albuquerque. Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, n. 4 de 26 de Janeiro de 1924, p. 46 e n. 39 de 28 de Setembro de 1929, p. 288.

São os anos de um certo fervor à volta da cidade, que faz aumentar o tráfego de mercadorias através do porto de Lourenço Marques e que, conseqüentemente, cria cada vez mais oportunidades comerciais e empresariais. Giuseppe, a quem chegou a seguir a jovem mulher Aida em 1919, torna-se no tempo o ponto de referência das actividades dos irmãos Sorgentini. Entre os anos dez e vinte, outros dois irmãos de Biagio e Giuseppe chegam a Lourenço Marques, Sorgentino e Anita, e os quatro juntos consolidam a gestão das duas propriedades no sector turístico-hoteleiro. Em 1924 Giuseppe e Aida, juntamente com os dois irmãos recentemente chegados, decidem de tomar em gestão (por um período de seis anos) o Hotel Cardoso, uma pequena mas confortável pensão da cidade, situada na então *Avenida Miguel Bombarda* (actual *Avenida Mártires da Mueda*) assim chamada pelo nome do seu primeiro proprietário, o comandante português Augusto Cardoso. A propriedade do Hotel Cardoso, antes de passar para as mãos da família Sorgentini, tinha sido propriedade de outros italianos, Luigi Boschian e Annibale Landucci, os quais geriam o hotel desde 1922 através da sociedade de ambos, L. Boschian & Companhia, Limitada, constituída com um capital social de seis mil libras.<sup>228</sup>

A morte repentina de Giuseppe, em Outubro de 1925 – precedida de um ano da morte do pioneiro Biagio - faz surgir uma pequena disputa familiar que vede a jovem viúva dona Aida, como era chamada pelos portugueses, discutir com os seus cunhados em relação à gestão do hotel. Inicia-se assim a aventura de Aida Sorgentini, famosa empreendedora italiana em terra moçambicana, que por toda a vida estará ligada ao destino do Hotel Cardoso.

Passo após passo, com enérgica dinamicidade, Aida Sorgentini transformou o Hotel Cardoso de pequena pensão que era num hotel de quatro estrelas: após ter terminado o período da concessão em 1932, comprou a propriedade da pensão e, abatido o velho edifício, no mesmo lugar (aquele actual) fez construir em 1938 um complexo mais moderno. O hotel foi posteriormente renovado uma primeira vez em 1948 (após ter constituído uma nova sociedade em que entravam a fazer parte como sócios os filhos Italo e Giorgio) e sucessivamente diversas vezes nos anos cinquenta e sessenta, com o

---

<sup>228</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, n. 16 de 22 de Abril de 1922, p. 187.

acréscimo de diversos andares ao edifício, para o tornar num dos hotéis mais famosos (ainda hoje) da cidade.<sup>229</sup>

#### **4.4) Os irmãos Buffa-Buccellato e o Teatro Varietà**

São poucos a saberem que o primeiro teatro construído na cidade de Lourenço Marques foi idealizado e edificado por italianos, os irmãos Buffa Buccellato, e que lhe foi dado um nome italiano (*Varietà*). Mesmo nos nossos dias bastaria um pouco de sã curiosidade por parte de quem ainda hoje, percorrendo a *Rua de Bagamoyo* no centro de Maputo, se deparam com a “*Travesa do Varietà*”. De onde virá o nome daquela pequena travessa? Vejamos de descobrir as suas origens.

Os italianos que – embora em número bastante reduzido – estavam já presentes noutras zonas de Moçambique fizeram parte do processo de imigração interna que se manifestou por ocasião da crescente importância que Lourenço Marques ia adquirindo (como saída comercial para o Transvaal e na qualidade de nova capital de Moçambique). Exemplos deste fenómeno são as deslocações de dois dos italianos que, com as suas famílias, permanecerão em Moçambique até à independência e a seguir: Pietro Buffa e Giuseppe Del Re.

O primeiro, originário de Castellamare do Golfo na província de Trapani, na Sicília, e o segundo de S. Bartolomeo na província de Benevento, perto de Nápoles, tinham chegado a Moçambique entre os séculos XIX e XX (sabe-se com precisão que Buffa chegou em 1898, enquanto que Del Re deve ter chegado com toda a probabilidade por volta dos primeiros anos do século XX). Ambos provenientes do

---

<sup>229</sup> Sobre a construção do novo edifício do Hotel Cardoso em 1938 feita pela senhora Aida Sorgentini veja-se: <<NOTÍCIAS>>, 08.VI.1938, p. 4. Sobre a nova sociedade constituída entre a senhora Sorgentini e os filhos, Cf. <<BOLETÍN OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 16, 17 de Abril de 1948, p. 19. Sobre as sucessivas renovações e ampliações do Hotel, fez-se referência a: JOÃO SEVENE COSSA e SALOMÃO FREDERICO PELEMBE, *Entrevista como autor*, Maputo, Hotel Cardoso, 14.X.2004 (o Sr. Sevene Cossa e o senhor Pelembe são ainda hoje porteiros no Hotel Cardoso e foram admitidos pela senhora Aida Sorgentini respectivamente em 1954 e em 1964. Eles são actualmente os empregados mais antigas do Hotel Cardoso). Em 1990 foi feita a passagem de propriedade do Hotel entre a família Sorgentini e um grupo britânico. O Hotel Cardoso – assim como recordado numa placa de ouro visível no *hall* do hotel – foi portanto gerido durante 65 anos por esta família de origem marchigiana.

Egipto, estabeleceram-se na Beira, provavelmente atraídos pelo fervor comercial do seu porto, já conhecido a nível regional devido à circulação de mercadorias que chegavam das colónias inglesas do interior (Nyassaland e Rhodesia do Sul particularmente).<sup>230</sup>

Pietro Buffa tinha emigrado da Sicília para o Egipto, onde permaneceu alguns anos exercendo a profissão de empresário de construção civil. Tinha mais tarde chegado à Beira após ter lido num jornal egípcio que naquela cidade da colónia portuguesa de Moçambique iriam ser realizadas diversas obras de construção civil.<sup>231</sup> Com efeito, ele trabalhou na Beira durante alguns anos, dedicando-se aos trabalhos de reabilitação do cais do porto, antes de se transferir para Lourenço Marques, evidentemente mais atraente, onde em 1902 faz chegar o irmão Giuseppe. Os dois irmãos, que entretanto tinham começado a fazer-se chamar Buffa-Buccellato (este último apelido materno), além de fundar outras actividades, constituirão uma empresa de construção, que no decurso do século, até aos anos que levarão Moçambique à independência, se transformará numa das maiores de todo o País neste sector.<sup>232</sup>

Pelo contrário, é difícil afirmar com precisão quando Giuseppe Del Re se transfere para Lourenço Marques, mas tal não aconteceu seguramente antes de 1906, pois que o filho, Luigi, nasceu naquele ano na Beira.<sup>233</sup>

Os Buffa-Buccellato – é para eles que vai a nossa atenção – foram os italianos que, provavelmente junto com os Sorgentini, mais contribuíram para a vida comercial e empresarial de Lourenço Marques. A empresa de construção por eles constituída deu uma contribuição extraordinária para o desenvolvimento e construção da cidade na primeira metade do século XX. O seu nome, em particular, está ligado à construção de alguns edifícios e obras públicas que se tornaram históricos para a cidade: a primeira fase do cais do porto; a muralha do *Grémio Naval* (denominado a seguir *Clube Naval*, nome

---

<sup>230</sup> PEDRO MANUEL BUFFA BUCCELLATO e SANDRA BUFFA BUCCELLATO, *Entrevista com o autor*, Johannesburg, 14.VII.2004. TULLIO GIUSEPPE DE RE, *Entrevista com o autor*, Maputo, 28.VII.2004.

<sup>231</sup> Cf. MARIA HELENA BRAMÃO, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>232</sup> PEDRO MANUEL BUFFA BUCCELLATO e SANDRA BUFFA BUCCELLATO, *Entrevista com o autor*, Johannesburg 14.VII.2004. Pedro Manuel Buffa Buccellato e Sandra Buffa Buccellato são os netos de Giuseppe. Os seus pais, respectivamente Gaspare e Pierino, filhos de Giuseppe, viveram em Lourenço Marques até 1975, onde eram considerados uma das famílias mais importantes da cidade.

<sup>233</sup> TULLIO GIUSEPPE DEL RE, *Entrevista com o autor*, Maputo, 28.VII.2004. Tullio Giuseppe Del Re é neto de Giuseppe Del Re, filho de Luigi. Ele vive actualmente em Maputo e manteve vivos os laços com a Itália, embora tenha perdido a nacionalidade italiana e adquirido a portuguesa durante a época colonial.

ainda hoje utilizado); o aterro do Machaquene;<sup>234</sup> parte do palácio da Câmara Municipal; o edifício dos Caminhos de Ferro de Moçambique, erigida na então *Praça Mac Mahon* (hoje *Praça dos Trabalhadores*) e sobretudo o glorioso Teatro Varietà, construído na *Rua Araújo*, actual *Rua de Bagamoyo*.<sup>235</sup>

A empresa dos irmãos Buccellato, juntamente com a de Cavallari e Miglietti (além de diversos outros empresários estrangeiros), torna-se o símbolo de um novo modo de constituir uma empresa nos primeiros alvares do século XX. Muito mais dinâmico em relação às velhas companhias comerciais do século anterior dominadas pelos portugueses, começa a ser caracterizada por negociações com o Estado de exclusividade industrial que permitirão ótimos lucros.<sup>236</sup>

A construção da fachada da estação do CFM e do “Teatro Varietà”, em especial modo, representaram o ponto de chegada desta dinamicidade dos empresários italianos em Lourenço Marques.

A construção da estação ferroviária – edifício que ainda hoje atrai tantos turistas de visita a Maputo – foi começada em 1908 para substituir a velha estação, em madeira e zinco, inaugurada pelo Presidente da República boer do Transvaal, Paul Krüger, em 1895, situada na *Avenida 18 de Maio*. O projecto da nova estação foi feito pelo engenheiro português Alfredo Augusto Lisboa de Lima e a empresa construtora foi a empresa dos irmãos Buffa-Buccellato (parece que foi Pietro, com as suas próprias mãos, a trabalhar as peças decorativas deste glorioso edifício, inaugurado em 19 de Março de 1910).<sup>237</sup>

O “Teatro Varietà” – ligado indissolavelmente ao nome de Buffa Buccellato – foi o primeiro teatro construído em Lourenço Marques e foi inaugurado em 5 de Outubro de 1912.<sup>238</sup> A sua história

---

<sup>234</sup> Para a realização desta importante obra pública os Buffa-Buccellato tiveram uma grande concorrência com um empresário português, Santos Gil. Os dois rivais acabaram depois por formar uma sociedade comum, que integrava também um outro italiano, Giacomo Tonetti. Cf. <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques 17.XI.1915.

<sup>235</sup> Cf. MARIA HELENA BRAMÃO, ob. cit., p. 12. No que se refere, em particular, à estação central ferroviária e ao teatro Varietà, veja-se: ALFREDO PEREIRA DA LUZ, *Edifícios históricos de Lourenço Marques*, Livraria Académica, Lourenço Marques 1966, pp. 173-178.

<sup>236</sup> Cf. JOSÉ MOREIRA, *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*, Estudos 11 – AHM, Maputo 1997, p. 70.

<sup>237</sup> ALFREDO PEREIRA DA LUZ, ob. cit., p. 174. A inauguração da nova estação dos *Caminhos de Ferro de Moçambique*, na presença do então Governador Geral Alfredo Augusto Freira de Andrade, foi historicamente importante, por ser o último acto solene oficial da monarquia em Lourenço Marques, pois que dali a poucos meses teria sido implantada a República.

<sup>238</sup> Parece errado, portanto, quanto afirmado por: MARIA HELENA BRAMÃO, ob. cit., p. 66, onde se diz que o teatro “*GIL VICENTE*” foi o primeiro teatro de Lourenço Marques, inaugurado em 1913.

é fascinante, porque no local onde foi construído (na *Rua Araújo*) existia precedentemente uma pista de patinagem. Pietro Buffa-Buccellato – grande apaixonado por patinagem – juntamente com um outro italiano, Angelo Brusoni, um comerciante de origens milanesas, pediu em 1910 autorização à Câmara Municipal para a construção de uma pista de patinagem. Em 16 de Julho de 1910, numa área de cerca de 800 metros quadrados, foi inaugurada a pista, onde surgia também um palco para a música e os espectáculos culturais, outra grande paixão de Pietro Buffa Buccellato.

A patinagem “Varietà” – este era o nome com o qual foi logo conhecido – obtinha grande sucesso e era uma verdadeira e própria atracção para os jovens de Lourenço Marques. Buccellato e Brusoni tinham também organizado um campeonato de *hokey* em patins, onde a equipa deles, denominada *Grupo lusitano* e da qual fazia parte o irmão de Pietro, Giuseppe, foi triunfante.<sup>239</sup>

Já para os fins de 1910, a pouco mais de quatro meses da inauguração da pista de patinagem “Varietà”, a empresa Buccellato deu início aos trabalhos para construir uma sala cinematográfica no perímetro da pista. Da li a pouco, o passo sucessivo foi a construção do teatro verdadeiramente dito. O entusiasmo instaurado na cidade pela patinagem, nunca antes desembarcada em terra moçambicana, começou a apagar-se por força das circunstâncias e ficou adormecido até 1915, quando Pietro Buffa-Buccellato, construiu uma nova pista adjacente ao “Teatro Varietà”.

A construção do “Teatro Varietà” foi sem dúvida o trabalho em que Pietro Buffa-Buccellato quis exprimir da melhor forma o seu entusiasmo e a sua veia artística, fazendo chegar da Itália grande parte do material necessário para a sua realização bem como numerosos objectos decorativos, naquilo que resultou ser uma típica arquitectura do início do século. Também para a inauguração, Buccellato não foi menor e organizou um recital de gala convidando a exhibir-se uma companhia de lírica italiana, composta por 9 cantores e 20 músicos, que representaram a celebre ópera de Rossini, “O barbeiro de Sevilha”.<sup>240</sup>

---

<sup>239</sup> Cf. ALFREDO PEREIRA DA LUZ, ob. cit., p. 175. Sobre a notoriedade da patinagem no “Varietà” veja-se também: <<DELAGOIA DIRECTORY>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1911, na secção *Postal Directory* vem mencionado: *Buccellato & Brusoni (Varietà)*.

<sup>240</sup> Cf. ALFREDO PEREIRA DA LUZ, ob. cit., p. 177. Veja-se também o grande resalto na imprensa local que foi dado à inauguração deste teatro, que viu a presença do Governador Geral, Cf. <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques, ano IV, 4 de Outubro de 1912, página dedicada aos espectáculos.

Por diversas décadas, o Varietà foi o lugar onde se podia assistir e apreciar espectáculos teatrais e musicais de um certo nível, numa cidade até à altura muito pobre de manifestações de arte. Nos anos vinte tornaram-se bastante famosas em Lourenço Marques diversas companhias italianas de cantores líricos e de ópera, chamadas exibirem-se em Moçambique directamente pelo Buccellato, o qual aproveitava das *tournées* que tinham como meta principal os palcos das maiores cidades da União Sul africana. Uma das exhibições que deixaram uma marca entre o público e na crítica da capital moçambicana foi a dos cantores da “Capela Sixtina” em 1926, em que se exibiram – entre outros – os tenores Fachini e Sarti.<sup>241</sup> O teatro constituiu também o lugar privilegiado para a realização de comícios e reuniões de carácter político, devido à sua enorme lotação.<sup>242</sup>

Vários foram os italianos que de alguma maneira trabalharam para o Varietà. O primeiro foi Alfredo Manna, desembarcado em Lourenço Marques em 1917 quase por acaso pois que estava de passagem para a África do Sul. Maestro de piano, diplomado pelo Conservatório Real de Música de Nápoles, Manna foi contratado pelo Varietà para tocar piano como música de fundo durante a projecção de filmes mudos.<sup>243</sup> Nos anos vinte foi depois a vez de Giuseppe Del Re – velho amigo de Pietro Buffa-Buccellato – e Nino d’Intino que constituíram a *Empresa do Teatro Varietà, Limitada* em 1929 para a gestão do teatro e do cinema. Nino d’Intino era o operador do projector cinematográfico.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> Cf. <<O SOL>>, Nr. 11, Ano I, Lourenço Marques 31.V.1926, pp.17-18. A exibição de 19 de Maio de 1926 da companhia de cantores italianos no Teatro Varietà compunha-se de vários géneros musicais, que iam da música sacra à lírica, à ópera, até à música popular italiana. No artigo publicado no <<O SOL>> lê-se que «Apreciados os artistas, digamos ainda que com agrado de todos se ouviu a conhecida canção de Leoncavallo, “Toda vestida de branco” [...]. E, depois, o Funicoli-funicolá!... Velha cantiga que já há bons 40 anos os remadores de Nápoles cantavam ao som de harmónio ou de guitarra ao pedirem uns cobres aos viajantes debruçados à amurada dos vapores... [...] Felicitamos Buccellato por ter conseguido aqui trazer os cantores».

<sup>242</sup> O “Varietà” tinha uma capacidade de 1.083 lugares. Havia uma plateia muito espaçosa e duas galerias. Cf. <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>, Lourenço Marques, A.W. Bayly & Co., edição de 1914. O comício sem dúvida mais famoso realizado no “Varietà” foi o de 19 de Maio de 1923, convocado por alguns representantes da sociedade civil da cidade para protestar contra as pretensões das autoridades da União Sul africana sobre a gestão do porto de Lourenço Marques e para solicitar uma intervenção decisiva sobre o Governo de Pretoria por parte do Governo republicano de Lisboa. Cf. <<LOURENÇO MARQUES GUARDIAN>>, Lourenço Marques, 22 de Maio de 1923.

<sup>243</sup> Cf. “O tempo e as recordações de Alfredo Manna, um pianista e funcionário de Embaixadas”, in <<DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES>>, Lourenço Marques, 16.XI.1966. Sempre sobre Alfredo Manna, veja-se também: “Pianista do tempo do “mudo” protagonista de cena ao estilo dos filmes de acção”, em <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques, 19.XII.1973

<sup>244</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n. 35 de 31 de Agosto de 1929, p.

O glorioso “Teatro ‘Varieté’” foi abatido no início dos anos sessenta. Pouco antes do seu fim, acabou também a parênteses moçambicana da vida de Pietro, o qual deixou Moçambique para transferir-se para Portugal, onde morreu. A actividade empresarial por ele criada foi deixada ao irmão mais novo Giuseppe, que no decurso dos anos soube desenvolvê-la e ampliá-la com a ajuda dos filhos, que a prosseguiram até ao momento em que deixaram o País após a proclamação da Independência.<sup>245</sup>

### ***5) Os italianos no resto de Moçambique***

Para além dos italianos que integravam a comunidade de Lourenço Marques, oficialmente residentes segundo os recenseamentos de 1894, 1904 e de 1912, entre os séculos XIX e XX, outros italianos juntaram-se à lista daqueles que tinham escolhido Moçambique para trabalhar e viver.

Num trabalho de estatística sobre a população italiana no estrangeiro de 1912, elaborado pelo Comissariado da Emigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano, resultavam serem 151 os italianos que residiam nas possessões portuguesas da África oriental.<sup>246</sup>

Este dado, todavia, baseava-se no recenseamento de 1904 para o que dizia respeito à cidade de Lourenço Marques, enquanto que para os outros distritos e cidades moçambicanos apoiava sobre estimativas feitas pelo Régio Consulado italiano, segundo o qual – para além dos 106 italianos da capital moçambicana – havia 42 italianos na Beira, segunda cidade da colónia portuguesa e 3 na localidade de Chinde. Esta fonte italiana nada mais informa. Dos dados publicados no Anuário de Moçambique em 1917, pode-se constatar a presença de italianos também noutros distritos moçambicanos. Partimos do norte para chegar até ao rio Save, procurando descrever a presença geográfica dos italianos no resto de Moçambique.

---

<sup>245</sup> PEDRO MANUEL BUFFA BUCCELLATO e SANDRA BUFFA BUCCELLATO, *Entrevista com o autor*, Johannesburg 14.VII.2004.

<sup>246</sup> Cf. MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL’EMIGRAZIONE, *Bollettino dell’emigrazione*, N° 1, ano 1912, ob. cit., pp. 7, 70 e 71.

Resulta que nos territórios administrados pela Companhia do Niassa (Niassa e Cabo Delgado), tinham fixado residência um total de 4 italianos, numa população total de 513.172 habitantes, dos quais um residente no Concelho do Lago (Metangula).<sup>247</sup> Para este último, consideramos tratar-se com toda a probabilidade do senhor Antonio Regina: desempenhará – como teremos modo de ver no próximo capítulo – um papel muito importante para favorecer a entrada no Niassa dos primeiros missionários italianos em 1925, tenazmente obstaculado pelas autoridades civis e eclesiásticas portuguesas.

No que se refere aos outros três italianos mencionados pela fonte moçambicana por nós consultada, pode-se razoavelmente pensar que esses coincidam com os italianos que vamos citar aqui de seguida. Em Porto Amélia, encontramos um certo Ottavio Andreoli, com um outro italiano, Ermenegildo Beccaro, residentes naquela zona pelo menos já desde Março de 1900. Andreoli tinha obtido uma licença para a extracção de casca de mangal, actividade que exercia em bem onze lotes de terra de sua propriedade, situados na zona de Messane, Muane e M'tessa.<sup>248</sup> O Beccaro ocupava-se directamente do trabalho de campo, enquanto que Andreoli vivia estavelmente em Porto Amélia, de onde ia frequentemente ao Ibo para incrementar a sua actividade comercial.<sup>249</sup>

Nos territórios da Companhia do Niassa tinham – pelo menos até quando o Ibo foi capital do território de Cabo Delgado – fixado residência outros dois italianos, Torquato Serra e Gervasio Parra, que tinham sido admitidos pelas autoridades da companhia majestática entre as suas forças de polícia. Eles começaram a prestar serviço, respectivamente em 1911 e em 1912, ambos com a patente de sargento.<sup>250</sup> Contando estes dois últimos italianos, chega-se a um total de cinco residentes, um a mais em relação aos quatro inicialmente mencionados nos territórios da Companhia do Niassa. Mas não é de excluir, pelo contrário é perfeitamente plausível, que tenha havido “imperfeições estatísticas”.

---

<sup>247</sup> SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., p. 693.

<sup>248</sup> A casca de mangal era e é utilizada na indústria de curtumes para o tratamento das peles. Uma outra utilização é para a produção de palitos.

<sup>249</sup> Veja-se a este propósito a carta do Régio cônsul de Itália em Lourenço Marques, Alessandro Uebel, ao Secretario Geral do Governador Geral da Província de Moçambique, Souza Ribeiro, datada 19 de Fevereiro de 1907 e a resposta deste último ao Régio cônsul italiano em data 1º Junho 1907. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços da Administração Civil, CX 335. A presença de Beccaro nos territórios da Companhia de Niassa está também documentada por: SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, ob. cit., p. 667.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 702.

Para continuarmos na zona setentrional, há notícias de que o senhor Giorgio Ameretti vivia e trabalhava em Quelimane, já na época importante escala portuária da Província do Moçambique. A sua presença na capital da Zambézia remonta pelo menos a 1896, quando desempenhava as funções de director-geral da empresa “A. ROSSIER & C.” de Marselha, uma das empresas comerciais mais conhecidas que operavam em Quelimane.<sup>251</sup>

Continuando a recolher informações do Anuário de Moçambique de 1917, resulta que na capital do distrito de Moçambique (actual província de Nampula), antiga capital da colónia, vivia um só italiano, Biagio Pellegrini, que exercia a profissão de mestre-de-obras. No distrito de Tete não há a registar a presença de algum italiano, enquanto que no distrito de Inhambane havia um, do qual se desconhecem o nome e a profissão.<sup>252</sup>

Deslocando-nos agora para a zona central da Província, nos territórios de Manica e Sofala, naquela época administrados pela Companhia de Moçambique, encontramos a segunda comunidade italiana mais numerosa residente em Moçambique após a de Lourenço Marques. A esta dedicamos algumas páginas particulares.

### ***5.1) A comunidade italiana e a instituição da Régia Agência Consular de Itália na Beira***

Nos territórios administrados pela Companhia de Moçambique, tinha-se começado a formar uma discreta comunidade de italianos que, segundo as autoridades portuguesas da época, já em 1910 era de 53 indivíduos, dos quais 25 habitantes na capital da Companhia, Beira, que contava naqueles anos uma população de pouco superior a 4.500 habitantes.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> Veja-se sobre o assunto a carta em data 7 de Janeiro de 1896 assinada pelos representantes de diversas empresas comerciais que operavam em Quelimane (inclusive o senhor Ameretti) destinada ao Governador Geral da Província de Moçambique residente em Moçambique, com a qual os signatários pediam uma diminuição das tarifas aduaneiras praticadas no porto de Quelimane. Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo Geral, CX 8.234 M 1.

<sup>252</sup> SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., pp. 582 e 387.

<sup>253</sup> Relatório da Régia Legação de Itália em Lisboa N° 90/46 de 27 Janeiro 1911 endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de San Giuliano. Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Serie III<sup>o</sup>, busta 96, fascicolo 287*. No mesmo relatório, o Ministro de Itália em Lisboa escrevia também que o

Já em precedência, o Régio Governo de Itália tinha providenciado, mesmo se indirectamente, a proteger os interesses dos seus súbditos residentes nos territórios daquela Companhia. Numa nota de 6 de Novembro de 1899 do Ministério da Marinha e do Ultramar em Lisboa, endereçada ao Administrador Delegado da Companhia de Moçambique, assim escrevia o Comissário Régio Tito Augusto de Carvalho: «tenho a honra de comunicar a V.Exa para seu conhecimento e devidos efeitos, que a Legação italiana n'esta corte notificou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros haver o seu governo solicitado e obtido do governo britânico que a protecção de súbditos e interesses italianos na Beira, fiquem a cargo do Consulado britânico n'aquella localidade».<sup>254</sup>

Por volta de 1910, porém, Roma considera ter chegado o momento de instituir uma representação consular na Beira para defender e tratar directamente os interesses dos italianos que residiam naquela cidade e nos territórios da Companhia de Moçambique. Assim, num despacho do Director Geral dos Assuntos Gerais do Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros endereçado à Régia Legação em Lisboa de 24 de Janeiro de 1911, lê-se: «[...] preza-me informar Vossa Exelência que, acolhendo as propostas que me chegaram dessa Régia Legação bem como dos Régios Consulados de Zanzibar e Johannesburg, decidi instituir uma Régia Agência Consular na Beira entregando a regência ao senhor Alfredo da Graça, sobre quem Vossa Exelência me forneceu informações favoráveis. [...] Autorizo Vossa Exelência a comunicar ao senhor da Graça que com Decreto Ministerial de 22 do corrente foi instituída uma Agência Consular na Beira a quem é confiada, provisoriamente, a regência. Reservo-me de fazer chegar directamente à nova Agência o emblema, o selo e o demais necessário [...]».<sup>255</sup>

O dr. Alfredo da Graça, homem muito conhecido na Beira, licenciado em jurisprudência, odontoiatria, química e farmácia, exercia várias actividades na cidade. Nomeado Régio Agente Consular de Itália em via provisória, assumiu oficialmente o seu

---

número efectivo de italianos estabelecidos nos territórios da Companhia de Moçambique devia supor-se superior a 53 pessoas.

<sup>254</sup> Cf. AHM, Fundo: Companhia de Moçambique, Corpo Consular – Representante da colónia italiana, Cota 395. Na realidade, alguns dias antes, em 31.X.1899, o cônsul britânico na Beira tinha já informado o Governador dos territórios de Manica e Sofala que «*the Italian Government having expressed the desire that Her Majesty Consulate em Beira should be authorized to take charge of Italian interests at this port [...], Her Majesty's Secretary of State for Foreign Affairs has had pleasure em consenting this arrangement*».

<sup>255</sup> Cf. ASD-MAE, *Fondo del Personale, Serie III<sup>a</sup>, busta 96, fascicolo 287*.

cargo a partir de 1913 e manteve-o ininterruptamente até 25 de Fevereiro de 1942, passando-o a Ettore De Bona, encarregado de o substituir pelo cônsul italiano em Lourenço Marques.<sup>256</sup>

Segundo os dados publicados no Anuário de Moçambique de 1917, a estrutura da comunidade estrangeira na segunda cidade mais importante de Moçambique era substancialmente a mesma da que encontrámos na capital, mesmo se menor em termos absolutos. Para além dos portugueses (593), os britânicos eram a colónia mais numerosa (231 unidades), seguida daquela grega (77), da italiana (28) e da francesa (13). Holandeses (9), suecos (8), russos (7), turcos (6) e espanhóis (6), eram os outros estrangeiros que residiam na Beira.<sup>257</sup>

A comunidade italiana, portanto, mesmo se não muito numerosa, era sempre a terceira comunidade de estrangeiros na cidade. Não são facilmente documentáveis as razões desta emigração italiana para a Beira. Pode-se todavia sustentar com toda a probabilidade que as actividades comerciais e portuárias da cidade, já na altura acesso ao mar para as colónias inglesas do interior (Rhodesia, Nyassaland), fossem uma das principais atracções.

É além do mais certo que os movimentos de homens ou de tropas inglesas, ou ao serviço dos ingleses, provenientes da Europa e das colónias africanas britânicas e que transitavam pela Beira para serem destinados aos campos de batalha do Transvaal durante a guerra anglo-boer, aumentou, mesmo se de maneira temporária, a presença de numerosos grupos de europeus, entre os quais os italianos, na Beira. Em apoio desta certeza podemos citar uma carta do cônsul alemão em Lourenço Marques, datada 19 Maio 1900, destinada ao Governador do Distrito de Lourenço Marques, António José Machado, que fala de um grupo de italianos e austríacos (estes últimos prevalentemente de nacionalidade italiana, triestinos, istrianos dálmatas), recrutados pelo Consulado inglês em Fiume e desembarcados na Beira para entrarem de um qualquer modo ao serviço das tropas inglesas, com a esperança de a seguir encontrarem trabalho em Moçambique ou em qualquer outra parte na África meridional.<sup>258</sup>

---

<sup>256</sup> Carta do Agente Consular, Alfredo da Graça, em data 25.II.1942 endereçada ao Almirante Magalhães Correa, Governador dos territórios de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique), Cf. AHM, Fundo: Companhia de Moçambique, Corpo Consular – Representante da colónia italiana, Cota 395

<sup>257</sup> SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., p. 610.

<sup>258</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques, CX 8-15 M1 (1) Ba2, doc. N°87. Escrevia o cônsul alemão Walzer: «*Ci joint, je me permets de présenter à Votre Excellence une liste de 14 personnes, Autrichiens et Italiens, qui sont venus de Beira où ils sont arrivés comme le gardes de chevaux pour le troupes anglaises e qui sont laisse sans le moyens nécessaires pour leur existence ou pour leur retour. Ils prétendent que le Consul d'Angleterre à Fiume, d'ou ils viennent, leur*

No início do século XX devia ser certamente José De Martini o italiano mais conhecido na Beira. Ele era o proprietário do famoso Savoy Hotel, um dos mais importantes (senão o mais importante) hotéis da cidade. De arquitectura típica da época Vitoriana, com uma estupenda estrutura em ferro batido que o circundava completamente formando magníficas varandas em frente ao oceano Índico, o Savoy Hotel tinha sido construído na *Praça Luiz Inácio*, e no primeiro andar do edifício estavam os escritórios da *Beira Railway Company* e da *Beira Real Estates Limited*, duas das mais famosas empresas privadas dos territórios de Manica e Sofala.

Grande parte das personalidades de certa importância que tivessem de alojar na Beira, costumavam pernoitar no Savoy Hotel, incluída a duquesa de Aosta, que esteve no hotel de De Martini durante uma sua estadia em Moçambique em 1909.<sup>259</sup>

Em Junho de 1910 o edifício do Savoy Hotel foi devorado por um violento incêndio que destruiu toda a arquitectura em ferro batido. No início dos anos vinte, após ter sido precedentemente reabilitado, o Savoy Hotel foi ampliado voltando a ser um dos mais belos da capital da *Companhia de Moçambique*.<sup>260</sup>

José De Martini era um dos indivíduos mais empreendedores da cidade da Beira: para além do Hotel Savoy, era também proprietário de uma drogaria, de uma papelaria, de uma ourivesaria e de uma loja de moda e confecções. Além do Savoy Hotel, também o Cosmopolitan Hotel, situado na *Rua Conselheiro Ennes*, era propriedade de um italiano, Pedro Tognoli. Ambos os hotéis incluíam restaurante. Pietro Tognoli era gestor – dentro do seu hotel – da única sala de bilhar da cidade.<sup>261</sup>

Continuando no sector hoteleiro, para além do Savoy bar e do Cosmopolitan bar, anexos aos respectivos hotéis, havia na cidade um outro bar onde se podia beber um café expresso italiano: na

---

*a déclaré qu'ils trouveront ici ou ailleurs en Sud-Afrique beaucoup de travail*». Entre este grupo de catorze pessoas havia os italianos Angelo Morbelli e Cesare Angeloni e os “austriacos-italianos” Antonio Delchiaro, Giuseppe Francetich, Giovanni Marulic, Francesco Pazer, Giuseppe Spiciaric, Francesco Lucich, Francesco Mihich e Bartolo Gulasich.

<sup>259</sup> Cf. AHM, Inventário da Companhia de Moçambique, Secretária Geral, processo n° 2012, cota n° 551 (visita ao território da princesa d’Aosta).

<sup>260</sup> Cf. “*Savoy Hotel*”, em <<REVISTA DE MANICA E SOFALA>> n. 71, Janeiro de 1910, pp. 127-128 e “*Savoy Hotel to be enlarged*”, em <<THE BEIRA NEWS – COMÉRCIO DA BEIRA>>, Beira, 6.V.1921, p. 3. Sobre o Savoy Hotel veja-se também <<DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE>> de 20 de Agosto de 1957, pp. 29-30; trata-se de um número especial que contém diversos artigos sobre a história da cidade da Beira. Nestas páginas está também mencionado um certo “*Hotel Italiano*” sobre o qual não há outras informações.

<sup>261</sup> Cf. SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, ob. cit., p. 633

centralíssima *Rua Valsassina* a senhora Margarita Fiori geria o Imperial bar. Giorgio Vaghi e Vicente Scotto eram agentes de comércio, enquanto que a loja do senhor Violante, a G. Violante & C. Lda, sempre na *Rua Valsassina*, fabricava limonada, gelo e cerveja.<sup>262</sup>

Sempre nos anos vinte do século XX, a Beira podia orgulhar-se de ter uma fábrica de massas, tal como Lourenço Marques, graças à iniciativa da italiana Cristina Guala De Grandi, que produzia na *Rua Valsassina* um dos alimentos mais queridos aos italianos.<sup>263</sup> O senhor Virgilio Gariso era proprietário de diversas actividades comerciais e Nicolas Serigo, por fim, geria uma padaria.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> *Ibidem*, pp. 631-635.

<sup>263</sup> Cf. SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., p. 686.

<sup>264</sup> *Ibidem*, pp. 684-687.

## CAPÍTULO II

### **A primeira presença missionária italiana: O Instituto Missões da Consolata (1925)**

**N**ão se pode proceder à narração da presença italiana em Moçambique na época colonial sem dedicar pelo menos um capítulo aos missionários da Consolata. Desde já, portanto, é necessário que os meus poucos leitores não se surpreendam pelo tão grande espaço dedicado à presença deste Instituto de Turim em Moçambique.

Enquanto que todo o interesse em relação a Moçambique, no princípio do século XX, era restringido a Lourenço Marques e Beira, tanto em termos demográficos que em termos económico-comerciais, houve um pequeno grupo de italianos que por razões suas, muito próprias, se tinham interessado à zona setentrional da colónia portuguesa, em particular pela região de Niassa. Estes italianos eram sacerdotes católicos missionários, que se demonstraram dispostos a quase tudo que fosse necessário para entrar no Niassa e evangelizá-lo.

Não me vou aventurar na narração detalhada dos 50 anos de presença missionária dos padres da Consolata em Moçambique na época portuguesa (1925-1975). Não é este o lugar mais apropriado e já outros antes de mim o fizeram.<sup>265</sup> Pelo meu lado, vou-me deter um momento, procurando examinar atentamente os factos e os acontecimentos, com os momentos específicos que levaram o Instituto de Turim a tomar a decisão de estender o campo de evangelização em Moçambique e, conseqüentemente, sobre a primeira presença de missionários católicos italianos nesta terra. Como veremos, já poucos anos após a sua chegada, em 1925, estes missionários, estes homens, estes italianos, tinham estabelecido uma profunda ligação de amizade com as populações da terra de evangelização.

A presença dos missionários da Consolata em Moçambique foi importante por duas razões principais: em primeiro lugar porque trata-se da primeira congregação de religiosos italianos a chegar a

---

<sup>265</sup> Para uma exaustiva leitura sobre a presença dos missionários da Consolata em Moçambique, desde a sua fundação até aos nossos dias, Cf. DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *A semente caiu em terra boa. Os missionários da Consolata em Moçambique, 75 anos de evangelização ao serviço da Igreja local (1925-2000)*, Edições Missioni Consolata, Turim 2003.

Moçambique e que jogará um papel determinante no desenvolvimento da terra da sua missão, o Niassa, e na educação de diversas gerações (nas escolas da Consolata estudaram e formaram-se algumas das mais conhecidas personalidades políticas e académicas de Moçambique);<sup>266</sup> em segundo lugar, porque assumem um certo interesse as circunstâncias históricas e políticas que levaram o Instituto de Turim a esta colónia portuguesa.

A contribuição que os missionários da Consolata deram, primeiro no Niassa, depois em Inhambane e Lourenço Marques, ao seu desenvolvimento e à educação de tantas crianças moçambicanas, pode-se descobrir e perceber à medida que procedermos no relato da sua história. Começamos por analisar as passagens internas no Instituto que determinaram a decisão de evangelizar Moçambique.

### *1) Como se chegou à decisão de evangelizar Moçambique*

Por volta da metade dos anos vinte do século passado, a decisão de estender a presença dos missionários da Consolata em Moçambique (já presentes na Etiópia, Kenya e Tanzânia) foi sugerida com muita probabilidade a Dom Filippo Perlo pelo sacerdote italiano, Prof. Giuseppe Capra.<sup>267</sup>

Dom Perlo, sacerdote da Consolata e Bispo no Kenya, foi chamado a Itália em Junho de 1924 para coadjuvar o Canónico Allamano, fundador da Consolata, na condução do Instituto. No sucessivo mês de Julho, em Roma, Dom Perlo encontra-se com o Prof. Capra com quem discute sobre a possível expansão da acção evangelizadora do Instituto em Moçambique. Do diário que Dom Perlo escreve sobre o seu encontro em Roma com o Prof. Capra,

---

<sup>266</sup> Para citar só as mais conhecidas, acentuamos: o Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Joaquim Mulémbwè (segundo cargo político no País); o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Prof. Dr. Brazão Mazula; o Reitor da Universidade Católica de Moçambique, padre Filipe J. Couto; o Reitor da Universidade Pedagógica, Prof. Dr. Carlos Machili.

<sup>267</sup> Três fontes diversas confirmam esta informação. Cf. IGINO TUBALDO, *Giuseppe Allamano. Il suo tempo, la sua vita, la sua opera, Volume IV (1912-1926)*, Edições Missione Consolata, Turim 1986, p. 528 e seguintes; GIUSEPPE GALLEA, *Istituto Missioni Consolata. Fondazione e primi sviluppi, Volume III (1923-1939)*, Edições Missione Consolata, Turim 1973, pp. 661-718; DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, por manuscrito, Maputo 2000.

deduz-se que os dois já se tinham encontrado.<sup>268</sup> Segundo Giuseppe Gallea, foram precisamente esses encontros precedentes a persuadir Dom Perlo a interessar-se por Moçambique. Já desde Março de 1924, de facto, antes de deixar definitivamente o Vicariato do Kenya, Dom Perlo pedia ao seu irmão, padre Luigi Perlo, para ir a Lourenço Marques a fim de tratar e pedir a autorização para enviar a Moçambique os missionários da Consolata a Dom Rafael Maria de Assunção, Prelado daquela colónia portuguesa.<sup>269</sup>

O Prof. Capra era um bom conhecedor dos problemas portugueses em África. Por volta de 1923 tinha feito uma viagem exploratória à África centro-austral, com especial atenção aos territórios africanos de Portugal, tendo chegado até ao Niassa moçambicano. O actual Reitor da Universidade Católica de Moçambique, padre Filipe J. Couto, contou-me, num colóquio durante uma das poucas noites frias que o inverno de Maputo oferece, e aquecidos com um bom copo de *Amarula*, que o Prof. Capra tinha chegado ao Niassa graças à ajuda de uma família italiana, os Regina. Antonio Regina, originário de Abruzzo, tinha-se estabelecido em África com o filho Pietro nos inícios do século XX indo viver em Blantyre, no protectorado inglês do Nyassaland.

No momento da viagem do Prof. Capra, Regina estava empregado na Companhia do Niassa e por tal razão tinha sucessivamente estabelecido a sua residência em Mandimba, em território moçambicano, a sete km da fronteira com o actual Malawi, onde era proprietário de um terreno com cerca de cinquenta hectares e no qual tinha estabelecido uma plantação de tabaco. O Regina era na época um dos poucos brancos que viviam naquela zona setentrional de Moçambique. Na sua viagem do Malawi actual para Moçambique, ele estabeleceu-se em Mandimba por duas razões: em primeiro lugar porque era a sucursal da Companhia do Niassa, sendo a capital em Porto Amélia; em segundo lugar porque tinha encontrado um acampamento de um outro branco, um certo Karl Schenk, sacerdote da congregação dos padres brancos, de nacionalidade helvética, o qual, após ter deixado a vida religiosa, tinha-se dedicado à caça de elefantes no Niassa.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 458. Dom Perlo anota de facto: «*Prof. Capra: riparlamo di Mozambico....*»

<sup>269</sup> GIUSEPPE GALLEA, ob. cit., pp. 661-662.

<sup>270</sup> Padre FILIPE J. COUTO, *Entrevista com o autor*, Maputo 06.VII.2004. Padre Couto, sacerdote da Consolata, é originário do Niassa; padre Karl Schenk é seu avô. Segundo o testemunho de padre Couto, além de Pietro, Antonio Regina teve três filhos da união com uma mulher indígena: Antonio jr (morto e

O Prof. Capra, que no regresso desta viagem publicará alguns livros de memórias,<sup>271</sup> informa Dom Perlo sobre a possibilidade de iniciar uma missão no território do Niassa português. Durante o encontro em Roma em Julho de 1924, em particular, o Prof. Capra conta ter ficado muito admirado pela quase total ausência de missões católicas em todo aquele vasto território. Também referiu, naquele encontro, que antes de regressar à Itália o senhor Pietro Regina prometeu-lhe uma parte da propriedade da família a ser destinada à eventual implantação de uma missão católica italiana. O Prof. Capra estava convencido de que o amplo e fértil território do Niassa se adaptava bem a uma presença colonizadora e missionária italiana.

No seu livro dedicado a Moçambique, ele escreve que aquela área é «o território menos conhecido e menos desenvolvido de Moçambique – quanto são ainda hoje actuais estas palavras! – qualquer que seja a quantidade, os tesouros do solo são incalculáveis, tanto sob o ponto de vista agrário, que mineário. [...] A extraordinária fertilidade dos solos é demonstrada pelo alto rendimento das poucas plantações em actividade, cerca de cinquenta, situadas na direcção da costa e na fronteira com o Niassa inglês, onde há também uma vasta plantação italiana [aquela dos Regina]. [...] O território também deve ser rico de minerais e as recentes prospecções feitas de forma científica e sistemática, especialmente pela companhia *Niassa prospectors*, parece terem verificado a presença de carvão, petróleo, grafite, mica e ouro de aluvião. [...] Colonos italianos poderiam utilizar o território alugando a longo prazo terrenos muitíssimo férteis da Companhia, [...] e esta acção colonizadora seria potentemente coadjuvada e poderia ser precedida por uma Missão religiosa».<sup>272</sup> Estas reflexões do Prof. Capra permitem compreender melhor o desenrolar dos acontecimentos que determinaram a entrada dos padres da Consolata em Moçambique, tanto mais se tiver em conta que o próprio Prof. Capra assinalava a Dom Perlo que as autoridades portuguesas teriam visto de bom agrado a presença de uma missão italiana.

---

sepultado no cemitério de Lourenço Marques), Maddalena (vive em Nacala) e Felícia (também esta viva e residente em Quelimane).

<sup>271</sup> Foram três as publicações referentes a tal viagem: GIUSEPPE CAPRA, *L'Africa centro-australe e l'emigrazione italiana*, Anfossi, Turim 1924; GIUSEPPE CAPRA *Il Mozambico*, Anfossi, Turim 1925; GIUSEPPE CAPRA, *Il Territorio del Niasa*, Anfossi, Turim 1925.

<sup>272</sup> GIUSEPPE CAPRA, *Il Mozambico*, ob. cit., pp. 28, 31 e 32.

É aqui necessário abrir um pequeno parêntese a propósito da “convicção” do Prof. Capra sobre a concordância portuguesa em relação à presença missionária italiana no Niassa.

À distancia de anos, lendo os passos do relatório que em Dezembro de 1930 o então Prelado de Moçambique, Dom Rafael Maria da Assunção,<sup>273</sup> enviava à Secretaria de Estado do Vaticano, resulta claro que aos olhos das autoridades de Lisboa a entrada dos missionários italianos da Consolata na colónia de Moçambique «foi desde o princípio considerada suspeita de intuítos políticos».<sup>274</sup>

O Governo português, para dizer a verdade, era muito atento à política colonial africana da Itália. Numa época caracterizada pela ambição expansionista das potências europeias, Portugal temia o repetir-se de situações passadas, quando tinha por várias vezes visto ameaçadas as suas colónias africanas.<sup>275</sup>

Como vimos no capítulo inicial da primeira parte do livro, a administração colonial portuguesa em Moçambique – como nas outras colónias africanas – desenvolveu-se a partir da instauração do regime liberal em Lisboa (1821-22). Mesmo se com as primeiras décadas do século XX a ocupação do território moçambicano por parte dos colonos assumiu um carácter mais marcado, permaneciam ainda vastas porções do território não ocupadas. Por tais motivos, as autoridades portuguesas, já nos fins do século XIX, tinham dado em concessão, a várias companhias privadas, vastíssimas áreas do território moçambicano, que eram administradas como Estados dentro do Estado.

Um dos problemas com que Portugal se deparou na ocupação efectiva dos seus territórios africanos, era mesmo o insuficiente número de colonos que aí se podiam estabelecer. Nesta situação, Portugal era evidentemente mais céptico relativamente a outras potências europeias perante a presença estrangeira nos seus territórios africanos, também por causa do princípio de Bismark aceite pela

---

<sup>273</sup> Para uma sintética, mas exaustiva, biografia de Dom Joaquim Rafael Maria da Assunção, veja-se: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa – Rio de Janeiro, pp. 578-579.

<sup>274</sup> Relatório enviado por Dom Rafael Maria da Assunção ao Secretário de Estado do Vaticano, Lourenço Marques 12.XII.1930, AIMC VIII/8, n. 161, citado por: DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, ob. cit., pp. 45-46.

<sup>275</sup> Em particular os portugueses tiveram, por várias vezes, que enfrentar a concorrência britânica em Moçambique, desde as primeiras décadas do século XIX. Cf. J. ALMADA, *Diligências Diplomáticas em torno de Moçambique (1858-1890)*, Coimbra 1970; P. WARHURST, *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa (1890-1900)*, Londres 1962.

Conferencia de Berlim de 1884-85, que sancionava a necessidade de ocupação efectiva de um território a fim de o poder reivindicar como colónia.

A isto se adiciona o facto de que até 1940, ano em que é assinada a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, com o respectivo acordo missionário, o Governo de Lisboa não estava muito disposto a admitir missionários nos seus territórios que não fossem de nacionalidade portuguesa.

Antes de fechar este parêntese, é espontâneo perguntar-se, também à luz destas considerações, a razão pela qual foi concedida autorização ao Instituto Missões Consolata para entrar em Moçambique.

Para responder é necessário dizer que Moçambique, na altura em que os padres missionários da Consolata se preparavam a iniciar a evangelização, sob um ponto de vista eclesiástico era uma Prelatura dependente da Arquidiocese de Goa, cujos Prelados ou Administradores Eclesiásticos eram nomeados pelo Rei de Portugal. A dependência do território de Moçambique à Arquidiocese de Goa remontava ao ano de 1534, tendo estado precedentemente (desde 1514) dependente da Diocese do Funchal (Madeira).

Com a proclamação da República (em 1910), Portugal tinha assumido uma posição de certa maneira rígida em relação aos missionários e à Igreja Católica em geral. A somente três dias da proclamação da República, foi emanado um decreto a proibir as ordens religiosas e que nacionalizava as suas propriedades, dissolvendo as comunidades. Em particular, foi transformado o estatuto do Colégio de Quernace de Bonjardim,<sup>276</sup> dispondo que a propaganda civilizadora nas colónias portuguesas devia ser confiada exclusivamente ao clero secular. No seguimento de tais medidas, era estabelecida também a expulsão dos jesuítas de Moçambique.<sup>277</sup>

Não é minha intenção, nem meu interesse, fazer um *excursus* de todas as medidas anticlericais assumidas pelo Governo republicano de Lisboa no arco de poucos anos após a tomada de poder; o

---

<sup>276</sup> O Colégio de Quernace de Bonjardim dedicava-se à formação dos missionários a serem enviados para as colónias portuguesas, e era gerido pelos Bispos de Portugal.

<sup>277</sup> Juntamente com os dominicanos, os jesuítas tinham contribuído enormemente para a evangelização de Moçambique. A eles se devem as primeiras tentativas de evangelizar as zonas interiores de Moçambique já a partir do século XVI. Os padres da Companhia de Jesus, em particular, foram os mais activos na acção missionária, sobretudo até à primeira metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal, em 1759, os fez expulsar de Moçambique. Com sua nova expulsão em 1910, muitíssimas missões ficaram abandonadas. Cf. J.A. ALVES DE SOUSA, *Os Jesuítas em Moçambique, 1541-1991. No Cinqüentenário do Quarto Período da nossa Missão*, Braga 1991.

que me preme aqui evidenciar é que tais medidas criaram, no contexto moçambicano, uma situação de extrema carência de padres missionários e um estado de abandono de muitíssimas missões. A chegada dos missionários italianos foi portanto condicionada pela necessidade evidente que a Prelatura de Moçambique tinha de recuperar um pouco do terreno perdido. A insistência e tenacidade de Dom Perlo fizeram o resto.

Podemos aqui fechar este longo parêntese para voltar aos momentos que levaram à decisão do Instituto de penetrar em Moçambique, procurando analisar com calma os acontecimentos.

Dom Perlo, durante a sua estadia em Roma em Julho de 1924, procurou também contactos com o Vaticano para falar desta nova missão. O Cardeal De Lai, perfeito da *Concistoriale*, do qual dependia Moçambique porque era para todos os efeitos território português, aconselhou-lhe prudência, para não suscitar mal-estares e oposição política ao levar a cabo esta operação.<sup>278</sup>

Regressado a Turim, fascinado pelos relatos do Prof. Capra, bem como pela ideia de estender a presença da Consolata em Moçambique, Dom Perlo encarregou de imediato o irmão Luigi, também este sacerdote da Consolata e na altura missionário no Kenya, de concluir com Dom Rafael Maria de Assunção o respectivo acordo.<sup>279</sup> Em Agosto de 1924, Dom Perlo escreve uma carta ao padre Giovanni Chiomio, pedindo-lhe de ir com o padre L. Perlo a Moçambique. Enquanto que o padre L. Perlo tinha a tarefa de ir a Lourenço Marques para concluir um acordo com Dom Rafael M. de Assunção, padre Chiomio era convidado a fazer uma viagem exploratória ao Niassa: era claro desde o primeiro momento que Dom Perlo queria o Niassa e não qualquer outra missão disponível no vasto território moçambicano.

Vista a temporária indisponibilidade do padre Chiomio, padre L. Perlo partiu sozinho de Nairobi em Março de 1925 e chegou a Lourenço Marques em 5 de Abril (ele é o primeiro padre da

---

<sup>278</sup> Dom Perlo teve também encontros com o Dom Marquetti Selvaggiani e o Cardeal Van Rosum, respectivamente Secretário e Perfeito de *Propaganda Fide*. Cf. IGINO TUBALDO, ob. cit., pp. 457-458.

<sup>279</sup> O Instituto Missões Consolata, fundado pelo Beato Giuseppe Allamano em 1901, não obstante os poucos anos de vida, no início dos anos vinte do século passado já estava presente com a sua obra missionária e evangelizadora em muitas regiões da África Oriental (Etiópia, Kenya e Tanzânia). Homem ambicioso e decidido, Dom Perlo não deixou fugir a ocasião de formar um bloco único da presença missionária da Consolata, desde a Etiópia até Moçambique. A sua decisão, que provavelmente manteve escondida, pelo menos inicialmente, ao fundador Allamano, apareceu no Instituto pouco oportuna na época, porque teria corrido o risco de fazer dar ao Instituto um passo demasiado grande, superior às suas forças. Cf. IGINO TUBALDO, ob. cit., pp. 527-528.

Consolata a pôr pé nesta terra). No dia seguinte foi recebido pelo Prelado de Moçambique, ao qual apresentou o programa para a chegada dos missionários. Depois de ter tido a autorização para a entrada na colónia, dada pelo Governador Geral, Azevedo Coutinho, em 15 de Abril foi estipulado o acordo entre o padre Luigi Perlo, em nome do Instituto Missões Consolata e Dom Rafael M. de Assunção. As condições aceites pelo representante da Consolata eram: a plena dependência e subordinação ao Prelado de Moçambique e às leis e regulamentos do Governo da colónia; o ensino da língua portuguesa em todas as missões e escolas geridas pelos missionários italianos.<sup>280</sup> Não é pelo contrário aceite a proposta do Governo de Lisboa que solicitava que os missionários italianos se naturalizassem portugueses.

Ao comunicar telegraficamente a Turim o resultado das suas negociações, o padre L. Perlo escrevia: «*Governo accetta. Prelato insiste per Zambesia Superiore (Zumbo). Preparare personale*».<sup>281</sup>

O tanto amado Niassa não estava disponível! De nada valeram as insistências do padre L. Perlo, o Prelado tinha decidido entregar aos padres italianos somente a circunscrição do Zumbo, na alta Zambézia (actual província de Tete), que tinha como centro a missão de S. Pedro Claver de Miruru, fundada pelos jesuítas e em estado de abandono após a expulsão destes últimos em 1910.

Vamos deter-nos mais uma vez e abrir uma segunda pequena parênteses para perceber as razões da indisponibilidade do Niassa. O Prof. Capra tinha examinado bem a situação do Niassa: havia uma falta total de missionários católicos. Na Prelatura havia sem dúvida conhecimento deste facto. Porquê, então, é de se perguntar, houve uma tão nítida recusa em confiar à obra evangelizadora dos missionários da Consolata as zonas daquela terra?

Considerada uma das figuras mais representativas do episcopado português do Ultramar, Dom Rafael M. de Assunção tinha sido muito prudente ao tomar esta decisão. Um primeiro factor que o induziu a tal resolução foi o facto de que o período histórico em que ele se encontrava a dirigir a Igreja em Moçambique era caracterizado por profundas incompreensões entre política e religião, devido às reformas adoptadas pelo Governo republicano de Lisboa. Ao

---

<sup>280</sup> Para o texto integral do Acordo veja-se: GIUSEPPE GALLEANI, ob. cit., pp. 667-668. Cópia de tal acordo está conservada nos arquivos de estado de Moçambique, Cf. AHM, Fondo Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 211.

<sup>281</sup> DIAMANTINO GUARANTE, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, ob. cit., p. 3.

nacionalismo e ao anti clericalismo juntava-se ainda uma acesa rivalidade entre o clero secular e o religioso. Estas tensões eram alimentadas em muitos sectores da sociedade, incluindo imprensa local: pouco antes da chegada dos padres da Consolata, o jornal “O Direito” tinha recriminado ao Prelado o ter acolhido em Moçambique, no arco de poucos anos, uma dezena de missionários franciscanos, embora todos de nacionalidade portuguesa (imagine-se como poderiam aceitar a chegada de outros missionários, ainda por cima não portugueses).

A somar a tudo isto – e este foi o segundo factor que o induziu a negar o Niassa aos missionários italianos – Dom Rafael de Assunção tinha-se visto obrigado a aceitar pouco antes, seu malgrado, a chegada a Cabo Delgado dos missionários Monfortinhos, provenientes da vizinha Nyassaland. Estes missionários não dependiam da sua Prelatura mas sim da diocese de Blantyre, e a sua entrada foi favorecida pela Companhia do Niassa.<sup>282</sup>

À luz de tudo isto, a circunscrição do Zumbo, na alta Zambézia, uma zona bastante isolada, longe dos pontos de comunicação nevrálgicos da colónia, a poucos quilómetros da fronteira com a Rodésia e separada daquela língua de terra que era a Nyassaland do resto dos territórios moçambicanos, pareceu provavelmente a mais adaptada ao Prelado para acolher a proposta dos padres italianos. Deste modo, podia ir de encontro aos dois objectivos de não fazer demasiado rumor no seio do clero secular e à sociedade civil devido a esta “nova intromissão” e, em segundo lugar, de esperar que uma das tantas missões abandonadas da sua Prelatura pudesse retomar vigor. Veremos em seguida que nenhum dos dois objectivos foi atingido.

Em Turim, entretanto, Dom Perlo deve-se ter regozijado não pouco ao ler a primeira parte do telegrama do irmão. Muito menos ao tomar conhecimento que o tão desejado Niassa não tinha sido concedido. A terceira parte, por outro lado, deve tê-lo confortado. Naquele momento, não era má coisa aceitar a alta Zambézia para depois chegar ao Niassa: esta região era, de facto, o seu indomável objectivo. À distância de mais de setenta anos, não obstante todas as dificuldades e os erros, apesar de todas as incompreensões e a

---

<sup>282</sup> No momento da chegada dos padres da Consolata, os Monfortinhos estavam presentes em Namuno, na missão de S. Maria e em Nangololo, na missão do Sagrado Coração de Jesus. Para além da obra de evangelização, na zona de Cabo Delgado eles tiveram muita influência sobre a arte Makonde da escultura de madeira (sobretudo pau preto). A arte Makonde nasce como fusão entre estas influências ocidentais e a cultura indígena típica, que ainda hoje mantém a sua natureza ancestral ao representar figuras mitológicas ou transfigurações da vida quotidiana.

desconfiança inicial, das autoridades civis e eclesiásticas da colónia, podemos afirmar que a presença dos missionários da Consolata no Niassa não produziu senão bons frutos.

## 2) *A chegada a Moçambique*

Mas falemos dos preparativos para a partida e da chegada em terra moçambicana. O padre L. Perlo e Dom Rafael de Assunção tinham concordado que os missionários a enviar deviam ser quatro e tal número o Prelado esperava, número suficiente para tomar conta e desenvolver a missão di Miruru.

Na Beira, em 30 de Outubro de 1925, desembarcaram bem oito missionários! Cinco eram provenientes das missões do Kenya (os padres Vittorio Sandrone – chefe da expedição –, Giulio Peyrani, Pietro Calandri, Giovanni Chiomio e o laico Giuseppe Benedetto), enquanto que três chegavam da Itália (os padres Lorenzo Sperta e Paolo Borello e o clérigo Segundo Ghiglia).<sup>283</sup> A apresentar as “primeiras boas-vindas” aos padres foi um professor de música italiano (Luigi Ghidoni, com origens de Milão) que trabalhava com os padres franciscanos, onde os recém chegados ficariam hospedados, que fez tocar à Banda da escola de artes e ofícios o hino “*Giovinezza*” na praça da Beira!<sup>284</sup>

Já um mês antes, quando de Nairobi o padre L. Perlo escrevia a Dom Rafael de Assunção, anunciando-lhe a chegada dos oito, o Prelado começou a intuir que alguma coisa não estava a andar como deveria. Tanto mais que naquelas poucas linhas o padre Perlo deixava transparecer que era intenção do Instituto de Turim destinar alguns padres a Miruru, como efectivamente concordado em Lourenço Marques, e os restantes a Lifizi, que se situa a norte, em direcção do tanto desejado Niassa, como nunca concordado em Lourenço Marques!<sup>285</sup> Nesta situação ambígua que se estava a criar, Dom Rafael de Assunção decidiu deslocar-se à Beira para dar as “segundas

---

<sup>283</sup> Cf. <<DA CASA MADRE>>, N° 22, Turim 1926, p. 4

<sup>284</sup> O hino “*Giovinezza*” era um hino da juventude fascista.

<sup>285</sup> Sabendo de pôr o dedo na ferida, o padre Perlo fazia-o utilizando palavras um pouco ambíguas na carta que escreve ao Prelado: «[...] e os últimos dois poderiam ir à missão de Lifizi, que S.E. Rev.ma me tinha repetidamente dito ser seu desejo que nós ocupássemos». Carta do padre L. Perlo a Dom Rafael de Assunção, Nairobi 25.IX.1925, Arquivo IMC, citado por: IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 531.

boas-vindas” aos recém chegados e remediar a confusão criada pela astúcia de padre L. Perlo: foi então estabelecido que além da missão de Miruru, era também entregue aos italianos uma casa geral junto à cidade de Tete, na zona de Boroma, enquanto que a hipótese de Lifizi foi decididamente descartada.<sup>286</sup>

### 3) Uma “missão temporária”: Tete e Miruru

O dia 7 de Dezembro de 1925 foi a data de partida para Tete e Miruru. Porém, a comitiva não estava completa. Partiam só o padre Peyrani, destinado à casa geral de Tete e os padres Sandrone, Borello e Chiomio (mesmo se para este último havia – como iremos ver – um programa alternativo, ou paralelo, desde o início pensado pelos seus superiores), além do laico Giuseppe e ao clérigo Ghiglia, todos destinados à missão de Miruru. Padre Sperta, que tinha estado internado com reumatismo no hospital da Beira, regressou de seguida a Nairobi, juntamente com o padre Calandri, que tinha ficado a assistí-lo.

A viagem para chegar a Tete e Miruru previa quatro etapas. A primeira, da Beira até Chupanga, de comboio;<sup>287</sup> a segunda, de Chupanga até Tete, de barco pelo rio Zambeze; a terceira, de Tete a Boroma, de carro; a quarta de Boroma a Miruru, a pé. Tive sempre uma certa dificuldade em imaginar-me com o espírito destes homens que há oitenta anos iniciaram um tal tipo de viagem. A leitura de alguns passos do diário de viagem que o clérigo Ghiglia actualizava em continuação, reportado aqui de seguida, pôde diminuí-la mas não tirá-la completamente.

Na primeira etapa viaja-se «num pequeno comboio apocalíptico um pouco parecido aos alguns nossos comboios ordinários que operam nalgumas linhas do nosso belo país mas que já estão a desaparecer, com o triunfo do carvão branco. Bufa, cansa-se ao longo de um corredor de selva e solene feito na floresta. Chega-se a Caia [...] o termómetro marca 49 graus centígrados. Um sol implacável, um ar de fogo, irrespirável que se diria saído da boca de uma

---

<sup>286</sup> Para uma atenta leitura destes momentos concernentes à preparação e a chegada da missão a Moçambique, veja-se em particular, na obra de IGINO TUBALDO, a parte IV, capítulo II, pp. 527-537.

<sup>287</sup> Padre Chiomio, na realidade, fez o trajecto Beira-Chupanga a pé. Como veremos daqui a pouco, a sua viagem exploratória tinha começado!

fornalha». A segunda etapa prevê uma longa (cerca de 15 dias de navegação) viagem de barco num dos maiores rios de África, o Zambeze. «[...] O barco também se chama *Zambeze*. Uma grande casa com varanda construída sobre um batelão de grandes proporções, e na ré uma roda motriz [...] Não nos faltava mais nada, este ano até a estação das chuvas nos torce o nariz e oferece-nos uma canícula implacável. Por isso, pela escassez de água, corremos o risco de encalhar com grande facilidade [...] Navegamos a uma velocidade quase...fantástica!/? De cerca de uma milha por hora. Por outro temos o prazer de apreciar todo o fascínio de uma vegetação rica, exuberante e o encanto do grande rio africano [...] Hoje são as delícias do encalhe. Delícias que não desejo a ninguém, mesmo se é divertido...a roda rodava desesperadamente, o fogueiro metia troncos inteiros no forno da caldeira mas não se avançava uma polegada de caminho, e estava-se sempre no mesmo sítio a olhar para as mesmas copas das árvores e a água azul fugir para trás [...] Chegámos à passagem do Lupata ao pôr-do-sol, assim foi chamado o troço mais encantador, mais pitoresco do Zambeze [...] a sua grandiosidade solene, recolhida pelo panorama, é absolutamente fascinante. Contempla-se extasiados e emudecidos. Por vários dias é-nos dado o prazer de apreciar o fausto desta pitoresca cenografia».

A terceira etapa, a quanto parece, é a mais divertida. «[...] partimos por volta das quatro da tarde num camião...A estrada bastante acidentada, deteriorada pelo mau tempo, era toda um charco, que não impressiona a nossa pileca que vai numa correria louca. Encostamo-nos uns aos outros para maior segurança, com receio de perder o equilíbrio. O *chauffeur*, depois de cada viagem imprevista, após um salto que nos deixou estarecidos, pergunta com seriedade, misturada com a ironia: “Não falta ninguém?”, e lança-se novamente a toda a velocidade».

A última parte da viagem, é sem dúvida a mais fatigante. Depois de ter passado alguns dias em Boroma, onde o padre Peyrani e o irmão laico Giuseppe vão ficar, destinado a ocupar a casa geral, o resto da comitiva encaminha-se para Miruru com uns carregadores que os ajudam a transportar os seus haveres. «[...] Repartimos. O calor abafado e sufocante torna o ar irrespirável. O caminho é um entrelaçado de capim, caminha-se ... ao escurecer estamos em Inhassangue. Poucas palhotas, a melhor é a que serve para os brancos pernoitarem. É o reino da miséria. Consumido o nosso parco jantar não tardamos a adormecer [...] Todo o dia através da floresta...Em

bicicleta precedia de poucos a fila. Chegámos de noite a Chissua. A aldeia é toda recintada internamente com uma zeriba forte, espinhosa, de defesa contra o temível inquilino (o leão).

[...] Hoje é a travessia o Mar Vermelho, porém não é a seco. A estrada por mais um quilómetro é toda ela um charco, nalguns troços a água chega ao joelho. Os canaviais altos e densos terrivelmente emaranhados, impedem-nos de avançar, obriga-nos a manter os braços numa ginástica contínua, extenuante, duríssima. Às 11 estamos em Kaó. [...]

A caravana procedia rápida através da floresta, eram cerca das dez da manhã e o sol ainda não se tinha visto, ofuscado por uma densa cortina de nuvens. Sem ar, o calor é quase sufocante. Chegados ao cimo da colina vemos a cerca de cem passos de distância um grupo de gazelas que tranquilas e imperturbáveis estavam entretidas no riacho. O padre Borello aproxima-se com cautela empunhando a espingarda. Os carregadores imobilizaram-se e esperam ansiosos. Ouvimos uma detonação e uma das gazelas cai fulminada. Gritos, aclamações, que pandemónio! Os carregadores abandonam os fardos, precipitam-se sobre o animal e trazem-no em triunfo. ...Cedemos a gazela aos carregadores, será a sua ração de carne até a o fim da viagem. Este tiro resolveu-nos uma dificuldade considerável.

[...] Estamos a 120 km de distância da estação de Miruru. Antes de se despedir, o chefe de posto auxiliou-nos para as restantes etapas da viagem. Aqui a questão é um pouco mais seria, os carregadores não conhecem o caminho, o capim crescido cancelou todo o traçado. Providencialmente encontram-se com mais frequência as palhotas dos pretos e encontra-se sempre alguém que se oferece para nos acompanhar durante uma parte do percurso.

[...] Miruru! Um preto mostra-nos com satisfação as montanhas cobertas de verde e fumegantes de nevoeiro. “São os montes de Zumbo” diz-nos. Tem para nós um efeito reconstituente e dá-nos a força para vencer o cansaço que, após 17 dias de marcha longa e fatigante quase nos oprime. Hoje, no último dia de marcha, batemos o recorde relativamente aos dias anteriores, e percorremos cerca de 40 quilómetros [...] Esta é a nossa primeira etapa na Zambézia. Região sulcada por centenas de apóstolos, ainda tem a marca da sua civilização e redenção deixada em sulcos ainda húmidos dos seus suores e das suas lágrimas. Nós com a ajuda da SS. Consolata seremos os seus continuadores. Queira Nossa Senhora

abençoar e confirmar vontade e propósitos dos seus soldados. O trabalho é árduo e longo e fatigante». <sup>288</sup>

Pensar hoje com quais e quantas dificuldades se depararam estes missionários italianos para chegarem à sua missão não pode senão suscitar uma certa admiração além de provocar a pergunta sobre o porquê que o fizeram.

Para os padres chegados a Boroma e Miruru tinha assim início a obra missionária. O seu trabalho na alta Zambézia, porém, durará poucos anos. Os acontecimentos futuros levarão o Instituto de Turim à decisão de fechar as missões nesta zona para dedicar todos os esforços à construção das missões no Niassa. Mas o Niassa devia ainda ser explorado, era necessário perceber qual a melhor zona para instalar uma missão, calcular a altitude, as fontes de água, as vias de comunicação, as distâncias, etc. Mesmo por isso este padre Chiomio, explorador nato, tinha sido incluído no grupo dos oito que chegaram a Moçambique. A ele foi confiada, desde o momento em que partiu de Nairobi juntamente com os seus companheiros, a única tarefa de explorar o Niassa. E esta ordem era muito clara.

#### **4) O Niassa a todo o custo**

Seguindo de Nairobi as aventuras dos seus missionários, padre L. Perlo dá indicações bem precisas ao padre Chiomio.

«Deve explorar o Niassa muito bem e com calma, especialmente a zona baixa, perto de Milange; e encontrar também aquele italiano em Mandimba que nos prometeu casa e assistência nos primeiros tempos. O italiano chama-se Pietro Regina, conhecido por *Peter*, e espera com ânsia os missionários italianos. Recorde-se que é necessário encontrar aquele italiano, porque esta será a nossa razão para pedir ao Bispo a autorização para nos estabelecermos no Alto Nyassa, isto é, que há lá italianos que nos pediram e insistem na nossa ida para lá. Ora, como poderemos pedir ao Bispo e dizer que os italianos de lá nos querem, se depois resulta que nem sequer estive-

---

<sup>288</sup> SECONDO GHIGLIA, Diário de viagem, 7.XII.1925 - 6.III.1926, Arquivo IMC VIII/7, 1925-1926, citado por: DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, ob. cit., pp. 6-14.

mos com eles? Lembre-se que é este o ponto que constitui o âmago da questão para o Alto Nyassa». <sup>289</sup>

Evidentemente o padre Chiomio segue à letra as indicações dos superiores e imediatamente, após ter posto pé em Moçambique, começou a recolher informações sobre as vias rodoviárias, tarifas, alfândegas, etc. Chiomio, talvez a figura mais fascinante dos oito missionários inicialmente chegados, era um inestancável caminhante. Com o seu pedómetro, percorria centenas e centenas de quilómetros, levando às costas a inseparável bússola e uma bolsa de viajante cheia de documentos, cartas geográficas, retalhos de jornal, e na mão um caderno onde marcava não só todos os relevos mas também todo o tipo de indicação. Em 16 de Maio de 1926, ele deixa os seus companheiros em Miruru e encaminha-se para Lifizi e Mandimba para levar a cabo a sua “missão”.

Entretanto, de Nairobi, alguns meses antes, o padre L. Perlo escreve a Dom Rafael de Assunção, utilizando sempre a mesma tática de colocar o Prelado “perante factos consumados”, propondo-lhe que os dois padres inicialmente destinados a Lifizi fossem mandados a Mandimba (tratava-se do padre Calandri e do padre Amiotti, que substituiu o padre Sperta). <sup>290</sup> A esta comunicação o Prelado de Moçambique nunca deu resposta, criando de tal modo algumas ambiguidades de fundo (como veremos mais à frente) e, ao mesmo tempo, deixando livre o padre L. Perlo de considerar a sua proposta como aceite por parte do Excelentíssimo de Lourenço Marques. O padre L. Perlo, de facto, assim interpretou (ou quis interpretar) aquele silêncio.

Chegados do Kenya, o padre Calandri e o padre Amiotti desembarcaram na Beira em Junho de 1926 e a 5 de Julho sucessivo chegam a Mandimba, no tanto amado Niassa. Assim se lê no relatório que foi enviado a Turim. «Era o primeiro sábado de Julho de 1926, quando os dois primeiros missionários do Nyassa passavam a fronteira e se apresentavam às autoridades locais para o visto nos passaportes e para a primeira declaração das suas intenções pacíficas. Em Mandimba os oficiais receberam-nos como amigos e hospedaram-nos,

---

<sup>289</sup> Carta do padre L. Perlo ao padre Chiomio, Nairobi, 12.XI.1925, AIMC VIII/7, 1925 nr. 13, citado por: DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegadas dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Miruro-Tete)*, ob. cit., p. 23.

<sup>290</sup> *Ibidem*, Carta do padre L. Perlo a Dom Rafael de Assunção, Nairobi 31.I.1926, em AIMC VIII/7, 1926, nr. 6.

desejando-nos que as negociações para fundar Missões fossem breves, porque toda a gente sentia a grande necessidade de um pouco de assistência religiosa [...]. Estava concordado que em Mandimba nos teríamos encontrado com o Rev. padre Chiomio, proveniente de Zumbo e, de facto, um dia após a nossa chegada a Mandimba, chegaram alguns pretos de Fort Johnston com a notícia de que um padre alto, que se assemelhava aos alemães que tinham conhecido durante a guerra, tinha chegado a Fort Johnston no mesmo dia em que nós ali tínhamos passado (quase dois meses de caminho) e que teria procedido para Mandimba. Feitas as contas, o padre que parecia um alemão não podia ser outro senão o famigerado padre Chiomio, e devia chegar no dia seguinte ou em dois dias, conforme o caminho que tivesse seguido. Não nos enganámos nas previsões: dois dias depois, às três da tarde, com passo imutável de 80 centímetros, à velocidade de km 4 por hora (o pedómetro marcava 500 passos por hora), chegava o padre Chiomio».<sup>291</sup>

Após o feliz encontro em Mandimba, os três missionários, após alguns dias de repouso, iniciaram, guiados pelo padre Chiomio, uma viagem exploratória pelo Niassa, que os devia levar à definição de um plano preciso para a instalação das futuras missões dos padres da Consolata. Foram a Mtonya, Katuri, Mtangula, Unango, em direcção Norte, e em seguida dirigiram-se para a parte meridional do Niassa, percorrendo a estrada de Maracotera (Cuamba), contornando o Lago Amaramba, até Mkampela e Milange. Mas a este ponto, o padre Amiotti e o padre Calandri, que não conseguiam acompanhar a passada do padre Chiomio, decidem regressar a Mandimba, enquanto que o padre Chiomio prossegue de Milange para Limbwe, Takwane (na época Vila Esperança), Mobede, Mocubi, Nyamarroe, para chegar, via Gurué, a Ribaué, Nampula e Lumbo, à Ilha de Moçambique, onde embarca para regressar ao Kenya.<sup>292</sup> Chegado a Mombaça em 12 de Outubro de 1926, o padre Chiomio revê os seus apontamentos e envia a Turim um longo relatório, declarando-se

---

<sup>291</sup> Relatório de padre G. Amiotti à Casa Mãe, Massangulo, 18.I.1931, in: AIMC VIII/7, 1931, n.11, citado por: DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, ob. cit., p. 24.

<sup>292</sup> Durante a sua permanência em Moçambique, que durou exactamente um ano (Outubro 1925/Outubro 1926), padre Chiomio percorreu a pé cerca de 3.000 quilómetros.

optimista sobre o desenvolvimento da presença da Consolata no Niassa.<sup>293</sup>

Entretanto, em Mandimba, o padre Calandri e o padre Amiotti conseguem encontrar-se com o italiano Regina. Este último, como prometido ao Prof. Capra, esperava efectivamente a chegada dos missionários italianos, por óptimas razões: de facto, além de lhes colocar à disposição um terreno de quarenta hectares, na margem do rio Mandimba, pediu de imediato ao padre Calandri de tomar conta de um grupo de crianças mulatas, algumas das quais tinham sido abandonadas enquanto que os outros eram filhos seus!<sup>294</sup> Os dois missionários aceitaram e em pouco tempo construíram uma casa de pau a pique para ele e para as crianças e uma capela em bambu, considerada a primeira Igreja católica construída na actual província do Niassa.

Gallea afirma que a ideia de Dom Perlo de construir uma missão no Niassa português poder-se-ia fazer remontar a 1920, quando nas negociações que o Instituto de Turim manteve com *Propaganda Fidae* sobre os limites da prefeitura de Iringa (no Tanganica), o próprio Allamano expressou o desejo que se estendessem até ao Lago Niassa.<sup>295</sup> Pois bem, apesar de não contemplada dentro dos limites daquela prefeitura eclesiástica, em 1926 a presença da Consolata nesta terra podia-se afirmar assegurada. Mas com quanta confusão para aí se chegar! Além da tática do “facto consumado” adoptada pelo padre L. Perlo, tinha havido – devemos reconhecer – uma certa desobediência em relação ao Prelado de Moçambique. Ainda por cima, as viagens exploratórias do padre Chiomio tinham levantado algumas suspeitas às autoridades civis locais, que não deixaram de assinalar a Dom Rafael de Assunção e ao Governo Geral da colónia tais movimentos estranhos.<sup>296</sup>

Mesmo devido a esta “confusão” que se veio a criar, Dom Rafael de Assunção, recordado do acordo feito em Lourenço

---

<sup>293</sup> «É com muito agrado que tivémos conhecimento que o intrepido P. Chiomio, completa felizmente a exploração de Moçambique após uma caminhada de mais de 3.000 quilómetros “garantidos”, onde deixou uma mão cheia de destemidos e corajosos pioneiros, e tenha regressado ao Kenya de onde se prepara para uma outra viagem não, menos desconfortável e útil entre o Equador e o Polo Norte, com uma prévia e fugaz aparição entre nós para trazer notícias e receber ordens [P. Chiomio pouco tempo depois fez uma viagem exploratória, sempre a pé, à Somália e especialmente à Etiópia, deixando uma quantidade de cartas geográficas por ele elaboradas reproduzidas em heliografia]». Assim recitava a revista do Instituto de Turim. Cf. <<DA CASA MADRE>>, N° 24, Turim 1926, p. 200.

<sup>294</sup> Padre FILIPE J. COUTO, *Entrevista com o autor*, Maputo 06.VII.2004.

<sup>295</sup> GIUSEPPE GALLEA, ob. cit., p. 681.

<sup>296</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 211.

Marques com padre L. Perlo, interveio a 27 de Julho de 1926 em relação ao padre Peyrani, escrevendo-lhe para recordar que a área estabelecida para a missão era a zona de Zumbo, e não outras, com uma casa geral na zona de Tete-Borama. Era a primeira intervenção do Prelado de Moçambique para procurar fazer retornar aos carris uma situação que lhe estava a escapar ao seu controle.<sup>297</sup>

A segunda intervenção será efectuada directamente junto do Dom Perlo, em Turim, a 22 de Dezembro de 1926, por onde passou no regresso de Roma. Nesta ocasião, expôs a gravidade do caso e as desagradáveis consequências que poderiam derivar desta presença não autorizada dos missionários da Consolata no Niassa.

De regresso a Lourenço Marques no início de Março de 1927, o Prelado toma conhecimento de que não tinha havido nenhuma novidade e em 24 de Março efectua a sua terceira intervenção: envia duas cartas, uma a padre Peyrani e a outra a padre L. Perlo, com um seu decreto em anexo com o qual ordenava aos missionários entrados no Niassa sem a necessária autorização canónica, que deixassem aquela terra no prazo de dois meses. Na carta enviada a padre L. Perlo apresenta as razões da sua decisão. «Bem sabe V.E. que não tomei estas decisões por capricho só para contrariar os planos de V.E., mas que outros motivos mais fortes determinaram a minha acção assim decidida após vários encontros com o Governo desta colónia. [...] É com desgosto que me vejo obrigado a tomar estas medidas; mas o meu silêncio, por outro lado, poderia comprometer gravemente o futuro das nossas missões religiosas em Moçambique, que é meu dever colocar acima das minhas preferências e gostos pessoais».<sup>298</sup>

Estas palavras de Dom Rafael de Assunção que, evidentemente, dava atenção às susceptibilidades nacionais, deixam entender duas coisas: a primeira é que ele, de facto, não era mal disposto e não tinha prejuízos em relação aos missionários italianos; a segunda é que estes últimos, com os seus desatinos, decerto que não lhe facilitavam o trabalho, aliás, estavam a criar-lhe numerosas dificuldades perante o Governo colonial e à política portuguesa da altura, fechada e desconfiada.

---

<sup>297</sup> Em Turim, considerava-se Moçambique como o quarto País africano onde os missionários da Consolata tinham fundado uma missão. Na capa da sua revista de Janeiro de 1926 era reproduzido um mapa de África onde estava claramente indicada uma missão da Consolata no Niassa português. Cf. <<LA CONSOLATA>>, N.º 1, Turim 1926, capa.

<sup>298</sup> Carta de Dom Rafael M. de Assunção ao padre L. Perlo, Lourenço Marques, 24 de Março de 1927, citado por: IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 538.

Feitas as contas, alguns acontecimentos precisos contribuíram a acrescentar as dificuldades e as suspeitas nos portugueses relativamente a esta curiosa presença dos padres da Consolata: a chegada de oito missionários, quando tinham sido concordados quatro; o hino “*Giovinezza*” cantado no dia seguinte à chegada a Moçambique, na praça da Beira (sem qualquer culpa dos pobres missionários que nada sabiam sobre o caso); a entrada “clandestina” no Niassa, perante uma explícita proibição do Prelado; a viagem exploratória do padre Chiomio que foi interpretada por muitos como tendo outros propósitos diferentes do objectivo evangélico.

Para além de tudo isto, refere Tubaldo, a alarmar o Governo de Lisboa e a suscitar acusações sérias contra o Prelado de Moçambique por parte da imprensa e no seio da sociedade civil, foi o facto de que dois agentes italianos, o General Pantano e o Prof. Mangini, este último director do Instituto Agrícola Colonial de Florença, terem vindo a Moçambique (mesmo enquanto os padres Calandri e Amiotti se tinham estabelecido em Mandimba). Estes agentes teriam recebido a missão de estudar a conveniência de uma emigração italiana para Porto Amélia e para a região do Niassa português e encontraram-se em Mandimba com o padre Calandri, que fora informado telegraficamente de Turim pelo Dom Perlo, que os tinha recomendado.<sup>299</sup> Também o padre L. Perlo, num relatório sobre as actividades em Moçambique que preparou em 1928 para o Vaticano, deixava entender que tal interesse italiano sobre uma emigração para o Niassa podia ser real, quando a obra dos missionários desenvolvida no Niassa se tivesse multiplicada e intensificada no futuro. Isto aconteceria – segundo o padre L. Perlo – no caso em que viesse a ser efectuada pelo Governo português a concessão a uma grande Companhia Anglo-Italiana, com vastas áreas de terreno para a agricultura no território do Niassa (o padre Perlo citava uma certa companhia com o nome *Nyassa Corporation*) para iniciar a emigração de trabalhadores italianos, dado que tal companhia tinha pedido que lhe fosse assegurada assistência religiosa.<sup>300</sup>

A hipótese perspectivada pelo padre L. Perlo, segundo a qual o Governo português deveria autorizar uma concessão a uma não melhor especificada Companhia Anglo-Italiana, mesmo se pouco

---

<sup>299</sup> IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 539. Também nos arquivos de estado moçambicanos estão conservados documentos que confirmam a viagem dos dois funcionários italianos, Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 185.

<sup>300</sup> GIUSEPPE GALLEANI, ob. cit., p. 689.

provável, aparentemente não era irreal, pois que essa poderia ter sido uma das soluções a seu tempo pensadas. Naqueles anos houve, de facto, uma tentativa de procurar novos capitais estrangeiros interessados em participarem na Companhia do Niassa, asfixiada por uma grave crise financeira.<sup>301</sup> É difícil dizer, por outro lado, se o fim da regência do Instituto de Turim por parte de Dom Perlo (2 de Janeiro de 1929) e o desaparecimento da cena da Companhia Anglo-Italiana foi ou não uma coincidência. O facto é que desde 1929, ano em que os territórios do Niassa e de Cabo Delgado retornam à administração do Governo português (tinha terminado e não foi renovado o contrato de concessão à Companhia do Niassa), da Companhia Anglo-Italiana nunca mais se ouviu falar. Concentraram-se nesta terra, por outro lado, como veremos no próximo capítulo, os interesses de alguns empresários lombardos, que nos primeiros anos trinta investiram capitais italianos no sector da agricultura e contribuíram para a criação de uma pequena comunidade italiana na zona de Porto Amélia.

Para voltar às aventuras dos missionários italianos, eles estavam no Niassa (onde queriam estar a todo o custo) com um decreto de expulsão preparado que os mandava deixar o Niassa no prazo de dois meses. Veremos o que aconteceu.

#### **4.1) A autorização para fundar missões no Niassa**

Padre Calandri e padre Amiotti tomam conhecimento do decreto de Dom Rafael de Assunção em 27 de Abril de 1927. Comunicando o facto aos seus mais altos superiores, estes últimos responderam aos missionários que continuassem a permanecer onde estavam na qualidade de cidadãos privados, enquanto a questão da autorização teria sido tratada nas “altas esferas”.<sup>302</sup> Esta indecisão durou pelo menos um ano.

---

<sup>301</sup> Para uma exaustiva informação sobre as vicissitudes da Companhia do Niassa até à sua extinção (1929), veja-se: EDUARDO DA CONCEIÇÃO MEDEIROS, *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836 – 1929)*, Central Impressora, Maputo 1997, pp. 139-165. Para ulteriores aprofundamentos, vejamos: NUNO VALDEZ DOS SANTOS, *O desconhecido Niassa*, JICU, Lisboa 1964 e RICHARD STUART, *Os nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930*, in <<REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS>>, N°3, Lisboa 1985, além das publicações anuais da Companhia (COMPANHIA DO NYASSA, *Relatórios e contas apresentadas à assembleia geral pelo conselho de administração*, A Editora, Lisboa) desde o ano 1895 até 1925.

<sup>302</sup> GIUSEPPE GALLEANI, ob. cit., pp. 685-686.

Entretanto, como se tudo do que tinha sucedido até à altura não bastasse, em Julho de 1927 Dom Perlo enviava também para Moçambique as freiras missionárias da Consolata. Chegaram sete freiras à Beira em 23 de Agosto, juntamente com um outro padre, Alfredo Ponti. Juntos partiram para Miruru, para onde estavam destinados, em 18 de Setembro.<sup>303</sup>

Isto complicou ainda mais a situação a Dom Rafael de Assunção porque embora tivesse tratado a questão em Turim com Dom Perlo em Dezembro de 1926, achava que teria sido mais prudente adiar a chegada das irmãs para quando se fosse resolvida a confusão criada no Niassa.<sup>304</sup> «O pessoal que está a chegar – são as palavras do Prelado de Moçambique escritas a padre Sandrone – não faz senão acrescer as dificuldades [...]. A imprensa é contrária, e o Governo também está contra [...] compreenderá que, enquanto se faz uma campanha contra os estrangeiros, estes continuam a chegar em tão grande quantidade...».<sup>305</sup>

Os ataques que Dom Rafael de Assunção recebia na imprensa, tanto da colónia como da metrópole, eram evidentes. O jornal “O Direito” de 16 de Setembro de 1927 escrevia que as dotações das Missões deviam ser exclusivamente portuguesas pois que recaíam no orçamento da Colónia, acrescentando que não era aceitável que as missões estivessem nas mãos de estrangeiros. Dalí a pouco, no dia de São Martinho, o mesmo jornal escrevia que era inaceitável que na paróquia de Tete houvesse um padre italiano e que naquela cidade tão portuguesa o Bispo mantivesse um estrangeiro na direcção da Igreja.

Talvez tenha sido por causa destes duros ataques à sua pessoa que o Prelado pensou em destituir, e de facto destituiu, o padre Peyrani do cargo de pároco de Tete. Como compromisso pelo abandono de Tete, porém, a parte portuguesa estava disposta a chegar a uma solução para Mandimba (com efeito, transferindo oficialmente os padres italianos para os territórios do Niassa, onde não estava

---

<sup>303</sup> Trata-se de: Edvige Grosso, Emma Rinaudo, Valeria Melzani, Tommasina Moretto, Ananina Tabelloni, Faconda Alberti e Benedetta Mattio.

<sup>304</sup> O Prelado tinha-se deslocado a Turim em 22 de Dezembro de 1926. «Tivemos hoje na nossa [asa] M[ãe] a prezada visita de S. E. Dom Raphael Maria da Assunção, Vigário Apostólico de Moçambique, a quem oferecemos um óptimo improvisado entretenimento. O ilustre Prelado responde na língua de Camões e S. E. Lo Presti, o cônsul português, faz-nos a cortesia de interpretar os seus sentimentos». Cf. <<DA CASA MADRE>>, N° 25, Turim 1927, p. 204.

<sup>305</sup> Carta do padre Sandrone ao padre L. Perlo, Beira, 13 de Agosto de 1927, Arquivo IMC, citado por: IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 540. A chegada de mais pessoal para as missões de Moçambique devia já estar contemplada há tempo nos planos dos superiores do Instituto, pois que o cônsul português em Turim, Eng. Domenico Lo Presti, desde Outubro de 1925 dava lições de português aos padres e às freiras da Consolata. Cf. <<DA CASA MADRE>>, N° 22, Turim 1926, p. 5.

presente nenhuma missão católica financiadas pelo Governo, ninguém do clero ou da sociedade civil portuguesa teria continuado a acusar o Prelado de ser anti-nacionalista). Por outro lado, o Prelado convencia-se cada vez mais que o incidente com os missionários da Consolata tinha sido causado pela boa fé. Durante um encontro que o Prelado teve em Lourenço Marques com o Padre Peyrani, em Março de 1928, confessou ao missionário italiano que teria obrigado o Governo português a tomar uma decisão: «aceitar os estrangeiros – são as palavras de Dom Rafael de Assunção – ou conformar-se a que Roma divida a Prelatura em Vicariados e Prefeituras Apostólicas: a *Propaganda Fidae* diz que estamos atrasados três séculos!».<sup>306</sup>

Acalmados os ânimos e esclarecida a situação entre os superiores do Instituto e o Prelado, já em Dezembro de 1927 são canceladas as restrições aos dois missionários que tinham entrado no Niassa sem a devida autorização canónica, enquanto que em Abril de 1928 Dom Rafael de Assunção autoriza a fundação de uma missão na zona de Mandimba. Os padres italianos nunca tinham desistido dos seus propósitos de evangelização, mas esta boa, alias óptima, notícia deve ter inundado o seu coração de alegria.

A missão da Zambézia superior, em Miruru, tinha sido deixada a partir de 1929, seja para concentrar todos os esforços no Niassa, agora que já havia a autorização, seja porque Dom Rafael de Assunção tinha sido obrigado, pelas pressões contínuas a que era submetido, a retirar todas as contribuições à missão por falta de padres seculares. Assim, os missionários italianos que estavam presentes na zona foram enviados para o Niassa, a fazerem companhia ao padre Calandri e padre Amiotti, enquanto as irmãs, segundo a sugestão de Dom Rafael de Assunção, foram destinadas à missão de S. Paulo do Ibo, em Porto Amélia, gerida pelos padres Monfortinhos.

#### ***4.2) Padre Pietro Calandri e a missão de Massangulo***

Recebida a autorização para fundar a missão, o Padre Calandri – que entretanto se tornou o chefe dos missionários italianos

---

<sup>306</sup> Carta do padre Peyrani ao padre L. Perlo, Lourenço Marques 27.III.1928, Arquivo IMC, citado por: IGINO TUBALDO, ob. cit., p. 543.

no Niassa – não perdeu tempo e no arco de pouco tempo encontrou a zona apta para a construir numa área habitada pela etnia yao.<sup>307</sup> Dirigindo-se em direcção ao norte percorreu o vale do Lugenda, chegando até Marrupa. Durante esta viagem, para a qual se tinha posto em marcha levando consigo as ciranças que lhe tinha confiado o Senhor Regina, tentou estudar a língua yao, memorizando as palavras que ia aprendendo, chegando depois a escrever o primeiro dicionário ci-Yao/italiano. No arco de pouco tempo decidiu ocupar a área aos pés do monte *Massangulué*, de onde deriva o nome Massangulo. Esta era uma zona mais populosa em relação à cidade de Mandimba e era um sítio ideal para fundar uma missão, já que tinha um bom clima, terrenos muito férteis e água em abundância. Em 20 de Maio de 1928 nasce a missão de Massangulo. As relações com o Prelado de Moçambique começavam a ser boas, coisa que o próprio Dom Rafael de Assunção reconhecerá da li a pouco.<sup>308</sup>

Juntamente com a autorização para a fundação da missão, porém, o padre Calandri não tinha recebido sequer um tostão para a construir. Pediu e obteve um empréstimo de 500 escudos ao secretário da administração de Mandimba, um tal Hermógenes Chaves, e com este dinheiro começou os trabalhos de edificação da missão em

---

<sup>307</sup> Os yao são um grupo étnico oriundo do monte Yao, perto de Muembe, no Niassa, entre os rios Legenda e Luquerino. Este povo vive não só em Moçambique mas também na Tanzânia e no Malawi. Opuseram grande resistência à ocupação colonial portuguesa. Para um conhecimento mais profundo sobre este povo e a sua cultura, vejam-se: E.A. ALPERS, *Trade, State and Society among the Yao in the 19th century*, in <<AFRICAN HISTORY STUDIES>>, N° 3 1969 e LUIGI WEGHER, *Um olhar sobre o Niassa*, Paulinas, Maputo Vol.I 1995, Vol. II 1999.

<sup>308</sup> «A entrada destes missionários nesta Colónia de Moçambique foi desde o princípio considerada suspeita de intuítos políticos. O Governo não concordou que se fossem estabelecer nos territórios da Companhia do Niassa e confiei-lhes por isso a Missão de Miruru, no Zumbo, distrito de Tete, com a condição expressa de que não podiam estabelecer-se nos territórios daquela Companhia. [...] O Governo de Lisboa proibiu depois que aos missionários estrangeiros fosse dado qualquer subsídio e a Missão de Miruru perdeu o que recebia. As suspeitas aumentaram quando o Governo italiano mandou dois delegados seus, Dr. Mangini e General Pantano, em visita aos territórios desta Companhia. [...] Os delegados do Governo quando desembarcaram nesta Colónia logo procuraram saber onde estavam os missionários italianos... [...] O Governo português olhando com desconfiança para estes missionários comigo insistiu que se fundasse uma missão católica com padres portugueses nos territórios, onde estes missionários já se haviam estabelecido. [...] Os territórios da Companhia do Niassa passaram já para a administração directa do Estado, os missionários da Consolata penitenciaram-se dos erros cometidos e a situação missionária modificou-se profundamente. Os missionários da Consolata que hoje trabalham no Niassa são agora estimados pelas autoridades administrativas do distrito, as quais lhes tributam sinceros elogios, que eu próprio ouvi numa minha visita». Relação enviada por Dom. Rafael M. de Assunção ao Cardeal Secretário do Estado do Vaticano, Lourenço Marques, 12.XII.1930, AIMC VIII/8, n.159, citato in: DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, ob. cit., p. 45.

Massangulo.<sup>309</sup> Na época, a zona era uma floresta virgem, perigosa para o homem. Até quando a grande palhota não ficou pronta, o missionário e as crianças dormiam todos juntos numa tenda de campismo, e assim viveram de Maio a Dezembro, com o padre Calandri que durante a noite, enquanto os miúdos dormiam, vigiava com a espingarda na mão com medo da chegada dos leões.<sup>310</sup> Apesar destes perigos, o próprio padre Calandri contava aquele período como belo e intenso.

«[...] Foram dias completos aqueles! Os mais belos da minha vida. Para cima e para baixo de um buraco para o outro, de onde saíam seis mil tijolos por dia; pela montanha acima para escolher as plantas para o tecto, a partir pedra para as fundações, a dar uma vista de olhos às panelas na cozinha, limpar o ranho a um dos miúdos constipados, a mudar a camisa um outro que se tinha molhado com o “xixi”».<sup>311</sup>

Padre Pietro Calandri, denominado jocosamente pelos indígenas “mato um leão e fico famoso”,<sup>312</sup> foi o indiscutível pioneiro da evangelização católica do Niassa português; ele foi pai e mãe de inteiras gerações de crianças desta fascinante terra.

Dotado de grande criatividade operativa e de elevada veia artística (padre Calandri era um excelente pintor), a sua autoridade fazia-se sentir tanto sobre as populações indígenas como sobre as rigorosas autoridades coloniais portuguesas<sup>313</sup> genial no descobrir sempre novas soluções para o desenvolvimento das missões, por dez anos, de 1926 a 1936, guiou a missão de Massangulo pondo em

---

<sup>309</sup> Padre Calandri, em Outubro de 1928, pediu ao Concelho de Metonia a concessão de 2.000 hectares de terreno para actividades agrícolas ligadas à missão, na zona entre os rios Mangana e Chitone. Cf. <<BOLETIM DA COMPANHIA DO NIASSA>>, N.º 366, 31.X.1928, p. 3.612.

<sup>310</sup> «Massangulo, nesse tempo, era floresta virgem, mato emaranhado, perigoso para o homem. A paisagem seduziu-me. Construí, antes de iniciar a derruba, uma palhota larga, que não tinha portas nem janelas. Arranjei “quitandas”, feitas de paus do mato, atadas com tiras de casca de árvore. Comigo vinham catorze mulatinhos, que encontrei nos matos de Mandimba fazendo a vida com os nativos. Instalamo-nos todos, primeiro, em uma barraca de campanha, enquanto a palhota não estava pronta. Os leões vinham à abertura da barraca ao cair da noite e pela madrugada. Rondavam em todas as direcções. As crianças dormiam tranquilas. Só eu velava. Lá fora, o rugido das feras, dentro da barraca apenas se ouviam as minhas orações e a respiração das crianças. Deus acompanhou-nos sempre», Padre PIETRO CALANDRI, Entrevista ao jornal <<DIÁRIO>>, Lourenço Marques 31.X.1964.

<sup>311</sup> PIETRO CALANDRI, *Peripezie e pensieri di mia vita*, in: LUIGI WEGHER, *Un uomo e la sua missione. Padre Pietro Calandri*, promanuscrito, Lichinga 1985.

<sup>312</sup> BRAZÃO MAZULA, *Entrevista com o autor*, Maputo 20.X.2004. O professor Mazula, Magnífico Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, conheceu pessoalmente o padre Calandri nos anos 1957 e 1958, quando frequentou o quinto e o sexto ano nas escolas dos padres da Consolata em Massangulo. O professor Mazula foi também uma das últimas pessoas a conversar com Padre Calandri quando o missionário italiano estava internado em fim de vida no hospital de Marere, em Nampula, onde morreu.

<sup>313</sup> *Ibidem*.

prática os grandes ideais de solidariedade e de amizade, típicos do povo italiano, perante as populações mais necessitadas, construindo escolas, desenvolvendo centros profissionais de artes e ofícios, promovendo oficinas para a laboração da madeira e ensinando as mais variadas profissões;<sup>314</sup> e tudo isto sempre tendo no unicamente no coração a vida das populações indígenas com quem vivia, sempre em sua defesa, também contra os abusos que às vezes os administradores locais perpetravam.<sup>315</sup> Em 1936, quando foi chamado a Itália para se repousar, deixou um vazio profundo em Massangulo, que será colmado só em 1940 quando, após ter passado quatro anos em missão no Brasil, o Instituto destina-o novamente para o Niassa, onde as comunidades locais o invocavam e onde permanecerá até 1967, ano em que morreu.<sup>316</sup> O seu trabalho, constante, amigável, humilde, foi reconhecido pelo seu País natal, pela Santa Sé e, por fim, também pelas autoridades portuguesas.<sup>317</sup> A propósito desta última condecoração, como prova do seu não diminuído sentimento de italianismo, o padre Calandri, numa comunicação ao Cônsul italiano em Lourenço Marques de 1.IX.1964, anotou: “*tutto per la gloria della Chiesa e dell’Italia!*”.

Como referido no início deste capítulo, não me vou debruçar na análise detalhada de todo o período da presença dos padres da Consolata no Moçambique português. Após ter examinado no especí-

---

<sup>314</sup> É de 1931, por exemplo, a construção de um moinho e de 1933 a realização de um dínamo que levará, em 25 de Fevereiro de 1934, à inauguração da energia eléctrica na missão de Massangulo.

<sup>315</sup> Em Abril de 1934, dois *régulos* (chefes tribais) locais, Mbangá e Cisekula, recorreram à ajuda do padre Calandri para que os ajudassem a pedir a protecção do Governador do Niassa para se defenderem das arbitrariedades do administrador di Catur. Escreverá a tal propósito padre Calandri: «Todos os Chefes devem apresentar-se todas as semanas ao *Boma* (Posto Administrativo). Não se têm conta as distâncias. Há Chefes que deveriam, segundo esta ordem, estar em viagem contínua de casa para o *Boma*, do *Boma* para casa! Quase todos os Chefes foram obrigados a levar pedras juntos com as mulheres prisioneiras do “Posto”! Humildíssima degradação! Os polícias (*cipaios*) fazem prisioneiras as mulheres e abusam delas violando-as. Os pretos são obrigados a vender a *meliga* a 1\$50 à lata; as galinhas também 1\$50 cada. Ninguém leva géneros alimentícios para ver o *Boma*, e então são violências, castigos [...]. Pobres pretos, pobres escravos dos brancos! [...] Cometem-se aqui coisas que não se cometiam nos tempos da escravatura. Deve-se dizer que esta gente não tem sangue nas veias, não tem espírito cristão que informa a Europa! Mas é gente dos tempos bárbaros». PIETRO CALANDRI, *Peripezie e pensieri di mia vita*, in: LUIGI WEGHER, *Un uomo e la sua missione. Padre Pietro Calandri*, ob. cit., p. 152.

<sup>316</sup> O seu repouso, a dizer a verdade, foi um repouso forçado. Ele não queria deixar o Niassa, nem sentia a necessidade de um período de repouso. A decisão de o fazer regressar foi provavelmente tomada pelos superiores do Instituto em coincidência com a “promoção” de Dom Rafael M. de Assunção a Bispo da Diocese de Cabo Verde, para onde se transferiu em Agosto de 1936. «Desaparecido um dos dois protagonistas da “batalha” para a entrada no Niassa, pareceu ser boa aos superiores de Turim fazer um gesto “diplomático”, retirando do Niassa o padre Calandri», Padre DIAMANTINO GUAPO ANTUNES imc, *Entrevista com o autor*, Maputo 09.VII.2004.

<sup>317</sup> Padre Calandri foi distinguido com o grau de Cavaleiro OMRI da República Italiana. Recebeu do Papa Pio VI a medalha *Pro Ecclesia et Pontefice* e das mãos do Presidente da República de Portugal, durante uma sua visita a Vila Cabral em 1964, a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

fico as origens desta presença, que é a coisa que mais me premia explicar, limitar-me-ei aqui, a traçar os períodos fundamentais que caracterizaram tal presença até 1975, ano da Independência.

O ano de 1936 marca o início do segundo período da presença missionária da Consolata no Niassa. As incompreensões, os erros e as ambiguidades parecem finalmente serem recordações do passado. O superior da missão de Massangulo mudou (no lugar de Calandri havia o padre Sandrone) e também em Lourenço Marques há um novo Prelado, Dom Teodósio de Gouveia, com o qual se conseguirá iniciar um diálogo frutífero que levará à expansão da presença missionária dos padres da Consolata em todo o Niassa, na década de 1936 a 1946, para além de noutros distritos da província de Moçambique, de 1946 em diante.

Neste período, por várias vezes, chegavam novos reforços: cerca de vinte de novos padres e freiras que permitiram fundar novas missões, Mepanhira (1938), Mitúcue (1939), Maúia (1940), estendendo a presença nas zonas habitadas pelos Macúas,<sup>318</sup> e de assumir a responsabilidade de outras já existentes, S. António de Unango (1946), S. Giovanni Battista de Marrere (1946) e S. José de Vila Cabral (1946).<sup>319</sup> Entre outros, os padres Gabriele Quaglia, Oberto Abondio, Luigi Wegher e Amedeo Marchiol merecem uma menção particular pela presença missionária por mais de vinte anos.<sup>320</sup>

---

<sup>318</sup> Os Macúas do Niassa habitam a região a sul do rio Lugenda. Têm uma cultura tipicamente patriarcal e vivem em regime de clã. Para uma aprofundada análise destas populações, veja-se: F. LERMA MARTINEZ, *O povo Macúia e a sua cultura*, Lisboa 1989; LUIGI WEGHER, *Um olhar sobre o Niassa*, ob. cit..

<sup>319</sup> Vila Cabral era o nome que a actual capital do Niassa, Lichinga, tinha na época colonial. Em língua indígena, *lichinga* indica o planalto escolhido pelas autoridades portuguesas para fundar a cidade em 1931. O nome Vila Cabral m uma homenagem ao então Governador Geral de Moçambique, Coronel José Ricardo Pereira Cabral. Padre Calandri, por ser um profundo conhecedor daquela zona, ainda mais do que os portugueses, foi interpelado por parte das autoridades locais e foi ele a indicar o planalto de *lichinga* como o mais apto para fundar a capital do Niassa. «...um dia quegaram a Massangulo uma meia dúzia de funcionários do Governo Português, entre os quais o Governador Casqueiro, e convidaram o padre Calandri para os acompanhar. O padre Calandri já tinha dado sugestões em diversas circunstâncias quanto à escolha do lugar para a capital do Niassa, considerando que o planalto de Lichinga, conhecido muito bem por ele, era o ideal para esta escolha. Foi então decidido: Lichinga devia ser a Capital do Niassa. [...] Havia uma rua na cidade de Lichinga dedicada à memória do padre Pedro Calandri...Com a Independência, a rua foi cancelada pelo novo Governo do Niassa; mas nunca foi cancelada na visão de quantos conheceram este grande “pioneiro” da missionação e promoção humana do povo». LUIGI WEGHER, *Um olhar sobre o Niassa*, Vol. I<sup>o</sup>, ob. cit., pp.151-152.

<sup>320</sup> Padre Gabriele Quaglia guiou com entusiasmo e experiência diversas missões no Niassa e, mais tarde, na província di Inhambane. Era um homem extraordinário e completo, poder-se-ia dizer medieval: possuía de facto muitos dotes e durante a sua presença em Moçambique foi escritor, etnólogo, pintor, arquitecto (a ele se devem os projecto das igrejas de Mepanhira e Mitúcue), músico e fotógrafo. Padre Luigi Wegher é talvez aquele que, com o padre Calandri, deixou uma marca indelével entre as populações do Niassa. Originário de Trento, chegou a Niassa em 1939, onde aí viveu ininterruptamente 65 anos, antes de morrer em Julho de 2004. O seu funeral foi uma autêntica manifestação popular, que

### 5) *A extensão do campo de evangelização: Inhambane e Lourenço Marques*

A possibilidade de estender o campo de acção e enviar novos missio-nários italianos foi facilitada não pouco pela assinatura da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, que teve lugar na Cidade do Vaticano em 7 de Maio de 1940, com o relativo Acordo missionário em anexo. Este último, em particular, como se poderá apreciar mais no detalhe no segundo capítulo da terceira parte do livro, teve uma importância relevante para a regulamentação das relações entre o Governo de Lisboa e a Igreja Católica, sobre os aspectos da actividade missionária nos territórios portugueses do Ultramar.<sup>321</sup> O Acordo missionário foi muito importante para o desenvolvimento não só da acção pastoral das missões, mas também para toda uma série de actividades, sobretudo no campo da educação e da saúde, que acompanham a vida de uma missão e o trabalho de um missionário. O desenvolvimento da actividade missionária dependia altamente da chegada de novos missionários e o acordo introduzia a possibilidade de aumentar consideravelmente a sua vinda, portugueses ou estrangeiros que fossem.

A história, todavia, quis mesmo que em coincidência com esta tanto esperada abertura por parte de Portugal rebentasse o segundo conflito mundial, que durante cinco anos tornou bastante difícil a chegada de novos missionários. O Instituto da Consolata não fugiu a esta regra. Somente em 8 de Dezembro de 1945, mais 13 missionários italianos, na Igreja de S. Afonso de Turim, receberam o mandato

---

reuniu na catedral de Lichinga vários milhares de pessoas. Seguramente um alto e valoroso exemplo de homem e missionário italiano, empenhado até ao fim com extrema dedicação à evangelização dos povos do Niassa. Padre Oberto Abondio foi, desde a chegada a Moçambique em 1938, um assíduo frequentador do *mato* do Niassa, onde por quase cinquenta anos se dedicou à formação humana das populações indígenas daquela terra. Pelo seu trabalho desinteressado a favor do seu querido povo moçambicano, foi distinguido com o grau de oficial da ordem da Benemerência pelo Governo português em 1974. Padre Amedeo Marchiol, ainda hoje missionário em Nova Mambone, chegou a Moçambique no longínquo mês de Fevereiro de 1953. Em 2000, ano em que Moçambique foi devastado por tremendas inundações, padre Marchiol foi protagonista – com a ajuda da Cooperação italiana – de uma autêntica obra de salvamento de várias centenas de pessoas que ficaram isoladas na zona da missão de Nova Mambone, após o alagamento provocado pela saída do leito do rio Save.

<sup>321</sup> Como consequência imediata do acordo, segundo quanto previsto pelo art.VI, foi suprimida a Prelatura *Nullius* de Moçambique, que até então dependente da Igreja Metropolitana de Goa, e foram criadas as Arquidioceses de Lourenço Marques e as Dioceses de Beira e Nampula. Para o texto completo do acordo, veja-se: ERMINIO LORA (org.), *Enchiridion dei Concordati – Due secoli di storia dei rapporti Stato-Igreja*, EDB, Bolonha 2003, pp. 969-997.

para partirem para Moçambique, com a cerimónia de entrega do crucifixo.

Desta vez o destino era diversificado: já não somente os territórios do Niassa, ma também os do Sul do Save, mais especificadamente o distrito de Inhambane e o de Lourenço Marques.

O Cardeal Gouveia, nomeado Arcebispo de Lourenço Marques à luz do Acordo de 1940, teve ocasião de se encontrar com o Superior Geral do Instituto, padre Gaudenzio Barlassina, durante uma sua visita a Roma em Junho de 1945, durante a qual lhe pediu que enviasse missionários para trabalharem na sua Arquidiocese, que naquele tempo compreendia também os distritos de Gaza e Inhambane. Ele tinha em mente inicialmente entregar aos padres da Consolata a missão do Bilene, hoje uma florescente localidade turística, na província de Gaza; a decisão final, por outro lado, caiu sobre duas localidades do distrito de Inhambane. Em 1946 os padres Giuseppe Paleari, Alberto Maggiore e o laico Angelo Rota fundaram a missão do Coração Imaculado de Maria em Massinga, enquanto que os padres Osvaldo Peressini e Giuseppe Bottacin criaram a missão do Sagrado Coração de Jesus em Nova Mambone. A seguir, em 1947, a presença dos padres italianos da Consolata estendeu-se a uma outra localidade do distrito de Inhambane, Mapinhane e, em 1948, foi fundada a missão de Maimelane, a metade da estrada entre Mapinhane e Nova Mambone.

O território no distrito de Inhambane confiado aos missionários italianos era uma área muito extensa, onde a etnia predominante era a *tshwa*, mesmo se na zona de Nova Mambone também estavam presentes os Mandaus.<sup>322</sup> O tipo de trabalho e de evangelização que tocou aos padres foi muito mais difícil (devido à indiferença e, por vezes, hostilidade por parte da população local em relação aos recém chegados) e diferente (aqui os padres irão concentrar-se sobretudo nas escolas e na educação, dando uma notável contribuição ao sistema formativo nacional) relativamente a quanto feito no Niassa. Para além disso, as missões encontraram também sérios problemas de ordem material, como a escassez de argila, pedra, madeira para a construção, a falta de mão-de-obra e, não de subestimar, as chuvas

---

<sup>322</sup> Par um aprofundamento sobre os povos e etnias que habitam as terras de Inhambane, veja-se: A. RITA-FERREIRA, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Lisboa 1975, pp. 43 e sequenti.

irregulares que frequentemente faziam perder meses inteiros de trabalho.<sup>323</sup>

Em 1948, na missão de Massinga funcionavam já 13 escolas frequentadas por cerca de 3.000 alunos; em Nova Mambone, num terreno com cerca de 130 hectares posto à disposição pelo Governo, foram instaladas 2 escolas, uma oficina e armazéns para produtos alimentícios; em Mapinhane foi construída 1 escola; em Maimelane estava em fase de construção um internato para rapazes. Com somente dois anos de presença, era já grande o contributo que os padres da Consolata ofereciam ao sistema educativo da Província de Moçambique.

Sempre em 1948, os missionários da Consolata chegam também a Lourenço Marques, onde assumem a gestão da missão de Santa Teresinha do Menino Jesus de Liqueleva, perto da Matola, a primeira conduzida por padres italianos na capital moçambicana, que começará a funcionar como casa central para o Instituto em Moçambique.

Os anos Cinquenta e o início dos anos Sessenta representaram para a Consolata, tal como sucedeu também para as outras congregações que enviaram padres missionários italianos para Moçambique,<sup>324</sup> um período de notável expansão para a obra de evangelização, em modo particular no que se refere à promoção humana das populações a eles confiadas. Foram fundadas as missões dos Santos Angelos e Arcanjos em Cobué (1950), S. Gabriel na Matola (1951), Sagrada Família na Machava (1956), Nossa Senhora do Rosário em Muvamba (1960), Nossa Senhora da Conceição em Vila Cabral (1960), S. Miguel em Cuamba (1962), S. Condestável em Boane (1963), Nossa Senhora de Fátima em Vilankulo (1963), Rainha S. Isabel em Nova Esperança (1965), S. Condestável em Marrupa (1965).

É deste período, de facto, o elevado e precioso contributo que os missionários italianos ofereceram para a construção e o desenvolvimento de escolas, hospitais e oficinas profissionais (carpintarias, oficinas mecânicas, etc.), sem esquecer a instrução dada para o cultivo da terra. Foram ainda os missionários da Consolata a utilizar instrumentos “inovadores” para a educação das populações

---

<sup>323</sup> A missão de Nova Mambone foi atingida em pleno em Março de 1948 por um ciclone que semeou morte e destruição em toda a zona meridional do rio Save. A Capela, a escola, a oficina, os armazéns e as casas da missão foram destruídos pela fúria da tempestade. Cf. DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *A semente caiu em terra boa*, ob.cit., pp.88-89.

<sup>324</sup> Os padres combonianos chegaram a Moçambique em 1946, os padres dehonianos em 1947 e os frades menores capuchinhos de Trento em 1948. Veja-se o segundo capítulo da terceira parte do livro.

rurais, como o cinema no campo, que se tornou famoso sobretudo graças ao trabalho e à dedicação de padre Luigi Wegher, pioneiro em Moçambique para estas coisas. Ele, todos os sábados de cada semana, organizava na missão de Massangulo uma sessão cinematográfica, a que toda a população rural assistia com ânsia durante a semana como um evento ao qual não se podia faltar. Foi assim que muitos jovens moçambicanos conheceram, desde os anos Quarenta e Cinquenta do século passado, a arte do cinema. Aquele momento semanal, a que participavam indiferentemente católicos, anglicanos, muçulmanos, etc., era um momento importantíssimo para a convivência comum das comunidades rurais.<sup>325</sup>

Por volta da metade dos anos Sessenta pode-se referir o início do terceiro e último período de actividade dos padres da Consolata no Moçambique português, aquele que coincide com o início da luta anti-colonial conduzida pela Frelimo e que terminará com a proclamação da Independência de Portugal em 1975.

São, estes, os anos em que a actividade missionária se ressentirá profundamente da fractura interna da própria Igreja Católica moçambicana (dividida sobre a posição a tomar perante o avançar da luta da Frelimo e à contra-ofensiva do exercito português) e, em modo particular, das primeiras incursões armadas dos combatentes da Frelimo no Niassa, que em diversas ocasiões tiveram como objectivo as missões dos padres da Consolata.

Juntamente com o distrito de Cabo Delgado, o Niassa era a zona prioritária das acções da Frelimo por dois motivos: em primeiro lugar, pela necessidade de criar uma zona libertada, para a qual estes dois distritos se prestavam mais dos outros confinando com a Tanzânia, onde a Frelimo tinha a possibilidade de organizar a sua logística; em segundo lugar, porque na estratégia militar da Frelimo era necessário abrir uma passagem para Sul, na zona de Mecanhelas, em direcção da Zambézia e de Tete. O primeiro grupo armado da Frelimo que penetrou no Niassa era chefiado por Daniel Polela, ex-aluno das escolas fundadas pelos padres italianos da Consolata, que em Setembro de 1964 assaltou o posto administrativo de Cobué, no seguimento do qual o padre Mario Teruzzi, superior da missão, foi acusado pelas autoridades portuguesas de convivência com os

---

<sup>325</sup> BRAZÃO MAZULA, *Entrevista com o autor*, Maputo 20.X.2004.

guerrilheiros e de oposição à política colonial devido à sua neutralidade perante o ataque.<sup>326</sup>

A intensificação da ofensiva militar da Frelimo no Niassa provocou sérias dificuldades à vida das missões dos padres da Consolata. Depois de vários ataques, as populações rurais fugiam reparando-se nas missões, onde evidentemente se sentiam mais protegidas, mesmo se não faltaram ataques directos da Frelimo e ocupações do exército português nas próprias missões.<sup>327</sup>

Por causa da situação caótica que a luta anti-colonial tinha provocado, alguns missionários da Consolata tiveram vários mal-entendidos e alguns problemas sérios com as autoridades civis, especialmente quando denunciavam situações de injustiça e quando se alinhavam pela parte das populações indefesas. O caso que mais tristeza provocou foi a expulsão do padre Celio Regoli, paróco de Liqueleva.<sup>328</sup>

Neste clima, que parecia ter retornado a ser hostil tal como no momento da sua chegada, os padres da Consolata celebravam os 50 anos da sua presença em Moçambique colonial, durante os quais deram uma altíssima contribuição para os vínculos de amizade que a Itália, já durante a época colonial portuguesa, tinha instaurado com o povo moçambicano.

---

<sup>326</sup> Cf. DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *A semente caiu em terra boa*, ob. cit., pp. 130-131. A seguir a este episódio, o Governador Geral de Moçambique escreveu ao Bispo de Vila Cabral exigindo a substituição do padre Teruzzi.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 132. Em 25 de Maio de 1965, em 13 de Dezembro de 1966, em 11 de Dezembro de 1970 e em 12 de Agosto de 1971 a missão de Unango foi atacada pela Frelimo. Em 11 de Agosto de 1967 a mesma missão foi ocupada pelos militares portugueses.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p.123.



### CAPÍTULO III

#### **Uma pequena comunidade italiana em Porto Amélia. As explorações agrícolas de alguns empresários da Região da Lombardia no Niassa português**

**C**omo já se viu, o nascimento entre os séculos XIX e XX e a consolidação, nos primeiros anos do século XX, da pequena comunidade de italianos na colónia de Moçambique, especialmente em Lourenço Marques, foram determinados (ou influenciados) pela “caça ao ouro” no vizinho Transvaal que se desencadeou nos fins do século XIX.

A história da presença italiana nesta terra do Ultramar português começa portanto graças a uma curiosa circunstância histórica, que provavelmente nada tinha a ver com o desejo dos emigrantes italianos de se abrigarem em Lourenço Marques.

Essa continua, depois, com o nascimento de uma segunda comunidade na Beira, capital dos territórios de Sofala e Manica, administrados desde 1888 por uma companhia privada, a Companhia de Moçambique. Esta cidade, desde o fim do século XIX, tinha adquirido notável importância devido à sua feliz posição geográfica, que lhe permitia assegurar o trânsito no seu porto das mercadorias provenientes e destinadas às colónias inglesas do interior (em particular modo as duas Rodésias e o protectorado britânico de Nyassaland).

A parte alguma esporádica presença de italianos ao longo dos principais portos da costa moçambicana, vimos que a história da presença italiana em Moçambique continua em 1925 com o grupo dos primeiros missionários da Consolata chegados a Mandimba e Massangulo, nos territórios administrados pela Companhia do Niassa.

Nos anos Vinte e Trinta, período do qual nos vamos ocupar neste capítulo, não há grandes mudanças em termos numéricos e geográficos na presença italiana. Assistimos a um leve redimensionamento da colónia italiana de Lourenço Marques, ao mesmo tempo que há um ligeiro crescimento daquela da Beira. Nos primeiríssimos anos Trinta (é este o único factor de novidade em relação à realidade descrita até agora), alguns italianos estabeleceram-se na região

setentrional do Niassa,<sup>329</sup> no distrito de Cabo Delgado, precisamente nos arredores de Porta Amélia. Esta zona tinha entretanto passado para a administração directa do Estado, porque em 1929 o contrato com a Companhia do Niassa tinha caducado e não foi renovado.

### *1) Lourenço Marques entre as duas grandes Guerras*

Após o recenseamento de 1912, no qual resultavam residentes na capital moçambicana 80 italianos, o censo sucessivo da cidade e dos seus subúrbios foi realizado em Dezembro de 1927.

Lourenço Marques confirma-se ainda como uma cidade cosmopolita, onde as comunidades estrangeiras continuavam a incidir com percentagens discretas relativamente ao total dos residentes. Com excepção dos portugueses de origem europeia, que atingiam 9.302 unidades, as cinco comunidades estrangeiras mais numerosas eram: a britânica (882), grega (203), italiana (83), suíça (82) e alemã (57).<sup>330</sup> Uma fonte italiana indica em 1927 só 58 italianos em Moçambique, dos quais 20 a trabalhar nas indústrias, 15 operários e 7 no sector do comércio.<sup>331</sup>

Em relação aos 10 mil registados no recenseamento de 1904 e aos 26 mil de 1912, Lourenço Marques contava em 1927 com cerca de 40 mil habitantes. Trata-se de um crescimento relevante, correspondente a um aumento de 300% no arco de pouco mais de vinte anos.

Neste período, o aumento de população mais consistente teve lugar entre 1904 e 1912, quando o papel do porto – funcional para a economia do Transvaal – contribuiu sem dúvida para dar a Lourenço Marques a feição de uma cidade. Em 1899 tinham transitado na estação ferroviária 3.028 passageiros e em 1915 o número passou para 192.654. Da mesma maneira, se no fim do século XIX as toneladas de mercadorias que chegavam ao porto eram na

---

<sup>329</sup> É boa coisa esclarecer que com o termo Niassa entendia-se, na época, todo o território administrado pela Companhia do Niassa, que inclui as actuais províncias do Niassa e de Cabo Delgado.

<sup>330</sup> <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>, A. W. Bayly & Co., Lourenço Marques, edição de 1930, p. 123.

<sup>331</sup> MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Censimento degli italiani all'estero alla metà dell'anno 1927*, Provveditorato Generale dello Stato, Roma 1928, pp. 318 e 370-371.

ordem de poucos milhares (4.240), em 1915 já ali eram manuseadas mais de 800 mil (803.179).<sup>332</sup>

A nova veste de capital da província moçambicana, por outro lado, determinou evidentemente um aumento de pessoal administrativo em serviço na sede do Governo Geral. O novo ímpeto colonial, por fim, que emerge com a instauração do regime republicano em 1910, sustém a chegada de novos colonos de Portugal que ousadamente ocupam os lugares de maior privilégio na administração do estado.

O período que vai da Primeira Grande Guerra até ao fim dos anos Vinte, é pelo contrário, testemunho de um aumento muito mais modesto, no que se refere em grande parte à população branca de origem europeia. A Primeira Grande Guerra que os portugueses combateram ao lado dos ingleses, e que os viu empenhados de modo particular na frente Norte para estancar o avanço teutónico desde o Tanganica, trouxe consigo uma grave crise económica que, juntamente com a sucessiva de 1929 determinou notáveis fluxos emigratórios (tanto de mão de obra indígena, como de europeus, portugueses e não) para as vizinhas colónias britânicas.

Com efeito, o recenseamento de Maio de 1935 da população da cidade de Lourenço Marques (que agora ascendia a 47.390, com um aumento de pouco menos de 15% relativamente a 1927) põe em evidencia uma clara diminuição dos componentes das principais colónias de estrangeiros, todas de proveniência europeia. Assim, os britânicos passaram de 882 para 594, os gregos de 203 para 148, os italianos de 83 para 58, os suíços de 82 para 54, enquanto os alemães são os únicos a registarem um aumento, passando de 57 para 63. Seguiam-se depois os franceses (39), os espanhóis (21) e os holandeses (21).<sup>333</sup>

## ***2) A Beira entre as duas Grandes Guerras***

Nestes anos a Beira ia adquirindo cada vez mais importância na colónia de Moçambique como segunda cidade mais importante

---

<sup>332</sup> SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, ob. cit., p. 250.

<sup>333</sup> SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1940)*, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques 1940, p.548.

sob o ponto de vista comercial. Esta situação era bem conhecida pelos italianos, pois tanto o Régio cônsul em Lourenço Marques, como a Régia Legação em Lisboa, enviavam com uma frequência a Roma relatórios sobre a crescente dinamicidade das actividades comerciais desenvolvidas nos territórios administrados pela Companhia de Moçambique e sobre o desenvolvimento da Beira. Referimos em seguida, parcialmente, um de 1929.

«É de observar imediatamente que a sua posição geográfica e as suas comunicações com os novos países da África central a tornam num dos pontos de maior interesse, sob o ponto de vista mercantil, de todas a costa oriental a Sul do Equador e de maneira nenhuma secundária em relação a Lourenço Marques. Para se fazer uma ideia da importância agora crescente da Beira e do seu *hinterland* basta considerar que ao porto da Beira chega todo o tráfego de extensas e desenvolvidas regiões como a Rhodesia e o Nyassaland inglês; que a Beira dispõe de linhas ferroviárias que a põe em contacto directo por um lado com Salisbury, [...], e por outro com a fronteira do Nyassaland; que Beira é o centro das actividades de um território com cerca de 250 mil km<sup>2</sup>, todo ele sulcado por ricos cursos de água, a maior parte afluentes do Zambeze, em cujas margens é um alinhar-se ininterrupto de instalações industriais e de plantações de algodão, cana de açúcar, agave, etc.».<sup>334</sup>

Tal como Lourenço Marques, a Beira vivia dos seus comércios e das actividades ligadas à vida do porto (isto, na realidade foi sempre verdadeiro na história não somente destas duas cidades, mas de todas as cidades costeiras moçambicanas, crescidas e desenvolvidas em função do comércio com o *hinterland*).

Essa, além disso, era sempre a cidade mais importante de uma companhia de capitais privados que administrava vastos territórios onde se tinham instalado grandes empresas como a *Sena Sugar Estates* (presente em Marromeu e Vila Fontes) ou a Companhia Colonial de Buzi, as quais tinham investido grandes capitais no sector do açúcar.

O recenseamento da população feito em todo o território administrado pela Companhia de Moçambique em 31 de Dezembro de 1928 revela que os não indígenas ascendiam a 7.168 pessoa.<sup>335</sup>

---

<sup>334</sup> Do relatório do Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques, nr. 485/51 de 4 de Julho de 1929, in: ASD-MNE, *Serie Affari Politici (1919-1930), Portogallo, busta 1502, fascicolo 6655 bis*.

<sup>335</sup> <<ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES>>, A. W. Bayly & Co., Lourenço Marques, edição de 1930, pp.10-11, secção dedicada à Companhia de Moçambique.

Destes, os portugueses eram a comunidade mais numerosa (3.595), seguidos pelos britânicos (2.346), chineses (483), gregos (320), alemães (127) e pelos italianos (108). A comunidade italiana residente nos territórios de Sofala e Manica era, assim, no período entre as duas Grandes Guerras, a colónia italiana mais numerosa de todo Moçambique. Não se sabe quantos destes 108 italianos (dos quais 13 originários da África Oriental Italiana) vivessem na Beira e quantos noutras cidades daquele território (os dados consultados indicam que só 10 viviam em Vila Pery);<sup>336</sup> no entanto, é plausível pensar que a maior parte deles estivesse concentrada na capital da Companhia, que era composta, segundo o recenseamento acima mencionado, por 2.153 europeus, dos quais mais de um milhar de portugueses, cerca de 500 britânicos e os restantes de outra nacionalidade.

Na Beira estava presente naquela época um agente da FIAT (Caeiro & Morkel), para além da Companhia Italiana Transatlântica, cujo agente era a Sociedade Italiana para a África Oriental. Aos italianos já presentes nos primeiros anos do século, na sua maior parte dedicados a pequenas actividades artesanais e comerciais, juntaram-se neste período também diversos profissionais (engenheiros, técnicos alimentares, médicos), empregados na companhia majestática ou noutras grandes empresas privadas que operavam no território ou, ainda, ao serviço da *Beira Railways Co.*. São o caso do engenheiro alimentar Luigi Corseri e do técnico Carlo Usseglio, empregados da Companhia de Moçambique, do dr. Antonio Ciaramelli, médico da *Beira Ribber* e da *Sugar Estate Lda*, companhias irmãs da *Sena Sugar Estate* e, por fim, dos senhores Guglielmo Garizio e Secondino Badone, dependentes da *Beira Railways Co.*<sup>337</sup>

É nesta categoria de italianos que sem dúvida deve ser inserido – e não esquecido! – Vittorio Graziano, um italiano originário da Calábria, nascido em Ismailia, no Egipto, que chegou a Moçambique em 1922 para entrar ao serviço da *Sena Sugar Estate*.

Foi bastante peculiar a vida do senhor Graziano, que até ao momento da sua morte em 1967 nunca saiu da Província de Moçambique, que considerava como sua segunda pátria. A sua notoriedade na zona de Sofala (não lhe foram poupados, de facto, vários artigos nos jornais) devia-se ao facto de que Graziano – pós ter trabalhado primeiro em Mopeia, a seguir em Caia e por fim em

---

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>337</sup> Cf. AHM, Fundo: Companhia de Moçambique, cota 96, cota 487 e cota 395.

Marromeu antes de se reformar em 1954 – vivia quase como um eremita numa pequena localidade a dez quilómetros de Marromeu, com treze filhos e dezoito netos. Mantinha de vez em quando contactos com o “mundo” quando ia até Marromeu utilizando um *trolley*, por ele construído, que rolava sobre a linha ferroviária de propriedade da companhia para a qual tinha trabalhado.<sup>338</sup>

Sempre nesta categoria não podemos omitir uma menção a Antonio Martinotti, piemontês de Turim, residente na Beira desde 1919. Martinotti tornar-se-á uma figura muito conhecida na Beira, onde chega – a seguir à Primeira Grande Guerra – como funcionário da Companhia de Moçambique.

De seguida foi nomeado director da fiscalização dos trabalhos para a construção da ponte ferroviária do Púnguê. Mais tarde, abandonada a companhia majestática, dedica-se ao comércio de madeira, chegando a possuir uma serração ao longo da estrada Beira-Inhaminga. Afectado pela crise da sua actividade, provocada pela Segunda Grande Guerra, passa a dedicar-se temporariamente à agricultura na zona de Garuzo, para regressar mais tarde, após 1945, a ocupar-se do corte de madeira.

Foi proprietário, até ao momento da sua morte em 1970, de duas serrações no Búzi e de uma carpintaria na Manga.<sup>339</sup>

Da quanto nos é dato saber, os italianos residentes nos territórios da circunscrição do Régio Agente Consular italiano na Beira, dr. Alfredo da Graça, nos anos Vinte e Trinta do século XX, eram efectivamente em maior número relativamente aos que oficialmente tinham sido recenseados. De facto, como escrevia o Agente Consular italiano ao Governador dos territórios da Companhia de Moçambique, em Junho de 1932, «grande parte dos italianos residentes são confundidos com os gregos pelo facto de serem originários das ilhas do arquipélago do Dodecaneso, que foram ocupadas pela Itália em 1912 e que passaram definitivamente ao território italiano após a [Primeira Grande] Guerra».<sup>340</sup>

Apesar disso, também na Beira, por volta da metade dos anos Trinta, assiste-se ao mesmo fenómeno observado em Lourenço

---

<sup>338</sup> Cf. “*Fala onze línguas e contacta com o mundo de mês a mês um velho residente de Marromeu*”, in: <<DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE>>, Beira 31.I.1968. As onze línguas que Vittorio Graziano firmava falar na entrevista deste artigo eram: italiano, árabe, grego, inglês, alemão, francês, português, para além de quatro línguas nativas africanas: sena, angóni, angorou e swaili.

<sup>339</sup> Cf. <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 22.II.1970, página dedicada à cidade da Beira.

<sup>340</sup> Cf. AHM, Fundo: Companhia de Moçambique, cota 395, despacho do Régio agente consular italiano na Beira nr. 70/32 de 24.VI.1932 destinado ao Governador dos Territórios de Sofala e Manica.

Marques, ou seja, a uma diminuição numérica da presença italiana. O recenseamento da população não indígena de 2 de Maio de 1935 feito em todo o território administrado pela Companhia de Moçambique, trazia à luz uma colónia italiana reduzida a 79 cidadãos. Essa constituía mesmo assim uma das maiores comunidades de europeus nos territórios de Sofala e Manica, precedida pela comunidade portuguesa (aumentada a 5.451), britânica (1.614), chinesa (397), grega (207), alemã (91) e seguida pela holandesa (25).<sup>341</sup>

Não há dúvida, também, que a Beira era considerada nesta época mais importante do que Lourenço Marques no que se refere à presença italiana; a Beira tinha sido escolhida como sede do *Fascio Italiano* em terra moçambicana, instituído em 1927, e cujo secretário era Igino Badone.<sup>342</sup> O *Fascio italiano* de Lourenço Marques nasceu mais tarde, na segunda metade dos anos Trinta, e o seu secretário foi Giuseppe Buffa-Buccellato.

### **3) Uma pequena comunidade italiana em Porto Amélia**

Poucos provavelmente sabem que, já no início dos anos Trinta do século XX, alguns italianos originários da Lombardia foram atraídos pelas terras férteis da actual província de Cabo Delgado, tanto que aí decidiram estabelecer-se e investir os seus capitais, sobretudo no sector da agricultura (hoje, pelo contrário, ninguém pensa na agricultura – que continua a oferecer óptimas potencialidades – e todos, incluindo os italianos, lançaram-se no turismo). É também verdade que tinha sido a falta de experiência dos senhores Ottavio Andreoli e Ermenegildo Beccaro, empenhados já desde o final do século XIX na zona de Porto Amélia na extracção da casca de mangal; todavia, tratava-se de uma presença bastante ocasional, como igualmente ocasional era a dos Regina na zona do Lago Niassa, em Mandimba.

---

<sup>341</sup> Cf. SOUSA RIBEIRO, Anuário de Moçambique (1940), ob. cit, p. 98.

<sup>342</sup> MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Censimento degli italiani all'estero alla metà dell'anno 1927*, ob. cit., p.318. Sobre o secretário do *Fascio Italiano* da Beira, vejam-se as suas comunicações destinadas à secretaria dos Fascistas italianos no estrangeiros in: ASD-MAE, *Fondo del Personale, Serie III<sup>a</sup>, busta 96, fascicolo 287*.

No caso dos empresários da Lombardia, pelo contrário, houve uma tentativa, pelo menos inicial, de criar uma presença empresarial organizada, mesmo se depois ela não foi de facto duradoura. Merece porém ser aqui considerada, se não por outro, pela curiosidade histórica de saber que no Norte se tinha formado a terceira comunidade de italianos em Moçambique durante a época colonial.

Para perceber como nasce no início dos anos Trinta do século passado este repentino interesse de alguns italianos pelo Niassa, é necessário dar um passo atrás, de alguns anos, até à primeira metade dos anos Vinte.

### *3.1) Os interesses italianos no Niassa e as suspeitas dos portugueses*

Nesta época, como mencionado no capítulo precedente, amplas partes do território do Niassa tinham já sido exploradas por alguns italianos. Não nos referimos somente ao padre Chiomio dos missionários da Consolata, mas também ao Prof. Giuseppe Capra da *Italica Gens*, para além da mencionada viagem do General Pantano e do Prof. Mangini.

Sobre as preocupações dos portugueses em relação a tais explorações dos italianos já fizemos menção a seu tempo. Outros documentos (este é o momento para expor em detalhe os seus conteúdos) testemunham as ulteriores suspeitas que as autoridades civis lusófonas nutriam em relação à viagem de Pantano e de Mangini. Antes de passar a narrar, portanto, os interesses italianos na zona de Porta Amélia, acenamos agora a tais suspeitas.

O General Pantano e o Prof. Mangini tinham chegado ao Niassa, como se recordará, em 1927, exactamente nos dias em que os padres da Consolata punham à prova as autoridades civis e eclesiásticas de Moçambique, estabelecendo-se em Mandimba sem autorização e empreendendo aventurosas viagens exploratórias. Uma série de comunicações chegadas das administrações locais informavam o Governo Geral em Lourenço Marques sobre o suposto perigo para os interesses portugueses derivante das explorações italianas de Pantano e Mangini.

Da Beira, o Governador dos Territórios de Sofala e Manica, com telegrama reservado de 23 de Abril de 1927, assim relatavam ao Governador Geral em Lourenço Marques sobre a passagem dos dois italianos: «Informação Commissário de Polícia diz terem passado última semana aqui destino Niassa português via Niassa inglês dois italianos possuidores passaporte vulgares italianos indicando apenas serem proprietários e viajarem por prazer [...] havendo razões obtidas confidencialmente para suspeitar tratar-se estudo situação Niassa em desfavor interesse nacional». No dia seguinte, o Governador residente na Beira acrescentava num novo telegrama, sempre reservado, endereçado ao mesmo destinatário: «[...] informo nome General Gerardo Pantano e capitão Armando Mangini vieram Porto Amélia vapor Chinde seguindo para Niassa via Blantyre».<sup>343</sup>

Três dias após, também o Governador da Companhia do Niassa, solicitado sobre o assunto, fornecia informações ao Governador Geral sobre a passagem dos dois funcionários italianos em Porto Amélia: «informo desembarcaram Porto Amélia dois italianos um general nome Pantano outro professor nome Magin [Mangini ndt] demóra dois dias seguindo vapor Chinde Lago via Beira ponto Estes italianos vieram recomendados administração dar facilidades dentro lei escolher terreno agricultura ponto Foram recomendados inspector zona Oeste devendo acompanhá-los ponto Sua demora mês meio viagem e vêr terreno dizem eles ponto [...] Serão vigiados como de resto todos extranhos cujos intuitos não são claros ponto».<sup>344</sup>

Por último, o Governador do Distrito de Tete, em 3 de Maio sucessivo, informava Lourenço Marques que «passageiro comboio Blantyre terça feira 26 mês passado diz ter viajado dois italianos suspeitos devem ser mesmos refere telegrama Vexa».<sup>345</sup>

O teor dos telegramas dirigidos ao Governador Geral era claro: suspeitava-se um estudo sobre o Niassa em desfavor da nação portuguesa; vigiava-se pelo facto de que se tratava de estrangeiros cujas intenções não eram claras; por fim, monitorava-se a viagem suspeita dos dois exploradores.

Na realidade, Pantano e Mangini foram a Moçambique para estudar a conveniência de uma emigração italiana para Porto Amélia

---

<sup>343</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 185.

<sup>344</sup> *Ibidem*. Em 2 de Maio de 1927 o Governador Geral escrevia ao Ministro da Marinha e do Ultramar em Lisboa para o informar sobre esta viagem dos dois oficiais italianos.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

e para a região do Niassa português, a ser empregue sobretudo no sector da agricultura. A sua viagem aconteceu próprio em coincidência das aventuras dos missionários de Turim que se desenvolveram no modo que já sabemos: foi isto, provavelmente, que fez suspeitar as autoridades portuguesas.

As informações recolhidas durante esta exploração foram depois em parte publicadas numa monografia, “Moçambique”, por parte de Angelo Vittorio Pellegrineschi, no âmbito de uma colectânea dedicada às colónias da África editada pela Câmara de Comércio e Indústria Italo-Áfricana de Génova. Portanto, apresentaram-se nos territórios do Niassa e de Cabo Delgado como meritórios de particular interesse por parte da Itália não só para investir capitais mas também como possível mercado para produtos manufacturados. Para além disso, foram identificadas algumas intervenções par melhorar e fazer crescer o desenvolvimento dos territórios do Niassa (como a construção da linha ferroviária Porto Amélia-Lago Niassa, sobre a qual se voltará a falar nas páginas sucessivas, para além que uma maior e melhor exploração dos imensos recursos agrícolas), aos quais os capitalistas italianos poderiam estar interessados.<sup>346</sup>

Alguns anos antes, também o sacerdote Giuseppe Capra, professor e explorador da *Italica Gens*, tinha feito uma viagem à África centro-austral, como já vimos, chegando a explorar também Moçambique.<sup>347</sup> Nas notas – depois publicadas – que o Prof. Capra

---

<sup>346</sup> O interesse em Itália por estas terras que se ía difundindo em vários sectores, também graças às explorações efectuadas por Capra e Pantano e Mangini, era bem conhecido em Lisboa, que parecia bastante preocupada com a situação a tal ponto que enviava continuamente instruções e informações ao Governador Geral de Moçambique sobre as supostas “pretensões italianas” no Niassa português. Vejam-se os vários despachos da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias endereçados ao Governador Geral de Moçambique entre Junho de 1930 e Março de 1933, in: AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191.

<sup>347</sup> A *Italica Gens* era uma entidade surgida em 1908 em Turim e ligava-se a um outro organismo, *l'Associazione Nazionale per la diffusione del cristianesimo e della cultura italiana*, que muito cedo se transformou em *Associazione Nazionale per soccorrere i Missionari Italiani*. Esta última, fundada em Florença em 1886 por Ernesto Schiaparelli e por outros laicos católico-liberais, propunha-se colaborar com os missionários, especialmente com a fundação de escolas italianas e hospitais, com financiamentos e com o envio de pessoal laico e material didáctico e formativo. Agiu de acordo com o Governo italiano obtendo ajudas e facilidades para as viagens dos missionários. A colaboração com o Governo de Roma tornou-se mais intensa nos primeiros decénios do século passado. Chefe indiscutível da *Associazione*, primeiro secretário-*factotum* e a partir de 1921 presidente, foi Schiaparelli (1856-1928), egiptólogo de fama internacional, director do Museu Egípcio de Turim, senador por mérito científico em 1924. A *Italica Gens* surgiu portanto no seio da *Associazione Nazionale* após a separação de Schiaparelli pela *Opera di assistenza agli operai italiani*. A partir de 1910 essa publicou uma revista mensal, *Italica Gens*, que durou mais de 30 anos. A nova associação propunha-se a «protecção dos operários italianos transoceânicos». Mediante acordos com os consulados no exterior fazia os processos para a emissão de passaportes e para as viagens dos emigrantes. Na categoria dos emigrantes estavam incluídos também os missionários. No imediato pós-guerra a *Italica Gens* aparece praticamente fusa com a *Associazione Nazionale*.

tinha recolhido durante esta viagem foi posto em evidência que o território pertencente à Companhia do Niassa, do Lago Niassa até ao oceano Índico, era um dos menos desenvolvido e com mais potencialidades de Moçambique inteiro, especialmente na agricultura.

Se bem que a perspectiva de se assegurarem concessões para a exploração agrícola de terrenos na região do Niassa português fosse conhecida a nível institucional em Itália,<sup>348</sup> os temores e as preocupações portuguesas sobre potenciais (e supostas) pretensões italianas no Niassa português foram – logo que pedido – desmentidas pelo Régio consulado italiano em Lourenço Marques em Maio de 1930. Este último, de facto, a propósito da instalação no Niassa de um grupo de empresários lombardos, que daqui a pouco conheceremos mais em detalhe, teve modo de notificar o Governador Geral com a seguinte informação, chegada-lhe do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma: «trata-se de uma modesta e espontânea iniciativa de um pequeno grupo de agricultores que veio no Niassa para estudar as possibilidades agrícolas. A referida iniciativa tem carácter completamente particular ao qual o Régio Governo italiano é absolutamente estranho».<sup>349</sup>

### ***3.2) As explorações agrícolas de alguns empresários da Lombardia no Niassa português***

Diversos empresários italianos originários da Lombardia e empenhados no sector agrícola, demonstraram-se bastante interessados e atraídos pela perspectiva que os territórios da Companhia do Niassa apresentavam.

Quase em perfeita coincidência com as manifestações de interesse por parte dos empresários lombardos, estes territórios passavam sob a administração directa do estado português (20 de Abril de 1929). No momento da passagem da Companhia majestática para o governo de Lisboa, os territórios do Niassa português não se

---

<sup>348</sup> Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1919-1930)*, Portogallo, busta 1502, fascicolo 6655, promemória para a divisão de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros preparado pela Direcção Europa Levante África (divisão IV) em data 25.IV.1930.

<sup>349</sup> Carta n.º 189/41 de 29.V.1930, in: AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191.

encontravam certamente em um bom estado de saúde económica e financeira. A anos, de facto, depois da Primeira Grande Guerra – que tinha levado a uma notável estagnação económica (devido também a diversas batalhas entre portugueses e ingleses por um lado e alemães por outro, combatidas nos territórios da Companhia do Niassa, confinantes com a Tanganica) – os administradores da companhia majestática não tinham realizado grandes investimentos. Faltando só dez anos para a concessão acabar (1929), não havia tempo suficiente para investir grandes capitais e ver a médio prazo o lucro económico de tais investimentos.

No último decénio de gestão por parte da majestática, pode-se afirmar que os territórios do Niassa tinham sido em boa parte colonizados (atingia-se assim um dos objectivos principais que Portugal tinha prefixado no momento em que decidira dar em concessão uma enorme parte do território moçambicano em mão a uma companhia privada). À colonização, não tinha porém seguido um verdadeiro desenvolvimento económico daquela região com a excepção da abertura de algumas pequenas plantações na zona costeira de Cabo Delgado.<sup>350</sup> Foi mesmo nesta área que se foram concentrar também os interesses dos empresários lombardos.

Eram, aqueles, os anos em que Salazar começou a pôr ordem nas finanças do Estado português. Teve início um rígido controlo da economia das possessões do Ultramar, a que não fugiu Moçambique e, no interior deste, o território do Niassa, “controlado especial” porque recentemente regressado à total soberania de Lisboa. Nesta óptica, não escapavam os movimentos dos capitalistas estrangeiros em terra portuguesa.

Da correspondência entre o Ministério das Colónias portuguesas, Direcção Geral das Colónias do Oriente, e o Governador Geral de Moçambique se constata que em Lisboa eram bem conhecidos (e seguidos) os movimentos dos empresários lombardos: em Maio de 1930, por conta de grupos empresariais de Bérgamo, partia de Génova uma expedição exploratória do Niassa português sob a direcção do Sr. Mario Barbesti. A viagem foi feita por conta da *Società Anonima Italiana per il Niassa* e o anúncio da expedição foi

---

<sup>350</sup> EDUARDO da CONCEIÇÃO MEDEIROS, *História de Cabo Delgado e do Niassa (c.1836 – 1929)*, Central Impressora, Maputo 1997, pp.148-150.

dado com grande clamor nas páginas do quotidiano “*La Voce di Bergamo (Il Gagliardo)*”.<sup>351</sup>

Nos dias imediatamente precedentes à partida da “expedição Barbesti” – assim a chamaremos para nos entendermos em seguida – das colunas do jornal *bergamasco* lia-se: «outro grupo de pioneiros italianos trabalha há pouco mais de um ano no Niassa português, e já activou uma colonização que se faz cada dia mais bela e prometedora, subvencionada largamente por um banco de Milão; e outra se juntará daqui a pouco no mesmo território, estando em curso de actuação a iniciativa da qual o nosso jornal se fez propulsor com repetidas publicações que, para além de atingirem o resultado prático de encontrar preciosos aderentes de Bérghamo para esta empresa, procurou-nos também elogios que nos honram [...]».<sup>352</sup>

A colonização já iniciada de que se falava na “*La Voce de Bergamo*” era aquela realizada por um grupo de empresários, também esses lombardos, desta vez não de Bérghamo, mas de Milão, os quais já a tinham posto em pé desde Janeiro de 1929. Tal grupo de empresários e financeiros milaneses tinha dado vida a uma sociedade chamada *Companhia Agrícola Comercial Rio Lúrio, Limitada*, a qual tinha comprado uma propriedade fundiária em Ocua, localidade situada nas margens setentrionais do rio Lúrio, que marca a fronteira entre Cabo Delgado e Nampula, no Norte de Moçambique.<sup>353</sup>

### 3.2.1) A “*Companhia Agrícola Comercial Rio Lúrio*”

Quando chegou a Moçambique a “expedição Barbesti”, portanto, já operava nos territórios do Niassa um outro grupo de empresários lombardos, os quais, no período que decorreu do

---

<sup>351</sup> Cf. “*Impresa colonizzatrice nel Niassa – partecipazione bergamasca?*,” in: <<LA VOCE DI BERGAMO>>, Bergamo 26 de Fevereiro de 1930.

<sup>352</sup> Cf. “*Colonie italiane e italiani nelle terre d’Africa (una pattuglia milanese-bergamasca parte per il Niassa portoghese)*”, in: <<LA VOCE DI BERGAMO>>, Bergamo, 31 de Abril de 1930, p. 3.

<sup>353</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191, relatório confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Direcção Geral para os Assuntos Políticos, ao Ministro português das Colónias, em data 22 de Maio de 1930, anexo ao despacho nr. 579 de 24 de Junho de 1930 da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias de Portugal, endereçado ao Governador Geral de Moçambique, com o qual se informava sobre algumas notícias recuperadas pela Legação portuguesa em Roma em relação às concessões distribuídas a italianos no Niassa.

momento da sua primeira chegada até ao momento em que se lhes juntou o grupo de Bérgamo, levaram a cabo a realização de um pequeno aglomerado italiano e a construção de uma estrada de 95 quilómetros que ía de Ocuá a Porto Amélia.<sup>354</sup> Entraremos nos detalhes para conhecer a história e as actividades da tal Companhia Agrícola e Comercial Rio Lúrio. Vamos fazê-lo através da leitura de um relatório preparado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, e enviado ao Governador Geral de Moçambique através do Ministério português das Colónias.

A Companhia Agrícola e Comercial Rio Lúrio foi constituída com escritura notarial de 8 de Agosto de 1929 em Porto Amélia, perante o notário Francisco Caetano Roque do Rosário Costa, com capital inicial de quinhentas libras esterlinas, assinado em partes iguais pelos seguintes sócios fundadores: Eng. Eugenio Rosenberg Colombo, banqueiro (Milão) Comm. Vincenzo Brigatti, industrial (Monza), Comm. Massimo Brigatti, industrial (Monza), Comm. Silvio Richetti, industrial (Milão), Sr. Giuseppe Colombo, empresário agrícola (Milão), Sr. Aldo Vignolo, negociante (Milão), Sr. Bruno Solari, agente de comércio (Milão), Sr. Attilio Pinardi, agente de comércio (Milão), Cav. Nicola Aphel, comerciante (Porto Amélia), Cav. Michele Amoruso, empresário agrícola (Porto Amélia). O capital da sociedade – que tinha sede em Porto Amélia, e cujo contacto em Itália era o Banco Rosenberg Colorni e C. de Milão – foi aumentado daí a pouco a duas mil libras esterlinas.

A empresa foi inicialmente fundada pelos senhores Amoruso e Aphel, os quais conheciam o Niassa já há algum tempo e ali (em Ocuá) tinham comprado propriedades que em seguida transferiram para a sociedade Companhia Agrícola e Comercial Rio Lúrio, cujo objecto social era a exploração agrícola, comercial, industrial e minerária nos territórios do Niassa. O pedido para a concessão de terrenos (parcelas nr. 159 e 363) para utilização agrícola no Concelho de Porto Amélia, foi apresentada por Michele Amoruso em 6 de Fevereiro de 1926 ao Chefe Interino, Sr. Luis Justino Teixeira de Vasconcelos e Sá, o qual, efectuados os devidos procedimentos administrativos, efectuou a concessão.<sup>355</sup>

---

<sup>354</sup> *Ibidem.*

<sup>355</sup> Cf. <<BOLETIM DA COMPANHIA DO NIASSA>>, N° 335, 31.III.1926, p. 3.255. Juntamente com Amoruso, um outro italiano, identificado como Vito Samele, fez pedido para obter a concessão de terrenos para uso agrícola (parcelas 59, 156 e 361) no Concelho de Porto Amélia. Alguns meses mais tarde, o mesmo Vito Samele, pediu também a concessão de um terreno (1.500 metros quadrados) no Concelho de Chiúre, Cf. <<BOLETIM DA COMPANHIA DO NIASSA>>, N° 339, 31.VII.1926, p. 3.298.

Em 1930 a sociedade era proprietária de três mil hectares de terreno a cerca de 60 quilómetros a oeste de Ocua, cujas actividades – como informava “*La voce di Bergamo*” – estavam já bem lançadas, existindo já plantações de rícino, algodão e amendoim.<sup>356</sup>

### 3.2.2) A “*Società Anonima Italiana per il Niassa*”

A “expedição Barbesti” representou o segundo grupo de empresários da Lombardia empenhados na exploração agrícola dos territórios do Niassa.

Partida de Génova em 6 de Maio de 1930, a expedição, cujo chefe era o Barbesti, um ex-funcionário da CICE (*Compagnia Industriale Italiana per il Commercio Estero*),<sup>357</sup> foi estabelecer-se na localidade de Chiúre, um pouco mais a norte de Ocua, situada a cerca de 90 quilómetros de Porto Amélia, em direcção ao interior.<sup>358</sup> O quotidiano de Bérghamo, bem cedo, não deixou de informar os seus leitores sobre o andamento da expedição Barbesti. O conteúdo de um artigo publicitado por “*La Voce di Bergamo*” no dia 21 de Outubro de 1930, dava conta dos resultados atingidos nos primeiros meses de permanência no Niassa por parte da “expedição Barbesti”. Tal artigo foi amplamente retomado e comentado pelas autoridades portuguesas em Lisboa, que não deixaram de informar o Governo Geral de Moçambique sobre as ulteriores vicissitudes dos interesses italianos naquela terra.

---

<sup>356</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191. Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Direcção Geral para os Assuntos Políticos, ao Ministro português das Colónias, anexo ao despacho nr. 645 de 17 de Julho de 1930 da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias de Portugal, endereçado ao Governador Geral de Moçambique, com o qual se forneciam mais informações sobre as concessões de terra a italianos no Niassa.

<sup>357</sup> A CICE foi fundada em Milão em Maio de 1921 pelo Cavaleiro Franco Marinotti. A Companhia nasceu para responder à exigência de ter um organismo para apoiar a expansão comercial italiana na Rússia, mesmo se depois ao longo dos anos o seu interesse se orientou também para outros países. Entre as firmas que tinham entregue a sua representação comercial à CICE para a penetração comercial na Rússia havia a Pirelli, a Fiat, a Marelli, a empresa de lãs Rossi, etc.

<sup>358</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191, relatório confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Direcção Geral para os Assuntos Políticos, ao Ministro português das Colónias, em data 22 de Maio de 1930, anexo ao despacho nr. 579 de 24 de Junho de 1930 da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias de Portugal, endereçado ao Governador Geral de Moçambique.

Mario Barbesti e Gino Galimberti – este último integrante da expedição – escreviam ao jornal da sua cidade que as actividades desenvolvidas por conta da “*Società Anonima Italiana per il Niassa*” estavam fazendo passos de gigante e que já eram mais de 150 os indígenas locais empregados nas plantações de rícino, realizadas num terreno cuja extensão superava os dois hectares.

Os dois contavam sobre as óptimas relações que tinham instaurado com as autoridades locais portuguesas e das visitas ilustres que tinham recebido, entre as quais a do Príncipe Luigi de Borbone-Parma, irmão da ex-Imperatriz Zita, e a do marquês Castagnet de Armagnac, os quais tinham ido a Niassa para verificarem as maravilhosas condições que aquele território oferecia para a produção de algodão.<sup>359</sup> Anunciavam, depois, que as próximas culturas previstas eram o café e o tabaco, com o objectivo de se dedicarem ao intercâmbio com a Itália, uma vez que estivessem consolidadas as actividades.<sup>360</sup>

### 3.3) *Um início encorajador*

Vejamos como eram avaliadas sob o ponto de vista português estas explorações italianas no Niassa, reportando quanto escrevia o Governador do Distrito de Cabo Delgado falando da pequena colónia italiana residente no território de sua competência, num seu relatório ao Governador Geral da colónia de Moçambique em data 6 de Janeiro de 1931.

«Os colonos italianos presentemente residentes deste Distrito são os seguintes: Michele Amoruso, Nicola Aphel, Bruno Bruschi, Mario

---

<sup>359</sup> O marquês Castagnet de Armagnac tinha feito pedido oficial em 1929 de uma concessão de terrenos nos concelhos municipais de Amaramba e Metónia para o cultivo de algodão e para instalação de uma fábrica têxtil. Cf. <<BOLETIM DA COMPANHIA DO NIASSA>>, N.º 378 26 de Outubro de 1929, pp. 3.739-3.740.

<sup>360</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191. Resumo de um artigo publicado no jornal “*La Voce di Bergamo*” de 21 de Outubro de 1930 efectuado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Direcção Geral para os Assuntos Políticos, enviado ao Ministro português das Colónias, anexo ao despacho nr. 1052 de 3 de Dezembro de 1930 da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias de Portugal, endereçado ao Governador Geral de Moçambique, sempre referente à presença empresarial italiana no sector agrícola no Distrito de Cabo Delgado.

Barbesti, Gino Galimberti, Ernesto Cavenaghi, Giuseppe Brambilla, Eugenio Caldara, Minieri e Vincenzo Casieri.

Os tres primeiros são os agentes de uma empresa denominada Sociedade Agricola Comercial Rio Lúrio; os dois seguintes são emissários de um grupo de capitalistas de Bérgamo que pretendem estabelecer-se na África Portuguesa; os restantes até o penultimo inclusivo fazem parte de uma organização comercial com a firma “Sacca Lda”; o último trabalha sem ligação com os restantes.

O mais antigo residente nestes territórios é Michele Amoruso (a quem os compatriotas tratam por “Don Michele” e dão o titulo de cavaglieri (cavaliere ndt). Há bastantes anos esteve nestas terras então administradas pela Companhia do Niassa e teve relações comerciais com váriass casas; nos últimos anos da administração da Companhia do Nyassa foi representante de uma companhia de navegação italiana, cujos paquetes fizeram escala por Porto Amélia [Companhia Italiana Transatlântica, que fazia escala principal na Beira, ndt]. Pela sua cultura e afabilidade de trato conquistou aqui muitas simpatias, sendo muito amigo do Governador Breu e em Portugal onde por mais de uma vez tem estado em relações com pessoas de destaque, entre os quaes se conta o snr. Dr. Centeno.<sup>361</sup> É natural de Milão, onde tem a sua família.

Foi um propagandista de empreendimentos agrícolas no Nyassa portuguez, porque tendo conhecido as colónia africanas nas da Itália esta região se lhe afigurou muito mais rica e de maiores facilidades de estabelecimento, quanto a assuntos de ordem administrativa.

Ao tencionar realizar alguns empreendimentos, ligou-se a Nicola Aphel, que parece ter sido funcionário consular ou diplomata italiano que esteve como tal na Holanda pouco tempo antes de vir para aqui. Este individuo é hoje o elemento empreendedor e até aparenta ser o orientador e realisador de toda a empresa, activo, inteligente e insinuante, de decisões enérgicas e peremptorias, mas de correcta atitude e maneiras polidas. Parece que dispõem de largas relações e confiança nos meios financeiros italianos, sobretudo em Milão.

---

<sup>361</sup> O Dr. António Centeno era uma das figuras políticas portuguesas pertencentes ao partido progressista, junto com Queirós Ribeiro, Visconde de Riveira Brava e José Maria de Alpoim C. Borges Cabral, este último tendo sido delegado do governo português junto à Companhia do Niassa no primeiro decénio do século XX°.

Esboçado entre os dois o projecto de um empreendimento comercial no Nyassa portuguez com capitães italianos, foi escolhida a realização de um caminho de ferro do Oceano ao Lago Nyassa, como mais sedutora empresa, por saberem que tal construção teria todo o apoio da companhia do Nyassa que então administrava os territórios.<sup>362</sup> Para este fim estiveram em Lisbôa e em Paris falando com o Dr. Centeno e outras pessoas influentes; o assunto foi levado ao conhecimento do governo italiano, chefiado por Mussolini [Mussolini ndt], que achou a empresa interessante mas recusou terminantemente. Em Lisbôa souberam que o governo inglez não gostaria igualmente que esse caminho de ferro fosse construído.

Falhando assim o auxílio dos governos os interessados resolveram prescindir dele e efectuar o seu projecto como particulares, tendo tido transações com o Sr. Centeno que muito se interessava pelo assunto, mas irredutivelmente não permitia que o seu nome figurasse na empresa por forma nenhuma, em que os italianos tinham o maior interesse, por ser um nome que na ocasião, por várias razões era uma garantia para o levantamento de capitães; [...].

Desta irredutibilidade do Dr. Centeno resultou ser posta de parte a ideia da construção de um caminho de ferro e resolveram então Amoruso e Aphel formar uma sociedade agrícola e comercial que intitularam Rio Lúrio.

Para a formação desta sociedade e obtenção dos indispensáveis capitães tornou-se necessário comprovar a posse de parcelas de terreno próprias para agricultura. Aparece então nesta altura Christe Christofides, vendendo por 400 libras uns terrenos situados em Ocuca e Chiúre neste Distrito, os quaes foram comprados por escritura lavrada em Lisbôa. [...]

Nos terrenos de Ocuca a Sociedade Agrícola e Comercial Rio Lúrio tem construído uma casa de habitação e armazéns e desbra-

---

<sup>362</sup> Que na época houvesse um interesse empresarial italiano em construir uma linha ferroviária de Porto Amélia até o Lago Niassa poderia hoje parecer uma hipótese improvável, se não irrealista, mas na realidade não o era. À prova de que tal projecto estava estudado (e a sua execução efectivamente considerada) pela parte italiana, há as palavras que o Régio cônsul italiano em Lourenço Marques, Sollazzo, escrevia para Roma em Julho de 1929, quando informava o seu Ministério sobre a visita a Moçambique do Ministro português das colónias, Sr. Bacelar Bebianco. Lê-se no relatório de Sollazzo: «[...] falando do caminho de ferro de Moçambique (cidade), o ministro afirmou textualmente: “devo reconhecer a importância que tem o prolongamento da linha ferroviária de Moçambique. Essa serve também as regiões do Niassa sem esperar que outros façam ou prometam o que nós próprios podemos e devemos fazer”. Aqui é evidente a alusão a um interesse italiano ou inglês na região do Niassa e relativamente à construção do caminho de ferro Porto Amélia-Lago Niassa». Veja-se o relatório do Régio consulado de Itália em Lourenço Marques N° 10-Ris° de 10.VII.1929, in: ASD-MNE, *Serie Affari Politici (1919-1930)*, Portogallo, busta 1502, fascicolo 6655 bis.

varam e limpam até hoje do denso mato que o cobria 600 Ha. de terreno, no qual já plantaram no ano anterior 300 Ha. de algodão que resoltou muito bem e abundante. Como cultura de rotação tem posto rícino e tem uma experiência de sumaúma de Java, da melhor variedade que existe. Têm sempre tratado muito bem os indígenas trabalhadores, nunca lhe faltando por isso a mão de obra voluntária; com as autoridades vivem nas melhores relações, consultando sempre em casos de dúvida de interpretação dos regulamentos em vigor num desejo marcado de os acatarem por inteiro. Póde dizer-se que são bons colonos. Na plantação empregam um parente de Aphel, Bruno Bruschi, e têm um empregado portuguez. Recentemente esteve na plantação um delegado dos capitalistas, tratado pelo nome de Dr. Sassone. [...]

Entre estes dois colonos, Aphel e Amoruso, e o conde Castanet de Armagnac, que neste Distrito em nome de um syndicado algodoeiro tem pedido concessões de círculos algodoeiros [...] houve entendimentos para um acordo na exploração da cultura do algodão. Estes entendimentos tiveram várias flutuações, alegando o Castanet que só trataria com Aphel e por último chegaram a um acordo, tendo Castanet requerido a este governo a concessão de círculo algodoeiro que comprehende o terreno de Chiúre. [...] Aphel pediu mais a concessão de círculos algodoeiros em Melece, Lúrio e Mecufi.

A obtenção de capitães para estas explorações, que pretendiam conseguir em Milão tem-se protelado, e presentemente com a crise económica mundial nada tem vindo, tendo a cotação do algodão descido muito. Ultimamente Aphel falou ao administrador da circumscrição civil numa fórmula para entregar mediante certas condições, as terras aradas a um núcleo de famílias indígenas para a sua cultura por um processo de rendeiros. Esta solução esta dependente do estudo de modus faciendi e das vantagens ou desvantagens que acarraterá para a administração local, mas é um indício, com outros que tem havido da dúvida e do desânimo da parte dos colonos, na exploração agrícola, que só não abandonam, como já o disseram, por já ali terem comprometido capital.

Mário Barbesti e Galimberti vivem em Chiúre tendo começado a agriculturalar uma parcela de terreno que lhes foi cedida por Amoruso e Aphel, aquela parcela de aproximadamente 1.800 Ha. que aqueles dois reservaram para si da compra feita ao Christefidaes [...]. Barbesti é agente da sociedade que para explorações agrícolas no Nyassa portuguez se fundou em Bérghamo, de que tratou o jornal

daquela cidade “Voce de Bergamo”. O primeiro destes é um homem pouco reservado não tendo nenhum dos atractivos pessoais de Amoruso e Aphel, nem talvez as qualidades de actividade e intelligência. Galimberti parece ser destinado a capatez e nem tem aspecto de mais, parece ter sido pessoa notória nas lutas políticas na sua terra.

Presentemente tem uns 250 Ha. de terreno preparado para culturas e é sua intenção cultivar rícino; tem tido grandes dificuldades em conseguir capitães apesar da grande e intelligente propaganda feita principalmente no referido jornal. Barbesti trouxe consigo um velho carro de grandes viagens pelo sertão, tendo-lhe ainda adaptado um enorme depósito suplementar de gazolina, sobre um estribe, mas depressa se convenceu da sua inutilidade e aquele monstre está frequentemente a reparar numa garage desta vila com um aspecto decaído.

Numa viagem que fiz há pouco tempo pelo interior do Distrito fui surprehender Barbesti e Galimberti na residência de um regulo da região, regulo dos mais prestigiosos e com mais gente, de nome Megamamo, que fala bem o portuguez, numa grande reunião de indígenas, dizendo os italianos que andavam procurando trabalhadores para se, o que é legitimo. Ficaram porem um pouco surpreendidos com a minha presença, que não costuma ser usual, e desde logo formei a intenção de me procurar inteirar se qualquer propaganda ou edificação de ideias prejudiciosas se faria por esta forma entre os indígenas, mas para tal fim é necessário agir com muita prudência e paciência porque os indígenas são suficientemente astuciosos para só dizerem aquilo que lhes parece útil. Estou tratando de o fazer e se haver rasão para tal, fare subir o que vier a saber ás estações onde vae esta informação.

Barbesti e Galimberti vivem junto da sede do posto administrativo de Chiúre; Amoruso e Aphel igualmente vivem contigues com o posto administrativo de Ocua, demonstrando com isto que não procuram esconder-se da vista directa das autoridades.

Sob a designação comercial de Sacca Lda reúnem-se os italianos Cavenaghi, Brambilla, Caldara e Minieri; o que significa esta firma não sei. Á excepção do último nomeado, que já há tempos vivia nestas paragens, empregando-se no corte do pau preto, estão aqui estabelecidos há pouco tempo, constando que da Europa se dirigiam par o Tanganica, actualmente sob o mandato da Inglaterra, mas que não podendo satisfazer ali as taxas de imigração se dirigiram ao território portuguez.

Tem pedido a concessão dum terreno [...], numa totalidade de 3.000 Há. vivendo pelo interior onde vão tentando algumas plantações; quasi que não tem capital, tendo ultimamente um deles, Brambilla, ido a Itália ver se o conseguia. São ordeiros e tratam bem os indígenas com quem trabalham.

Vincenzo Casieri vive em Porto Amélia onde já teve pequenos negócios, tratando de vários assuntos dos seus conterrâneos na capital do Distrito e empregando-se no que póde, trabalhando pró vezes com um camion».<sup>363</sup>

O longo relatório do Governador de Cabo Delgado informamos que no distrito que ele governava havia a presença de uma discreta comunidade italiana, podemos dizer a terceira em termos numéricos em Moçambique após as da Beira e de Lourenço Marques, formada na sua maior parte por empresários empenhados em actividades, em relação às quais as próprias autoridades portuguesas atribuíam uma discreta importância para dar maior dinamicidade aos territórios do Niassa há pouco regressados à administração directa do estado lusófono.

Não se pode esquecer que naqueles anos os territórios do Niassa eram conhecidos (e estavam na moda) entre as classes da nobreza e da alta burguesia italiana, sobretudo do norte de Itália, como zona óptima para as batidas de caça. Foram vários os italianos que nos anos Vinte obtiveram licenças de caça das autoridades da Companhia do Niassa.<sup>364</sup>

### ***3.4) Os entusiasmos (e os investimentos) afrouxam***

O Governo Geral de Moçambique, segundo indicações precisas provenientes de Lisboa, não deixava de vigiar sobre a presença dos empresários italianos na zona de Porto Amélia e na bacia do rio Lúrio. Após a informação enviada a Lourenço Marques

---

<sup>363</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191. Relatório confidencial, datado de 6 de Janeiro de 1931 e enviado em 26 de Janeiro de 1931, com protocolo N° 22/C-11, pelo Governador do Distrito de Cabo Delgado ao Governador Geral de Moçambique, e por este último transmitido em data 21 de Março de 1931 a Lisboa à atenção do Ministro das Colónias.

<sup>364</sup> Par um estudo aprofundado sobre as licenças de caça concedidas aos italianos no Niassa, vejam-se os boletins da Companhia do Niassa (secção: Secretaria Geral/Repartição Civil/Despachos) de 1921 a 1929.

em 1931, o Governador do Distrito de Cabo Delgado, Carlos Henrique João de Silveira, em Abril do ano seguinte transmitia ao Governador Geral um outro relatório sobre a comunidade italiana, do qual emergem novidades substanciais em relação ao primeiro relatório, que “limam” um pouco as grandes expectativas que se tinham criado em relação às actividades italianas no Niassa. Vamos também desta vez, reproduzir um pouco de quanto abundantemente escrevia João de Silveira.

«A Sociedade Agrícola e Comercial Rio Lúrio pôde dizer-se que encerrou as suas actividades, em virtude de falta de capitais, que não conseguiram em Itália, como contavam. A sua feitoria em Ocuca está abandonada, não tendo continuado com a cultura de algodão a que se dedicaram e abandonando mesmo a exploração de círculos algodoeiros por eles pedida [...] que tinham iniciado. Os seus agentes creio que com quaesquer desinteligências entre eles separaram-se, vivendo Michele Amoruso em Porto Amélia, como adeante se dirá, e Aphel com a sua esposa e seu cunhado Bruschi, nos arredores de Porto Amélia, a uns 20 klm, numa palhota á beira-mar, raras vezes se vendo e não constando que tenha outras actividades que não seja tratarem de um vago pedido de concessão de terrenos feito em nome de uma senora, Maria Bruschi, que vive na Itália.

¶Michele Amoruso, apesar de já edoso, culto e de bôa educação, é presentemente o mais activo, interessando-se com entusiasmo pela exploração de um producto expontaneo desta região, “palma dum”, o que se tiver resultados será uma conveniência para a economia do Distrito, dada a sua abundância e o mercado ilimitado que lhe foi oferecido em Itália com cotação compensadora, quando até aqui não o tinha. Pediu já a conceissão de dois blocos de 5.000 Ha. nas circunscrições de Lúrio e Quissanga, a qual está em via de ser concedida, e se a exploração der os resultados que se espera tem o prepecto de estabelecer aqui a industria-lisação do producto, que se emprega no fabrico de botões, para o que está em negociações com capitalistas de Milão [...]. Porque esta empresa me parece de todo viável e é do maior interesse para os indígenas tenho-lhe dado todo o auxílio que legalmente me é possível dar.

A “Sociedade Sacca, Limitada” fez no último ano agrícola bastante comércio, adquirindo produtos da cultura dos indígenas que exportou para Lourenço Marques em melhores condições do que as do uzual comercio dos aziáticos.

Barbesti, representante do grupo de capitalistas de Bérghamo, reside actualmente em Chiúre, dedicando-se á agricultura, mas por falta de capitães nada ou quasi nada tem feito».<sup>365</sup>

Como bem se pode perceber, os entusiasmos iniciais tinham-se apagado e de certa maneira afrouxado e ainda por cima num espaço de tempo muito curto. Parece que houve uma espécie de “abandono” dos homens “da primeira linha” por parte dos “comandantes” milaneses e bergamascos. Se por um lado isto pode parecer verdade, por outro lado não se deve esquecer que a conjuntura económica internacional daqueles anos deve ter influenciado não pouco “a retirada” do Niassa que pareceria por isso não voluntária mas sim determinada pelas conse-quências provocadas pela crise de 1929. Ainda se esta era a realidade, o facto è que quase todos os italianos que conhecemos como empresários agrícolas nos territórios do Niassa não se quedaram por muito em Moçambique. Nos anos precedentes à Segunda Grande Guerra, de facto, já não os encontramos em Moçambique e deles não encontramos alguma indicação. Exceptuam-se Mario Barbesti e Michele Amoruso.

O primeiro, após ter vivido em Chiúre, transferiu-se para Nacaroa, no distrito do Moçambique (actual província de Nampula), juntamente com a mulher Emma e os dois filhos. Em Nacaroa tinha criado uma empresa que se dedicava à agricultura que manteve em produção enquanto a sua idade lho permitiu. No fim dos anos Cinquenta, depois, transferiu-se para Portugal.

Quanto a Michele Amoruso, sabemos que em Março de 1942 foi admitido pelo Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques como secretário, para substituir Ettore De Bona (este último foi enviado pelo Régio Cônsul da época, Umberto Campini, a tomar conta da Régia Agência Consular na Beira).<sup>366</sup> A partir de 9 de Dezembro de 1942 ele foi nomeado pelo Régio cônsul coordenador do serviço especial italiano organizado em Lourenço Marques para assistir todos os refugiados e os náufragos italianos presentes na capital moçambicana em consequência da guerra (voltaremos a falar no detalhe desta questão nos capítulos I e III da última parte do

---

<sup>365</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 191. Relatório confidencial, datado de 10 de Abril de 1932 e enviado em 14 de Abril de 1932, com protocolo nº 107/C/11, pelo Governador do Distrito de Cabo Delgado ao Governador Geral de Moçambique.

<sup>366</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Política Interna, cota 159. Carta datada 16.III.1942 do Régio cônsul de Itália, Umberto Campini, ao Governador Geral da colónia de Moçambique.

livro).<sup>367</sup> Sucessivamente, a partir de Fevereiro de 1943, foi ele próprio Michele Amoruso a ser escolhido para o cargo de Régio Agente Consular italiano na Beira, que manteve até à sua morte a 16 de Maio de 1943.<sup>368</sup>

Quanto descrito era a situação da pequena comunidade italiana nos arredores de Porto Amélia até ao período da Segunda Grande Guerra.

Aqueles anos – e introduzimos em tal modo a última parte deste livro – ao contrário do que se poderia pensar, foram testemunhas de um notável aumento do número dos italianos em Moçambique, graças a um facto que não dependia minimamente da Itália e muito menos da vontade dos italianos: a decisão política de Portugal de se declarar neutral na Segunda Grande Guerra.

---

<sup>367</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Administração Civil, cota 192, carta do cônsul Campini ao Governador Geral em data 9.XII.1942.

<sup>368</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Política Interna, cota 159, carta datada 19.II.1943 do cônsul Campini ao Governador Geral.

**TERCEIRA PARTE**  
**(depois da Segunda Grande Guerra)**

## CAPÍTULO I

### **As aventuras do *Gerusalemme* e do *Nova Scotia***

«**C**on cuore vivamente addolorato informo che avviso portoghese Alfonso d'Albuquerque ha raccolto e sbarcato qui in data 1° corrente 116 cittadini italiani unici superstiti gruppo 776 connazionali di sesso maschile e di condizione civili imbarcati su piroscifo inglese *Nova Scotia* silurato ed affondato in data 28 novembre scorso ore 9 a 180 miglia sud-est Lourenço Marques da sommergibile germanico. Detto gruppo prove-niente da Eritreia era destinato campo di concentramento Sud Africa. Piroscifo adibito tale trasferimento era armato e non portava alcun segno riconoscimento. Autorità portoghesi provveduto primi soccorsi ed io predispongo immediata opportuna assistenza. Riservomi ulteriori comunicazioni. Causa chiusura telegrafo per festa nazionale portoghese non ho potuto informare ieri stesso».<sup>369</sup>

Assim, às 8:50 de 2 de Dezembro de 1942, o Régio cônsul italiano em Lourenço Marques, Umberto Campini, telegrafava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma a segunda triste notícia sobre os italianos residentes na capital moçambicana, desde o momento da entrada em guerra da Itália ao lado da Alemanha nazi.

A primeira, dois anos antes, dizia respeito ao navio italiano *Gerusalemme*, da Lloyd Triestino, que se tinha refugiado no porto de Lourenço Marques a 11 Junho 1940, após ter partido de Durban no dia anterior e escapado à perseguição do navio inglês *Blumfontein Castle*, exactamente a poucas horas da declaração de guerra da Itália à Grã Bretanha.<sup>370</sup>

As aventuras dos navios *Gerusalemme* e *Nova Scotia* constituem uma página, triste e fascinante ao mesmo tempo, que não pode

---

<sup>369</sup> Telegrama do Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques, Umberto Campini, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em data 2.XII.1942. Cf. *Archivio Storico-Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (ASD-MAE), Fondo del personale, Serie II<sup>a</sup> (consolati)/L 17.*

<sup>370</sup> Carta do Régio cônsul italiano em Lourenço Marques, Giovanni Maria Nasi, ao Governador Geral de Moçambique, nr. 521/P de 12.VI.1940. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 313, N/13.

ser esquecida quando se relata a presença italiana no Moçambique português. São os anos infames das aventuras bélicas da Segunda Grande Guerra, que – pela segunda vez em trinta anos – puseram, um contra o outro, os povos da Europa. Neste contexto Portugal, manteve-se neutral perante os novos massacres bélicos, e jogará um papel fundamental (aliás, digamos mesmo, salvador) para muitos daqueles italianos que, por um ou outro motivo, se encontravam na zona austral de África.

No início de 1943, a seguir ao naufrágio do *Nova Scotia* e a quase três anos da chegada do *Gerusalemme* ao porto de Lourenço Marques, tinha aumentado exponencialmente o número dos italianos que se encontravam em Moçambique português, única ilha de neutralidade na África sul oriental, no meio a um mar controlado pelos ingleses. Já no relatório de Setembro de 1941 endereçado a Roma, o Régio cônsul italiano, Nasi, fazia o ponto da situação sobre o número de italianos que tinham chegado a Moçambique; ele escrevia que «ao rebentar da guerra a colectividade italiana de Lourenço Marques cresceu de um par de centenas de pessoas com o afluxo de cidadãos fugidos dos países vizinhos (Rodésia, Transvaal, Congo, etc.) e com o refúgio neste porto do navio de passageiros *Gerusalemme* que conta com uma tripulação de 171 elementos».<sup>371</sup>

Durante o período bélico, os italianos refugiados no Moçambique português viveram em condições sociais e económicas bastante modestas dependentes de subsídios que o Régio Consulado italiano e as autoridades portuguesas lhes concediam para a sua sobrevivência.

Com o fim da guerra, depois, muitos deles encontraram-se perante o dilema: regressar à pátria o ficar na terra que os tinha acolhido e salvado? Não era uma decisão simples! As notícias que se recebiam da Itália em Lourenço Marques eram as de um País em joelhos, devido à ocupação estrangeira, aos bombardeamentos, e que devia ser completamente reconstruído. Este novo desafio que, como sabemos, o povo italiano soube vencer magistralmente, fascinou alguns – que regressaram – e (provavelmente) assustou outros, que decidiram permanecer.<sup>372</sup> Também neste caso, porém, aqueles que

---

<sup>371</sup> Relatório do Régio cônsul Nasi ao MNE-Roma, de 30 de Setembro de 1941. Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945)*, *Portogallo-possedimenti, fascicolo 3, sottofascicolo 1*.

<sup>372</sup> Aqueles que se recusavam de serem repatriados não era na sua maioria por motivos políticos, mas unicamente pelo facto de que tendo encontrado em Lourenço Marques uma colocação temporária, não queriam abandonar a colónia portuguesa dadas as perspectivas incertas que o regresso a Itália lhes oferecia. Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1946-1950)*, *busta 5, fascicolo 6*, nota nr. 12/07949 da

ficaram contribuíram não pouco para o levantar do nome da Itália no estrangeiro e a manifestar, através do trabalho em terra moçambicana, a profunda ligação ao seu País.

### *1) O Gerusalemme*

A aventura do navio *Gerusalemme* foi brevemente contada pelo terceiro oficial de bordo, o capitão Fabio Veronese, o qual, no fim da Segunda Grande Guerra, se estabeleceu em Moçambique por algum tempo, e de seguida publicou as memórias dos seus dez anos passados entre Lourenço Marques e Inhambane.<sup>373</sup> Ao contar a história deste navio italiano em terra, alias, em águas moçambicanas, referimos portanto amplas partes das memórias de Veronese, enriquecendo-as com algumas informações suplementares encontradas com a leitura de fontes primárias da época, para além de alguns testemunhos directos recolhidos junto de quem teve modo de viver naquela época.

O *Gerusalemme* era um navio cuja construção começou nos estaleiros de S. Rocco, em Muggia, próximo de Trieste, quando ainda a cidade era um porto da Áustria-Hungria. As suas primeiras provas de máquinas foram feitas em 1914, quando ainda se chamava “Cracóvia”, para depois permanecer bloqueado, a seguir à Primeira Grande Guerra, até 1920, ano em que entrou oficialmente em serviço.

Pertencia à companhia *Adriatica di Navigazione*, mas para a viagem de 1940 foi alugado à Lloyd Triestino, cujo navio, usualmente empenhado na linha da África do Sul, estava em reparação. A Lloyd Triestino alugou o *Gerusalemme* com toda a sua tripulação; esta última, que com o seu navio e a sua companhia costumava navegar outros mares e outras rotas, que os levavam até à Palestina, passando por Bríndisi, Rodi, Beirute e Jaffa, era a primeira vez (fatal)

---

Divisão II da Direcção Assuntos Políticos a Divisão III do Serviço Assuntos Privados do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>373</sup> FABIO VERONESE, *Dieci lunghi anni in Mozambico (1940-1950)*, Edizioni Italo Svevo, Trieste 1995

que se encontrava a navegar ao longo da costa oriental de África até ao profundo Sul.<sup>374</sup>

O *Gerusalemme* tinha partido de Trieste nos inícios de Maio de 1940 com destino final Durban. Tinha uma tripulação de 171 pessoas, incluída a “família branca”. O estado-maior era composto por um total de 19 pessoas. O navio podia transportar até 440 passageiros, mas com o vento de guerra que soprava, bem poucos era aqueles que tinham decidido enfrentar aquela viagem.

Nos inícios de Junho de 1940, escreve Veronese, «o *Gerusalemme* encontrava-se há três dias no porto de Durban, quando na realidade deveria ter permanecido, segundo o itinerário, somente vinte e quatro horas. Os ingleses sul-africanos, intuindo que a Itália teria entrado em guerra ao lado da Alemanha, procuravam a todo o custo capturar aquele óptimo navio no próprio porto, sem disparar um tiro [...].

No momento da chegada [prossegue Veronese], encontrámos os trabalhadores do porto em greve e, por esse motivo, nem os guindastes do cais estavam operativos [...]. No dia seguinte, o navio foi transferido para outro cais, para o abastecimento de combustível [...], no fim o fornecimento de combustível foi inferior a quanto pedido. Mas foi na mesma uma sorte porque o navio tinha pouco combustível.

[...] Quando Deus quis, com o piloto a bordo, desamarradas as cordas e com a ajuda de um rebocador, o navio afastou-se do cais e lentamente saiu do porto, pela barra fora [...] Eram as duas da tarde. O navio dirigiu a proa para Norte, em direcção à Itália. Era o dia 10 de Junho de 1940.

As máquinas estavam no máximo da rotação. O tempo era bom, com mar calmo e um sol esplendente, mas às sete da noite o telegrafista de serviço captou da Rádio Stefani a notícia de que a Itália tinha entrado em guerra. Uma grande consternação apossou-se da tripulação. Foram apagadas as luzes de bordo, incluindo as de posição. [...] Os três telegrafistas [...] tiveram conhecimento de que um navio auxiliar, o *Blumfontein Castle* (grande navio de passageiros da *Castle line*), que tínhamos notado numa zona isolada do porto de Durban, armado com canhões bem visíveis, tinha partido à nossa caça.

---

<sup>374</sup> ENNIO RICCESI, *Entrevista com o autor*, Trieste 27.XII.2004. Ennio Riccesi é filho de Angelo, este último membro da tripulação (“família branca”) do *Gerusalemme*. Angelo Riccesi foi um dos primeiros italianos da tripulação do *Gerusalemme* a regressar a Itália, em Fevereiro de 1946, no fim da guerra.

[...] Naquela noite ninguém foi dormir. Todos escrutinavam o horizonte para tentar descobrir qualquer luz suspeita de terra o que se podia notar na ré.

[...] Às seis da manhã, amanhecia e a bombordo, avistámos o farol que delimita a fronteira entre a África do Sul e Moçambique, indicado na carta náutica como “Oro Point”. [...] Deslocado e a tribordo, pareceu-me ver um ponto escuro no horizonte. Com a ajuda dos binóculos descortinei, no nevoeiro da manhã, o vulto indistinto de um grande navio, o *Blumfontein Castle*, que já nos tinha ao alcance dos seus canhões. Pouco depois uma grande coluna de água levantou-se no ar, a duzentos metros da proa, a seguir um outro a popa mais ou menos à mesma distância. Era um claro sinal para parar. O comandante, consciente das suas responsabilidades [...], disse: “Dirijamo-nos para a praia, aqui não há escolhos”.

[...] Indiquei ao comandante certos bancos de nevoeiro que se perfilavam pouco distantes e que desciam da terra em direcção ao mar levados por uma brisa ligeira. [...] Sugeri-lhe que nos enfiássemos no nevoeiro que já estava próximo. O comandante hesitou um pouco, mas depois decidiu tentar esta via que lhe tinha sugerido. [...] A seguir sugeri ao comandante que lançasse um S.O.S. para pedir ajuda às autoridades portuguesas, simulando um encalhe e indicando a posição identificada antes de nos termos entrado no nevoeiro.

[...] Depois de cerca de duas horas de termos entrado no nevoeiro que agora, com o levantar do sol, começava a dissipar-se, o *Gerusalemme* encontrou-se diante da ilha da Inhaca que delimita a baía de Lourenço Marques, capital de Moçambique e ao horizonte não já não se via o contorno sinistro do cruzador auxiliar inimigo.

[O barco italiano] foi fazer companhia a dois navios alemães, ancorados nas bóias dentro do rio: tratava-se dos navios *Dortmund* e *Aller* que estavam ali ancorados desde que a Alemanha tinha invadido a Polónia no ano anterior». <sup>375</sup>

A neutralidade de Portugal na guerra tinha evitado a quase duzentos italianos de caírem prisioneiros nas mãos dos ingleses. A mesma sorte não calhou à tripulação de um outro navio italiano, o *Timavo*, também esse na rota da Itália para a África do Sul. No mesmo dia (10 de Junho de 1940) em que o *Gerusalemme* tinha partido do porto de Durban, o *Timavo*, tendo captado por rádio a notícia da entrada em guerra da Itália, tinha invertido a rota dirigindo-

---

<sup>375</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., pp. 9-13.

-se em direcção norte, procurando sair das águas territoriais sul-africanas. Na noite entre 10 e 11 de Junho, todavia, esse foi localizado pelos aviões ingleses e atacado com bombas de grande profundidade. O comandante Schiaffino, após ter lançado o S.O.S., dirigiu o navio para a costa onde encalhou. Toda a tripulação conseguiu de seguida chegar às praias sul-africanas com as baleeiras e daqui tentou chegar ao território moçambicano a pé. Todos os membros foram porém capturados dois dias após o desembarque, a poucas centenas de metros da fronteira da Ponta do Ouro, e levados para um campo de concentração sul-africano.<sup>376</sup>

Os 171 membros da tripulação mais os poucos passageiros do *Gerusalemme* passaram da euforia pelo perigo a que tinham escapado à resignação. As autoridades portuguesas de Lourenço Marques, de facto, oferecia-lhes sim a possibilidade de se refugiarem no seu porto, mas não permitia ao comandante do navio italiano atracar no cais, mas somente permanecer ancorar ao largo da baía do Espírito Santo.

Estando assim as coisas, nos primeiros tempos as ocasiões para os recém-chegados de se encontrarem com a comunidade italiana local foram bastante raras. Só em seguida «foi instituído um serviço regular, três vezes por semana, para que a tripulação pudesse descer a terra e ter contacto com o ambiente laurentino. Os géneros que tinham sido trazidos da Itália esgotaram-se nos primeiros três meses e o mesmo aconteceu com o combustível que tinham abastecido em Durban, que estava quase a acabar. Decidiu-se que seria usado somente para a iluminação nocturna porque, tendo já acabado as reservas de carne congelada e de géneros perecíveis, também os frigoríficos eram inúteis. Quando após cerca de um ano o combustível acabou por completo e não foi possível reabastecer, o navio ficou às escuras, havendo só candeeiros individuais a petróleo, que cada um tinha comprado».<sup>377</sup>

Ao tomar imediatamente conta do navio italiano chegado ao porto de Lourenço Marques, o Régio cônsul Nasi, já em Novembro de 1940 tinha solicitado às autoridades portuguesas a possibilidade de

---

<sup>376</sup> *Ibidem*, pp. 10, 14. O S.O.S. lançado pelo *Timavo* foi recebido também pelo Régio cônsul de Itália em Lourenço Marques, Nasi, o qual se apressou a pedir ajuda às autoridades portuguesas, para procurar localizar o ponto da costa onde estivesse encalhado. Porém, estas últimas, não puderam intervir, porque o navio italiano estava encalhado a cerca de 60 milhas a sul, na fronteira entre Moçambique e África do Sul. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 313, N/13, correspondência de 11 e 12 de Junho de 1940 entre o Régio cônsul italiano e o chefe de gabinete do Governador Geral de Moçambique.

<sup>377</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 15.

permitir atracar o *Gerusalemme* no porto, exactamente para poupar no consumo inútil de combustível, procurando, ao mesmo tempo, obter autorização para poder ligar o navio ao aqueduto e à energia eléctrica da cidade.<sup>378</sup>

Os portugueses, todavia, não acolheram os pedidos do Régio cônsul italiano, fazendo-lhe notar que o combustível de que ainda dispunha o *Gerusalemme* teria sido suficiente para um longo período, garantindo a força motriz necessária para satisfazer os principais serviços de bordo. Para além disso, diziam que todo o espaço da ponte cais seria brevemente ocupado, porque havia a previsão de um futuro aumento da navegação destinada ao porto da cidade.<sup>379</sup>

Mais tarde, após três anos da chegada do *Gerusalemme* ao porto de Lourenço Marques, quando provavelmente o combustível se tinha esgotado, o Governo Geral de Moçambique reafirma ao Régio cônsul italiano a impossibilidade de atracar o navio triestino ao cais do porto.<sup>380</sup> O *Gerusalemme*, como se dirá, esteve no mar casi três anos e meio, até ao final de Novembro 1943.

Durante todo este tempo, como dizíamos acima, os membros da tripulação passavam o tempo, quando não tinham a oportunidade de um contacto com a terra firme, a jogar às cartas ou a pescar nas águas turvas da baía de Lourenço Marques; não faltavam festarolas a bordo para as quais era também convidada boa parte da comunidade italiana.<sup>381</sup> De tal modo, esta última mantinha-se informada sobre quanto sucedia na Europa, através da leitura da agência italiana “Radio Roma”, que o *Gerusalemme* recebia e imprimia para o Régio Consulado e para os súbditos italianos residentes na capital moçambicana.<sup>382</sup>

Esta vida despreocupada nas águas territoriais portuguesas de Lourenço Marques, porém, era de vez em quando perturbada por

---

<sup>378</sup> Carta nr. 999 de 6.XI.1940 do Régio cônsul italiano, Nasi, endereçada ao Governador Geral de Moçambique, Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 313, N/13. Com a primeira comunicação referente ao *Gerusalemme*, o Régio cônsul Nasi tinha comunicado ao Governador Geral de Moçambique que o agente de Lloyd Triestino em Lourenço Marques, um certo John T. Renny, de nacionalidades inglesa, tinha cortado as relações com a companhia de navegação de Trieste alguns dias antes, Cf. Carta nr. 521/P de 12.VI.1940 do Régio cônsul Italiano em Lourenço Marques, Giovanni Maria Nasi, ao Governador Geral de Moçambique. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 313, N/13.

<sup>379</sup> Carta do chefe de gabinete do Governador Geral de Moçambique ao Régio cônsul italiano, nr. 1057 de 26.XI.1940. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 313, N/13.

<sup>380</sup> Carta do chefe de gabinete do Governador Geral de Moçambique ao Régio cônsul italiano, de 25.VI.1943. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13.

<sup>381</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 14.

<sup>382</sup> Carta do Régio cônsul italiano ao Governador Geral de Moçambique, nr. 100 de 08.IV.1941. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13.

alguma epidemia, devido às condições de higiene precárias, para além do paludismo. «A zona onde o navio se encontrava ancorado era pantanosa e malárica. Por causa da fortíssima corrente de maré ascendente, o navio cada seis horas dava a volta à bóia, independentemente da força do vento: se este vinha da terra, havia a invasão da uma miríade de insectos pestíferos, que penetravam em cada ângulo do navio. Mas o paludismo reinava soberano em terra, especialmente nos bairros altos e mal afamados da capital, entre as barracas da gente de cor e das prostitutas, que deram não pouco que fazer ao médico [...]».<sup>383</sup>

Entretanto, esperava-se. Esperava-se uma mudança, a bordo, que pudesse interromper aquela monotonia. A mudança chegou em 24 de Julho, quando se soube da queda do Governo de Mussolini. Tal como em Itália, seguiram-se desordens também no *Gerusalemme*.

Alguns, conseguindo fugir, escaparam em direcção de Ressano Garcia, na fronteira com a África do Sul, à procura de uma aventura sobre a qual, provavelmente, não sabia como iria acabar.<sup>384</sup> Outros viraram-se contra um dos símbolos do fascismo existentes em Lourenço Marques, os escritórios da agência de imprensa Stefani, onde conseguiram – apesar da oposição de um grupo de fascistas italianos residentes na cidade – substituir o retrato do duce com o do marechal Badoglio.<sup>385</sup> A estes factos seguiram-se outros, sobretudo de insubordinação por parte de alguns membros da tripulação em relação ao comandante do navio e os outros oficiais de bordo. Foi também organizado um *referendum* a bordo, para decidir se o *Gerusalemme* e a sua tripulação deveriam obedecer ao novo Régio governo presidido por Badoglio ou o da República Social Italiana e houve diversas outras rixas.<sup>386</sup>

---

<sup>383</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 16. O médico de bordo, Dr. Giorgio Del Gobbo, em Janeiro de 1942 foi coercivamente desembarcado por “insubordinação”. Ele foi substituído pelo médico alemão von Plessen, que começou a fazer visitas constantes a bordo. Cf. carta do Régio cônsul italiano, Umberto Campini, ao Governador Geral de Moçambique, nr. 14 de 12.I.1942, in: AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13.

<sup>384</sup> Carta do Régio cônsul italiano, Campini, à Capitania do Porto de Lourenço Marques, de 24.VII.1943. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13.

<sup>385</sup> Correspondência entre o Comissariado da Polícia da cidade de Lourenço Marques e o Governo Geral de Moçambique, a partir de 28.VII.1943. Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13. Veja-se também o telegrama de 9.VIII.1943 enviado ao Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros por Mario Baltaro de Inhambane, Cf. ASD-MAE, *Fondo del personale, Serie II<sup>a</sup> (consolati)/L 17*.

<sup>386</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 19. A mesma informação foi prestada também por: ENNIO RICCESI, *Entrevista com o autor*, Trieste 27.XII.2004. Notícias sobre casos de insubordinação foram incluídas mesmo nalgumas das últimas comunicações oficiais que o Régio cônsul italiano mandou às autoridades portuguesas, em Setembro de 1943, antes do reconhecimento por Lisboa do Governo Badoglio, da opção de Campini pela RSI e da sua sucessiva expulsão de Moçambique. Cf. AHM, Fundo:

Nos primeiros dias de Novembro de 1943 a permanência no mar do *Gerusalemme* chegou ao fim da linha. Homens da Capitania do porto de Lourenço Marques saíram para o largo da baía do Espírito Santo e apresentaram-se a bordo do *Gerusalemme* intimando a tripulação a desocupar o navio italiano.

Duas embarcações para o transporte de passageiros tinham entretanto ladeado o navio italiano e embarcado os membros da tripulação, para os levar até ao cais. Aqui, estavam à espera deles alguns camiões do exército que, após os terem carregado, transferiram-nos para Boane, uma pequena vila a cerca de trinta quilómetros da capital, na margem do rio Umbeluzi, onde se encontrava a decima Companhia indígena; esta era a sua nova residência.<sup>387</sup>

Quanto ao *Gerusalemme*, após mais de três anos e meio ininterruptamente passados nas águas da baía de Lourenço Marques, um rebocador levou-o finalmente para atracar no porto onde, evidentemente, se tinha entretanto libertado um pouco de espaço, até àquele momento não disponível.

Sempre através de Veronese temos um testemunho directo de como era a vida para os italianos do *Gerusalemme* na caserna da decima Companhia indígena de Boane.

«Após o choque inicial da passagem da vida de bordo àquela do campo de concentração, com um simples recinto de zona militar, em arame farpado, a tripulação habituou-se bem cedo à nova existência. Muitos dos oficiais tinham-se ido embora porque tinham encontrado um arranjo provisória na cidade, nas ocupações mais diversas. [...] Éramos livres de sair e podíamos regressar quando quiséssemos durante o dia, mas era obrigatório avisar se a saída durava mais dias. A comida era distribuída três vezes por dia, variada mas monótona como pode ser a alimentação numa caserna e na cozinha havia por turno, voluntário, um cozinheiro da tripulação coadjuvado por pessoal indígena. A chamada era feita de manhã, antes do pequeno almoço, após o acordar, com três toques de alvorada, reunidos na parada, como no exército.

Todos apanharam paludismo, porque não só o quinino tinha sido substituído com um medicamento menos eficaz, mas a maior parte dos tripulantes não tomou alguma precaução. [...] A zona era

---

Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13, cartas do Régio Consulado italiano n. 35147 e 35148 de 21.IX.1943 ao Governador Geral de Moçambique.

<sup>387</sup> *Ibidem*.

malárica, e encontrava-se na confluência de dois rios. À noite ficava-se a conversar ao ar livre, passeando para trás e para a frente na parada e sem se dar conta que se estava à mercê deste famélico insecto que transmitia o plasmódio do paludismo.

Ía-se tomar banho no Umbelúzi, um curso de água, largo uns vinte metros naquele ponto, que tinha como afluentes o Movene e o Impamputo. Desaguava no Estuário do Espírito Santo, onde o *Gerusalemme* tinha ficado parado por mais de três anos». <sup>388</sup>

À distância de poucos meses da chegada a Boane, os membros da tripulação tinham-se reduzido a pouco mais de uma centena. Já alguns, antes do abandono forçado do *Gerusalemme*, tinham decidido desembarcar, entre os quais o próprio comandante, Massimiliano Sacchi, e tinham tentado começar uma nova vida no Moçambique português, à espera do fim da guerra na Europa.

Em Itália, entretanto, a companhia de navegação proprietária do *Gerusalemme*, a “*Adriatica Navigazione*”, não tinha sido informada do sucedido, visto que através do Consulado alemão em Lourenço Marques (porque o italiano não tinha titular desde o início de Outubro de 1943, como mais adiante se dirá) tinha entregue ao capitão Veronese um telegrama com o seguinte teor: “telegrafámos comandante Sacchi para Lhe efectuar a entrega do navio *Gerusalemme*. [...] confirme sua assunção comando”.

Após a surpresa inicial por ter recebido uma tal comunicação, o capitão Veronese decidiu ir a Lourenço Marques para falar com o cônsul alemão. Este último compreendia italiano e isto facilitou ao oficial do *Gerusalemme* a tarefa de explicar ao representante teutónico que não podia aceitar o cargo que lhe era confiado pela Adriática Navegação, simplesmente – ainda antes de qualquer outra razão – porque a navio já não se encontrava em mãos italianas desde Novembro de 1943. <sup>389</sup> Veronese recebeu a comunicação da Itália em Janeiro 1944, alguns meses antes que o navio italiano fosse posto à disposição dos ingleses por parte da capitania do porto de Lourenço Marques, isto é a partir do Março sucessivo, quando foi amainado o *tricolore italiano* e içada a *Union Jack*.

Da leitura de uma longa série de comunicações e telegramas nos primeiros meses de 1944 entre o Consulado britânico em

---

<sup>388</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., pp. 20, 22.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 21.

Lourenço Marques e o Governo Geral de Moçambique, e entre este último e as autoridades centrais em Lisboa, emergem as diversas possibilidades, pensadas e estudadas na altura, para repatriar os italianos do *Gerusalemme* e para colocar à disposição dos ingleses o navio italiano.<sup>390</sup> Na realidade, aos italianos do *Gerusalemme* – como de resto para os outros italianos refugiados em Moçambique, tal como para os do *Nova Scotia* – não foi concedida a possibilidade de repatriamento a não ser no fim da guerra.

Muitos tripulantes que entre eles já tinham ficado amigos «reuniram-se em grupos de cinco ou seis e foram para Lourenço Marques, alugando uma casita com jardim. Estes núcleos eram conhecidos com o nome de “repúblicas”, e os vários componentes industriavam-se a ajudar-se mutuamente nas diversas tarefas da casa».<sup>391</sup>

Muitos dos membros da tripulação pertencentes à “família branca”, tinham encontrado emprego nos restaurantes, bares e hotéis da cidade. Cinco destes, Ferrari, Riccesi, Giuricin, Bregant e Rocco, juntaram-se numa “república”, encontraram ocupação no famoso Hotel Polana, onde trabalharam até aos fins de 1945.<sup>392</sup>

No que se refere ao capitão Veronese, através cujas memórias muito se sabe ainda hoje sobre a aventura do *Gerusalemme*, após várias ocupações precárias em Lourenço Marques, teve a proposta de assumir a condução de uma empresa agrícola (a “Matta”) situada entre Inhambane, Massinga e Morrumbene, de propriedade de um medico português, precedentemente gerida por um breve período por um outro italiano, o príncipe Giovanni Corsini.<sup>393</sup> Embora não avesso ao trabalho agrícola, Veronese procurou dedicar-se com empenho e após ter construído uma casa em alvenaria, o armazém e reordenado as alfaias agrícolas, aumentou notavelmente a produção de copra, recurso máximo da plantação e, após ter recrutado grande quantidade de mão-de-obra local, procedeu à desmatação e a plantar novos coqueiros, e a semear feijão e milho. A caça ao javali e ao leopardo eram os seus passatempos preferidos. Em 1950, após dez anos exactos da sua chegada a Lourenço Marques, regressou a Itália para de novo regressar a Moçambique alguns anos mais tarde e

---

<sup>390</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, cota 314, N/13 (Permanência de navios estrangeiros nas águas da colónia por motivos da guerra na Europa).

<sup>391</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 23.

<sup>392</sup> ENNIO RICCESI, *Entrevista com o autor*, Trieste 27.XII.2004.

<sup>393</sup> Teremos modo de falar mais detalhadamente do príncipe Corsini no último capítulo deste livro.

estabelecer-se na Beira onde, a partir de 1957, foi agente consular italiano naquela cidade.<sup>394</sup>

Nenhuma outra informação de relevo nos chegou sobre a atormentada história deste navio italiano e da sua tripulação. Razão pela qual viramos página, para iniciar a contar a aventura do *Nova Scotia*.

## 2) O *Nova Scotia*

O *Nova Scotia*, ao contrário do *Gerusalemme*, não era um navio italiano. Era, de facto, britânico. Quando porém, em 28 de Novembro de 1942 foi torpedeado a 180 milhas a Sudeste e Lourenço Marques por um submarino alemão, tinha a bordo 767 prisioneiros de guerra (na sua maior parte civis) italianos, embarcados no porto de Massaua, em Eritreia, e destinados a Durban, para depois serem encaminhados para os campos de concentração nas colónias britânicas a Sul do Equador.<sup>395</sup>

É por esta razão, pois, que a sua aventura nas águas do Oceano Índico tem espaço neste livro.

Os ataques com torpedos contra os navios aliados no canal de Moçambique não eram raros naquela época, tanto que criaram algumas polémicas na imprensa anglófona da União Sul-africana e da Rodésia (para além de ferir algumas susceptibilidade às autoridades portuguesas de Lourenço Marques) sobre a demasiada liberdade de que gozavam os submarinos do Eixo naquelas águas aparentemente calmas à frente da costa moçambicana.<sup>396</sup> De facto, os submarinos

---

<sup>394</sup> Cf. MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Ambasciata e Consolati italiani all'estero* (10 febbraio 1957), Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, Roma 1957.

<sup>395</sup> O número 776 comunicado pelo Régio cônsul Campini a Roma no seu telegrama citado no início deste capítulo era portanto errado.

<sup>396</sup> Cf. “*The Mozambique Channel*”, in: <<RAND DAILY MAIL>>, Durban, segunda-feira, 7 de Dezembro de 1942. O Governador Geral da colónia de Moçambique considera oportuno, com um despacho confidencial datado de 16 de Dezembro de 1942, informar o Ministério das Colónias em Lisboa desta desconfiança que a União e a Rodésia do Sul nutriam em relação a Portugal: «[...] Desenha-se de facto, uma campanha, absolutamente injustificada contra o pôrto de Lourenço Marques. Nem a acção dos próprios submarinos do Eixo justifica êsse alarme que na União e na Rodésia do Sul se levantou e que só pode ser atribuído a intuítos reservados de certos indivíduos para quem valem mais os interesses comerciais do que o bem estar dos povos a que pertencem. Os portos do Sul da África pretendem criar em seu proveito uma corrente de tráfego, que a sua posição excêntrica, quanto aos centros comerciais do Transvaal, não pode razoavelmente justificar. [...] Ora a verdade é que todos os torpedamentos se têm dado fora das nossas águas territoriais, parecendo até que os submarinos, por

alemães e japoneses – cuja presença nas águas entre a costa moçambicana e a ilha de Madagáscar era bem conhecida também na Itália<sup>397</sup> – tinham afundado diversos navios aliados em trânsito para o Médio Oriente na segunda metade de Novembro de 1942. Para além de dois navios gregos, o *Evanthia*, de 2.170 toneladas e o *Corinthiakos*, de 3.652 toneladas, também um navio norueguês, o *Gunda*, de 2.241 toneladas e um navio americano, o *Path-finder*, de 6.797 toneladas, foram torpedeados ao largo da ilha da Inhaca.<sup>398</sup>

Em 28 de Novembro do mesmo ano calhou a mesma sorte ao *Nova Scotia*. O navio mercante britânico, um navio de 6.796 toneladas, foi construído em 1926 para servir a linha Liverpool-Halifax. Durante a guerra ele foi destinado pelo Ministério dos Transportes de Guerra da Grã Bretanha às rotas da África Oriental. Transportava para o Suez as tropas sul-africanas para a campanha do Norte de África e na viagem de regresso embarcava prisioneiros italianos destinados a colmatar a penúria de mão-de-obra na África do Sul.<sup>399</sup>

Dos prisioneiros italianos, a maior parte provinha das tripulações de navios que a guerra tinha bloqueado na Eritreia, como o *Tevere*, o *Colombo*, o *Mazzini*, autoafundados antes da ocupação da África Oriental Italiana. Com os 767 prisioneiros italianos havia também algumas centenas de boeres feridos em Alamein: incluídos os militares da guarda e a tripulação, viajavam no *Nova Scotia* cerca de 1.200 pessoas.

O submarino germânico que torpedeou o *Nova Scotia* era o *U-Boot 177*, uma unidade que deslocava 1.600 toneladas, saído de Kiel com o a função de, passar o Cabo da Boa Esperança, infligindo durante a sua rota o maior dano possível às embarcações aliadas que navegavam no Canal de Moçambique para reabastecer no porto de Durban.<sup>400</sup>

---

qualquer razão política ou militar, não espreitam à saída da barra os vapores que saem do nosso estuário. [...]». Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos).

<sup>397</sup> Cf. telegrama nr. 23131 de 3.VII.1942 de MNE-Roma ao Régio Consulado em Lourenço Marques, e nr. 20887 de 8.VII do mesmo ano deste último ao MNE-Roma, in: ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945)*, *Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*.

<sup>398</sup> Cf. “*U-boat bargains with fishermen off Lourenco Marques*”, in: <<RAND DAILY MAIL>>, Durban, quinta-feira 26 de Novembro de 1942; “*Outro navio torpedeado?*”, in: <<LOURENÇO MARQUES GUARDIAN>>, Lourenço Marques, terça-feira 1 de Dezembro de 1942.

<sup>399</sup> Cf. “*Tragedia nell’oceano*”, in: <<SELEZIONE pelo READER’S DIGEST>>, ano XVIII, vol. XXV, n° 204, Milão, Setembro 1965, p. 28.

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 27.

## 2.1) O afundamento do Nova Scotia e a dura sobrevivência no mar à espera de socorro

Referimo-nos, para não correr o risco de nos afastarmos demasiado da descrição real do que aconteceu naquela manhã ao largo das costas moçambicanas, ao relato de um dos náufragos sobreviventes, Carlo Dominione, que o publicou – era um jornalista de profissão – alguns anos após o seu regresso definitivo a Itália no fim da guerra.<sup>401</sup>

Na madrugada de 28 de Novembro de 1942, um belo dia do verão austral, o *Nova Scotia* foi atingido por duas explosões quase simultâneas, sob a linha de imersão e dobrou-se imediatamente a tribordo, enquanto que no rombo enorme das vigias escancaradas, enormes vagas de água entraram para os porões. Da cobertura subiram chamas altíssimas, bloqueando escadas e corredores, enquanto que no convés, entre os corpos desfigurados das primeiras vítimas, entre os jactos de vapor que sibilavam das caldeiras rebentadas, aquelas centenas de homens procuravam desesperadamente uma salvação. Fora podiam-se notar torrentes de nafta que se espalhavam no oceano, juntamente com as chamas que explodiam de baixo, serpenteando entre as ondas do Oceano Índico.

«Das três baleeiras de bombordo – citamos as palavras de Dominione – nem uma pôde ser baixada: caíram das roldanas sob o seu peso enorme. As jangadas grandes foram postas na água, enquanto que os mais audazes lançavam as pranchas e a seguir lançavam-se à água».<sup>402</sup> «Procurava também uma jangada no formigueiro endoidecido. Corria em subida: o *Nova Scotia* estava todo inclinado à esquerda, a água chegava ao primeiro convés. [...] Estavam a baixar as primeiras lanchas; havia ainda um lugarzinho na extrema popa. [...] As roldanas estavam fora, os guinchos geraram por um instante, depois um puxão e o cabo da popa rompeu-se; a

---

<sup>401</sup> Cf. “*Due scoppi simultanei ed è stata la fine del “Nova Scotia”*”. Rivissuta la tragica avventura nel racconto di uno dei superstiti”, in: <<L’UMANITÀ>>, Milano, 21.XI.1948. Dominione publicou a história da sua aventura também em dois números de *La Domenica de Corriere* em 1962, Cf. “*A ripensarci mi vengono i brividi. Un racconto simile fa impressione anche a distanza di vent’anni*”, in: <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, Milão 25.XI.1962, pp. 27-31 e: “*L’assalto dei pescicani*”, em <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, Milão 16.XII.1962, pp. 12-13 e 51.

<sup>402</sup> “*Due scoppi simultanei ed è stata la fine del “Nova Scotia”*”. Rivissuta la tragica avventura nel racconto di uno dei superstiti”, in: <<L’UMANITÀ>>, ob. cit..

grande embarcação voou com a sua carga segurada pelo cabo de popa. Não hesitei, voltei-me de repente e atirei-me ao mar. Uma onda apanhou-me de lado, atirando-me contra o costado; a nafta tinha-me cegado, levantei o braço e agarrei-me ao cabo que pendia inerte. Naquele instante, enquanto tentava limpar os olhos com o dorso da mão livre, uma jangada entrou na minha vida de náufrago.

Do alto os mais audazes lançaram dezenas de jangadas pequenas enquanto que as jangadas grandes, rompidos os cabos, desciam ao longo dos escorregas levantando altos tufos de água, matando quantos se encontravam na sua trajectória. A morte continuava a ceifar; mas cada um pensava em sobreviver. Com quatro braçadas cheguei a uma pequena jangada (de um metro e meio por oitenta de ripas de madeira cruzadas, com manilhas de sisal à volta) e nadei empurrando-a até me sentir sem forças. Quando me voltei sem fôlego, o *Nova Scotia* estava a uns cem metros de mim». <sup>403</sup> Depois o *Nova Scotia* empinou-se: alta a popa com as hélices ao sol, cobertas de algas, enquanto que um cacho humano desesperadamente agarrado ao extremo reduzido dava ao navio moribundo um último suspiro de vida. Depois, o navio afundou cada vez mais rapidamente e o oceano fechou-se sobre o gigantesco caixão.

Agarrados às dezenas, às centenas às manilhas das jangadas grandes e pequenas, os protagonistas daquela desventura deram então conta do que se tinha passado. A poucas dezenas de metros daqueles homens no meio do oceano, tinha emergido o *U-Boot*, do qual se podia ver o comandante sobre a torreta e um oficial que continuava impassivelmente a filmar o afundamento do navio para além de se ouvir o rumor dos acumuladores que se recarregavam. «De repente, da torreta, o comandante assobiou e dois marinheiros afastaram-se dirigindo-se em direcção à metralhadora. Começaram a prepará-la: e foi então que para as poucas centenas de sobreviventes se levantou o grito milagroso “Itália!, Itália!”. Foi um apelo inconsciente que se levantou do subconsciente de todos, intuindo que o afundador queria completar a obra de destruição. [...] Do submarino lançaram cordas e coletes salva-vidas e dois dos náufragos foram içados a bordo: era um velho capataz do Mazzini e um moço do Colombo. Passaram os minutos, depois o comandante se levou o megafone à boca e gritou – foi Trebbi a traduzir e as suas palavras

---

<sup>403</sup> Cf. “A ripensarci mi vengono i brividi. Un racconto simile fa impressione anche a distanza di vent’anni”, in: <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, ob. cit., p. 29.

passaram de uma jangada à outra – de ter pedido socorro, de ficarmos unidos porque teriam vindo salvar-nos. Fechada a torreta o submarino silenciosamente imergiu.

Depois daqueles instantes, começou a trágica aventura: inexoravelmente as correntes dispersaram as jangadas. Nas maiores os homens estavam acochados e para eles a situação era menos aterradora dado que tinham água e viveres: mas eram quatro no total. Pelo contrário, as pequenas jangadas eram às dezenas, às quais os sobreviventes se agarravam, com a cabeça a pelo de água. E os tubarões volteavam sinistros. A nafta tinha coberto os corpos, os olhos ardiam, provocando vômitos contínuos e extenuantes».<sup>404</sup>

O dia 28 de Novembro calhou num sábado. Os sobreviventes passaram no mar dois dias e duas noites, antes que na segunda-feira, 30 de Novembro chegassem os socorros. Naquele período de tempo, muitos morreram, não conseguindo manter as forças necessárias para se manterem agarrados às jangadas.

«Encontrámo-nos de surpresa em sete – continua a sua história Dominione –: um outro tinha partido, despindo o salva-vidas, imitado no arco de uma hora por outros dois. A loucura. Como se podia continuar a esperar? Apoiei a frente à madeira da jangada, fechei os olhos e chorei. Sentia a respiração forte dos meus companheiros, ouvia as suas lamentações, as invocações. Os mesmos pensamentos deles batiam-me obcecados no cérebro: era o fim!. “*Pater noster qui es in coelis...panem nostrum quotidianum...*”...”*Ave Maria ...Sancta Maria Mater Dei...*”: uma outra jangada pequena tinha-se encostado à nossa. Ellero recitava o rosário e os seus companheiros respondiam, sob a grande abóbada do céu, agarrados àquelas poucas tábuas cruzadas. [...] Aquele breve instante de paz não durou muito: tínhamos ficado cinco e fazíamos a turno a utilização da jangada: dois deitados, os outros na água. Era pouco, mas servia a estender as pernas entorpecidas pelo frio».<sup>405</sup>

Apesar das brigas frequentes para conseguir um lugar na jangada, não faltaram os gestos e os actos de generosidade e de humanidade. Oliviero Freschi, um ex-hoteleiro italiano de Decameré, na Eritreia, tinha conseguido subir para uma pequena jangada com

---

<sup>404</sup> “*Due scoppi simultanei ed è stata la fine del “Nova Scotia”. Rivissuta la tragica avventura nel racconto di uno dei superstiti*”, in: <<L’UMANITÀ>>, ob. cit..

<sup>405</sup> Cf. “*A ripensarci mi vengono i brividi. Um racconto simile fa impressione anche a distanza de vent’anni*”, in: <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, ob. cit., p. 30.

outros náufragos. «“Éramos 28”, contou mais tarde. “Todos prisioneiros italianos menos um major inglês. A jangada não podia suportar mais de umas vinte pessoas e ameaçava continuamente de se virar. O oficial inglês percebeu imediatamente que teria sido ele o primeiro a dever abandonar a jangada e agarrou-se às traves gritando: ‘tenho duas filhas, não me mandem embora!’ Houve uns murmúrios entre os prisioneiros, mas nenhum teve a coragem de o mandar embora. Salvou-se connosco”». <sup>406</sup>

## 2.2) *O socorro prestado pelo aviso português Afonso de Albuquerque*

Após o segundo levantar do sol passado no mar, nas primeiras horas da tarde notou-se um fumo no horizonte: era um navio! Era o Afonso de Albuquerque, um caça-torpedeiro português que tinha recebido ordem de sair para o mar para recuperar os náufragos. Quando em Berlim chegou o despacho rádio do *U-boot 177*, foi enviado à embaixada alemã em Madrid um pedido de socorro com instruções de transmissão à embaixada alemã em Lisboa. Esta devia informar o governo português e pedir-lhe o envio de socorros, sendo este último um país neutral na guerra. Assim aconteceu. O comandante do navio português, capitão Guerrero de Brito, logo que se fez ao mar, rasteou o oceano com método científico. Sobre uma carta náutica tinha traçado um rectângulo largo 5 milhas e longo uma centena e fazia em continuação de lado ao outro, seguindo os lados maiores; só assim podia ter a certeza de salvar quem ainda estivesse vivo.

Deste modo conseguiu tirar em salvo 119 italianos, e 64 entre sul-africanos e ingleses.

«Os marinheiros lusitanos empenharam-se com abnegação e heroísmo, enfrentando eles também a morte para arrancar às ondas uma vida: e não poucas vezes um corpo recuperado com tanta fadiga estava ainda morno, mas horrorosamente mutilado pelos tubarões». <sup>407</sup> Uma vez recolhidos todos os sobreviventes no Afonso

---

<sup>406</sup> Cf. “*Tragedia nell’oceano*”, in: <<SELEZIONE pelo READER’S DIGEST>>, ob. cit., p. 32.

<sup>407</sup> *Due scoppi simultanei ed è stata la fine del “Nova Scotia”*. *Rivissuta la tragica avventura nel racconto di uno dei superstiti*, in: <<L’UMANITÀ>>, ob. cit..

de Albuquerque, os portugueses fizeram o impossível, dando a todos um indumento (muitos de facto tinham chegado a bordo tal como a mãe os tinha trazido ao mundo, como se tivessem nascidos uma segunda vez), medicando-os, tentando de os animar com a aguardente, cedendo-lhes os beliches, mas nenhum dos italianos conseguiu deitar-se: todos permaneceram no convés, enfrentando as rajadas de vento, sem se preocuparem com o frio, com os olhos esbugalhados sobre o oceano, dirigindo o olhar à busca inconsciente dos seus companheiros de prisão.

«Às horas 16 de segunda-feira 30 de Novembro – citamos de novo Dominione – a contagem é definitivamente fechada. Há também o tenente Gallard. [...] Encontro-o sentado ao lado de um bocaporto. Congratula-se comigo, depois com fleuma diz-me: “arranje-me um elenco completo dos italianos salvos e mantenham-se prontos porque vão-nos levar para Durban. Você irá responder-me por todos...”».

“Aqui – respondeu Dominione – comandam os portugueses! O capitão de Brito disse-me ter recebido ordens de nos levar para Lourenço Marques”.

“Vocês são prisioneiros de guerra – insiste o rodesiano – e sou eu que vos dou ordens...” [...] Aproximam-se também os oficiais portugueses. Pouco após o comandante de Brito dá-nos garantias. “Devo levar-vos para Lourenço Marques onde sereis desembarcados. É verdade, de Durban, via radio, ordenaram-me de vos levar para lá. Mas nós somos neutrais. O *Albuquerque* é terra portu-guesa e aqui valem as nossas leis, sobretudo aquelas da honra e do coração”».<sup>408</sup>

Transcrevemos, para continuar com a certeza de não afastarmos demasiado da realidade, o relatório que o Comandante de Brito, enviou ao Governador Geral da colónia do Moçambique no dia 1 de Dezembro, após ter terminado as operações de salvamento dos náufragos.

«NAVIO DE 1ª CLASSE “AFONSO DE ALBUQUERQUE” Nr. 452. Para conhecimento de V.Exª tenho a honra de comunicar que em 28 do mês p.p. recebi ordem de Sua V.Exª o Almirante Major General da Armada, para sair urgentemente em procura de náufragos dum navio, que nesse mesmo dia tinha sido torpedeado a 150 milhas ao Sul da Ponta da Inhaca.

---

<sup>408</sup> “*L’assalto dei pescicani*”, em <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, ob. cit., p. 51.

Cumprida a ordem o mais rapidamente que me foi possível, em 29 daquele mês, cerca do meio dia, estava no local que me tinha sido indicado.

Poucos momentos depois foram avistados os primeiros naufragos, distribuídos por inúmeras jangadas dispersas numa larga área, quási toda ela coberta de nafta e destroços do navio torpedeado.

O quadro que se me apresentou deu-me desde logo uma nítida impressão da tragédia que se tinha desenrolado, pois a maioria das jangadas mal poderiam conter dois naufragos, e muitos destes apareciam agarrados a pequenos destroços, que os obrigava a estar dentro da água e quási todos completamente forrados de espessa camada de nafta.

Iniciei imediatamente a faina de salvamento, que se prolongou ininterruptamente até meio dia de 30 de Novembro.

Depois de um trabalho esgotante em circunstâncias de mar por vezes pouco favoráveis, recolheram-se 184 dos naufragos, dois dos quais faleceram à sua chegada a bordo.

Tratava-se do navio ‘NOVA SCOTIA’, que do Norte se dirigia para a África do Sul com tropas inglesas e sul-africanas, prisioneiros e internados italianos, e ainda alguns passageiros entre os quais 4 senhoras e uma criança, num total de cerca de 1.200 pessoas.

Finda a faina de salvamento e convencido que não haveria mais sobre-ventes daquela tragédia, na zona de provável dispersão de embarcações e jangadas, regressei a Lourenço Marques à máxima velocidade possível, pois o estado de grande parte dos naufragos era grave, embora não desesperada, e, com os recursos de bordo não era possível prestar-lhes tôda a assistência de que eles careciam.

Às 10.00 horas de 1 de Dezembro corrente, atraquei ao cais de Lourenço Marques, entregando os naufragos “às autoridades da Colónia para serem inter-nados ou não conforme a situação jurídica de cada um”, em conformidade com as ordens por mim recebidas de Sua Ex<sup>ª</sup> o Almirante Major General de Armada.

Junto tenho a honra de remeter a V.Ex<sup>ª</sup> uma relação nominal provisória dos naufragos entregues, solicitando que seja rectificadada e me seja enviado um cadastro completo, do qual conste: a) número de naufragos por cada nacionalidade; b) natureza de cada um deles, isto é, se civis, militares ou prisioneiros; c) nomes e postos dos oficiais que porventura haja entre os naufragos. A BEM DA NAÇÃO,

Bordo do referido, em Lourenço Marques, 1 de Dezembro de 1942. Guerreiro de Brito (Cap. de mar e guerra)». <sup>409</sup>

### ***2.3) O desembarque em Lourenço Marques dos 119 náufragos italianos sobreviventes***

Uma vez atracado a cais do porto de Lourenço Marques, ambulâncias militares e do hospital Miguel Bombarda, juntamente com os primeiros socorros organizados pelos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM) estavam à espera do navio português com os 183 náufragos sobreviventes a bordo, dos quais 119 italianos. Destes, 71 (entre os quais 51 italianos e 20 ingleses) <sup>410</sup> foram imediatamente internados no hospital da cidade, pois que apresentavam ferimentos graves provocadas pelas queimaduras por causa do incêndio a bordo do navio e pelos ataques dos tubarões. Os outros foram internados no bairro militar de Lourenço Marques.

Soube-se a seguir que mais da metade da tripulação e dos passageiros do *Nova Scotia* morreu durante a explosão do navio após o torpedeamento. Os outros morreram no momento do afundamento ou devorados pelos tubarões. <sup>411</sup> Parece que o navio britânico, atingido por dois torpedos lançados pelo *U-boot 177*, afundou no arco de sete minutos. Os dois sobreviventes recolhidos a bordo do *U-boot 177* foram desembarcados sãos e salvos alguns meses mais tarde na nova base do submarino germânico, em Bordéus, na França. <sup>412</sup>

Os italianos salvos foram – já o temos dito várias vezes – 119 (de um total de 767 embarcados em Massaua). <sup>413</sup> Transcrevemos

---

<sup>409</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos). De regresso ao porto de Lourenço Marques, o navio português recebeu um pedido, a que não atendeu, proveniente de uma nave de guerra britânica que lhe solicitava de ir para Durban.

<sup>410</sup> Veja-se relatório do Capitão da Administração da Saúde do Hospital Miguel Bombarda, Luís Esteves da Rosa, datado de 2 de Dezembro de 1942, AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos).

<sup>411</sup> Cf. “*Torpedeamento do “Nova Escotia”*”, in <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 3 de Dezembro de 1942, p. 1.

<sup>412</sup> Cf. “*Tragedia nell’oceano*”, in: <<SELEZIONE pelo READER’S DIGEST>>, ob. cit., p. 31.

<sup>413</sup> Telegrama do Régio cônsul de Itália em Lourenço Marques, Umberto Campini, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, nr. 38317 em data 8.XII.1942. Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945)*, *Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*. Com este telegrama, Campini corrigia o número dos náufragos italianos desembarcados no porto de Lourenço Marques, indicando 119 no lugar

a lista segundo a ordem que foram elencados no relatório apresentado pelo Régio Consulado de Itália ao Chefe de Gabinete do Governador Geral do Moçambique; eles chamavam-se: Dominione Carlo (29 anos, jornalista, de Pavia), Giusti Guglielmo (34 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Mancini Angelo (36 anos, motorista, de Atina-Frosinone), Tonelli Euclide (34 anos, motorista, de Migliarina-La Spezia), Sica Armando (37 anos, relojoeiro, de Catanzaro), Chifano Alberto (28 anos, empregado, de Porto Said-Egipto), Paracuollo Pietro (29 anos, emp. de armazém, de Ponticelli-Napoli), Mazelli Neldo (37 anos, industrial, de Carpi-Modena), Bodo Germano (40 anos, motorista, de Sobborgo Isola-Vercelli), De Piccoli Giuseppe (29 anos, assistente de construção, de Roma), Chisari Salvatore (23 anos, sapateiro, de Camastra-Messina), De Frenza Giovanni (30 anos, guarda-fios, de Valenzano-Bari), Formai Carlo (35 anos, comerciante, de Apuania-Carrara), Cucco Armando (35 anos, comerciante, de Catanzaro), Gozzi Girolamo (40 anos, sattoniere, de Asmara-Eritreia), Abrucco Raffaele (53 anos, marinheiro, de Torre do Greco-Napoli), Alfaroni Giuseppe (20 anos, marinheiro, de Reggio Calabria), Romeo Antonio (32 anos, motorista, de Potenza), Andreoli Mario (41 anos, motorista, de Broni para Campospinoso-Pavia), Bellingheri Giuseppe (28 anos, motorista-mecânico, de S. Margherita-Messina), Fioruccio Aristide (26 anos, canalizador, de Castello-Venezia), Vinci Giacomo (26 anos, cozinheiro, de Naro-Agrigento), Livi Angelo (31 anos, cozinheiro, de Modena), Consalvo Renato (26 anos, marinheiro, de Napoli), Panzi Emilio (30 anos, operário, de Lastrasigna-Firenze), Eliseo Guglielmo (36 anos, estucador, de Miano-Napoli), Lombardi Giuseppe (47 anos, comerciante, de Asmara-Eritreia), Ascione Michele (42 anos, sonorizador, de Torre do Greco-Napoli), Medauto Sebastiano (26 anos, sorveteiro, de Giarre-Catania), Mosca Pasquale (38 anos, motorista, de Palena-Chieti), Divano Severino (38 anos, chefe de oficina, de Parodi Ligure-Alessandria), Drissardi Siro (Asmara-Eritreia), Zolezzi Angelo (35 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Vagliani Elio (47 anos, capitão marinheiro, de Camogli-Genova), Landi Augusto (33 anos, emp. de armazém, de Asmara-Eritreia), De Nardo Aldo (37 anos, comerciante, de Asmara-Eritreia), De Turre Davide (50 anos, marinheiro, de Casamicciola-Napoli), Carcasci Orlando (37 anos, motorista, de Decameri-Eritreia),

---

de 116, como precedentemente comunicado com o seu telegrama ao MNE em data 2.XII.1942 (veja-se nota nr. 1 neste capítulo).

Dazzi Arnaldo (32 anos, empregado, de Parma), Bondi Renzo (32 anos, motorista, de Asmara-Eritreia), Martinaglio Alcide (22 anos, relojoeiro, de Banchette d'Ivrea-Aosta), Scevola Francesco (20 anos, marinheiro, de Genova), Tarditi Pietro (38 anos, empregado, de Varazze-Savona), Freschi Oliviero (35 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Ferdani Aldo (43 anos, operário da Regia Marina, de La Spezia), Zaia Salvatore (43 anos, pedreiro, de Lipari-Messina), Lazzari Giovanni (35 anos, pedreiro, de Treviso), Loguercio Andrea (27 anos, alfaiate, de Casselle em Piltari-Salerno), Bellosti Gino (30 anos, motorista, de Castel de Casio-Bologna), Balzano Franco (27 anos, empregado de mesa, de Torre do Greco-Napoli), Medori Vincenzo (46 anos, mugnaio, de Castiglione-Teramo), Ferretto Giuseppe (35 anos, pedreiro, de Arcole-Verona), Ruffino Carmelo (44 anos, comerciante, de Alassio-Savona), Moffa Vitale (32 anos, engenheiro, de Campobasso), Iaccarino Mariano (54 anos, marinheiro, de Genova), Cimino Ignazio (26 anos, comerciante, de Palermo), Castiglione Giuseppe (28 anos, estofador, de Grotti-Agrigento), De Antonio Guglielmo (35 anos, motorista, de Castelalto-Teramo), Badalamenti Girolamo (39 anos, carpinteiro, de Partana Mondello-Palermo), D'Abril Corrado (28 anos, sapateiro, de Racale-Lecce), Ganci Emanuele (41 anos, sapateiro, de Canicattì Bagni-Catanzaro), De Tommaso Antonio (35 anos, empregado, Marina de Sellia-Catanzaro), Mercuri Francesco (53 anos, agricultor, de Nicastro-Catanzaro), Troci Arnaldo (37 anos, motorista, de Firenzola Cornacchiaia-Firenze), Mascia Egidio (35 anos, motorista, de Armungia-Cagliari), Damiano Tommaso (38 anos, motorista, de Cerro Tanaro-Asti), Marcelli Aleo (31 anos, geometra, de Torino), Ferri Achille (30 anos, comerciante, de Adi Ugri, Eritreia), Lazzarini Gioacchino (42 anos, empregado de mesa, de Forlì), Palumbo Giovanni (35 anos, comerciante, de Ragusa), Lorenzini Fernando (38 anos, desenhador, de Ortonovo-La Spezia), Telechi Cesare (46 anos, técnico de frio, de Pegazzano-La Spezia), Cravero Giovanni (31 anos, empregado de mesa, de Mondovì-Cuneo), Meduri Domenico (38 anos, de Asmara-Eritreia), Stroppa Dalma (29 anos, motorista-mecânico, de Genga-Ancona), Milano Andrea (32 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Tesconi Luigi (28 anos, motorista, de Pietrasanta-Lucca), Boltaro Santo (37 anos, marinheiro, de Tripoli-Líbia), De Pizzol Mario (31 anos, mecânico-electricista, de Treviso), Pelas Coste Aldo (22 anos, motorista-mecânico, de Vittorio Veneto-Treviso), Bucci Lorenzo (36 anos, secretário, de Asmara-Eritreia),

Sardello Luciano (54 anos, marinheiro, de Torre do Greco-Napoli), Pitzoi Niccolò (36 anos, empregado, de Olbia-Sassari), Bianchi Giuseppe (27 anos, mecânico, de Apuania-Carrara), Cocola Leonardo (28 anos, contabilista, de Biseglie-Bari), Rossi Federico (52 anos, marinheiro, de Nervi-Genova), Capurro Luigi (39 anos, motorista, de Recco-Genova), D'Alessandro Ciro (30 anos, empregado de mesa, de Avellino), Filippucci Vincenzo (48 anos, empregado, de Ostia-Roma), Tedesco Vincenzo (28 anos, motorista-mecânico, de Locri-Reggio Calabria), Decca Mario (31 anos, mecânico, de Quinzano sull'Oglio-Brescia), Guarino Salvatore (30 anos, pedreiro, de Teora-Avellino), Gargiulo Giovanni (40 anos, pedreiro, de Castellamare de Stabia-Napoli), Mancusi Giuseppe (20 anos, de Adi Ugri-Eritreia), Formisano Giosué (57 anos, marinheiro, de Genova), Cuscini Adone (35 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Bongiovanni Arnaldo (48 anos, comerciante, de Decamere-Eritreia), Capraro Ferdinando (28 anos, pedreiro, de Melissano-Lecce), Balzano Giovanni (35 anos, fogueiro, de Torre do Greco-Napoli), Ruotolo Romondo (50 anos, fogueiro, Torre do Greco-Napoli), Menardi Angelo (60 anos, marinheiro, de Rivo Trivoso-Genova), Lombardi Antonio (33 anos, camionista, de Castelletto de Bronda-Pavia), Musolino Antonio (29 anos, avicultor, de Natile-Reggio Calabria), Grazioso Aurelio (38 anos, de Bonéfio-Campobasso), Viscuso Orazio (53 anos, marinheiro, de Catania), Cefalo Giuseppe (45 anos, marinheiro, de Palermo), Donato Giuseppe (47 anos, marinheiro, de Messina), Cherchi Angelo (32 anos, empregado, de Banari-Sassari), Sieli Nicola (33 anos, mecânico, de Porto Said-Egito), Svanera Giuseppe (35 anos, armaiolo, de Brescia), Cinicola Michele (32 anos, industrial, de Foggia), Lamattina Antonio (60 anos, marinheiro, de Palermo), Filippazzi Ignazio (40 anos, condutor de carrocim, de Agrigento), Poggi Luigi (empregado, de Meldola-Forlì), Savorelli Michele (35 anos, de Sant'Alberto de Ravenna-Ravenna), Castagneri Carlo (45 anos, marinheiro, de Sanpierrez-Genova), Ronchia Antonio (30 anos, motorista de Gubbio-Perugia), Fiore Vito (53 anos, de Perugia).<sup>414</sup>

---

<sup>414</sup> Cf. ofício confidencial do Régio cônsul italiano nr. 9273 del'11.XII.1942, in: AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos). No telegrama enviado pela Direcção Geral para os Assuntos Transoceânicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Régio Ministério para a África Italiana, nr. 42975 de 12.XII.1942, a lista dos náufragos italianos do *Nova Scotia* difere ligeiramente daquela que foi compilada em Lourenço Marques. Concretamente, não aparece o nome de Drissardi Siro, de Asmara. Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945), Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*

Com a sua chegada, o número dos refugiados italianos em Moçambique tinha crescido enormemente, vindo-se a somar aos membros da tripulação do *Gerusalemme*, para além de cerca de cinquenta italianos que com qualquer meio tinham conseguido refugiar-se em Lourenço Marques.<sup>415</sup>

Após ter prestado justa homenagem e o devido agradecimento a Portugal pela heróica empresa do navio Afonso de Albuquerque<sup>416</sup>, para as autoridades italianas – através do Régio Consulado em Lourenço Marques – não foi empresa fácil assegurar uma adequada assistência aos 119 náufragos.

Recebidos os primeiros recursos financeiros da Itália para as primeiríssimas necessidades,<sup>417</sup> o Régio cônsul Campini tinha estimado em 1.500 Escudos portugueses o subsídio mensal a dar a cada náufrago, excluía a assistência médica, que tencionava organizar com a abertura de um posto médico no Régio Consulado, assumindo em serviço o Dr. Giorgio Du Gobbo, ex-médico do *Gerusalemme*, do qual tinha desembarcado no início de 1942.<sup>418</sup> Assim se devia proceder, porque como tinha bem esclarecido o Coronel Vasco da Gama Rodrigues, Chefe de Gabinete do Governador Geral de Moçambique, na sua carta ao Régio cônsul italiano de 14 de Dezembro de 1942, os 119 náufragos do *Nova Scotia* deveriam estar completamente a cargo do Régio representante italiano em Lourenço Marques, excluindo portanto – como já sucedia para os outros refugiados italianos do *Gerusalemme* – que se pudesse haver uma qualquer ajuda portuguesa. A alimentação e o alojamento

---

<sup>415</sup> Os refugiados de guerra italianos em Moçambique, com excepção daqueles do *Gerusalemme* e do *Nova Scotia*, eram 49 (38 homens e 9 mulheres) no início de Março de 1943. Cf. ASD-MAE, *Fondo del personale, Serie II<sup>a</sup> (consolati)/L 17*, nota da DGPAI-Divisão IV a DIE em data 9.III.1943.

<sup>416</sup> «*Manifestate a codesto Governo nostra riconoscenza per salvataggio effettuato da Marina portoghese di 115 [sabe-se em realidade que o número certo era 119] connazionali naufraghi del "Nuova Scotia" e per assistenza che ai predetti viene data da Autorità Lourenço Marques*». Assim telegrafava o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Roma à Régia Legação de Itália em Lisboa, com telegrama nr. 719 de 15.XII.1942. O Ministro de Itália em Lisboa, Frasoni, com telegrama nr. 39100 de 16.XII.1942, assegurava o Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros de ter expresso os sentimentos de agradecimento. Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945), Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*.

<sup>417</sup> Foi transferida para Lourenço Marques uma primeira soma de 100.000 Liras, Cf. telesspresso nr. 51/125595 de 16 de Dezembro de 1942 enviado pelo Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Régio Ministério da África Italiana, em.: ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945), Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*. Sendo todos os náufragos italianos provenientes da África Oriental Italiana, a questão da sua assistência económica era tratada tanto pelo Ministério Negócios Estrangeiros como pelo da África Italiana.

<sup>418</sup> Telegrama do Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques nr. 363 del'8.XII.1942 ao Régio Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma, Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945), Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*.

assegurado no bairro militar da cidade pela extrema urgência da situação devia o mais cedo possível passar para encargo da Itália.<sup>419</sup>

Sendo esta a situação em que os 119 náufragos tinham sido acolhidos em terra moçambicana, foi necessário que cada um deles, em presença do único subsídio que recebia do Régio Consulado italiano, se “arranjasse” para viver, à espera que acabasse a guerra ou que sucedesse alguma coisa.<sup>420</sup> Apesar da arte de *arrangiarsi* tenha sempre distinguido os italianos, a vida em Lourenço Marques naqueles tempos não era de facto fácil, tanto mais que havia uma certa restrição por parte das autoridades portuguesas em deixar que os italianos refugiados em Moçambique se empenhassem numa possível ocupação.<sup>421</sup>

---

<sup>419</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos). O Chefe de Gabinete do Governador Geral de Moçambique, com o seu ofício nr. 1087/C/11 de 30 de Dezembro de 1942, dava ordem ao Comandante Militar da colónia de Moçambique de apresentar todas as despesas sustentadas pelos vários serviços militares para assistirem os 119 náufragos ao Régio Consulado italiano, para que fossem por este saldadas. Tal atitude, por parte dos portugueses, derivava da interpretação dos artigos 12, 13, 14, 15 e 16 da décima Convenção de Haia de 1907, entregue pelo Departamento da Marinha da colónia de Moçambique ao Governador Geral, em data 1 de Dezembro de 1942, onde se citava que: «os náufragos de navios militares ou de guerra beligerantes, quaisquer que sejam as suas características ou função [...] que desembarquem no território continental, insular, ou ultramarino Português, de NAVIOS DE GUERRA NEUTROS, salvo acordo em contrário entre o Estado Neutral e os Estados Beligerantes, DEVERÃO SER INTERNADOS PELAS AUTORIDADES NACIONAIS E GUARDADOS de forma a que não possam tornar a tomar parte em futuras operações de guerra, correndo todas as despesas por conta do Estado a que pertençam. A situação jurídica dos sobreviventes não militares deve ser a de libertação completa e entrega – para efeitos de repatriação ou de asilo – às respectivas autoridades consulares. [...] EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA QUE HÁ, TEMOS DE CONSIDERAR DESDE JÁ O NAVIO “NOVA SCOTIA”, COMO NAVIO MILITAR EXERCENDO A FUNÇÃO DE TRANSPORTE DE MILITARES, PASSEGEIROS CIVIS E DE PRISONEIROS (COMBATENTES E NÃO COMBATENTES) DAS NAÇÕES BELIGERANTES, O QUE NOS DEVE LEVAR A OBSERVAR A DOUTRINA CERTA EXPOSTA [...]», Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços de Marinha, cota 313, N/11 (Serviços de salvação – sinistros marítimos).

<sup>420</sup> O Régio Consulado italiano em Lourenço Marques recebeu para a assistência aos náufragos a soma de 1.000.000 de Escudos portugueses, para fazer face à assistência no período de um ano, Cf. ASD-MAE, *Fondo del personale, Serie IP (consolati)*/L 17., nota do Ministério da África Italiana ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, nr. 303937 de 2 de Setembro de 1943.

<sup>421</sup> A Régia Legação da Itália em Lisboa assim telegrafava a Roma em 30.XII.1942: «Secretário Geral este Ministério Estrangeiros após me ter feito notar que toda questão relativa ao trabalho ou emprego nas colónias é de exclusiva competência governador locais, prometeu-me que interessará competentes autoridades de Lourenço Marques para serem possivelmente concedidas facilidades de emprego aos nossos compatriotas náufragos de *Nova Scotia*». Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1931-1945)*, *Portogallo-possedimenti, busta 4, fascicolo 4, sottofascicolo 1*.

#### 2.4) *A história de alguns náufragos que permaneceram em Moçambique*

A queda fascismo deixou atrás de si aquela glória que a Itália tinha procurado, abrindo ao mesmo tempo um período de confusão interna que inevitavelmente se reflectiu também fora das fronteiras nacionais e sobre o destino dos italianos que se encontravam no estrangeiro. Referimo-nos em particular – com a Itália dividida a metade e o Rei fora da capital – às dificuldades de comunicação que existiam entre o centro (instituições, ministérios) e a periferia (representações diplomáticas e consulares). No que se refere a Lourenço Marques, com a nomeação de Badoglio por parte do Rei Vítor Manuel III como chefe do Governo italiano, o Régio cônsul Campini – que decidiu optar pela República Social Italiana – foi expulso de Moçambique e desterrado para a ilha da Madeira no seguimento do reconhecimento por parte de Portugal do novo executivo italiano.<sup>422</sup> (Somente em Setembro de 1945 a Itália tornará a ter um seu Régio representante consular em Lourenço Marques, o dr. Guido Coen).

Por causa desta situação, diminuem enormemente, quase até se esgotarem, as fontes a nós conhecidas sobre as aventuras dos 119 náufragos do *Nova Scotia*.

É dado saber que, com o fim da guerra, esses e os outros refugiados de guerra, encontraram-se perante a escolha de repatriar ou permanecer em Moçambique.<sup>423</sup> O navio português “Niassa”, que partiu de Lourenço Marques para Lisboa em de 4 de Abril de 1946, transportava para a Europa a maior parte daqueles que decidiram regressar à pátria. Para o resto, ficam só algumas histórias pessoais – aventuras, simples, curiosas, comoventes, humildes – de alguns dos 119 que decidiram permanecer em Moçambique. Iremos contá-las brevemente, através de testemunhos de pessoas que conheceram esses náufragos ou por artigos publicados nos órgãos de informação

---

<sup>422</sup> O telegrama n°246/3 de 4.X.1943 proveniente de Lisboa e endereçado ao Governador Geral de Moçambique assim recitava: «Estado pára Consulado Lourenço Marques retido porque estado compreende governo reconhecido por Portugal e não governo fascista revolucionário». Cf. AHM. Fundo: Século XX, Governo Geral, Política Externa, cota 313.

<sup>423</sup> Correspondencia interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Roma demonstram que muitos naufragos do *Nova Scotia* decidiram repatriar; Cf. ASD-MNE, *Serie Affari Politici (1946-1950)*, *Portogallo-possedimenti, busta 1, fascicolo 7*

moçambicana (para aqueles casos que suscitaram suficiente curiosidade entre os jornalistas desta terra).

#### **2.4.1) Emanuele Ganci (sapateiro)**

Emanuele Ganci, calabrese, originário da província de Catanzaro, tinha participado na guerra da Abissínia e, sucessivamente, esteve-leceu-se na África Oriental Italiana. Durante a Segunda Grande Guerra foi capturado pelos ingleses e embarcado no *Nova Scotia*. Numa entrevista concedida ao quotidiano “Notícias” em 1967, assim conta ele aquela manhã de 28 de Novembro de 1942: «A água, tranquila e límpida naquele sitio abriu-se de repente e o navio mergulhou nas profundezas. Foi um momento de horror, de confusão e de medo».<sup>424</sup>

Ganci nadou durante seis horas, quando, já exausto, lhe apareceu imprevistamente uma tábua flutuante à qual se agarrou e da qual pôde ver o que restava do naufrágio: caixas, barris, bocados de madeira, traves partidas. Quando se sentiu agarrado de maneira segura à tábua, conseguiu agarrar pelos cabelos um inglês, pondo-o a salvo. Foi assim que começou uma longa e imensa agonia de 52 horas junto com aquele desconhecido, até a pouco antes seu inimigo, que imprevista-mente se tinha transformado seu companheiro de destino.

O Afonso de Albuquerque, como sabemos, pôs fim ao sofrimento dos náufragos, antes que em Lourenço Marques fossem acolhidos e acudidos junto das estruturas colocadas à disposição pelas autoridades portuguesas.

Emanuele Ganci viveu dez anos em Lourenço Marques antes de se transferir para Tete, uma cidade no Nordeste de Moçambique, capital da actual provincia homónima, que se estendia numa faixa de terra que constitui quase um *enclave* de terra moçambicana entre os territórios do Zimbabwe, da Zâmbia e do Malawi. Aqui, naquela que se tinha tornado a sua segunda pátria, desenvolveu a profissão de sapateiro antes de morrer em 1971. Não tinha esquecido, porém, a

---

<sup>424</sup> Cf. “Sobrevivente da guerra da Abissínia e do naufrágio do “Nova Escócia” confia ao “Notícias” as suas recordações”, em <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques, 24 Agosto 1967.

sua primeira pátria: tinha chamado, de facto, a sua primogénita com o nome de *Italia Morena*.

#### **2.4.2) Vitale Moffa (engenheiro)**

O engenheiro Moffa, molisano de Campobasso, trabalhava no sector das grandes infra-estruturas civis na África Oriental Italiana antes de ser embarcado no *Nova Scotia*.

Desembarcado como sabemos em Lourenço Marques, após o tratamento recebido no hospital Miguel Bombarda da capital moçambicana, permaneceu desocupado – como a maior parte dos 119 náufragos – durante três anos, até ao fim do segundo conflito mundial. A situação de confusão que a guerra tinha inevitavelmente trazido consigo também para Moçambique, fez pensar no repatriamento, que pediu através da Cruz Vermelha Internacional.<sup>425</sup>

Em seguida porém, também devido às dificuldades concretas que as autoridades italianas encontravam imediatamente a seguir à guerra para repatriar as diversas centenas de refugiados italianos que se encontravam no Moçambique português, ficou na terra que o tinha acolhido. Após ter obtido em Julho de 1946 a habilitação pelas autoridades portuguesas ao exercício da livre profissão de engenheiro civil,<sup>426</sup> geriu em Lourenço Marques desde os anos Cinquenta um gabinete técnico de projecto e construção civil, juntamente com um outro náu-frago, Angelo Zollezzi. Naqueles anos, também um outro italiano, o arquitecto Paolo Gaddini tinha-se associado a Moffa. Este último tornou-se um conhecido e apreciado engenheiro. Permaneceu em Moçambique até 1976, quando – com o fim do domínio português – decidiu regressar a Itália.

Exerceu a sua actividade principalmente na então província do Sul do Save, nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane. Sobretudo neste último distrito projectou diversas construções, tais como a nova Catedral da cidade de Inhambane, a igreja da missão de Maumelane (perto de Vilankulos) e a igreja da missão de Mambone,

---

<sup>425</sup> Cf. ASD-MAE, *Serie Affari Politici (1946-1950),Portogallo-possedimenti, busta 1, fascicolo 2 (internati)*

<sup>426</sup> Cf. Decreto da Direcção dos Serviços das Obras Públicas de 5 de Julho de 1946, in: <<BOLETIM OFFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n.º 28, de 13 de Julho de 1946.

na fronteira com a província de Sofala. A ideia para o projecto da igreja de Mambone, belo exemplo de arquitectura moderna que não deixou de receber elogios na imprensa moçambicana da época,<sup>427</sup> nasceu na mente de Moffa durante uma festa, observando a rolha de uma garrafa de champanhe, que cortada pela metade podia oferecer a ideia para o desenho da planta de uma igreja.<sup>428</sup>

O engenheiro Moffa foi durante cerca de trinta anos um dos expoentes mais em vista e mais estimado da comunidade italiana em Lourenço Marques, tendo também exercido por mais de 15 anos o cargo de Presidente da Associação de beneficência “*Casa d’Italia*”, da qual foi incansável animador.<sup>429</sup>

### **2.4.3 Mario De Pizzol (mecânico)**

Mario De Pizzol é provavelmente – entre os 119 náufragos – aquele que se manteve mais vivo na memória dos italianos residentes antes em Lourenço Marques e depois em Maputo. Entre os sobreviventes do *Nova Scotia* que ficaram em Moçambique, ele é, de facto, o que viveu mais tempo. Faleceu com a idade de 86 anos em Johannesburg, em 1997. Muitos dos italianos (e não) que ainda hoje residem na capital moçambicana podem contar de ter conhecido De Pizzol.

Originário de Conegliano Veneto, De Pizzol exerceu em Moçambique diversas profissões. Não obstante tivesse sido mecânico na sua juventude, profissão que tinha exercido na África Oriental Italiana antes de ter sido feito prisioneiro, ao momento da sua chegada a Lourenço Marques se tornou um pequeno empresário no sector dos transportes.

Acabada a guerra, ele regressou à Itália, onde se casou, e logo a seguir voltou para Moçambique com a família; nesta sua segunda residência moçambicana, De Pizzol criou uma pequena

---

<sup>427</sup> <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 02.VIII.1967

<sup>428</sup> Padre AMEDEO MARCHIOL, *Entrevista com o autor*, Maputo 13.VII.2004.

<sup>429</sup> PIERO CATTANA, *Entrevista com o autor*, Maputo, 04.VI.2004. O Sr. Cattana – juntamente ao Sr. Domenico Borriello, é actualmente o italiano residente a Maputo com mais anos vividos em Moçambique. Nos anos sessenta do século passado, Cattana foi por diversos anos o secretário da “Associação de Beneficência *Casa d’Italia*”. Falar-se-á profusamente de Cattana no último capítulo deste livro.

empresa (1952) com um português, a *Pio & Pizzol, Limitada* que se dedicava ao comércio e à importação e exportação de vários produtos.<sup>430</sup> Por fim, ocupou-se também no sector da construção, dando vida a uma pequena sociedade de trabalhos de construção civil, com a qual se dedicava principalmente a trabalhos de reestruturação.

De Pizzol era um homem generoso, bom mas ao mesmo tempo muito determinado e patriota. Nos últimos anos da sua existência começou a dar alguns sinais de profunda melancolia e tristeza ao recordar o episódio do naufrágio do *Nova Scotia*.<sup>431</sup>

Ele tornou-se bastante famoso na cidade por ser um habilíssimo jogador de *poker*, jogo muito na moda naqueles anos em Lourenço Marques. O sítio habitual onde ele punha à mostra a sua habilidade com as cartas era o Clube Naval, um dos mais antigos *clubes* fundado pelos colonos portugueses em Lourenço Marques, onde ainda hoje todos o recordam com grande afecto e admiração.

#### **2.4.4) Francesco Mercuri (agricultor)**

Francesco Mercuri encontrou-se em Moçambique com a idade de 53 anos, após ter sobrevivido – antes que ao trágico naufrágio do *Nova Scotia* – a bem três guerras.

Numa entrevista concedida ao jornal de Lourenço Marques “*A Tribuna*” em 1968, ele contava aquelas horas dramáticas passadas no mar após o torpedeamento do navio britânico: «Sabia-se da presença dum submarino rondando o navio. Devíamos chegar às quatro horas da tarde a Durban mas fomos torpedeados às nove e vinte minutos da manhã. Em sete minutos o barco foi a pique. Salvaram-se alguns que saltaram para o mar. Eu saltei. Lembro-me perfeitamente. O navio afundou de proa, levantando a popa ainda com os hélices a girar e desapareceu num turbilhão».<sup>432</sup> Também Mercuri foi quase apanhado por esse turbilhão. Conseguiu com

---

<sup>430</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Serie>>, n°46 de 15 Novembro 1952, p. 646. O sócio de De Pizzol chamavasi Rui Vieira Pio Quinto.

<sup>431</sup> JOÃO CRUZ, *Entrevista com o autor*, Maputo segunda-feira de Páscoa de 2005. O senhor Cruz, chegado a Moçambique em 1931 com a família proveniente de Angola, é um dos mais antigos sócios do Clube Naval, bem como companheiro de jogo de Mario De Pizzol.

<sup>432</sup> “Tropeçando em todas as guerras acabou por vir parar a Lourenço Marques”, in: <<A TRIBUNA>>, N° 1417, ano V, Lourenço Marques 14 de Maio de 1968, última página.

quatro náufragos agarrar-se a um destroço que não teria mais que um metro e vinte de comprimento. Tinhas os olhos quase queimados da nafta largada pelo navio. O submarino emergiu e recolheu um náufrago. Depois submergiu.<sup>433</sup>

«Passei dois dias e duas noites no mar – contava Mercuri – não acreditávamos em socorros. Dois companheiros desapareceram durante a noite. Rezámos e chorámos. Certa manhã surgiu um avião português a sobrevoar a área. Mais tarde o navio de guerra Afonso de Albuquerque recolhia-nos». <sup>434</sup> Na entrevista, Mercuri explicava também o que tinha acontecido, confirmando desta maneira o que foi por nos escrito nas páginas precedentes: o comandante do navio alemão informado da existência de prisioneiros italianos no Nova Escócia pelo náufrago recolhido, comunicara ao submarino almirante da esquadra do Canal de Moçambique. O submarino almirante comunicara a Berlim que comunicara a Lisboa que telegrafara a Lourenço Marques que enviara o avião e o Afonso de Albuquerque.<sup>435</sup>

Após ter sido salvo pelo Afonso de Albuquerque, Mercuri, nativo de Catanzaro, decidiu ficar em Moçambique, para onde fez também vir a sua mulher. Em proximidade da cidade da Matola, na altura chamada Vila Salazar, criou uma pequena empresa agrícola dedicada ao cultivo de papaia e de piri-piri.

Antes da calma, finalmente encontrada, da vida de campo no interior moçambicano, Mercuri foi protagonista de uma vida bastante aventureira. Ele participou na primeira Grande Guerra, onde combateu na Cirenaica, na guerra civil espanhola, durante a qual integrava o exército italiano que ia em socorro dos franquistas, no combate da batalha de Guadalajara, e na segunda Grande Guerra, em seguida foi capturado e feito o prisioneiro pelos ingleses na África Oriental Italiana.

---

<sup>433</sup> *Ibidem.*

<sup>434</sup> *Ibidem.*

<sup>435</sup> *Ibidem.*

#### 2.4.5) Angelo Cherchi (empregado)

A chegada de Angelo Cherchi a Lourenço Marques deve ter sido saudada com alegria por parte dos italianos que já viviam na capital de Moçambique.

Ele, de facto – originário da província de Sassari –, fundou uma fábrica para a produção de pasta, a *CERES – Indústrias Alimentares, Limitada*, que tinha as suas principais fábricas na *Rua de João das Regras*.

Tais instalações já lhe pertenciam por uma sua precedente actividade sempre no mesmo sector. No estatuto da sociedade, registada em 11 de Agosto de 1964, pode-se ler que o objecto social era «o exercício do fabrico de massas alimentícias especiais com ovos e espinafres, de tipo italiano [...]».<sup>436</sup> Pelo facto de ser italiano e se tratar de produzir pasta italiana, Cherchi era a alma da sociedade, ainda hoje existente, também se de há algum tempo não mais em produção.

Bastante breve, todavia, foi a vida societária do Cherchi dentro da *CERES*: ele separou-se dos seus sócios para fundar uma outra empresa (desta vez artesanal, de menores dimensões e já não mais industrial) para a produção de pasta e especialidade alimentares italianas, entre as quais os *grissini*, que os portugueses de Lourenço Marques apreciavam muitíssimo. A nova empresa fundada por Cherchi chamava-se *CERVINO ALIMENTARI Lda*, com sede já não na periferia, mas na capital.<sup>437</sup>

Ele fornecia todos os supermercados, restaurantes e hotéis de Lourenço Marques. Vendeu a actividade nos anos setenta, para regressar a Itália.

---

<sup>436</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Serie>>, nº33 de 22 Agosto 1964, p. 858.

<sup>437</sup> Padre GABRIELE da MERANO, *Entrevista com o autor*, Maputo 28.II.2005. Logo após a Independência, quando o novo governo impunha a todos os estrangeiros de terem um trabalho para poderem permanecer em Moçambique, também os missionários foram obrigados a procurar emprego. Padre Gabriele de Merano foi director durante algum tempo da Cervino Alimentari, empresa ainda hoje existente em Maputo, trabalhando com Cherchi.

#### **2.4.6) Giuseppe Bianchi (mecânico)**

O toscano Giuseppe Bianchi, originário da província de Massa Carrara, tornou-se o mecânico de automóveis mais quotado e mais procurado de toda a Zambézia.

Apreciado por todos, italianos, portugueses e ingleses, estes últimos presentes em grande número na Zambézia devido à localização naquela região moçambicana de diversas companhias privadas com capitais britânicos, Bianchi possuía um autêntico talento profissional oltre para além de ser um verdadeiro cavalheiro.

Ele transferiu-se para a Zambézia logo após ter desembarcado do Afonso de Albuquerque, para entrar ao serviço da Companhia do Boror em qualidade de chefe de oficina da sede de Mocuba daquela companhia. Bianchi vivia – sem família – no meio da floresta entre Mocuba, segundo centro mais importante da Zambézia após Quelimane, e Namanjavira.

Era o único italiano que naqueles tempos vivia estavelmente naquela região de Moçambique, à parte os padres capuchinhos de Trento. Com eles, portanto, Bianchi relacionava-se principalmente e a eles prestava continuamente ajuda gratuita nas reparações das viaturas todo o terreno, tão preciosas naqueles tempos nas zonas rurais.

Era também um apaixonado e valente caçador, e nas batidas que organizava fazia-se acompanhar pelo padre capuchinho de Trento, Teodoro Pooli.<sup>438</sup>

#### **2.4.7) Carlo Dominione (jornalista)**

Nesta última história estamos perante o caso de um naufrago que não permaneceu em Moçambique mas que decidiu regressar à pátria uma vez terminadas as acções bélicas. Todavia, pela particular intensidade e tenacidade com a qual viveu os breves quatro anos que passou em Lourenço Marques, parece-nos obrigatório recordar aqui o jornalista Carlo Dominione, originário do Veneto, que não deixou de

---

<sup>438</sup> *Ibidem.*

oferecer a sua contribuição à imprensa laurentina durante os anos da guerra.

Em qualidade de redactor estenógrafo (era contabilista e professor de estenografia) articulista, correspondente de guerra, Dominione trabalhava no jornal “Il Corriere Eritreo” em Asmara, onde tinha entrado em 1939. A sua carreira jornalística começou em 1938 em Itália admitido pelo “*Popolo d’Italia*”.

Enquanto se encontrava em Asmara rebentou a guerra e, em 1941, com a conquista da Eritreia pelas tropas inglesas, o “Corriere Eritreo” foi confiscado e continuou a publicação sob o controle britânico. Dominione e outros colegas decidiram porém deixar o jornal e fundaram um outro, “*OMNIA*” (do qual a sua família ainda hoje conserva algumas cópias); não foi fácil a vida do novo jornal, porque falava sobretudo de italianidade numa terra que já não era italiana.

Com o evoluir da guerra, também Dominione foi apanhado, feito prisioneiro e internado num campo de concentração com outros colegas de trabalho, até ao dia do embarque de quase todos os prisioneiros civis e militares italianos no *Nova Scotia*.

Após os factos conhecidos e o salvamento dos náufragos italianos pelo Afonso de Albuquerque, Dominione viveu em Lourenço Marques até 1946. «Recordava sempre com tanta gratidão – é a mulher de Dominione que conta – o acolhimento recebido tanto pela população como pelas autoridades à sua chegada a Lourenço Marques, onde sem mais do que nada, exausto e coberto só por um par de calças laceradas, foi alimentado, vestido, curadas as feridas que fez durante o naufrágio. Logo que possível procurou um trabalho, mesmo humilde, para não pesar sobre os outros».<sup>439</sup>

O primeiro trabalho que lhe foi oferecido foi o de guarda dos trabalhadores indígenas numa plantação de cana de açúcar, pouco fora da capital. Era estimado por todos, tanto pelos capatazes como pelos seus chefes, os quais perceberam logo o seu valor moral e as suas capacidades organizativas. Ensinou-lhes como organizar a contabilidade e de seguida para viver dignamente deixou aquele trabalho e dedicou-se primeiro a administrar alguma empresas e depois a ensinar contabilidade num instituto secundário da capital.

---

<sup>439</sup> INA MARIA GALLINARI DOMINIONE, *Carta endereçada ao autor*, 10.III.2005.

Por último, conseguiu também exercer a sua verdadeira profissão, a de jornalista: primeiro colaborou com o jornal “África Ilustrada”, desde o primeiro número (do qual conservou alguns números), redigido em Lourenço Marques em Abril de 1945; nessa ocasião deleitou-se escrevendo na língua de Camões, que conhecia. Colaborou também no jornal “Lourenço Marques Guardian” para além do “Notícias” e do “Eco dos Sport”.

Após o período laurentino, conseguiu permitir-se a compra de um bilhete aéreo que o teria levado a Lisboa; dali, como pôde, e com um pouco de sorte conseguiu chegar à Pátria, onde entrou em Maio de 1946.

## 2.5) Epílogo

O Afonso de Albuquerque, quando foi chamado para a sua missão de salvamento, encontrava-se por pura casualidade atracado no porto de Lourenço Marques, onde tinha chegado no dia anterior. De facto, precisamente nesses dias tinha feito uma escala em Moçambique durante uma viagem de treino para os novos cadetes, durante a qual tinha escalado todos os portos africanos possuídos por Portugal.

Quando o navio português que salvou os italianos desta tremenda aventura aprestava-se a deixar a capital moçambicana para partir para o largo e navegar até Lisboa, quatro representantes italianos em nome dos sobreviventes do naufrágio do *Nova Scotia*, chefiados por Dominione, foram a bordo do Afonso de Albuquerque para agradecer sentidamente o comandante do navio lusitano. Naquela ocasião, os italianos entregaram ao comandante português uma placa de prata onde estava escrita, em língua italiana, a seguinte dedicatória: “*i naufraghi italiani del Nova Scotia come pegno di riconoscimento all’eccellentissimo signor comandante, ufficiali ed equipaggio dell’avviso Alfonso de Albuquerque. Oceano Indiano 29.IX.1942, XX° E.F. – Lourenço Marques 10.I.1943, XX° E.F.*”<sup>440</sup>

É talvez obrigatório, mais que oportuno, recordar que o Afonso de Albuquerque teve um triste fim. Encontrava-se a apoiar

---

<sup>440</sup> Cf. <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 14.III.1943, p. 1.

um combate sem esperanças, contra alguns lança-torpedeiros, quando foi afundado pela sua própria tripulação ao largo de Goa, em Dezembro de 1961, quando a Índia atacou aquela possessão portuguesa.

Um monumento em memória dos prisioneiros italianos engolidos pelo Oceano Índico foi erigido em Hillary, Durban, junto à costa onde o mar restituiu 120 dos mais de 600 italianos que pereceram no naufrágio do *Nova Scotia*.

Em Adi Kwala, na Eritreia, na igreja dedicada a Santa Rita, encontram-se as lápides que recordam todos os italianos mortos no naufrágio do *Nova Scotia*.

## CAPÍTULO II

### **A segunda vaga missionária italiana: os combonianos (1946), os dehonianos (1947) e os capuchinhos (1947)**

«**O**s ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, se não houver missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e com o Governo, chamar missionários estrangeiros, que serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa na condição de declararem a submissão às leis e aos tribunais portugueses. Tal submissão será a que convém a eclesiásticos».<sup>441</sup>

Assim reza textualmente o segundo artigo do Acordo missionário, assinado na Cidade do Vaticano a 7 de Maio de 1940 entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Este acordo é com toda a probabilidade desconhecido para muitos, mas é de notável importância para o assunto de que trata este livro, porque foi o instrumento através do qual muitíssimos italianos (missionários católicos) tiveram a possibilidade de pôr o pé em Moçambique, a partir dos anos quarenta do século passado.

A Concordata e o respectivo Acordo missionário de 1940 introduziram importantes novidades, a que fizemos já referência no segundo capítulo da segunda parte do livro: em primeiro lugar, foram criadas no território moçambicano as arquidioceses de Lourenço Marques e as dioceses da Beira e de Nampula e, como consequência, foi extinta a prelazia de Moçambique. Em segundo lugar, e este é o ponto que nos interessa, os três bispos de Moçambique podiam agora chamar os missionários estrangeiros para trabalhar nas suas dioceses, confiando-lhes missões, paróquias, escolas, etc.

A tão esperada abertura portuguesa à presença missionária estrangeira nos seus territórios do Ultramar punha fim a uma incongruência que até então havia estado presente em Portugal, sobretudo com o advento do Estado Novo salazarista. A

---

<sup>441</sup>ERMINIO LORA, (org.), ob. cit., p. 985.

incongruência consistia no facto de, por um lado, a República Portuguesa considerar a religião católica a religião de estado e dar amplo e elevado valor à difusão desta junto das populações indígenas das suas colónias, mas por outro lado não conseguir dispor de suficiente pessoal missionário ou clero secular para poder mandar às pequenas e remotas comunidades dos matos moçambicanos, angolanos ou guineenses, a fim de realizar a nobre e difícil tarefa a que se propunha.

Haviam passado mais de vinte anos desde o momento em que os padres da Consolata e os de Monforte tinham chegado aos territórios controlados pela Companhia do Niassa, mas em Moçambique o tema (ou obstáculo a superar) continuava a ser o mesmo: muitas terras por evangelizar e poucos sacerdotes. Sobre esta situação, há um episódio que remonta a 1936, quando na Cidade do Vaticano Dom Teodósio de Gouveia, já reitor do Colégio português em Roma, foi nomeado prelado de Moçambique: antes da sua partida para Lourenço Marques, o papa Pio XI disse-lhe: “Excelência, vá e trabalhe bem, chame missionários e tire do mapa religioso de África este ponto obscuro de Moçambique!”<sup>442</sup>

Assim, o Acordo missionário de 1940 ofereceu a possibilidade aos bispos das três dioceses moçambicanas de colocar uma pedra sobre o passado e olhar finalmente para o futuro: o facto de muitos deles terem ocorrido, apenas lhes foi possível, em ajuda de congregações missionárias estrangeiras, é a evidência de que a incongruência de que falámos acima havia criado obstáculos ao trabalho de evangelização.

No que respeita às congregações e às ordens religiosas italianas, a abertura portuguesa (Maio 1940) coincidiu infelizmente com a entrada em guerra da Itália (Junho 1940), o que entrou significativamente a partida de novos missionários para Moçambique. Será, por conseguinte, somente após o fim do conflito mundial que chegarão os Filhos do Sagrado Coração de Jesus, mais conhecidos como combonianos (1946), seguidos mais tarde pela província italiana dos Sacerdotes do Coração de Jesus, comumente conhecidos pelo nome de dehonianos (Março de 1947), e os frades menores capuchinhos (Agosto de 1947).

---

<sup>442</sup> Cf. <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, cadernos do SAM (Secretariado Actividades Missionárias dos padres dehonianos), Milão, n.º 49, p. 48.

Estes juntavam-se aos padres e às irmãs do instituto turinês da Consolata, presentes em Moçambique havia já dois decénios, e precediam outras congregações religiosas que daí a pouco tornariam mais numeroso o grupo “dos italianos” em Moçambique: as Filhas de Maria Auxiliadora (irmãs salesianas), que chegaram em 1952, e as *Pie Madri della Nigrizia* (irmãs combonianas), que chegaram em 1954; a estas, mais tarde, seguiriam outras menores nos anos sessenta.

Neste capítulo, ocupar-nos-emos essencialmente dos combonianos, dehonianos e capuchinhos, que portaram uma fecunda presença italiana às terras de Nampula, Tete, Beira e Zambézia. Aludindo a eles e à sua actividade nos trinta anos de trabalho em terra moçambicana sob o domínio português, não dizemos muito de novo em relação a quanto os próprios missionários disseram e contaram.<sup>443</sup> A sua obra foi – e é – ampla e frutuosa, ainda que frequentemente não se lhe faça menção (salvo, no passado, quando algum missionário foi raptado ou assassinado por grupos guerrilheiros).

Em geral, por isso, há pouco conhecimento sobre as actividades que estes desenvolvem. Há quem não julgue oportuno que haja ainda missões, ou quem argumente que os missionários de certa forma impõem a cultura “eurocêntrica” a nações que têm uma cultura própria. Outros ainda julgam que o trabalho que os missionários realizaram em tantos séculos não contribuiu para melhorar as situações de subdesenvolvimento em que muitos países menos avançados ainda se encontram.

Quanto a nós, podemos afirmar – por os termos visto a trabalhar – que os missionários não perdem tempo a discutir. Eles continuam tenazmente a levar avante o seu trabalho, ensinando às pessoas a alimentar-se de forma adequada, a beber água limpa, a prevenir e curar as doenças, a mandar os filhos à escola, a desenvolver-se segundo a sua própria identidade.

Por estas razões, os três grupos missionários chegados a Moçambique no segundo pós-guerra encontram um justo espaço – tal

---

<sup>443</sup> Sobre os combonianos, vejam-se: ARNALDO BARITUSSIO, *Mozambico. 50 anni di presenza dei missionari comboniani*, EMI, Bologna 1997; sobre a experiência dos padres dehonianos, vejam-se: P. ANÓNIMO S.C.J., *Caro Padre Dehon – cartas do padre Anónimo s.c.j. escritas ao padre Dehon, sobre os primeiros cinquenta anos da Congregação dos Sacerdotes do S. Coração em Moçambique*, s.d., e MAGGIORINO UBALDO MADELLA, *Os Sacerdotes do Coração de Jesus em Moçambique, 1947 – 1997. 50 anos de presença missionária*, dactilografado, Maputo 1998. Finalmente, no que concerne à ordem dos frades menores capuchinhos, Cf. VITO VALLER, *In Africa con Francesco d’Assisi – 50 anni dei cappuccini di Trento in Mozambico*, EMI, Bologna 1998 e FRANCESCO MONTICCHIO e GIUSEPPE BARTOLOMEO, (org.), *I cappuccini di Puglia – 40 anni di cammino in Mozambico*, Italgrafica Sud, Bari 1991.

como foi com os padres turineses da Consolata – neste livro: esses, no fim de contas, para além do seu trabalho de evangelização (cuja análise não nos compete), permitiram às populações moçambicanas habitando as zonas mais arredadas e desconhecidas pelo homem europeu conhecer e apreciar a humanidade, a laboriosidade, a inteligência e a alegria do povo italiano.

### *1) Os inícios da missão comboniana (1946-1947)*

Nos inícios de 1946, o então arcebispo de Lourenço Marques, Dom Teodoro Clemente de Gouveia, nomeado cardeal, devia ir a Roma para receber a púrpura. Na viagem para a capital italiana, foi obrigado a uma paragem em Cartum e ali teve a ocasião de conhecer o trabalho que os missionários de padre Comboni realizavam há já muitos decénios. Ficou admirado com o método lá seguido e sendo portador do pedido que lhe fora feito pelo bispo de Nampula, Dom Teófilo de Andrade, relativo ao envio de missionários expertos no contacto com os muçulmanos, não perdeu tempo e apressou-se a enviá-lo à Secretaria de Estado vaticana, a qual por sua vez o endereçou aos superiores dos missionários veroneses.<sup>444</sup>

Foi deste modo que o superior geral dos combonianos, padre Antonio Vignato, recebeu o pedido de enviar missionários seus para o Moçambique português, para uma diocese – a de Nampula – que na época compreendia todos os territórios setentrionais da colónia lusófona, inclusive os de Niassa e de Cabo Delgado. A pessoa em quem o padre Vignato imediatamente pensou para levar a cabo esta tarefa foi padre Giuseppe Zambonardi, a quem foi pedido que se dirigisse a Nampula para se encontrar com Dom de Andrade e com ele discutir as condições de criação de missões combonianas.

Padre Zambonardi trabalhava nessa época nas missões combonianas do Sudão e, não obstante a sua não tenra idade (tinha então 62 anos, dos quais mais de vinte passados nas missões sudanesas de Bahar-el-Gebele), era considerado um excelente missionário, em particular no que dizia respeito à prática de fundar

---

<sup>444</sup> ARNALDO BARITUSSIO, ob. cit., p. 23.

novas missões.<sup>445</sup> Depois de ter tomado alguns dias para avaliar a proposta de padre Vignato, a 13 de Abril de 1946 padre Zambonardi respondeu ao seu superior geral escrevendo: «Aceito. Aguardo ordens».<sup>446</sup>

As ordens foram de ir quanto antes para Moçambique, a fim de encontrar Dom Teófilo de Andrade. Tomamos amplos trechos das informações que Baritussio nos fornece, para contar sobre a viagem de padre Zambonardi e sobre a sua chegada à colónia portuguesa.

Aceite a incumbência, padre Zambonardi transferiu-se para Cartum e, enquanto esperava o momento da partida para Moçambique, procurou entrar em contacto com o cônsul britânico em Lourenço Marques e com o cardeal de Gouveia para anunciar a sua chegada, sem contudo receber nenhuma resposta.<sup>447</sup> Entretanto, «estudava português e copiava o Acordo missionário de 1940 estipulado entre a Santa Sé e Portugal. [...] Das notas dos seus diários pessoais sobre Moçambique, chegamos a saber que padre Zambonardi deixou Cartum a 29 de Junho de 1946, dia da festa dos SS Apóstolos Pedro e Paulo, num avião da *Air France* para Madagáscar. Fez escala em Malakal-Juba e em Nairobi, de onde partiu a 30 para Lindi e depois para Lumbo, na costa de Moçambique. Daqui, foi levado num barco a motor à cidade de Moçambique, da ilha homónima, lá chegando às 17,30 de 1 de Julho. Hóspede do pároco local, aí pernoitou, prosseguindo no dia seguinte para Nampula».<sup>448</sup>

A 3 de Julho foi recebido pelo bispo, Dom Teófilo de Andrade, com o qual discutiu a construção de uma missão comboniana segundo as orientações recebidas. Ficou decidido de imediato que a zona confiada aos combonianos seria a do litoral da província de Nampula, mesmo em frente à Ilha de Moçambique – outrora um glorioso bastião português em meio ao Oceano Índico e lugar de encontro entre Oriente e Ocidente, mas que a incúria do homem e a inclemência dos agentes atmosféricos tinham levado à implacável decadência.

---

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>446</sup> Cf. G. FRANZELLI, *Radiografia de um pioneiro*, in: <<ALÉM-MAR>>, Lourenço Marques, nº 12, 1970, pp.17-21.

<sup>447</sup> O Régio Consulado da Itália em Lourenço Marques havia funcionado regularmente até Setembro de 1943. Durante os acontecimentos bélicos este ficou sem um titular, como vimos a seu tempo, até Setembro de 1945.

<sup>448</sup> ARNALDO BARITUSSIO, *ob. cit.*, pp. 25-26.

Com exactidão, a área que os missionários veroneses deveriam evangelizar era canonicamente chamada “arciprestado de Mossuril” e compreendia as circunscrições territoriais de Mossuril, Nacala-a-velha, Memba e Eráti. Tinha uma superfície de cerca de vinte e dois mil quilómetros quadrados e estendia-se em boa parte pela costa do Oceano Índico, incluindo também um interior assaz amplo. A extensão da presença comboniana para além da zona costeira – quase totalmente islamizada, para além de pouco salubre – era uma exigência que padre Zambonardi havia apresentado ao bispo de Nampula, por indicação expressa do seu superior geral. O decreto de constituição do arciprestado de Mossuril foi oficialmente aprovado a 4 de Outubro de 1947 pelo bispo de Nampula.

Numa das primeiras cartas escritas ao seu superior geral, padre Zambonardi aparecia entusiasmado com o acolhimento recebido e falava das características da área de evangelização que era atribuída aos combonianos. Por outro lado, fundar novas missões parecia mais fácil do que se podia imaginar, porque o Governo português, à luz do Acordo missionário, corria paralelamente à Igreja e apoiava financeiramente as missões.<sup>449</sup>

Padre Zambonardi estabeleceu-se inicialmente em Nampula, onde – desde o momento da sua chegada até ao fim de 1946 – teve de refrear a sua alma laboriosa; a única coisa a fazer era esperar os colegas de missão, que entretanto despachavam os processos de ingresso junto das competentes autoridades portuguesas. «Para um missionário da sua ténpera – [todavia] – não se punha o problema de como empregar o tempo. Tendo notado que os missionários presentes *in loco* se preocupavam muito pouco em aprender a língua local, havia começado a preparar um pequeno dicionário macua-português-italiano, depois da habitual ração diária de quinino».<sup>450</sup>

No início de Janeiro de 1947, o Nosso transferiu-se para a Ilha de Moçambique. «Dali podia encher os olhos com aquela que seria justamente considerada a cabeça de ponte da experiência comboniana em Moçambique: a pérola da baía homónima, Mossuril». Transcorridas poucas semanas, em torno da metade de Fevereiro

---

<sup>449</sup> O art. IX do Acordo missionário de 1940 rezava: «As corporações missionárias reconhecidas, masculinas e femininas, serão, independentemente das ajudas que receberão da Santa Sé, subsidiadas segundo as suas necessidades pelo Governo da metrópole e pelo Governo da respectiva colónia». Ainda mais, o art. X estabelecia que o Governo português continuaria, para além de dar os mencionados subsídios, a conceder gratuitamente terrenos disponíveis às missões católicas, para o seu desenvolvimento e para as novas fundações. Cf. ERMINIO LORA (org.), ob. cit., p. 989.

<sup>450</sup> Cf. ARNALDO BARITUSSIO, ob. cit., pp. 33-34.

decidiu estabelecer-se sozinho na missão de Mossuril, cansado de esperar os confrades que nunca mais pareciam chegar. «Para não perder tempo e não se deixar deprimir, tinha começado a concretizar uma ideia que não lhe saía da cabeça: abrir uma escola para indígenas. E vai daí, serrote, martelo e muita boa vontade para preparar as primeiras carteiras».<sup>451</sup>

Com o estabelecimento de padre Zambonardi em Mossuril, começava a segunda presença missionária italiana no Moçambique português, depois da dos padres da Consolata no Niassa. Os combonianos em Mossuril teriam igualmente dado início ao renascimento desta histórica missão, fundada presumivelmente nos primeiros anos do século XVI, ao mesmo tempo que a de Cabaçeira, no litoral conhecido pelos portugueses já desde a descoberta da Ilha de Moçambique por Vasco de Gama. Depois dos anos do glorioso poderio marítimo português, a igreja de Mossuril viveu um decadente declínio que culminou com os anos da primeira República portuguesa, quando pouco depois do Natal de 1923 foi definitivamente fechada e, em seguida, usada como depósito dos soldados portugueses. Somente por volta do fim dos anos trinta, a dez anos da chegada dos padres missionários de Verona, a igreja foi restituída ao prelado de Moçambique. Antes da chegada de padre Zambonardi, no entanto, nenhum sacerdote lá se tinha estabelecido.

Na segunda metade de 1947, os combonianos puderam dar início concreto ao seu trabalho missionário: a 13 de Julho, com efeito, a juntar-se a padre Zambonardi tinham chegado os padres Silvio Caselli, Quinto Nanetti e Michele Selis, enquanto em Outubro desembarcavam no litoral em frente à Ilha de Moçambique os irmãos leigos Lamberto Agostini e Riccardo Baggioli.

Poucos meses depois de terem chegado, padre Nanetti e frei Baggioli deixaram Mossuril e transferiram-se para o interior, com o objectivo de iniciar os trabalhos de fundação da primeira missão construída pelos combonianos em terra moçambicana: Carapira. Transcrevemos a viva narração de padre Zambonardi sobre a viagem exploratória para a primeira fundação: «Tinham chegado havia apenas um mês, quando iniciaram as sondagens com vista à abertura da primeira estação missionária. Em primeiro lugar, foi explorada a zona de Namarral, pouco distante de Mossuril e sede de uma futura leprosaria. [De seguida,] pareceu mais oportuno alargar a esfera de

---

<sup>451</sup> *Ibidem*, p. 38.

acção reservando Namarral para a capela catequística dependente de Mossuril. Passou-se, por isso, a explorar uma outra zona ainda mais virgem, dirigindo o olhar para Monapo. Fizeram-se pelo menos quatro vistorias, antes de fixar definitivamente o lugar da missão a erigir.

[...] Pelo fim de Outubro e com o consentimento do chefe tradicional do lugar, um certo Rumi, escolheu-se o vale Nomala e um planalto contíguo por desmatar, distante da província um quilómetro, mais ou menos, onde se construiria a primeira cabana. O lugar parecia óptimo. A água era abundante. O bosque, particularmente denso e atravessado por veios de basalto polidos pelo sol e pelas chuvas torrenciais de meia estação, parecia poder garantir madeira e também pedra».

Obtida a permissão das autoridades tradicionais e civis, o bispo – de passagem por Mossuril pela festa de 8 de Dezembro – também quis inteirar-se da adequação do lugar escolhido pelos missionários italianos para a fundação da nova missão. Acompanhado pessoalmente por padre Zambonardi ao lugar escolhido, Dom de Andrade, vendo-o ainda todo matagoso e selvagem, não ficou propriamente satisfeito (este é lugar para bichos e não para homens! – exclamou) e, depois de ter dado uma veloz olhada à cabana em construção, despediu-se e dirigiu-se para o automóvel que o levaria de volta para fora do mato, para a cidade, em silêncio e abanando a cabeça como a querer dizer: “estes italianos ou são doidos ou deve-se admirá-los”.<sup>452</sup> Os combonianos tinham começado a estar no meio do povo.

## 2) *Os inícios da missão dehoniana (1947-1949)*

Os dehonianos chegaram a Moçambique em Março de 1947, mas já desde 1940-41 se havia falado, na província italiana dos padres de Dehon, de uma possível missão naquela colónia portuguesa.<sup>453</sup>

---

<sup>452</sup> *Ibidem*, pp. 51-52.

<sup>453</sup> MAGGIORINO UBALDO MADELLA, ob. cit., p. 11.

Os seguidores de Dehon na Itália procuravam espaço para uma missão sua no estrangeiro. Naqueles anos, a reflexão orientava-se para a escolha de uma missão numa das colónias de Portugal, dada a possibilidade de subvenções previstas pelo Acordo missionário de 1940. Em África, entre Moçambique e Angola privilegiava-se esta última, provavelmente pela sua vizinhança a outras zonas de presença dehoniana (Congo belga, Camarões, etc.). A escolha de Moçambique foi pura coincidência.

Dom Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, cuja diocese compreendia na época os territórios da Zambézia, de Sofala e de Manica, havia feito notar à Santa Sé a urgente necessidade de dispor de novos missionários para evangelizar a região da Zambézia, uma das áreas mais populosas de Moçambique. Em Fevereiro de 1946, a decisão tinha já recaído sobre os Sacerdotes do Coração de Jesus da província italiana. Com toda a probabilidade, o facto de Dom Soares de Resende ter estudado em Bergamo – onde surgiu a primeira casa italiana da congregação de Dehon em 1907 – e ali ter conhecido os padres dehonianos favoreceu não pouco a velocíssima decisão.<sup>454</sup>

Como para todos os missionários estrangeiros – assim fora também com os combonianos –, Portugal constituía uma paragem obrigatória antes de chegar ao destino da missão nos territórios portugueses de Ultramar. Era oficialmente necessário “saber ler, falar e escrever correctamente o português”, antes de poder zarpar de Lisboa. Ademais, o Acordo de 1940 previa o direito ao pagamento das despesas de viagem dos missionários para chegarem às colónias, a cargo do Governo de Lisboa. Devia esperar-se, portanto, não poucos meses antes de poder ter o direito a um lugar num dos paquetes portugueses que serviam nas rotas dos oceanos Atlântico e Índico.

Os quatro padres dehonianos que foram designados para Moçambique, nomeadamente Pietro Comi, Agostino De Ruschi, Celestino Pizzi e Luigi Pezzotta, deixaram a Itália a 29 de Outubro de 1946 e permaneceram em Lisboa de Novembro daquele mesmo ano até Fevereiro do seguinte, à espera de receber a autorização para partir e, com isso, conhecer o dia da viagem. O dia fixado foi 12 de

---

<sup>454</sup> Padre ALDO MARCHESINI, *Entrevista com o autor*, Maputo 17.IX.2004. Dom Soares de Resende havia frequentado o curso de Ciências Sociais no Instituto de Ciências Sociais de Bergamo, depois de ter frequentado curso de filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana e antes de ser nomeado bispo da Beira a 21 de Abril de 1943. Por ter passado muito tempo em Bergamo, falava muito bem italiano.

Fevereiro de 1947. Zarpando de Lisboa no navio *Quanza*, os Nossos puseram o pé em terra moçambicana no dia 15 de Março sucessivo, aportando em Lourenço Marques. Aí se detiveram alguns dias, assim tendo tido modo de se encontrarem com o cardeal de Gouveia.

Da narração de padre De Ruschi retiramos as primeiras impressões dos quatro padres dehonianos sobre a sua terra de missão, no mesmo dia do seu desembarque na capital moçambicana: «Chegamos ao palácio arcebispal. Um negro que serve de porteiro anuncia-nos ao cardeal. Passados poucos minutos, somos recebidos por ele e por mais de uma hora entretemo-nos numa simples e cordial conversa. Fala-nos de política italiana e do nosso futuro campo de trabalho, a Zambézia. Disse-nos ser aquela uma região um pouco difícil pelo clima, mas de grande interesse religioso: há mais de um milhão de indígenas por converter; deste milhão, meio seria confiado aos cuidados dos padres do S. Coração. Falou-nos igualmente da necessidade de saber falar bem português para poder ensiná-lo bem nas escolas primárias;<sup>455</sup> [...] Disse-nos também que éramos poucos: eram necessários outros missionários. [...] Enfim, antes de se despedir de nós, convidou-nos a almoçar no dia seguinte».<sup>456</sup>

Cinco dias depois, a 20 de Março, os quatro missionários atracaram na Beira. Aqui foram recebidos com grande amabilidade pelo seu bispo, o qual – falando em italiano – lhes mostrou com pormenores a zona que lhes fora atribuída e o seu plano de evangelização para aquelas populações.<sup>457</sup> As duas missões que lhes tinham sido confiadas eram as de Alto Molócuè e de Nauela, duas localidades próximas da fronteira com a diocese de Nampula, na zona setentrional da Zambézia, habitada pela etnia dos *Elomwe*.

A relação entre Dom Soares de Resende e os dehonianos foi dominada por um grande sentimento de respeito e admiração recíprocos. O bispo encorajou sempre os missionários italianos, animando-os, estimulando-os e incentivando-os continuamente na sua acção evangelizadora e promotora do desenvolvimento humano. Por outro lado, em relação ao seu primeiro bispo em Moçambique, os padres dehonianos tiveram-lhe, e continuam a ter, uma elevada estima, como homem e como pastor. Ele era uma pessoa muito

---

<sup>455</sup> O art. XVI do Acordo missionário de 1940 dizia: «nas escolas indígenas missionárias é obrigatório o ensino da língua portuguesa, sendo completamente livre, em harmonia com os princípios da Igreja, o uso da língua indígena no ensino da religião católica». Cf. ERMÍNIO LORA (org.), ob. cit., p. 991.

<sup>456</sup> Cf. <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, cadernos do SAM (Secretariado Actividades Missionárias dos padres dehonianos), Milão, n.º 49, pp. 78-79.

<sup>457</sup> P. ANÓNIMO, S.C.J., ob. cit., p. 15.

simples e inteligente, com uma visão ampla e clarividente da população indígena e da política colonial do Governo português, face ao qual mantinha uma posição firme e exigente na defesa dos direitos dos africanos.

Dom Soares de Resende encaminhou e orientou os recém-chegados, no concernente ao trabalho a realizar e a possíveis dificuldades iniciais. Avisou-lhes que Moçambique tinha um novo Governador Geral, Gabriel Maurício Teixeira,<sup>458</sup> e despediu-se dos padres italianos deixando-lhes um conselho, sábio e válido ainda hoje para quem se apresta para a actividade missionária em África: «se quereis ser bons missionários, precisais de três coisas: primeiro paciência, segundo paciência, terceiro paciência!»<sup>459</sup> Registado o conselho, começou uma outra etapa da viagem que devia levá-los ao lugar que lhes tinha sido concedido.

Da Beira, os quatro sacerdotes de padre Dehon transferiram-se para Quelimane de barco; daí, de comboio, chegaram a Mocuba, uma pequena povoação em meio à savana zambeziana, onde viviam alguns funcionários estatais e outros tantos agricultores portugueses; um dos lugares mais abandonados de toda a colónia. Depois de terem aí pernoitado por uma noite, retomaram a viagem num autocarro (*machimbombo*), cujo ponto final – naquele tempo – era a localidade de Ile; por esse motivo, os quatro italianos tiveram que descer no cruzamento de Nampevo e daí, percorrendo outros cento e trinta quilómetros, seguir para Alto Molócuè num camião.

A missão de Alto Molócuè havia sido criada em 1940, poucos anos antes da chegada dos padres italianos, por obra de um sacerdote diocesano português. Todavia – o bispo da Beira fora explícito com os missionários dehonianos –, necessitava de ser revigorada e dinamizada; era, para além disso, necessário e urgente programar um trabalho sistemático de promoção humana e de evangelização.<sup>460</sup> O lugar da missão distava cerca de uma dezena de quilómetros da sede administrativa: era uma clara intenção dos missionários, a de fundar as sedes das missões distantes longe dos

---

<sup>458</sup> Damos aqui ênfase à alternância na administração da colónia moçambicana, pelo facto de, ao que consta, o predecessor de Teixeira, o Governador Geral José Tristão de Bettencourt (1940-1947), ter dito a Dom Soares de Resende, durante um diálogo com o bispo da Beira sobre a necessidade de convidar missionários estrangeiros para a colónia de Moçambique: “venham, venham, mas não missionários italianos”. Cf. <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, cadernos do SAM (Secretariado Actividades Missionárias dos padres dehonianos), Milão, n° 50, p. 81.

<sup>459</sup> Cf. MAGGIORINO UBALDO MADELLA, ob. cit., p. 9.

<sup>460</sup> *Ibidem*, p. 16.

centros de poder administrativo local, com o objectivo de ter bem separados os colonos dos missionários e dar, desse modo, essa percepção aos indígenas.<sup>461</sup> O estabelecimento oficial dos missionários italianos na missão de Alto Molócuè deu-se a 27 de Março de 1947. Esses notaram de imediato que se tratava de um lugar cuja posição geográfica era estupenda, situada no topo de uma colina de onde podia gozar-se de vastos panoramas e amplos horizontes e em torno do qual havia cerca de dois mil hectares de terra por explorar.

E, de facto, esses hectares foram sem demora explorados. Se padre Comi – nomeado superior da missão pelo bispo da Beira e responsável por todo o grupo missionário da parte da província italiana da congregação dos dehonianos – e padre Pezzotta ficaram no Alto Molócuè, os outros dois, padre De Ruschi e padre Pizzi, foram fundar a nova missão de Nauela para norte, a setenta quilómetros de Alto Molócuè, coisa que ocorreu a 1 de Junho de 1947. Para lá chegar, a procura de um meio de transporte não foi empreendimento fácil.

Naqueles tempos, é verdade que existiam estradas, ainda que quase todas em terra batida, mas os automóveis ou outros meios eram assaz escassos e podiam passar-se semanas inteiras sem que fosse levantado um grão de areia pelas rodas de um *machimbombo* ou de um camião. Padre De Ruschi, não querendo esperar, tinha-se então encaminhado a pé em reconhecimento, ao passo que padre Pizzi achou um modo mais veloz de chegar ao lugar da nova missão. Ele aproveitou, efectivamente, a passagem de um conterrâneo, Tommaso Damiano, que tendo sabido da chegada de padres italianos à missão, para lá se havia deslocado a fim de trocar dois dedos de conversa na língua de Dante. O senhor Damiano, náufrago do *Nova Scozia*, tinha o costume de fazer serviço com o seu camião no trajecto Quelimane-Mocumba e por aqueles dias devia ir precisamente a Nauela; foi, por conseguinte, com muita felicidade que deu hospitalidade ao padre Pizzi.<sup>462</sup>

No espaço de poucos meses, também a Zambézia conhecia a experiência de ter os seus primeiros missionários italianos. Eram quatro, mas em pouco menos de um ano outros seis padres dehonianos, conduzidos por padre Antonio Losappio, foram destinados às missões em Moçambique e chegaram à Zambézia em Março de 1948.

---

<sup>461</sup> P. ANÓNIMO S.C.J., ob. cit., p. 16.

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 15.

No ano seguinte, outros dois missionários dehonianos juntaram-se aos dez. Os notáveis recursos humanos à disposição permitiram a criação de ulteriores novas missões: deste modo, em Abril de 1948 foi fundada a missão de Muliquela-Ile; em Maio seguinte a de Mualama e de Gurúè-Invinha; em Julho de 1949, enfim, via a luz a missão de Molumbo.<sup>463</sup>

### *3) Os inícios da missão dos capuchinhos (1947-1951)*

Neste ponto, devemos desde já explicar que os frades capuchinhos italianos que foram missionários para Moçambique provinham de duas diferentes “províncias capuchinhas” da Itália: a de Trento e a de Bari. Os pioneiros foram os trentinos, chegados em Agosto de 1947, a que se seguiram os pulheses, desembarcados nas costas moçambicanas em Maio de 1951. Aos capuchinhos de Trento, o bispo da Beira havia confiado a área da Zambézia central, enquanto aos de Bari foi pedido que evangelizassem a Zambézia inferior, ou seja, toda aquela língua de terra que, partindo de Niassalândia para chegar ao Oceano Índico, se encontra nas imediações da margem esquerda do rio Zambeze.

Desta forma, Dom Soares de Resende havia atribuído aos missionários italianos a tarefa de evangelização – e, junto com esta, a do desenvolvimento humano de uma população que à época era de cerca de um milhão de pessoas – de toda a Zambézia: a parte setentrional estava “nas mãos” dos dehonianos; a central e a inferior tinham sido entregue aos capuchinhos. Ainda hoje é assim. Pelo menos duas gerações de zambezianos, entre os quais incluímos homens políticos, empresários, camponeses, motoristas, pescadores, conheceram os missionários italianos e, com eles, a Itália.

Aquele a quem se pode dar o justo mérito de ter desempenhado um papel fundamental na ida dos capuchinhos italianos a Moçambique foi, sem dúvida, padre Gabriel de Casotto, civilmente Candido Sartori.

Ele, depois de ter sido missionário na Abissínia desde 1936, ter sobrevivido milagrosamente ao massacre de Endeber em 1938, e

---

<sup>463</sup> *Ibidem*, p. 67.

ter sido aprisionado – juntamente com outros seis confrades – pelos ingleses e forçadamente repatriado para Itália em 1942, viveu com uma imensa nostalgia da missão em África. Assim, quando mais ou menos pelo fim de 1945 – de passagem por Roma – veio a saber que de Moçambique viera um pedido urgente de missionários, informou imediatamente ao seu superior provincial de Trento, padre Eliseo de Cavedine, convidando-o a enviar ao Vaticano o pedido e anexando já uma primeira lista de possíveis candidatos à nova missão.<sup>464</sup> O pedido foi enviado e aceite.

Deixamos de parte os processos burocráticos que tiveram forçosamente que ser seguidos para obtenção da autorização de entrada no Moçambique português; esses assemelham-se de perto aos seguidos pelos combonianos e pelos dehonianos, à luz do que prescrevia o Acordo missionário de 1940.

Diremos, contudo, que os onze frades capuchinhos de Trento que a 21 de Agosto de 1947 chegaram a Quelimane, sua meta em Moçambique, substituíam outros confrades da mesma ordem, os da província suíça, que haviam chegado à Zambézia exactamente três anos antes (a 29 de Agosto de 1944). Os capuchinhos helvéticos tinham sido sabiamente escolhidos pelo Vaticano (a Suíça era um melhor reservatório em relação à Itália, sendo um país não beligerante) para responder ao pedido do cardeal Gouveia. Este, em verdade, nos anos imediatamente sucessivos à assinatura do Acordo missionário, tinha pedido urgentemente missionários para Moçambique. Os capuchinhos suíços aceitaram com a condição de que uma vez terminada a guerra os seus missionários voltassem para as suas missões na Tanzânia, onde estavam presentes desde 1920.

Os capuchinhos italianos que primeiro chegaram a Moçambique foram onze: padre Gabriele de Casotto, já supracitado, padre Vincenzo de Roncone (civilmente Santo Bazzoli), padre Emilio de Lavis (Mario Nardon), padre Marcellino de Soraga (Marco Pellegrin), padre Sisinio de Cavedago (Ernesto Endrizzi), padre Vittorino de Taio (Carlo Alessandrin), padre Guglielmo de Cles (Alessandro Urmaquer), frei Luigi de Vigolo Baselga (Giuseppe Mosna), frei Gioacchino de Mosana (Guido Piffer), frei Isidoro de Salice (Giuseppe Leone) e frei Gabriele de Merano (Ernesto Visintin).

Todos estes eram trentinos, à excepção de frei Isidoro que era pulhês. Entre eles estavam os sete colegas de padre Gabriele de

---

<sup>464</sup> VITO VALLER, *ob. cit.*, pp. 11, 70-71.

Casotto, que foram com ele missionários na Abissínia, incluindo frei Isidoro. Os oito que já tinham experiência de África foram completados por padre Vittorino de Taio, padre Guglielmo de Cles e frei Gabriele de Merano, este último – então o mais jovem, de apenas 25 anos – ainda hoje missionário em Moçambique, com mais de oitenta anos e em óptima forma. Para além dos onze religiosos, fazia parte da comitiva um laico, Raul Bellandi, um jovem senhor toscano que tinha estado preso na Itália central, num cárcere em que o padre Gabriele de Casotto havia prestado trabalho como capelão. Este tinha conseguido transmitir o ideal missionário ao jovem até convencê-lo a partir para Moçambique.<sup>465</sup>

Da sua chegada ao porto de Quelimane, o padre Vincenzo de Roncone – no seu livro “*Sotto i cieli dell’Africa nera*” – conta alguns interessantes pormenores.<sup>466</sup> «À nossa chegada a Quelimane tudo nos era ignoto, éramos desconhecidos de todos. Sabíamos apenas que pouco distante da cidade existia uma missão de antiga fundação, mas muitas vezes abandonada por falta de missionários. [...] Quando o barco que nos levou à Zambézia lançou âncora ao largo, num dos primeiros barcos que se dirigiram a ele divisámos o saio franciscano do missionário suíço que nos vinha receber. [...] Quando chegou perto, ainda que sorridente e fraterno, quase nos assustou: tinha uma figura longa e magra, de cor térrea e macilenta, quase a confirmar quanto havíamos lido sobre o clima pesado e insalubre da Zambézia [...]. Içados para um camiãõ que transportava as nossas coisas, alcançámos a missão de Coalane que dista apenas três quilómetros de Quelimane. Na estrada poeirenta, povoada dos lados por cabanas quase escondidas pelas palmeiras, os negros que avistaram a estranha caravana passaram a voz e seguiram-na intrigados até à missão.

[...] Entrámos em casa: uma antiga casa colonial, elevada do terreno, circundada por uma varanda de madeira que ameaçava ruir. [...] O pobre missionário suíço havia feito do seu melhor para se preparar para a autêntica invasão, mas onde podia chegar sozinho? Movidos pela alegria e pobreza são-franciscanas, esforçámo-nos imediatamente por adaptar instalações provisórias.

[...] E desceu a noite sobre as emoções do primeiro dia em terra missionária. Mas nem pensar em dormir: nuvens de mosquitos

---

<sup>465</sup> Padre GABRIELE de MERANO, *Entrevista com o autor*, Maputo 14.II.2005. Raul Bellandi ficou na Zambézia com os frades capuchinhos até 1949.

<sup>466</sup> VINCENZO de RONCONE, *Sotto i cieli dell’Africa nera*, Manfrini, Calliano (TN) 1963, p. 183 e seguintes.

vieram cantar-nos a sua música e provar-nos o sangue, enquanto os ratos corriam de um lado para o outro no seu reino e vinham inclusivamente estudar os intrusos para os leitos improvisados. Estávamos providos de redes mosquiteiras, mas sendo aquela a primeira vez não as soubemos colocar convenientemente; por outro lado, era difícil fazê-lo em leitos que não eram propriamente leitos. E, assim, a primeira noite foi consagrada a lutar furiosamente contra ratos e mosquitos, cuja paz tínhamos vindo perturbar».<sup>467</sup>

Para os Nossos onze, o ideal teria sido esperar para aprender a língua local; porém, o desejo de ser missionários era tão grande que, depois de poucos dias, os primeiros três partiram para fundar a missão de Namacurra (tratava-se de padre Emilio de Zavis, de padre Marcellino de Soraga e de frei Gioacchino de Cles). No meio do nada, chegados a Namacurra escolheram como sua sede temporária os locais de uma das sedes da Companhia do Boror, que haviam encontrado num estado de abandono total.

Uma vez aí, logo se mexeram para construir uma igreja, que edificaram utilizando a cana de bambu como infra-estrutura e as folhas das palmeiras como tecto e paredes. Relativamente à sobrevivência e ao conduto, não havendo nada de cultivado em volta, deviam fazer-se bastar com os frutos e os produtos da terra que cresciam naturalmente, enquanto dois hipopótamos do rio Namacurra, abatidos pelo padre Gabriele de Casotto durante uma visita sua à missão, constituíram nos primeiros tempos a principal fonte de alimentação para os poucos indígenas cristãos que se tinham juntado aos recém-chegados.<sup>468</sup>

A segunda missão que os capuchinhos de Trento fundaram foi a de Mugeba (chamada terra dos leões), sempre em 1947, graças ao trabalho dos padres Gabriele de Casotto, Sisinio de Cavedano e frei Gabriele de Merano. Este último chegou algumas semanas depois dos primeiros dois, após um período de convalescença passada em Coalane, como consequência de um ataque de malária contraída na floresta, quando cortava lenha para a missão.

---

<sup>467</sup> *Ibidem.*

<sup>468</sup> Padre GABRIELE de MERANO, *Entrevista com o autor*, Maputo 14.II.2005. Não era um problema, naquela época, portar armas. Quase todos os missionários as tinham, sobretudo como defesa contra as numerosas feras que povoavam a savana quase totalmente virgem daqueles anos. Padre Gabriele de Merano recorda que o seu pai, no momento da partida dos onze capuchinhos de Trento, lhes ofereceu um fuzil automático de marca MAUSER, para além de uma pistola, de marca STEIER, igualmente automática. Ainda, padre Gabriele de Merano conta que antes da partida deles em 1947, ele pessoalmente foi comprar um mosquete a Brescia, para o oferecer ao padre Vittorino de Taio, em vista da missão.

O bispo da Beira teve uma palavra a dizer sobre esta decisão dos missionários italianos, dado que teria preferido que se fundasse, depois de Namacurra, uma missão em Mocuba, o centro mais importante da Zambézia central. O padre Gabriele de Casotto, no entanto, que nas semanas seguintes à chegada a Coalane se tinha dedicado à exploração de quase toda a Zambézia, à procura de bons lugares para fundar novas missões, tinha preferido Mugeba por duas razões: porque a considerava melhor como posição geográfica e, em segundo lugar, porque nenhum branco aí tinha estabelecido antes a sua residência.

Permaneciam em Coalane seis italianos dos doze vindos. Quando os suíços se retiraram, em 1949, segundo o acordo, padre Guglielmo de Cles e padre Vincenzo de Roncola foram substituí-los em Maganja da Costa; dali, em seguida, foram fundar em 1951 a missão de Mocuba.

Os outros três (padre Vittorino de Taio, frei Luigi de Vigolo Boselga e frei Isidoro de Salice) ficaram a levar avante a missão de Coalane. Raul Bellandi voltou para Itália depois de dois anos.

As explorações que padre Gabriele de Casotto tinha realizado nas semanas posteriores à chegada a Coalane permitiram-lhe entrar em posse de uma série de informações suficientes para poder preparar uma relação sobre possíveis futuras acções missionárias.

Recebidas instruções precisas do bispo da Beira, padre Gabriele de Casotto tinha-se posto a percorrer o território da Zambézia central e inferior, indo até Mopeia, na margem do Zambeze. Nestas explorações, fazia-se acompanhar por frei Gabriele de Merano e por um capuchinho suíço, que durante aquelas viagem conduzia o único automóvel de todo o terreno de que os frades dispunham, oferta gentil do Sr. Bachman, um suíço protestante administrador da Companhia de Madal.

As perlustrações, seguidas por outras mais tarde, convenceram padre Gabriele de Casotto de que o território confiado aos capuchinhos era imenso, à volta de sessenta mil quilómetros quadrados. Aquele grupo de doze pessoas recém-chegadas, reduzidas a onze depois da partida de Bellandi, se bem que substancial, não podia conseguir estender-se proficuamente por uma área tão vasta. Isso induziu o capuchinho trentino a fazer pressão sobre o bispo da Beira, para que aquele se fizesse porta-voz da nova necessidade. É aqui

que – no espaço de poucos anos – se insere a chegada dos capuchinhos de Bari.

A pequena província de Trento, com efeito, não podia na época permitir-se enviar, além dos onze já no campo, outros padres ou frades. O Superior Geral da ordem, uma vez recebido o pontual pedido de Dom Soares de Resende, mandou-o ao padre Guglielmo de Barletta, superior dos capuchinhos de Bari, o qual aceitou com muito agrado atender às necessidades da diocese da Beira.<sup>469</sup>

Deste modo, a 5 de Maio de 1951 tocaram as costas moçambicanas padre Giocondo Pagliara, padre Pompilio Ancora, padre Renato Grego, padre Marcello Bavaro, frei Pasquale Piazzola, frei Silvestro Topputi e frei Giuseppe Gaudioso. Os sete recém-chegados estabeleceram-se a princípio em Quelimane, arrendando um alojamento que se tornou famoso com o nome de “casa da pouca sorte”. Também esses, mais tarde, animados pelo espírito missionário, começaram a espalhar-se pela Zambézia inferior, que era a zona atribuída a eles por Dom Soares de Resende. Um pequeno grupo fundou a missão de Inhassunge (padre Giocondo e frei Silvestro), um segundo a de Morrumbala (padre Pompilio e frei Pasquale) e os restantes capuchinhos construíram a missão de Mopeia (padre Renato, padre Marcello e frei Giuseppe). Todas estas três missões viram a luz em 1951.

#### **4) *Estrangeiros duas vezes: a primeira experiência dos combonianos, dehonianos e capuchinhos em Moçambique***

Os missionários da Zambézia, cujos primeiros passos no Moçambique português agora conhecemos, “conquistaram” no espaço de vinte anos toda aquela região que em 1955 foi eleita diocese autónoma e independente da diocese da Beira. No fim dos anos cinquenta do século passado, os padres dehonianos haviam fundado novas missões em Alto Ligonha, Gilè, Gúruè, Ile, Mulevala, Namarroi, Milevane, Pebane, Mualama, Naburi e Molumbo, chegando aos mais remotos centros habitados da Zambézia superior.

---

<sup>469</sup> FRANCESCO MONTICCHIO e GIUSEPPE BARTOLOMEO, ob. cit., pp. 19-21. Dom Soares de Resende escreveu que era sua intenção dar aos recém-chegados o cuidado missionário de toda a Zambézia inferior, para a qual eram necessários pelo menos nove missionários.

Por seu turno, os capuchinhos trentinos instalaram novas missões em Milange, Lugela, Maganja, Mocubela e Nicoadala, enquanto que os pulheses se estabeleceram em Luabo, Chinde e Mopeia.

Mais a norte da Zambézia, na diocese de Nampula, os combonianos – que havíamos deixado no meio do mato empenhados em convencer o seu bispo da boa qualidade do lugar da missão – fundaram, depois de Carapira, as missões de Monapo, Mueria, Namahaca, Memba e Nacaroa e, posteriormente, nos começos dos anos sessenta, as de Lunga, Matibane, Lúrio e Netia.

A partir da metade dos anos sessenta, os combonianos foram chamados também por outras dioceses moçambicanas a prestar o seu serviço. Assim, enquanto os dehonianos e os capuchinhos permaneceram sempre na Zambézia, com a excepção de uma presença na capital Lourenço Marques (a qual, porém, respondia mais a necessidades logísticas que de apostolado), os combonianos foram primeiro para a diocese de Tete (1965) e de seguida para a da Beira (1967), que não tivera mais nenhum missionário italiano depois da retirada da Zambézia da sua zona de influência.

Em Tete, o bispo Dom Felix Niza Ribeiro havia entregue aos missionários de Verona a estação de Marara (1965), até então gerida pelos padres jesuítas portugueses. Dois anos mais tarde, acabaria por ser concedida aos combonianos também a histórica e famosa missão de Borora, fundada já desde 1700. Vindo a Beira, Dom Soares de Resende, muito amado também pelos combonianos, projectara desde 1963 uma presença dos missionários de Comboni na sua diocese, mas esta concretizou-se somente quatro anos mais tarde, quando já o seu sucessor, Dom Manuel Ferreira Cabral, o tinha substituído. Na Beira, aos italianos foi confiado o empreendimento de dirigir o instituto de educação de Inhamibzwa, uma espécie de escola do magistério primário, que tinha a tarefa de habilitar para o ensino os professores das escolas primárias controladas pelos missionários e reconhecidas pelo Governo português.

A missão fundada pelos padres italianos, qualquer que fosse a congregação que a tivesse criado e que a estivesse gerindo, e onde quer que se encontrasse, com o passar dos anos começava a constituir o posto avançado de serviços essenciais de outra forma inacessíveis para as populações indígenas de Moçambique. Os missionários italianos, de facto, ao lado da igreja – que constituía o centro da nova fundação – construíam escolas, centros de saúde, oficinas de artes e

ofícios, para além de cultivar parcelas de terra cujos produtos constituíam quer a principal fonte de aprovisionamento alimentar para eles próprios, quer um excelente campo de formação para os indígenas que queriam aprender a profissão de agricultor. A sua presença, em suma, não passava – e nem podia passar – despercebida.

Não obstante todo o seu trabalho, num primeiro momento os missionários italianos embateram em duas atitudes de frieza: uma por parte dos moçambicanos, que identificavam o homem branco com o colono; outra por parte das autoridades portuguesas, que com o passar dos anos começavam a ver no missionário italiano uma espécie de “emancipador” das consciências dos negros, que podiam por essa via vir a considerar incómodo o domínio lusófono na colónia de Moçambique. Se com o tempo a primeira relação, isto é, a que se estabeleceu com os indígenas, foi-se tornando cada vez mais calorosa, a segunda, ou seja, a que se estabeleceu com as autoridades portuguesas quer no plano civil, quer eclesiástico, manteve-se tépida (salvo raras exceções), tornando-se mesmo em algumas ocasiões bastante fria. Como os próprios missionários frequentemente diziam nos primeiros anos, eles sentiam-se estrangeiros duas vezes.

Por um lado, havia as origens latinas comuns de italianos e portugueses, que deviam, pelo menos teoricamente, constituir um factor de união entre os missionários e os colonos; por outro, existia uma total diferença de culturas entre os recém-chegados e as populações indígenas, que com o tempo, no entanto, se transformou numa relação não só de confiança, mas de verdadeira amizade.

Neste cenário moviam-se os missionários italianos nos anos do segundo pós-guerra: caminhavam inevitavelmente sobre o gelo, com o constante perigo de uma queda. Procurando, por conseguinte, ser o mais possível realistas e pouco idealistas, porque – como sempre ocorre – é a realidade que dita o comportamento certo a seguir, os missionários italianos levavam avante o seu trabalho nos espaços disponíveis. Visitavam as aldeias mais distantes, curavam os doentes, procuravam valorizar a cultura dos indígenas, sempre respondendo às necessidades de cada um. Procuravam compreender e ir de encontro à cultura das populações bantu com as quais conviviam, aprendendo a sua língua e estudando o seu espírito, se bem que no início não tenha sido fácil por causa dos indígenas, que – de acordo

com os próprios padres – «eram desprovidos de entusiasmo e insensíveis a tudo o que servia para melhorar a vida».<sup>470</sup>

### 5) *A instrução e o contributo dos missionários italianos*

Imediatamente depois do segundo pós-guerra, a percentagem de analfabetos no Moçambique português era de quase 95%. Para entender porquê, é necessário dar um pequeno passo atrás e recordar – por um momento – que a verdadeira colonização de Moçambique pelos portugueses ocorre não antes da metade do século XX. Até ao século XIX, como demoradamente se ilustrou no primeiro capítulo da primeira parte do livro, o controlo dos portugueses limitava-se a presídios costeiros e às principais vias de comunicação fluviais, como o rio Zambeze. Posteriormente, extensas partes do território moçambicano eram concedidas a companhias privadas – as quais não tinham na instrução primária das populações indígenas um objectivo prioritário da sua acção –, para voltarem à gestão directa do Governo de Lisboa somente com a subida ao poder de Salazar.

Assim estando as coisas, é evidente que não podia existir um nível elevado de população indígena que tivesse frequentado a instrução primária. A tabela seguinte, apresentada por Malyn Newitt na sua obra “A history of Mozambique”, fornece-nos o quadro da instrução primária em Moçambique no início dos anos trinta do século passado.

	estudos primários	estudos rudimentares
Escolas Públicas	28	60
Escolas Privadas	6	--
Escolas Católicas	19	126
Outras Escolas Religiosas	3	84

Fonte: Malyn Newitt, ob. cit., p. 440.

<sup>470</sup> Cf. VITO VALLER, ob. cit., pp. 154-155.

A partir dos anos quarenta, com exceção dos padres da Consolata, que começaram no Niassa nos anos vinte, como se disse acima, os missionários italianos encontraram-se portanto perante segmentos inteiros de população completamente analfabeta. Com uma atitude de extremo realismo, os missionários começaram a aprender a língua dos indígenas (o que jogou a seu favor, porque os negros moçambicanos estavam habituados aos portugueses, que usualmente dialogavam com eles apenas na língua de Camões), conseguindo mais tarde assegurar a instrução primária em cada aldeia em que estavam presentes. Como veremos mais adiante, isto não foi coisa pouca.

A instrução devia ser feita exclusivamente na língua portuguesa, o que parecia bastante lógico, dado que Moçambique era para todos os efeitos do direito internacional um território português; não obstante, esta norma criava problemas e ineficiências. Efectivamente, as crianças que pela primeira vez frequentavam a escola não sabiam uma só palavra de português, sobretudo nas zonas rurais. Não ensinar português, escrevia o bispo de Quelimane numa carta enviada aos capuchinhos de Trento no início dos anos sessenta, significava empobrecer os indígenas e privá-los de um meio de comunicação e de convivência. O próprio bispo, na mesma carta, proibia categoricamente a publicação em língua africana de catecismos ou livros inerentes à religião, que não estivessem traduzidos em português.<sup>471</sup>

Um outro problema quotidiano nas escolas fundadas pelos missionários (todas nas zonas rurais, no centro-norte do país, longe dos centros habitados) estava ligado aos programas escolares, ou melhor ao calendário escolar, que seguia os ritmos europeus. Iniciava em Setembro e terminava em Junho: «não levava em conta que se estava nos trópicos, onde de Novembro a Março as chuvas são violentas, o calor é insuportável, as estradas estão lamacentas, os rios e as torrentes cheias».<sup>472</sup> Isto condicionava, muitas vezes, a presença ou a ausência dos alunos às primeiras horas de escola.

O peso e o custo económico da construção das escolas estava na maior parte das vezes a cargo dos missionários, ao passo que o contributo governamental consistia apenas na concessão do terreno onde erguer as missões. O Acordo missionário de 1940, no artigo IX, estabelecia que o Governo português se comprometia a subsidiar as

---

<sup>471</sup> VITO VALLER, *ob. cit.*, p. 127.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 128.

missões (e, implicitamente, as escolas que com essas surgiam), o que acontecia na realidade. Todavia, os subsídios que o Governo Geral de Moçambique, por meio das dioceses, atribuía às missões não eram suficientes para conduzir todas as actividades que nelas se desenvolviam, *in primis* as escolas. Nesta situação, frequentemente eram os benfeitores italianos (os quais nunca pararam de apoiar do *Bel Paese* os seus missionários), quem inevitavelmente se via a ter um papel decisivo para a subsistência das missões. Este facto era digerido com dificuldade seja pelas autoridades locais portuguesas, seja pelos próprios portugueses.<sup>473</sup>

As dificuldades, ademais, provinham dos próprios alunos e das suas famílias. Com toda a simplicidade, podemos dizer que os indígenas, pelo menos no início, não entendiam a utilidade da instrução. Havia, não raro, nas zonas onde surgiam as missões, grandes companhias e empresas agrícolas que desejavam recrutar mão-de-obra jovem a baixo custo para as suas actividades; os pais dos rapazes não tinham dúvidas quanto a oferecer os próprios filhos para estes trabalhos. Com as raparigas, por outro lado, o problema era – do seu ponto de vista – ainda mais simples: elas deviam conceber filhos e trabalhar nos campos; e, uma vez alfabetizadas, havia o risco de que não mais se quisessem casar com um analfabeto. No início, portanto, pouquíssimas mulheres frequentavam as escolas primárias dos missionários.

Os pais, enfim, eram pouco incentivados a mandar os próprios filhos à escola, devido à falta de perspectivas que se lhes apresentavam. O grande problema de Moçambique independente foi precisamente não poder contar com uma classe dirigente indígena com níveis de educação liceal e universitária – a maior parte dos funcionários da República Popular de Moçambique, nascida em 1975, eram pessoas com ensino médio (o primeiro Chefe de Estado moçambicano era um ex-enfermeiro).

Mas, mesmo em face destas dificuldades, os missionários italianos não se desencorajaram e construíram escolas. «No início os alunos sentavam-se na terra com as pernas cruzadas, à sombra de uma mangueira ou de uma outra árvore frondosa; copiavam num

---

<sup>473</sup> Emblemático, a este propósito, é um episódio que se deu com um capuchinho de Trento, que durante uma discussão com uma família portuguesa sua amiga afirmou que o sustento económico da missão se devia essencialmente aos benfeitores italianos. Contra tal missionário, que deseja manter o anonimato, foi aberto um processo, com a acusação de ter falado contra a nação portuguesa!, Padre GABRIELE de MERANO, *Entrevista com o autor*, Maputo 14.II.2005.

quadro de ardósia o que o professor havia escrito no quadro negro. Era preciso, porém, pensar no tempo das chuvas, quando não era possível ter aulas a céu aberto; deste modo, passo a passo, professores e alunos, ajudados por alguns pais voluntariosos, construíram alpendres cobertos de palha; colocaram alguns bancos, uma mesinha e um quadro, mais nada. Era pouco, mas era um início». <sup>474</sup>

Em acréscimo às escolas primárias, os missionários italianos distinguiram-se também por terem criado muitas escolas profissionais e escolas de artes e ofícios, para além de escolas para a formação de professores, uma espécie de escolas do magistério primário, que eram chamadas Escolas de Habilitação de Professores de Posto Escolar. Neste aspecto distinguiram-se particularmente os combonianos, que fizeram da escola de artes e ofícios de Carapira a menina dos olhos da sua presença em Moçambique e que, a partir da metade dos anos sessenta, aceitaram o não fácil compromisso no campo educativo que lhes foi confiado por Dom Soares de Resende, assumindo a direcção do Magistério de Inhamibzwa. <sup>475</sup> Os padres da Consolata fizeram igualmente justiça à operosidade e criatividade italianas, fundando as escolas técnicas e de artes e ofícios de Mitúcuè e Massangulo, esta última a mais importante e famosa, sendo a primeira de toda a região de Niassa. <sup>476</sup> Dehonianos e capuchinhos não se ficaram por menos.

Em 1975, quando termina o período histórico no qual nos concentramos neste livro, os missionários italianos podem orgulhar-se de ter construído centenas de escolas primárias nas áreas mais longínquas de Moçambique e de ter dado a oportunidade a milhares de rapazes e raparigas moçambicanos de ter acesso à instrução primária.

No momento da Independência do país, os missionários italianos geriam cerca de 2.017 escolas primárias, que acolhiam um total de 210.803 rapazes e raparigas moçambicanos.

A maior parte destas escolas foram construídas pelos próprios missionários, enquanto outras estavam já a funcionar e viram os padres italianos suceder a administrações precedentes. Nas

---

<sup>474</sup> VITO VALLER, ob. cit., p. 129.

<sup>475</sup> ARNALDO BARITUSSIO, ob. cit., pp. 153-154 e 190-191. Na escola de artes e ofícios de Carapira eram oferecidos cursos para marceneiros, ferreiros e mecânicos. A escola técnico-profissional de Carapira foi oficialmente reconhecida a 10 de Outubro de 1969 pelo Governo da Colónia e com ela tornou-se legal também o *curriculum* de três anos de estudo e de exercícios práticos, que decorriam na escola Baltazar Pereira do Lago, situada na Ilha de Moçambique.

<sup>476</sup> A escola profissional de artes e ofícios de Massangulo, fundada pelo pioneiro das missões no Niassa, padre Pietro Calandri, oferecia cursos para marceneiro, ferreiro, mecânico, tipógrafo e fotógrafo.

actuais províncias da Zambézia, de Nampula e de Niassa, em particular, milhares de crianças tiveram pela primeira vez a possibilidade de aceder à instrução primária graças aos missionários italianos.

Ao nos aprestarmos a ler os dados estatísticos sobre o insigne trabalho realizado pelos padres italianos na época portuguesa – para além do mais recolhidos e valorizados por um português no acto de entrega do testemunho em 1975<sup>477</sup> – é antes necessário um pequeno esclarecimento: com o termo escola não se deve pensar no edifício de cimento a que estamos habituados (se bem que em muitas partes do Moçambique português, mesmo nas zonas rurais, se pudesse encontrar algum): podia ser uma estrutura em zinco ou cana de bambu, uma cabana de palha ou até a sombra de uma mangueira a céu aberto. Por escola, em suma, deve ser mais correctamente entendida a organização da instrução num lugar fixo, dirigida por um professor e destinada a jovens.

### ***5.1) A Zambézia: as escolas dos dehonianos e dos capuchinhos***

Começando da Zambézia, a região “mais italiana de todas”, ocupar-nos-emos em primeiro lugar da zona central, a dos capuchinhos de Trento. Na missão de Milange estavam em funcionamento 59 escolas primárias, frequentadas por 5.000 alunos; funcionavam ainda uma cooperativa agrícola, um hospital (Tengue) e quatro postos sanitários (Mangassanje, Chissulo, Sambiva e Simbe). Sempre em Milange, na paróquia Nossa Senhora da Conceição existia uma escola primária frequentada por 100 alunos. Em Macuba os capuchinhos administravam 54 escolas com 5.500 alunos; em Lugela havia 22 escolas com 2.400 alunos, para além de um posto sanitário; em Mugeba existiam 44 escolas primárias com 4.000 alunos e uma escola de artes e ofícios com 90 estudantes, para além de uma carpintaria de artistas (onde trabalhavam 30 famílias), uma cooperativa para a criação de gado, 2 hospitais, 3 postos sanitários

---

<sup>477</sup> FRANCISCO MARIA PINHEIRO, *Na entrega do testemunho. Acção Missionária Portuguesa em Moçambique*. Gráfica Almondina, Torres Novas Codes 1975.

(Milos, Nigula, Nomaquita) e poços com fontanários em Ligula, Mulha, Muadua, Mangana, Macuve e Gulumenha.

Em Munhamare estavam a funcionar 42 escolas com 4.000 alunos, para além de 2 postos sanitários (Mucosa e Erurume); na Maganja da Costa as escolas primárias eram 54 com 5.000 alunos, que junto com uma marcenaria e um posto sanitário constituíam as obras construídas pelos padres capuchinhos italianos. Na missão de Macuze-Namacurra havia 52 escolas com 5.200 alunos, para além de um posto sanitário com serviço de maternidade; em Coalane eram geridas pelos capuchinhos de Trento 84 escolas frequentadas por 7.000 alunos e estavam operacionais um asilo para anciãos e um orfanato. Na missão de Namacurra, por fim, existiam 29 escolas primárias com 2.500 alunos, mais um posto sanitário.<sup>478</sup>

Relativamente à obra dos capuchinhos de Bari, a quem havia sido entregue a Zambézia meridional, mesmo na fronteira com o rio Zambeze, na missão de Morrumbala haviam construído 67 escolas com 6.500 alunos que as frequentavam: nesta missão, funcionavam ainda uma cooperativa de madeira, uma padaria, uma carpintaria, um posto sanitário e um centro de promoção da mulher. Em Inhassinge, um dos postos de vanguarda dos missionários pulheses, funcionavam 57 escolas primárias para 5.700 alunos, para além de uma escola profissional para tractoristas com 20 estudantes. Na missão de Inhassinge os capuchinhos haviam também criado duas cooperativas para a criação de gado, um hospital e dois postos sanitários (Gaulvane e Olínde). Em Mopeia, havia 40 escolas primárias com 3.500 alunos e uma escola profissional de costura frequentada por 40 raparigas, para além de um posto sanitário. Em Luabo, havia 20 escolas primárias para 2.000 alunos; funcionava ainda um asilo para anciãos e tinham sido criadas quatro cooperativas agrícolas nas localidades de Sacovinho, com 125 membros, Moavina, com 140 membros, Catchope, com 110 membros, e Inhamitimira, com 90 membros. Em Chinde, por fim, os padres de Bari haviam erguido 37 escolas primárias frequentadas por 3.500 alunos, para além de uma escola infantil, 6 centros de formação para a mulher e 2 postos sanitários.<sup>479</sup>

---

<sup>478</sup> *Ibidem*, pp. 272-289.

<sup>479</sup> *Ibidem*, pp. 291-298.

Fechamos a lista das escolas operacionais nas missões da Zambézia referindo-nos às que eram geridas pelos padres dehonianos, que evangelizavam a zona superior da diocese de Quelimane.

Na missão de Gúruè, existiam 34 escolas primárias com 3.500 alunos e um posto sanitário que incluía serviço de maternidade; em Milumbo, havia 40 para 3.500 alunos; em Namarroi 26 frequentadas por 2.500 alunos (na missão existia também um posto sanitário). Na missão de Nauela funcionavam 52 escolas para 5.200 alunos, para além de um centro para a promoção da mulher e um posto sanitário com maternidade. Em Alto Molócuè, de escolas primárias funcionavam cerca de 79, frequentadas por 7.000 alunos; aqui os missionários dehonianos haviam estabelecido também uma Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar (uma espécie de escola do magistério primário, como se disse), frequentada por 110 estudantes, e haviam igualmente construído um hospital. Em Cilé, funcionavam 36 escolas primárias para 3.500 alunos, além de um posto sanitário com serviço de maternidade.

A missão de Mulevala contava 26 escolas primárias com 2.500 alunos, a de Ile 64 (com 6.500 alunos) e a de Alto Ligonha-Muiane 22 (para 2.000 alunos). A missão de Pebane possuía 23 escolas frequentadas por 2.500 alunos, além de um posto sanitário e um centro de promoção feminino; em Mualama tinham sido erguidas 34 escolas para 3.250 alunos. Em Naburi havia 31 escolas para 3.200 alunos e um posto sanitário, enquanto na paróquia de Quelimane, gerida pelos dehonianos, funcionavam 4 escolas primárias com 413 alunos, uma escola de magistério primário, uma escola profissional para marcenaria e oficina mecânica (com 100 estudantes), uma escola técnica de artes e ofícios e um centro de promoção da mulher. Por último, na Vila Junqueiro, os missionários de padre Dehon haviam construído uma escola de artes e ofícios com cursos para marceneiro, sapateiro e alfaiate, onde funcionava também uma pequena indústria de decoração.<sup>480</sup>

Só na diocese de Quelimane, que se estendia por toda a Zambézia, terra entre as mais populosas de Moçambique em 1975, de um total de 1.239 escolas primárias geridas por organizações religiosas e reconhecidas pelo estado, cerca de 1.133 eram geridas por missionários italianos, das quais 471 por dehonianos e 662 pelos frades capuchinhos (441 pelos de Trento e 221 pelos de Bari). Nas

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, pp. 298 e seguintes e p. 263.

escolas primárias que funcionavam graças aos missionários italianos, recebiam a instrução primária cerca de 107.263 alunos, num total de 117.113 que frequentavam as escolas de toda a diocese reconhecidas pelo governo português. Com estes dados, que não têm necessidade de ser comentados, passamos a documentar estatisticamente o trabalho dos combonianos.

## **5.2) As escolas dos combonianos**

Como já ficou dito, os combonianos trabalharam nas dioceses de Nampula, Tete e Beira. No que concerne às dioceses de Nampula, primeira terra moçambicana que os acolheu, na paróquia de São Pedro da cidade de Nampula funcionavam 4 escolas primárias frequentadas por 500 crianças, além de uma escola do magistério primário (100 estudantes), um posto sanitário e um centro social com biblioteca e sala de leitura. Na missão de Anchilo havia 15 escolas primárias com 1.500 crianças e funcionava um posto sanitário; na de Mirrote havia 34 com 3.200 alunos. Em Metia existiam 24 escolas para 2.100 alunos, em Carapira-Monapo 22 com 2.200 alunos, na missão de Lunga-Mossuril funcionavam 21, que acolhiam 2.100 alunos, na de Cabaceira-Mossuril 4 para um total de 400 alunos, enquanto em Mossuril os combonianos geriam 12, dando instrução a 1.200 crianças.

Sempre na diocese de Nampula, a missão de Matibane possuía 10 escolas para 1.000 alunos, além de um hospital com serviço de maternidade. Em Nacala os padres combonianos geriam 5 escolas com 500 alunos e em Mueira 33 para um total de 3.000 alunos. Em Memba, as irmãs combonianas geriam 18 escolas, acolhendo 1.800 alunos. Na missão de Macarôa, os sacerdotes de Comboni ofereciam a instrução primária a 3.100 alunos, tendo 31 escolas à disposição; em Alva havia 37 escolas frequentadas por 3.500 alunos, em Namapa-Erati 25 com 2.500 alunos, além de um posto sanitário; em Lúrio-Mocuba, de escolas havia 31, frequentadas por 3.000 alunos e em Cavá-Memba existiam 12 com 1.200 alunos.<sup>481</sup>

---

<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 360 e seguintes.

Em toda a diocese de Nampula, num total de 896 escolas geridas por religiosos, 338 (37%) eram dirigidas pelos padres italianos de Verona, que garantiam instrução a pouco mais de 37 mil alunos, correspondentes a 40% do total (90 mil) que frequentava a instrução primária nas escolas das dioceses reconhecidas pelo governo de Lisboa.

Na diocese de Tete, os combonianos geriam na missão de S. José de Boroma 34 escolas para um total de 3.500 alunos, além de uma escola profissional (30 estudantes), um posto sanitário e um centro social. Em Marara, os combo-nianos tinham 9 escolas com 2.500 alunos e faziam funcionar um posto sanitário com serviço de maternidade, um centro promocional para a mulher e um orfanato; na missão de Estima, enfim, havia 9 escolas com 2.000 crianças, além de uma escola profissional com cursos de carpintaria e agronomia (que acolhia 80 estudantes) e um leprosário.<sup>482</sup>

A última presença dos missionários combonianos estava na diocese da Beira, onde – além de um centro de educação para a formação de professores de Inhamitanga – geriam 1 escola primária para 500 alunos, mais um liceu, um centro social, um posto sanitário e um centro de promoção para a mulher na missão de Alto da Manga; estavam ainda sob a responsabilidade deles 11 escolas primárias para 1.200 alunos na missão de Buzi.<sup>483</sup>

Somando estes dados (Tete e Beira) aos da diocese de Nampula, os missionários de Verona geriam em Moçambique – no momento do fim do domínio português – cerca de 402 escolas, que acolhiam um total de 47 mil alunos.

### *5.3) As escolas dos padres da Consolata*

Consideramos aqui também os padres da Consolata no âmbito do contributo dos missionários italianos no sector educacional de Moçambique.

No momento da saída de cena dos portugueses de Moçambique, no Niassa, chamado diocese da Vila Cabral do ponto

---

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 233 e seguintes.

<sup>483</sup> *Ibidem*, pp. 192-196.

de vista eclesiástico, os missionários turineses geriam na cidade de Vila Cabral 11 escolas primárias frequentadas por 1.500 alunos, além de uma escola do magistério primário (com 100 estudantes) e um centro de promoção para a mulher. Na missão de Metangula, no lago Niassa, existiam 3 escolas com 250 alunos e um posto sanitário; em Unango havia uma escola que recebia 700 alunos, em Belém 20 escolas frequentadas por 2.000 alunos, enquanto em Massangulo existiam 7 que asseguravam a instrução primária a 700 alunos. Na mesma missão de Massangulo, posto avançado dos padres da Consolata no Niassa, existia uma escola profissional que oferecia cursos para pedreiro, mecânico, ferreiro, electricista, dactilógrafo, alfaiate, marceneiro e fotógrafo, além de um curso de tipografia e encadernação, que recebia 100 estudantes. Sempre em Massangulo, enfim, existia uma escola secundária frequentada por 90 alunos, um asilo, uma escola de artes e ofícios, um centro de promoção para a mulher e um posto sanitário com serviço de maternidade.

Na missão de Mecanhelas havia 40 escolas primárias para 4.000 crianças, na de Morrupa 16 para 1.600 alunos, em Esperança 11 com 1.500 alunos, em Maúa 29 com 2.500 alunos e em Maiaca 30 com 3.000 crianças. Os padres da Consolata geriam também a missão de Mepanhira, onde estavam a funcionar 40 escolas primárias para 4.000 alunos, a missão de Correia, onde haviam sido construídas 16 escolas para 1.600 crianças, e a de Mitúcuè com 33 escolas frequentadas por 3.500 alunos (aqui estava também presente uma escola secundária para 80 estudantes e uma escola técnico-profissional com cursos de carpintaria e mecânica). Eram geridas pelos padres da Consolata também a missão de Nova Freixo, que geria 20 escolas com 2.000 estudantes, e finalmente a missão de Nipepe, que tinha sob a sua responsabilidade 24 escolas frequentadas por 2.500 alunos.<sup>484</sup> Em todas estas missões funcionava um posto sanitário com serviço para a maternidade.

O Niassa era uma terra totalmente evangelizada pelos padres da Consolata, que desse modo instruíram gerações inteiras, gerindo 301 escolas onde estudavam 31.250 alunos.

Não se ficava por aqui – como sabemos – a sua presença em Moçambique. Estes missionários, de facto, estavam presentes também na diocese de Lourenço Marques e na de Inhambane. Na primeira geriam a paróquia S. Gabriel de Vila Salazar (actual Matola)

---

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 435 e seguintes.

onde havia 6 escolas primárias com 600 estudantes; estavam ainda presentes na missão de Machava, periferia da capital moçambicana, onde existiam 19 escolas com 2.760 alunos, e na de Liqueleva, também essa na periferia de Lourenço Marques, onde foi erguida uma escola que acolhia 560 alunos. Fechava a presença na diocese capitolina a missão de Boane, onde os padres da Consolata geriam 4 escolas frequentadas por 580 alunos.<sup>485</sup>

Na diocese de Inhambane, enfim, os missionários turineses estavam presentes na missão de Massinga, onde geriam 30 escolas primárias para 7.500 alunos, com um colégio liceal para 50 estudantes, além de uma escola técnica para marceneiros. Na missão, os padres tinham também construído um centro de promoção para a mulher e um moinho. Na missão de Muvamba havia 36 escolas primárias para 3.700 alunos e um posto sanitário com serviço para a maternidade; em Maquinhane existiam 30 escolas frequentadas por 3.000 alunos, além de uma escola técnico-profissional com cursos para mecânico, ferreiro e carpinteiro, onde estudavam 50 alunos. Na missão de Funhalouro havia 14 escolas para 1.400 alunos, na de Vilanculos 14 com 1.600 crianças, em Maimelane 20 com 2.000 alunos e, por fim, em Mambone, onde trabalhava e até hoje trabalha o ilustre e respeitabilíssimo padre Marchiol, funcionavam 15 escolas frequentadas por 1.500 alunos, para além de uma marcenaria, um centro de promoção para a mulher, uma cooperativa agrícola e diversos moinhos.<sup>486</sup> Esta missão, estando na fronteira com o então distrito de Sofala e Manica, beneficiava também as populações que viviam na outra margem do rio Save, que marcava o fronteira do distrito de Inhambane.

A fechar esta secção dedicada ao contributo dos padres missionários italianos para o sistema da instrução primária, acrescentamos apenas que as escolas geridas pelos padres da Consolata no Moçambique português, nas dioceses de Lourenço Marques e Inhambane (22 na primeira, com 4.500 alunos, 159 na segunda, com 20.700 alunos), somadas às das dioceses de Vila Cabral ascendiam a 482.

---

<sup>485</sup> *Ibidem*, p. 80 e seguintes.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 165 e seguintes.

## ***6) Os missionários italianos face ao fim do império português***

Já no início dos anos sessenta, com o processo de descolonização que inevitavelmente havia mudado a topografia de África, em Moçambique tinham começado os sonhos de independência encarnados na luta armada da Frelimo. Os missionários, que viviam com o povo, conheciam estes sonhos. Foi forçoso, para eles que amavam a gente com a qual viviam, sofrer com o povo moçambicano por estes sonhos, quer por quanto de justo e bom estes sonhos encerravam, quer pelas dificuldades que os mesmos iriam criar às missões, uma vez tornados realidade.<sup>487</sup>

Com a imparável vaga de descolonizações, também nas colónias portuguesas de África os movimentos guerrilheiros começaram a sua luta pela independência. Foi primeiro a vez do Mpla (Movimento Para a Libertação de Angola), em Fevereiro de 1961, e a seguir a do Paigc (Partido Africano Independentista da Guiné e de Cabo Verde), em 1962. Por último, a Frelimo em 1964. Em Moçambique, no início, pouquíssima gente sabia que na vizinha Tanzânia um grupo de guerrilheiros havia formado, em 1962, um movimento de libertação que se estava exercitando militarmente para começar a luta armada.

A Frelimo tinha contado muito com uma revolta geral do povo, mas esta esperança tinha-se revelado uma ilusão imediatamente desde o início da luta armada, porque o povo não estava, em verdade, informado sobre o que estava a acontecer, nem estava preparado politicamente para uma tão rápida mudança da própria sorte. Com o passar do tempo, porém, a difusão das notícias sobre o massacre de Mueda em 1960 e o controlo pela Frelimo das chamadas zonas libertadas – associados ao exemplo de alguns movimentos de libertação nos países fronteiriços, que tinham conquistado a independência – influíram nas consciências das populações indígenas de Moçambique, que começaram a acreditar em anseios até então impossíveis de nutrir. Os dez anos de guerrilha conduzida pela Frelimo foram suficientes para desgastar moralmente as tropas portuguesas que combatiam em Moçambique (ainda que não

---

<sup>487</sup> Ao falarmos de dificuldades para as missões, referimo-nos em especial ao processo de nacionalizações que foi realizado pelo governo da Frelimo depois da proclamação da Independência, uma vez abraçada a ideologia marxista-leninista. As nacionalizações arrastaram também as obras (sobretudo escolas) criadas e geridas pelas ordens e congregações religiosas.

bastantes para uma derrota militar) e para mexer com a opinião pública em Portugal, que concorreu assim para minar a credibilidade do regime autoritário de Marcelo Caetano, que sucedera a Salazar em 1968. O regime português, ademais, desde o fim dos anos cinquenta, começara a sofrer uma forte pressão internacional, que lhe exigia com insistência que iniciasse um processo de descolonização dos seus territórios. Para acabar com as hostilidades com a Frelimo, intervieram os militares portugueses em Lisboa que, a 25 de Abril de 1974, com um golpe de estado, destituíram Caetano e abriram a estrada para a independência de Moçambique (25 de Junho de 1975) e das outras colónias portuguesas.

A independência – palavra que durante os dez anos que precederam a sua proclamação não se podia sequer pronunciar – era um problema político e tocava à política resolvê-lo. No entanto, a questão da luta armada e da independência tinham enormes implicações sociais, não podendo por essa mesma razão não interpelar também a Igreja Católica em Moçambique, da qual eram já parte integrante os missionários italianos.

A questão essencial, sentida como um problema de consciência por uma parte da igreja moçambicana – entre os quais se evidenciavam os prelados Dom Soares de Resende, bispo da Beira, e Dom Vieira Pinto, bispo de Nampula, a par com muitos missionários (dentre os quais muitos italianos, para além de muitos sacerdotes diocesanos portugueses) –, estava ligada com a emancipação das populações moçambicanas, com a defesa dos seus direitos humanos, com a igualdade perante a lei. Todos princípios que o Concílio Vaticano II havia tornado próprios e que uma parte da igreja moçambicana considerava desrespeitados pela política colonial portuguesa.

No fim de contas, é preciso admitir, para usar as palavras do bispo de Quelimane, Dom Nunes Teixeira, pronunciadas publicamente em 1962, na qualidade de presidente da conferência episcopal moçambicana, que ser cristão não correspondia exactamente a ser português.<sup>488</sup> Esta afirmação, contudo, contrastava substancialmente com quanto o Governo de Lisboa exigia dos missionários trabalhando nas suas colónias, ou seja, que difundissem a civilização portuguesa, dando prestígio à pátria e “nacionalizando” os indígenas.<sup>489</sup> Civilização portuguesa e evangelização era um binómio

---

<sup>488</sup> Cf. VITO VALLER, *ob. cit.*, p. 159.

<sup>489</sup> Cf. OLIVEIRA DE MARQUES, *ob. cit.*, p. 495.

considerado inseparável. «A actividade evangelizadora que pusesse em questão a soberania portuguesa nos territórios de Ultramar, ou era um atentado aos valores da civilização cristã de que aquela era portadora, ou uma injustificada intromissão da igreja na política».<sup>490</sup>

Perante esta situação, portanto, que marcou dramaticamente os últimos anos da história colonial de Portugal em Moçambique – e que não deixou de criar divergências no seio da conferência episcopal moçambicana –, os missionários Italianos notaram um difuso clima de incerteza na conclusão do seu trabalho de evangelização, que aumentava com a extensão da guerrilha e das respostas armadas do exército português. A sua incerteza aumentou quando se começou a pintá-los e pensar neles como potenciais “inimigos” de Portugal. A par com a Frelimo, com efeito, eram expressamente declarados culpados da instabilidade política – para além também, obviamente, dos países do bloco soviético, que ajudavam o movimento dos guerrilheiros moçambicanos – igualmente os missionários estrangeiros; entre estes últimos, um lugar de respeito era atribuído aos padres italianos, cuja actividade acabou mesmo por ser definida como “terrorismo missionário”.<sup>491</sup>

Neste clima, não tardaram muito a ser tomadas providências por parte das autoridades portuguesas, as quais começaram a decretar a expulsão dos missionários que julgavam – justamente, do seu ponto de vista, ou não – desestabilizadores do regime. Um dos primeiros foi precisamente um italiano, Celio Regoli, padre da Consolata e pároco em Liqueleva, na periferia de Lourenço Marques, a quem foram buscar na sua habitação, em Novembro de 1970, os agentes da DGS (Direcção Geral de Segurança) acompanhados pelo arcebispo de Lourenço Marques, Dom Custódio Alvim Pereira, sob acusação de ter favorecido as actividades da Frelimo, não obstante a negação de tal acusação pelo missionário italiano.<sup>492</sup>

A este episódio seguiram-se outros, incluindo aqueles relativos à vigilância contínua de alguns missionários, as transferências de

---

<sup>490</sup> Cf. ARNALDO BARITUSSIO, ob. cit., p. 206.

<sup>491</sup> *Ibidem*, pp. 201-202. Quem cunhou esta definição foi um missionário português, que escrevia na revista comboniana *Além Mar* com o pseudónimo de Lobiano do Rego. Este, no quarto número da revista de 1971, escrevia: «Sei que as palavras como santa cruzada e lusitanidade para italianos e italianizados são expressões ultrapassadas pelas mais actuais italianismo e terrorismo missionário». Parecia que tudo se deveria reconduzir à incompreensão generalizada do papel messiânico que a história havia atribuído a Portugal!

<sup>492</sup> DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *A semente caiu em terra boa. Os missionários da Consolata em Moçambique, 75 anos de evangelização ao serviço da igreja local (1925-2000)*, ob. cit., pp. 123-124.

autoridade e até a reclusão.<sup>493</sup> O que provocou mais celeuma, contudo, foi a expulsão em 1971 da congregação dos Missionários de África, mais conhecidos como padres brancos. Perante a decisão do superior de tal congregação de abandonar Moçambique, expressa num documento no qual era declarada a gravidade da situação das relações existentes entre estado e igreja, com a última vista numa condição de sujeição, o Governo de Lisboa reagiu antecipando-se à decisão voluntária dos padres brancos da Beira e de Tete, e decretando a sua expulsão. O regime de Caetano não podia tolerar tomadas de posição como aquelas dos padres brancos, que eram consideradas ofensivas da dignidade nacional e que se arriscavam a pôr em causa a política portuguesa do Ultramar, ameaçando o conceito de um Portugal uno, indivisível e pluriracial.

Todos os institutos missionários em Moçambique conduziram uma profunda reflexão interna como resultado dessa expulsão, com o objectivo de avaliar a oportunidade de seguir o exemplo dos padres brancos. Os italianos, padres da Consolata, combonianos, dehonianos e capuchinhos, não fugiram a esta reflexão. Os quatro, cada um com os próprios matizes, condenaram a expulsão dos padres brancos, mas todos eles decidiram não lhes seguir as pegadas.

Prevaleceu mais uma vez, nos missionários italianos, o realismo, como no início da sua experiência em Moçambique, quando se sentiram “estrangeiros duas vezes”. Prevaleceu a esperança de que, com a sua permanência, as injustiças para com os indígenas pudessem ser contidas e, com o tempo, diminuir até chegar a terminar; prevaleceu a consciência de que a igreja de Moçambique tinha necessidade de missionários, porque não conseguia bastar-se a si própria.<sup>494</sup> Face à oportunidade de se irem embora e abandonar as missões, prevaleceu também o amor dos missionários pelos moçambicanos e o desejo de trabalhar com eles para construir uma sociedade e uma igreja mais livres, para fazer crescer a liberdade e a maturidade do povo moçambicano.<sup>495</sup> Os missionários italianos decidiram ainda ficar, porque a sua acção não estava orientada para objectivos políticos, mas para a evangelização dos moçambicanos, com tudo o que implica evangelizar.<sup>496</sup> Estes, enfim, decidindo-se por ficar, deram ao

---

<sup>493</sup> Cf. CESARE BERTULLI, *Croce e spada in Mozambico*, Roma 1974, p. 49 e seguintes.

<sup>494</sup> Cf. VITO VALLER, ob. cit., pp. 258-260.

<sup>495</sup> Cf. DIAMANTINO GUAPO ANTUNES, *A semente caiu em terra boa. Os missionários da Consolata em Moçambique, 75 anos de evangelização ao serviço da Igreja local (1925-2000)*, ob. cit., p. 127.

<sup>496</sup> Cf. P. ANÓNIMO S.C.J., ob. cit., p. 145.

seu trabalho um significado de maior avizinhamento às realidades locais, na intenção de se sentirem ainda mais próximos da gente e do povo.

Com isso, sobretudo os combonianos – mesmo pelo facto de terem na direcção da diocese onde estavam presentes em maior número, Nampula, um bispo que não se tinha nunca feito de rogado na proclamação da urgência de fazer da igreja em Moçambique um sinal mais claro de verdade e amor, especialmente para a grande base africana – acabaram por estar no centro das atenções das autoridades civis e da polícia portuguesas.

Estas últimas, também devido à repercussão internacional que tiveram os acontecimentos de Wiryamu, no distrito de Tete,<sup>497</sup> tinham aumentado os controlos sobre as missões dos italianos e dos estrangeiros em geral, junto dos quais muitas vezes os guerrilheiros da Frelimo se apresentavam para extorquir alimentos e vestuário antes de prosseguir a sua marcha no mato.

Neste clima de elevada tensão, foram os próprios combonianos, em 1974, a ser objecto, juntamente com o seu bispo de Nampula, de um segundo importante decreto de expulsão, depois daquele de três anos antes visando os padres brancos. A expulsão foi a medida que tomaram as autoridades portuguesas, mesmo a poucas semanas da queda do regime autoritário em Lisboa, depois de os missionários de Verona, reunidos em Carapira em Fevereiro de 1974, terem redigido um documento com o título “Imperativo de consciência”, subscrevendo-o e apresentando-o à conferência episcopal moçambicana, com a assinatura de Dom Vieira Pinto também apensa.

Ao longo dos anos seguintes, tal documento viria a tornar-se amplamente famoso, por ter expresso publicamente e com clareza uma solicitação aos chefes da igreja de Moçambique, que exigia que se encarasse abertamente e com urgência a questão do respeito dos direitos fundamentais do homem, com um acento particular no problema da autodeterminação, em ligação com o qual os missioná-

---

<sup>497</sup> Uma série de confrontos entre os guerrilheiros da Frelimo e a polícia portuguesa provocaram cerca de 400 mortos, na maior parte anciãos, mulheres e crianças. Foram os padres de Burgos, missionários na diocese de Tete, a dar relevo fora das fronteiras de Moçambique ao incidente de Wiryamu. A imprensa internacional também dele se ocupou; em particular o periódico inglês “*The Times*”, por ocasião da visita de estado do primeiro ministro português Caetano à Grã-Bretanha, em Julho de 1973, publicou uma série de artigos a esse respeito. Cf. <<*THE TIMES*>>, Londres 10.VII.1973, pp. 1-2, 5; 11.VII.1973, pp. 1, 6, 16-17; 12.VII.1973, pp. 1, 3 e 6; 13.VII.1973, pp. 16-17; 14.VII.1973, pp. 1, 13-14; 16.VII.1973, pp. 1 e 13; 17.VII.1973, pp. 6 e 15; 21.VII.1973, p. 5.

rios combonianos se recusavam a continuar a ensinar nas escolas e renunciavam ao subsídio do estado português.<sup>498</sup>

Tratava-se, do ponto de vista português – e alguns sustentaram mesmo que assim era também do ponto de vista do direito internacional –, de uma interferência nos assuntos internos de Portugal. Pátria-mãe e territórios de Ultramar formavam, no modo de pensar de uma grande maioria dos portugueses, uma coisa só, que jamais se poderia dividir. Lobiano do Rego, de que se falou antes, escrevia em 1969 que «todas as tribos nómadas que se quiseram estabelecer nos nossos territórios de forma definitiva, auto-determinaram-se por essa mesma razão portuguesas. [...] Todos os indivíduos actualmente vivos, nascidos no Ultramar português, são simplesmente portugueses [...] Para eles a moderna auto-determinação, evocada pelas Nações Unidas, não tem nenhum sentido jurídico [...] Uma tentativa de revolta para a independência nos territórios portugueses constituiria um crime jurídico». O próprio Presidente do Conselho de Ministros português, em visita a Moçambique em 1969 (a primeira de um Primeiro Ministro português da era do Estado Novo!) tinha categoricamente afirmado: «estas terras são nossas, nós somos os mais antigos ocupantes, os portugueses são a mais antiga tribo que ocupa o actual território de Moçambique». <sup>499</sup> Para as autoridades portuguesas, portanto, eram inevitáveis a expulsão daquele grupo de combonianos e a do bispo de Nampula, considerado – nos dias imediatamente anteriores à Revolução dos Cravos – inimigo e traidor da pátria. Os missionários combonianos italianos expulsos entre 1 de Março e 12 de Abril (treze dias antes do golpe de estado em Lisboa) eram nove: tratava-se dos padres Calderola, Capra, Castellari, Centis, Cimitan, Peano, Prandina e Zani, e do irmão laico Coronini.

Com a Independência as coisas mudaram consideravelmente (para pior) para os missionários. Em meio à euforia geral de quem pensava que com a independência se resolveriam todos os problemas, não faltou quem – durante os meses de transição, de 8 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975 – tivesse previsto que as relações dos missionários com a Frelimo seriam tudo menos boas: o povo moçambicano encontrava-se agora perante uma nova direcção política, que

---

<sup>498</sup> Para uma análise aprofundada do documento “Imperativo de consciência” veja-se: ARNALDO BARITUSSIO, ob. cit., pp. 237-274.

<sup>499</sup> Citado por: VITO VALLER, ob. cit., pp. 251-252.

tinha declarado a religião como um dos principais inimigos da recém-nascida República Popular.

A nacionalização, anunciada oficialmente a 24 de Julho de 1975, de todos os bens e meios de produção existentes, a começar pelas escolas e pelos hospitais, despojaria os missionários de todas as suas obras.

### CAPÍTULO III

## **Do segundo pós-guerra à Independência: consolida-se a presença italiana em Moçambique**

**C**om este capítulo chegamos ao fim do nosso trabalho, principiado com as aventuras dos primeiros dois italianos que na primeira metade do século XIX decidiram estabelecer-se em Moçambique. Do título que se deu ao capítulo, entende-se imediatamente que nos ocuparemos de trinta anos de história (1945-1975), que se entrelaçam de algum modo com quanto se disse já nos dois capítulos precedentes, quando falámos dos naufragos do *Nova Scotia*, dos refugiados do *Gerusalemme* e dos missionários italianos, os quais contribuíram valorosamente para a consolidação da comunidade italiana em Moçambique no segundo pós-guerra. Era necessário, todavia, pelo delineamento geral que demos a este trabalho, considerar autonomamente, em relação ao presente capítulo, quer os italianos do *Gerusalemme* e do *Nova Scotia*, quer os missionários italianos.

Não é, com efeito, fácil fazer uma análise orgânica do período que nos aprestamos a tomar em consideração. Em primeiro lugar, porque este está bastante próximo da época da redacção deste livro (para quem se aventura a escrever sobre questões de história, trinta ou quarenta anos de distância dos factos que se quer contar são insignificantes!); em segundo lugar, porque nos parece que não há propriamente uma abundância de fontes escritas e documentáveis (há, ao contrário, uma considerável possibilidade de escutar testemunhos orais, aos quais se pode fazer referência mesmo que não reflectam sempre totalmente a realidade histórica); por último, pela dificuldade – derivada do facto de estarmos a viver e a escrever o presente livro em Moçambique – de entrar em contacto com muitos dos italianos que presentemente residem na Itália ou em Portugal e que foram protagonistas do período que aqui nos interessa analisar (o que quer dizer que outra pessoa interessada em aprofundar esta história continuará o trabalho por nós começado).

Depois desta pequena e necessária introdução, sigamos o caminho que nos conduz ao fim do percurso.

### *1) A história repete-se*

Tal como acontecera entre os séculos XIX e XX, no período imediatamente a seguir à segunda Grande Guerra o que influiu grandemente na consolidação da comunidade italiana, principalmente na Beira e Lourenço Marques, foi similarmente um conjunto de circunstâncias bastante casuais e não uma particular vontade italiana de ir para Moçambique, vendo-o como um país onde residir permanentemente.

Para muitos italianos que nos anos quarenta e cinquenta decidiram fixar a própria residência em Moçambique, esse pedaço de terra portuguesa foi uma descoberta casual, devida a uma estada forçada na África meridional, na qualidade de prisioneiros de guerra nos campos de concentração ingleses. Vemos assim que foi a segunda Grande Guerra – com tudo o que ela implicou – a representar a circunstância histórica casual que determinou um enorme afluxo de soldados italianos para o território neutro do Moçambique português; muitos destes militares italianos, uma vez tornados civis com o fim dos acontecimentos bélicos, ficaram na terra que os havia acolhido e lhes havia dado refúgio. A neutralidade de Portugal, por conseguinte, jogou igualmente um papel fundamental no renascimento da comunidade italiana em Moçambique.

Posteriormente, do fim dos anos quarenta até aos anos sessenta, o vigor económico italiano e a abundância de alguns recursos naturais que Moçambique oferecia (por exemplo no sector agrícola e da madeira) determinaram pequenos fluxos de italianos, que foram para Moçambique a fim de exercer actividades de carácter empresarial ou comercial em geral.

O período analisado representa, do ponto de vista histórico, a fase em que termina o domínio português nas suas possessões africanas. Nem por isso, todavia, se deve cometer o erro de pensar que as colónias portuguesas (ou províncias, como eram oficialmente chamadas a partir de 1951) vivessem momentos de decadência. Pelo contrário, assiste-se, pelo menos no que concerne a Moçambique e

até ao começo dos anos sessenta, ao apogeu da presença colonial portuguesa e a um considerável aumento do intercâmbio comercial entre a província moçambi-cana e a Mãe-Pátria.

A produção agrícola destinada à exportação foi testemunho de um crescimento considerável, graças à utilização intensiva (e forçada) da mão-de-obra: até 1948, Moçambique exportava pouco mais de 20 mil toneladas de algodão, aumentando este índice, no período 1957-60, para quase 40 mil toneladas. O mesmo andamento tinham as outras principais culturas de exportação: o caju havia passado das quase 40 mil toneladas, em 1948, a 70 mil toneladas no período 1957-60; a agave de 18 mil toneladas a 30 mil; o chá de mil a 5 mil toneladas; o açúcar de 58 mil a 120 mil toneladas. O único produto de uma certa importância nas exportações moçambi-canas que no período entre 1948 e 1960 manteve quase inalterada a sua produção foi a copra, que passou de 39 mil toneladas a 41 mil.<sup>500</sup>

Muitos novos investimentos nas principais infra-estruturas de Moçambique serviram igualmente para assegurar uma notável melhoria na economia geral da Província; do segundo pós-guerra até ao princípio dos anos sessenta, registou-se uma fortíssima expansão da rede ferroviária em Moçambique, da qual é exemplo o caminho-de-ferro de Tete, que ligava as minas de carvão de Moatize ao porto da Beira. Idêntica expansão conheceram os investimentos na indústria de transformação, em particular nos sectores têxtil, alimentar (refinação do açúcar), da energia e da madeira.<sup>501</sup>

A tal desenvolvimento deve acrescer-se que a população colonial portuguesa em Moçambique aumentou de modo nunca antes verificado, por via de uma activa e intensa vontade política do governo de Lisboa, visando o povoamento efectivo das próprias províncias do Ultramar. Em Moçambique, a população não indígena (ou “civilizada”, como era chamada nas estatísticas oficiais) passou de 60.115, segundo o recenseamento de 1945 (em um total de pouco mais de 5 milhões de pessoas), a 117.405, segundo o recenseamento de 1955 (em um total de 5.764.362 habitantes), e em tais níveis se manteve até aos anos anteriores à Independência. Daqueles 117.405, quase 40% (43.759) viviam na capital, 16.329 eram residentes na

---

<sup>500</sup> Cf. CARLOS SERRA e DAVID HEDGES (org), ob. cit., pp. 146-147.

<sup>501</sup> *Ibidem*, pp. 160-162 e 169-170.

Beira, 4.432 em Quelimane, 3.097 em Inhambane e 2.876 em Nampula.<sup>502</sup>

Neste cenário tinha-se consolidado a comunidade italiana em Moçambique, imersa – com a exceção dos missionários – num contexto social quase fora do tempo, mas sem qualquer dúvida fascinante: a maioria desta vivia em estreito contacto com os ambientes coloniais portugueses e distante das problemáticas sociais que tocavam a população nativa e que nos anos sessenta iriam redundar na luta armada da Frelimo.

## *2) O novo ponto de partida*

Depois de uma certa estabilização no número dos italianos que viviam em Moçambique entre as duas grandes guerras, o período que vai de 1940 a 1946 representa o momento histórico em que se consolida definitivamente a sua presença. Segundo o recenseamento demográfico da colónia realizado em 1935, os italianos eram pouco mais de 140; destes, cerca de sessenta viviam em Lourenço Marques e oitenta na Beira.<sup>503</sup> No que diz respeito somente à Beira, um recenseamento posterior, o de 1939, fazia descer a 39 unidades o número dos italianos residentes naquela cidade.<sup>504</sup>

Analizamos outros dados e constatamos que, segundo o recenseamento de 1950, em toda a província de Moçambique viviam 341 italianos, dos quais 231 homens e 110 mulheres: um aumento de quase 150% em relação às estatísticas anteriores.<sup>505</sup> (O leitor poderia pensar que exageramos ao dar tanta importância a uma comunidade italiana que não chegava sequer a 350 unidades; poder-se-ia até julgar excessivo escrever um livro inteiro para narrar a história dos italianos em Moçambique, que nunca chegaram a um número verdadeiramente significativo. Ora, não tememos tais críticas, mesmo porque outros autores já pegaram em papel e caneta para escrever livros sobre

---

<sup>502</sup> Cf. <<ANUÁRIO DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE (1950-1951)>>, A.W.BAYLY & CA. Lda., Lourenço Marques, Novembro 1950, p. 28 e: <<ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (1959-1960)>>, A.W.BAYLY & CA. Lda., Lourenço Marques 1960, pp. 20-23.

<sup>503</sup> Veja-se a segunda parte, capítulo III, parágrafos 1 e 2.

<sup>504</sup> Cf. SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1940)*, ob. cit., p. 806.

<sup>505</sup> <<ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (1954-1955)>>, A.W.BAYLY & CA. Lda., Lourenço Marques 1955, pp. 30-31.

comunidades estrangeiras em Moçambique que eram bem mais modestas que a italiana).

Prosseguimos considerando os dados do recenseamento efectuado em 1955, que nos dizem que a presença dos italianos tinha aumentado para 360 unidades (não está disponível a distinção entre homens e mulheres).<sup>506</sup> O que de imediato se pode comentar é que, depois do aumento dos anos do segundo pós-guerra, se assiste a uma certa estabilidade no número dos italianos que viviam em Moçambique a partir da metade dos anos cinquenta.

Antes de nos embrenharmos na análise das razões do crescimento depois do segundo pós-guerra, abrimos um pequeno parêntese para vermos – para além da italiana – quais eram as outras comunidades estrangeiras que povoavam Moçambique.

Com a excepção dos portugueses, as principais comunidades europeias eram constituídas por britânicos (817 em 1950 e 898 em 1955), gregos (407 em 1950, que baixaram para 308 em 1955), alemães (334 em 1950 e 306 em 1955), suíços (164 em 1950 e 155 em 1955) e holandeses (107 em 1950 e 121 em 1955). Juntamente com estas comunidades de povos europeus, que com a dos sul-africanos (441 em 1950 e 450 em 1955) e dos chineses (752 em 1950 e 796 em 1955) estavam – como se viu acima – tradicionalmente presentes no país, a partir dos anos quarenta novas comunidades estrangeiras chegam a Moçambique. Trata-se das comunidades indiana e paquistanesa, que em pouco tempo superam a britânica; esta, depois da portuguesa, havia sempre sido a segunda comunidade estrangeira em Moçambique. Assim, desde o recenseamento de 1950 estavam a residir em Moçambique 3.151 indianos e 887 paquistaneses, que passaram respectivamente a 2.343 e 1.579, segundo os resultados do recenseamento realizado em 1955.

Neste quadro, a italiana era sempre uma das comunidades mais numerosas: entre as europeias, vinha depois da britânica e da grega no recenseamento de 1950; no recenseamento de 1955, no entanto, os italianos eram os segundos já somente depois dos ingleses.

Fechamos este parêntese afirmando desde já que a razão principal do crescimento da comunidade italiana nos anos quarenta se deveu à permanência em Moçambique – uma vez terminada a guerra – de uma boa percentagem de refugiados de guerra italianos

---

<sup>506</sup> <<ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (1959-1960)>>, A.W.BAYLY & CA. Lda., Lourenço Marques 1960, pp. 20-23.

(incluindo nesta categoria aqueles que haviam fugido dos campos de concentração ingleses, nos territórios próximos de Moçambique, os membros da tripulação do *Gerusalemme* e os náufragos do *Nova Scotia*).

### **2.1) A questão dos refugiados de guerra**

Para procurar quantificar a consistência numérica dos refugiados italianos em Moçambique faço referência aos dois relatórios apresentados nas páginas seguintes, preparados pelo corpo de polícia civil da colónia de Moçambique em 1944.<sup>507</sup> Um primeiro relatório, datado de 24 de Maio de 1944, evidencia que as autoridades portuguesas contaram 45 italianos chegados a Moçambique na qualidade de refugiados, em consequência de evasões dos respectivos campos de concentração nos países limítrofes onde estavam presos; desses 45, cerca da metade (23) encontrava-se em Lourenço Marques e a outra (22) na Beira. O relatório mostra com clareza, apenas para os refugiados que se encontravam na capital moçambicana, o nome completo, o campo de concentração de onde provinham, a fronteira de ingresso em Moçambique, a data de entrada e, por fim, a informação realmente curiosa relativa à filiação política na Itália para cada um dos refugiados. Não devemos esquecer que junto com estes refugiados, calculados em número de 45 (mas que realisticamente podiam ser em número bem superior), havia em Moçambique os membros do *Gerusalemme* e os náufragos do *Nova Scotia*, quase todos concentrados em Lourenço Marques e arredores, em todo o caso no distrito do Sul do Save.

O segundo relatório ao qual fazemos referência, intitulado “Mapa dos súbditos italianos sem residência fixada na colónia” foi compilado dois dias depois daquele que acabamos de comentar, ou seja, a 26 de Maio de 1944.<sup>508</sup> Este cataloga – junto com os refugiados que, entretanto, haviam subido para 48 – também os italianos do

---

<sup>507</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 192, Nota de 25.V.1944 do comandante do corpo de polícia civil da colónia de Moçambique, capitão João Tomaz Gonçalves, ao Governador Geral.

<sup>508</sup> *Ibidem*. Nota de 26.V.1944 do comandante do corpo de polícia civil da colónia de Moçambique, capitão João Tomaz Gonçalves, ao Governador Geral.

*Gerusalemme* e do *Nova Scotia* e alguns empregados do Consulado Régio italiano que se tinham visto sem emprego, depois que em Setembro de 1943 – como se disse já – o Cônsul Campini deixou Moçambique.<sup>509</sup>

Tratava-se ao todo de 337 italianos (também aqui foi feita a curiosa distinção entre fascistas e *badogliani*), dos quais 283 declaravam que queriam voltar para a pátria, 45 (e não 52, como erroneamente calculado pelo corpo de polícia civil e referido no relatório abaixo) que queriam ficar em Moçambique e 9 (todos náufragos do *Nova Scotia*, provenientes da África Oriental italiana) que queriam voltar para a Eritreia. A situação estava em contínua evolução, com partidas que tinham continuamente lugar nos navios portugueses, em pequenos grupos; isto explica algumas incongruências entre os dois relatórios, à distância de apenas dois dias da redacção de um e de outro (parece algum tanto estranho sobretudo que o número dos refugiados que se encontravam na Beira tivesse descido de 22 a 11 no espaço de dois dias).

Concluída a guerra, os italianos que por alguma casualidade se encontravam em Moçambique continuavam a ser em número considerável. No início de 1946, o Governador Geral da colónia reportava ao Ministro português das Colónias que ainda se encontravam em Moçambique 139 membros do *Gerusalemme*, 95 náufragos do *Nova Scotia* e um total de 81 refugiados, dos quais 36 na capital e 45 na Beira (315 ao todo).<sup>510</sup> Prosseguia o Governador Geral, dizendo que o agente consular Régio italiano, Guido Coen, solicitava permissão para levar a Lisboa os italianos que deviam regressar. Do grupo do *Gerusalemme*, 116 pediam para voltar para a Itália, enquanto 23 desejavam permanecer em Moçambique (3 dos quais haviam já obtido o visto de residência);<sup>511</sup> entre os náufragos do *Nova Scotia*, havia mais ou menos 44 que tinham pedido para não voltar (4 dos quais possuíam já a permissão para residir);<sup>512</sup> por fim, no grupo dos refugiados, 48 num total de 81 declararam que não se queriam estabelecer na colónia portuguesa (entre estes, 5 aí residiam

---

<sup>509</sup> *Ibidem*. Nota do Chefe de Gabinete do Governador Geral datada de 25 de Outubro de 1943 dirigida ao Director do Serviço de Fazenda, com a qual pede a reserva de 5 lugares no primeiro vapor de partida para Lisboa para Campini, a mulher, a filha, o senhor Trento Lo Sacco e a senhora Elba Varese (estes últimos dois empregados do consulado Régio italiano).

<sup>510</sup> *Ibidem*. Ofício datado de 28.I.1946 do Governador Geral de Moçambique ao Ministro das Colónias em Lisboa.

<sup>511</sup> Tratava-se de Bruno Goriup, Carlo Sirio e Fabio Veronese.

<sup>512</sup> Eram Giuseppe Bianchi, Tommaso Damiano, Mario Decca e Severino Divano.

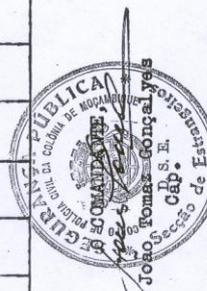
já oficialmente).<sup>513</sup> Eram no total 115 os italianos que não queriam voltar para a Itália.

CORPO DE POLÍCIA CIVIL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE  
Secção de Estrangeiros

MAPA DOS SÚBDITOS ITALIANOS SEM RESIDÊNCIA FIXADA NA COLÓNIA A QUE SE REFERE O TELEGRAMA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DATADO DE 15/5/944 E REGISTADO NA REP. DO GABINETE EM 16/5/944, SOB O Nº 867

SITUAÇÃO	Desejam embarcar						Não desejam embarcar			Governo que seguem		OBS.	
	Norte de Itália		Sul de Itália		Eritreia		Homens	Mulheres	Orangas	Passagens	Badoglio		
	M	F	M	F	M	F							
NÁUFRAGOS	77	-	12	-	9	-	20	-	-	28	20	118	a)- destes, 11 encontraram-se na cidade da Beira.----- b)-dêstes, 1 em barca no vapor Mousinho.-----
a)- REFUGIADOS	22	-	5	-	-	-	9	2	3	41	7	49	
GERUSALEMME	25	3	58	1	-	-	11	-	-	108	60	168	
b)- FUNCs. CONSULARES	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
TOTAIS.....	201	3	78	1	9	-	47	2	3	247	90	337	
-----	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Lourenço Marques, 26 de Maio de 1944



REGIÃO PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE  
JOÃO GOMES GONÇALVES  
Cap. S. E.

PP..

<sup>513</sup> Os cinco eram Donato De Dominicis, Vincenzo Di Paolo, Cleto Di Paolo, Lino Di Paolo e Paolo Antonio Bucci.

**CORPO DE POLÍCIA CIVIL DA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE**

Relação dos súbditos italianos "REFUGIADOS" evadidos de "Campos de Concentração"

Nome	Onde se encontravam.	Entrada na Colônia.	DATA		Governo que segue.	Observações:
			Ma	ano		
			17	8		
SEBASTIANO COMPAGNO	Sunderwater	Chancullo	17	8	Fascista	"Falta incluir nesta relação 6 refugiados, que se encontram na cidade de BEIRA". <i>Beira - 27</i> <i>Beira - 22</i> <i>45</i> Refugiados dos países alemão, francês, etc. Agosto 1942
MARIO VALANZANO	Preteria	"	18	8	"	
LUIGI MEZZI	Sunderwater	R.Garcia	18	11	"	
FRANCESCO RAHELI	"	"	18	11	"	
ALBERTO ZAPALA	Blomfontein	?	7	2	Badoglio	
PRIMO SCHEGGI	"	R.Garcia	7	2	"	
MARIO BONIOLI	Eldoret-Kenia	V.Continno	13	3	Rep.Social	
GIOVANNI CORSINI	"	"	13	3	Fascista	
AMADEO MARSAGLIA	"	"	13	3	"	
GEROLAMO NUCCI	"	"	13	3	Rep.Social	
FRANCO TONELLI	"	"	13	3	Fascista	
EUGENIO MUSCOLINO	Sunderwater	R.Garcia	13	6	Indiferente	
FRANCESCO BIEMONTE	Uvuma nº 4	"	13	6	Fascista	
MARIO BONOMI	Gatooma nº 3	Macequece	1	2	"	
ATILIO MAGINI	"	"	1	2	"	
MARIO LO PÓ	Uvuma nº 4	"	1	2	"	
GIUSEPPE STALTARI	Gatooma nº3	"	1	2	"	
PIETRO PAOLINI	Fort-Victoria	"	15	2	"	
GIUSEPPE BOZETTI	"	"	15	2	"	
OTTORINO SANTILLI	Uvuma nº 4	"	26	2	"	
ARMANDO ROSATELA	"	"	28	2	"	
SESARE SORARU	"	"	28	2	"	
GIOVANNI DI BERNARDO	Sunderwater	R.Garcia	6	5	"	



Lourenço Marques, 24 de Maio de 1942

No Arquivo Histórico de Moçambique está conservado um ulterior e interessante documento que quantifica o número dos italianos que em Fevereiro de 1946 se encontravam ainda na colónia portuguesa. Eram, segundo esta fonte, 296.<sup>514</sup>

O corpo de polícia civil de Moçambique classificava os 296 italianos em duas categorias: civis e militares. Os primeiros eram 276, 10 oficiais e 122 membros da tripulação do *Gerusalemme* e 144 eram os classificados como “outro” (entre os quais estavam os naufragos do *Nova Scotia* que ainda não haviam sido repatriados); os militares (20 ao todo) subdividiam-se em um oficial de aviação, 5 sargentos e 14 entre cabos e soldados simples.

Da parte das autoridades portuguesas havia um interesse preciso em saber com exactidão quantos eram os italianos sobreviventes à guerra e refugiados em Moçambique. Era, de facto, o governo de Lisboa – depois do encerramento do Consulado Régio italiano no Outono de 1943 – a subsidiar os súbditos de Vittorio Emanuele III.<sup>515</sup>

Esta situação durou quase até ao momento do repatriamento dos refugiados, ainda que, entretanto, o novo Governo Régio italiano, presidido por Ferruccio Parri e sucessor do de Badoglio, tivesse procedido à reabertura de uma representação consular Régia em Lourenço Marques, a partir de Setembro de 1945. Com a reabertura desta representação, o Consulado foi desqualificado para agência consular e o dr. Guido Coen nomeado agente consular.<sup>516</sup>

Em torno da metade de Abril de 1946, podia dizer-se que quase todos os italianos refugiados em Moçambique por causa da guerra tinham sido repatriados. Tinham ficado somente aqueles que

---

<sup>514</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 192, carta nº 68/946-SI datada de 18 de Fevereiro de 1946 do comandante do corpo de polícia civil, capitão Carlos Alberto Machado da Silva, endereçada ao chefe de gabinete do Governador Geral de Moçambique.

<sup>515</sup> A Itália concedeu os subsídios aos refugiados italianos em terra moçambicana até 31 de Julho de 1943. De uma das últimas comunicações do Cônsul Régio Campini endereçada ao Governador Geral (01.X.1943) evidencia-se a quanto montavam tais subsídio mensal: 1.250 Escudos (solteiro), 2.050 Escudos (casal), 2.550 Escudos (casal mais um filho), 2.900 Escudos (casal mais dois filhos) e 3.150 Escudos (casal mais três filhos).

<sup>516</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Política Externa, cota 159, Telegrama do Ministério das Colónias ao Governador Geral de Moçambique de 13.IX.1945. Guido Coen, judeu italiano, originário de Veneza, chegou a Moçambique com a família via Johannesburg em Junho de 1939. Em Setembro do mesmo ano obteve a autorização de residência permanente na colónia portuguesa onde se tornou – pelas suas hábeis capacidades – um brilhante empresário comercial muito respeitado na praça de Lourenço Marques. Obteve em 1940 a licença para abrir armazéns comerciais, de seguida geriu também um restaurante (*o Escondidinho*) antes de se dedicar totalmente ao empresariado. (Vide: *Ibidem*, Relatório nº 371 de 28.IX.1945 do comandante do Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques ao Governador Geral).

expressamente tinham manifestado tal interesse. Outros voltaram posteriormente para a Itália e regressaram depois de alguns meses para Moçambique, com a família, com a intenção de aí residirem permanentemente.

Como no capítulo III e a propósito da narração das aventuras do *Nova Scotia*, pensamos que também neste caso contar a história de alguns dos refugiados poderá enriquecer o conteúdo deste capítulo, para além evidentemente de proporcionar ao leitor algumas pinceladas da vida real daqueles tempos, que viram cada italiano protagonista do povo ao qual pertencia e da sua história.

### **2.1.1) *Giovanni de' principi Corsini* (“*captain Dickson*”)**

«Um dia, na nossa casa na Matola, na Avenida Trigo de Morais Talhão 80, veio encontrar-nos ao pequeno-almoço um português que a 13 de Março de 1943 tinha sido nomeado chefe de posto, o primeiro da fronteira moçambicana na estrada de Blantyre a Tete. [...] Ele falou-nos sobre um camião militar inglês, um Chevrolet, tomado “de empréstimo” às tropas inglesas pelo meu pai, do qual desceram 5 italianos sujos, um dos quais falava francês e se tinha apresentado como príncipe... pedindo asilo político. O jovem administrador português [...] entrou rápido para a administração e daí saiu trazendo no bolso uma pistola carregada...

[...] o meu pai depois chegou a Tete num camião carregado de madeira, conduzido por um alemão que tinha ido ao mato cortar madeira e tinha encontrado estes refugiados [...] e citando o seu diário: “[...] a última imagem do território inimigo, distante, atrás do Chevrolet desengonçado, é a do chefe de posto surpreso e alarmado, que gesticula na nossa direcção, corre para a caserna e sai de novo ajustando as platinas [...]. Despi as platinas inglesas e o chapéu bóer. A comédia tinha acabado... A longa fuga das bruxas”».

Quem nos conta esta história, hoje, é o filho de Giovanni de' principi Corsini, uma das mais antigas e nobres famílias florentinas.<sup>517</sup> O pai, com outros quatro militares italianos feitos

---

<sup>517</sup> GIOVANNI CORSINI, *Carta endereçada ao autor*, 02.III.2005. Não podemos aqui delongar-nos muito sobre a história desta família: limitamo-nos a dizer que entre os seus mais famosos membros se contam Sant' Andrea Corsini, nascido em Florença em 1301, contemporâneo de Dante e canonizado em

prisioneiros pelos ingleses, na Abissínia, foi prota-gonista de uma fuga de 3.068 quilómetros, percorrida com um velho Chevrolet roubado às forças militares britânicas, a qual começou do campo de concentração inglês de Eldoret, no Quénia, até à pequena cidade ou Vila Coutinho, em território moçambicano, atravessando o Quénia, a Tanzânia e o Malawi, todos territórios controlados pelos ingleses, passando por Arusha, Dodoma, Iringa, Tukuyu, Fort Hill, Dedza e chegando por fim a Tete, em Moçambique.

Para além de Giovanni Corsini, foram protagonistas daquela memorável fuga o são-remês Amedeo Marsaglia, o triestino Franco Tonelli, o genovês Mario Bonioli e Girolamo Nucci, este último originário de Arezzo e ainda vivo no momento em que escrevemos. “Memorável” é uma palavra que hoje pode parecer hiperbólica, mas na época era – sem sombra de dúvida – efectivamente adequada para descrever o que tinha acontecido, tanto que até a imprensa inglesa rodesiana disso se ocupou: em primeiro lugar, porque não conseguia convencer-se do facto de cinco italianos terem passado despercebidos durante mais de um mês, percorrendo mais de três mil quilómetros em território britânico, durante o segundo conflito mundial; em segundo lugar, simplesmente porque o exército britânico estava interessado em recuperar o seu Chevrolet com a matrícula “LI-341068”, desaparecido em território português.<sup>518</sup>

Apresentamos alguns excertos dos artigos publicados no *The Rhodesia Herald* de 31 de Março de 1943, para nos inteirmos de qual foi o truque utilizado pelos italianos: «*It is stated that the leader of the party was a prisoner of high rank, even a prince. [...] This leader disguised himself as a British captain, manufacturing his own “pips”. He called himself captain Dickson. There was only one other English-speaking Italian, the captain who disguised himself as a sargent. The other three Italians were passed off as Italian prisoners travelling under the custody of the “British” captain and sargent*».

---

1629 por Urbano VIII (à sua intercessão se deveu a vitória dos florentinos sobre as tropas de Maria Sforza em Anghiari em 1440) e Clemente XII (Lorenzo Corsini), papa de 1730 a 1740, que se tornou famoso pela emanação da bula *In Eminentis Apostolatus Specula* a 28 de Abril de 1738 com a qual condenava a maçonaria (ao período do seu pontificado se devem também importantes trabalhos em igualmente importantes monumentos históricos de Roma, entre os quais o projecto de inovação da Fonte de Trevi, desenhado pelo arquitecto Niccolò Salvi em 1732). Para concluir, não pode ser ignorado que a mulher de Niccolò Machiavelli, Marletta, era uma antepassada da família.

<sup>518</sup> “*Italian Escape Odyssey; Kenya to Tete in a British Army lorry*”, in: <<THE RHODESIA HERALD>>, quarta-feira 31.III.1943. e “*Escaped Internees lorry*”, in: <<THE RHODESIA HERALD>>, terça-feira 13.IV.1943.

Neste ponto, recuamos um passo para contar a história de Corsini a partir do início. Corsini encontrava-se na Abissínia como civil, no momento do início da segunda Grande Guerra. «Na *via del Parione*, em Florença, atrás do palácio Corsini – é ainda o filho de Giovanni Corsini, ele também chamado Giovanni, que conta –, um encontro casual com um ex-colega de universidade determinou que o meu pai se juntasse a ele na promoção de uma sociedade que se dedicasse à indústria de madeira [...] era o ano de 1937. Foi para Ostia a bordo de um pequeno hidroavião Cant Zappata que fazia a ligação para Bengasi [...] e dali com um trimotor S.81 da Ala Littoria chegou a Addis Abeba. A sociedade onde o meu pai, aos 26 anos, era sócio director era a S.A.I.L.E., Sociedade Anónima Italiana Madeiras Etiópia, que se tornou a maior organização do ramo, empregando cerca de dois mil abissínios. Não era, portanto, militar de carreira, mas foi chamado ao activo...». <sup>519</sup>

Com a guerra, Corsini foi, com muitos outros italianos, feito prisioneiro em Addis Abeba e transportado primeiro para a Somália britânica e depois para o campo de concentração de Eldoret, no Quênia, onde chegou a 5 de Agosto de 1942, com alguns companheiros: Tavazza, Cafarelli, Falconieri, Marsaglia e Tonelli. Por ali trabalhava como mecânico especializado um inteligente e esperto jovem toscano, Girolamo Nucci, que trabalhava num parque de estacionamento fora do campo de prisão, destinado aos serviços de Eldoret. A 10 de Fevereiro de '43, Nucci – ao volante de um camião Chevrolet inglês e com o plano de fuga já bem traçado com os seus concidadãos – pediu às sentinelas quenianas que o deixassem entrar no campo de prisão. As sentinelas conheciam-no e por isso deixaram-no passar. Do diário do príncipe Giovanni Corsini podemos ler: «[...] Tavazza grita: pronto, está a chegar... saltamos para dentro e estendemo-nos na caixa... ficamos cobertos pelas bagagens que nos caem para cima... partimos... paramos na cancela... Nucci diz qualquer coisa em Kiswahili... das bordas do telão, levantado nos solavancos, vejo desfiarem-se os reticulados do “bloco D”, aplico à camisa de ordenança as platinas de categoria, tiro do cesto o chapéu bóer e o bastonete de oficial, meto nas peúgas o lápis e o cachimbo, bato três vezes e Nucci pára... Na estrada branca, munido dos documentos prescritos, viaja já o Capitão J.A. Dickson (*on His Majesty's Militar Intelligence Service*), com o autocarro Chevrolet

---

<sup>519</sup> GIOVANNI CORSINI, *Carta endereçada ao autor*, 04.III.2005.

LI-341068, que escolta os prisioneiros italianos Giorgi, Pancrazi e Tiberi».<sup>520</sup>

Deste modo teve início a aventura mais singular, que levou militares italianos a se refugiarem em Moçambique nos anos da segunda Grande Guerra. A compleição física do príncipe Corsini, os seus cabelos loiros e os seus olhos azuis, associados ao seu perfeito inglês, não permitiram aos britânicos notar qualquer indício no truque utilizado pelos soldados italianos.

Uma vez tendo entrado em território moçambicano pela fronteira de Vila Coutinho, os cinco prosseguiram até Tete conduzidos por Corsini. Devemos aqui assinalar que Corsini foi o guia do grupo, porque era o único que podia assumir o papel do capitão inglês Dickson. Nessa condição, ele acabou por ser o ponto de referência. Em realidade, porém, do ponto de vista estritamente militar e hierárquico – no fim de contas, estava-se sempre em guerra – o mais alto em categoria era o capitão de artilharia Amedeo Marsaglia, seguido pelo tenente de engenharia Franco Tonelli, pelo tenente de infantaria alpina Giovanni Corsini, pelo tenente Mario Bonioli e pelo cadete Girolamo Nucci<sup>521</sup>.

A Tete chegaram no dia 17 de Março e foram acolhidos, antes das autoridades portuguesas, por um conterrâneo, um certo Francesco Gibellino, um piemontês pesquisador de ouro que morava em Tete havia quase vinte anos. A notícia, evidentemente sensacional para a monótona tranquilidade que se vivia naquelas partes da colónia portuguesa, teve muito destaque na imprensa moçambicana da época.<sup>522</sup> Os Nossos pediram para chegar à capital, mas antes que pudessem transferir-se para Lourenço Marques passou mais de um mês. Entretanto, o único a receber a permissão para sair de Tete foi Amedeo Marsaglia, que por questões de saúde foi transferido para Beira, onde pôde curar-se no hospital local. Os outros quatro chegaram à capital moçambicana somente a 19 de Abril de 1943, recebidos no aeroporto de Mavalane pelo Cônsul Régio italiano Umberto Campini.

---

<sup>520</sup> *Ibidem*.

<sup>521</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 192, carta autógrafa dos cinco fugitivos ao Governador Geral de Moçambique datada de 6.X.1944.

<sup>522</sup> Cf. “*Chegaram a Tete seis italianos que se evadiram de um campo de concentração britânico*”, in: <<NOTÍCIAS>>, segunda-feira 22.III.1943, p. 8, “*Entrevista com o Príncipe Giovanni refugiado italiano*”, in: <<NOTÍCIAS>>, segunda-feira 12.IV.1943, p. 3 e “*Príncipe Giovanni Corsini*”, in: <<NOTÍCIAS>>, segunda-feira 19.IV.1943, p. 1. O último artigo refere-se à chegada a Lourenço Marques dos refugiados.

Em Lourenço Marques, Corsini e os companheiros permaneceram pouco mais de um ano, numa situação que não devia ser das mais confortáveis.<sup>523</sup> Mais tarde, em Outubro de 1944, foram transferidos para a província de Inhambane.<sup>524</sup> Os portugueses tinham evidentemente atendido aos pedidos britânicos, que sugeriam que os cinco recém-chegados fossem mantidos numa localidade um tanto periférica. «*I am writing – escrevia confidencialmente o Cônsul britânico ao chefe de gabinete do Governador Geral de Moçambique, no dia seguinte à chegada dos Nossos à capital – to say that my Government would have preferred them to remain in Tete.[...] I suggest that the five Italian prisoners of war recently arrived in this territory from British territory should be obliged to reside at least temporarily in some place where they could be in a position to carry the Allied Nations the least possible warm*». O príncipe Corsini, até Setembro de 1945, trabalhou como feitor de uma grande empresa agrícola propriedade de um português, constituída por uma plantação de coqueiros, na costa, nos arredores da cidade de Inhambane (depois dele, aquele posto foi ocupado por Fabio Veronese, como se viu). Ainda que seja certo que também Marsaglia, Tonelli e Bonioli estavam em Inhambane, não se tem conhecimento da actividade em que esses estavam empregados. Quanto a Nucci, ele tinha sido admitido numa serração na circunscrição de Inhaminga, nos distritos de Manica e Sofala, de propriedade de um italiano de origens lombardas, um certo Airoldi, de pelo menos quarenta anos, residente na Beira com a família.<sup>525</sup> Os quatro que estavam em Inhambane foram transferidos em fins de 1945 para a Madeira. Sabemos com certeza que Giovanni Corsini voltou para a Itália em Janeiro de 1946.<sup>526</sup>

O seu não foi, contudo, um regresso definitivo para a pátria. Com efeito, uma vez com a família, ele mudou-se para Moçambique, chegando a Lourenço Marques em Janeiro de 1949. Lá permaneceu até Fevereiro de 1976, onde foi seguramente um dos mais ilustres representantes da comunidade italiana em Moçambique.

---

<sup>523</sup> «O meu pai e o engenheiro Tonelli em '43-'44 para viver construíam tendas, tinham uma motocicleta e um fato azul e uma camisa branca. Ao sábado, em turnos, vestiam “o” fato azul e montando “na” motocicleta ia... (o do turno) divertir-se no Hotel Cardoso ou no Polana», GIOVANNI CORSINI, *Carta endereçada ao autor*, 04.III.2005.

<sup>524</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 192, carta datada de 19 Abril de 1943.

<sup>525</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., pp. 29-30.

<sup>526</sup> GIOVANNI CORSINI, *Carta endereçada ao autor*, 02.III.2005.

Em quase trinta anos de vida passados em Moçambique, Corsini desenvolveu a actividade de empresário, capaz de comercializar em Lourenço Marques e nas outras principais cidades moçambicanas algumas das marcas italianas mais famosas, como a Fiat, Innocenti, OM e Necchi. A primeira sociedade com a qual deu brilho aos produtos italianos, em Moçambique, foi a *Sociedade Comercial Ítalo-Moçambicana, Limitada*, constituída a 12 de Junho de 1950.<sup>527</sup> Esta sociedade (conhecida como *Italmo*) não era, na verdade, propriedade de Giovanni Corsini. Os sócios que a constituíram eram a sociedade *Ferreira & Faria, Limitada* e a *Companhia Africana Rotar, Limitada*; Corsini não era proprietário sequer dessas duas sociedades: a primeira pertencia a dois portugueses, António Ferreira e Aníbal José Marques Pires, e funcionava em Lourenço Marques desde 1940, dedicada ao comércio internacional;<sup>528</sup> a segunda, constituída em Junho de 1947, em Lisboa, pelo Eng.º Franco Tonelli e pelo Sr. Alcino Franchi, desenvolvia actividades comerciais e industriais e tinha a sede em Lourenço Marques.<sup>529</sup>

Alcino Franchi era um italiano que residia, na época, em Portugal e que cedo também se mudou para Moçambique, onde entrou como sócio maioritário para uma sociedade dedicada à laboração do caju (*CAJUCA, Limitada*), poucos quilómetros para fora de Lourenço Marques. (Um outro italiano – conhecido por quase toda a comunidade italiana de Moçambique – tinha-se ocupado nos anos cinquenta e sessenta no sector da laboração do caju. Tratava-se de Italo Moranduzzo, originário de Castello Tesino, na província de Trento, que foi administrador da *Indústrias de Caju Mocita, Limitada*, na Vila João Belo, bem como representante para Moçambique da sociedade bolonesa Ultramar s.p.a., para a venda de equipamentos para o sector agro-alimentar. Ele era, todavia, mais conhecido por ter sido o secretário do Consulado Régio italiano em Lourenço Marques, no período imediatamente antes da queda do fascismo e da partida do Cônsul Régio Campini, do qual obteve a passagem de testemunho e sucessivamente da agência consular Régia dirigida pelo dr. Guido Coen).

---

<sup>527</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n.º24 de 17 de Junho de 1950, p. 24.

<sup>528</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n.º2 de 10 de Janeiro de 1940, pp. 21-22.

<sup>529</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, n.º28 de 10 de Julho de 1948, pp. 356-357.

Voltando ao discurso que deixámos para atrás, o artigo oitavo do estatuto da *Companhia Africana Rotar, Limitada*, previa que a administração e a direcção da sociedade fosse exercida pelo dr. Giovanni Corsini: ele, por conseguinte, foi administrador – por extensão – também da *Italmo*. Em seguida, Corsini tornou-se sócio com uma pequena participação na *Companhia Africana Rotar*. Isto aconteceu em 1952, quando entrou como sócio, com uma quota de quatrocentos mil escudos portugueses.<sup>530</sup>

Foi com a *Italmo* que Giovanni Corsini foi maioritariamente conotado durante a sua permanência em Lourenço Marques, mesmo tendo-se tornado, de seguida, proprietário de outras sociedades: a *Simeca Limitada* (com a qual vendia automóveis de marca Simca e Seat e tinha um grande parque de automóveis de segunda mão); a *Sidol Limitada*, que vendia máquinas de costura Necchi e tinha lojas na zona da baixa da capital e no bairro do Alto-Maé; a *Garagem Estrela Limitada*, na zona de João Belo e a *Barco Limitada*, que era subagente da Fiat na Beira.<sup>531</sup>

### 2.1.2) Sami Coen

A história de Sami Coen difere em parte da de outros refugiados de guerra emigrados em Moçambique: se estes últimos, com efeito, chegaram a Moçambique depois de uma fuga dos campos de prisão nos territórios limítrofes, Sami Coen – de família hebraica sefardita – deixou a Itália, refugiando-se em Moçambique vindo da Rodésia, no seguimento das leis rácicas aplicadas pelo regime fascista italiano. Era um italiano originário do Dodecaneso, nascido em Rodi em Março de 1912.

O desembarque dos italianos na principal ilha do Dodecaneso, Rodi, a seguir à declaração de guerra italiana ao Império Otomano, em Setembro de 1911, aconteceu a 4 de Maio de 1912 e a bandeira italiana foi içada no castelo dos cavaleiros de Malta no dia 5 de Maio seguinte. O controlo italiano de Rodi, portanto, foi posterior

---

<sup>530</sup> Quando da mudança do acordo societário, para além de Corsini entrou como sócio também um outro italiano Alessandro Vassolo, que se tornou – com a quota de 1.440.000 Escudos – o sócio maioritário. Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, n.º18 de 5 de Maio de 1952, p. 136.

<sup>531</sup> GIOVANNI CORSINI, *Carta endereçada ao autor*, 04.III.2005.

ao nascimento de Sami Coen, que nasceu quando Rodi estava ainda sob soberania turca. Todavia, a sua cidadania italiana deve-se ao acordo entre a Itália e a Grécia, assinado a 31 de Agosto de 1949, que estabelecia que aqueles que haviam deixado o Dodecaneso antes da data de entrada em vigor desse mesmo acordo deveriam considerar-se para todos os efeitos cidadãos italianos. Sami Coen vivia na Beira já desde os inícios de 1940 e não tardou muito a pôr em prática os seus hábeis dotes empresariais, entrando no âmago da vida comercial da ex-capital da Companhia de Moçambique.

Em Dezembro de 1945, entrou como sócio na *Sociedade Serração da Dota, Limitada*, com sede na Beira e estabelecimentos na circunscrição de Cheringoma. A empresa dedicava-se à exploração de concessões florestais para o corte de madeira e à produção de semi-elaborados para exportação.<sup>532</sup> A empresa, criada um ano antes por obra de alguns portugueses,<sup>533</sup> recebeu um valioso impulso com a entrada de Coen. Alguns anos mais tarde, ele daria vida a uma outra sociedade, *Indústrias Portuguesas de Madeiras, Limitada*, que começou a ocupar-se – para além da venda e exportação de madeira e derivados – da produção de contraplacado, indústria pouco desenvolvida nos anos quarenta em Moçambique.<sup>534</sup>

É necessário aqui dizer que a indústria da madeira, desde a recolha da matéria-prima até à produção de semi-elaborados ou produtos finais, não se desenvolveu até aos anos sessenta. Até àquela época, de facto, era considerado pouco lucrativo dedicar-se a tais actividades, e o corte da madeira nas florestas virgens moçambicanas – sobretudo nas zonas de Sofala, Manica e Inhambane – tinha servido no passado quase exclusivamente para a produção das travessas para as linhas ferroviárias. Entre os anos cinquenta e sessenta, o panorama sofreu importantes mudanças e Moçambique começou a ser razoavelmente conhecido como país fornecedor de matéria-prima nesse sector.

Sami Coen soube aproveitar a oportunidade e, a partir de 1960, por sua exclusiva iniciativa, começou a construção de uma

---

<sup>532</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 5 de 2 de Fevereiro de 1946, p. 39. Cf. tb: MARIA HELENA BRAMÃO, ob. cit., pag. 232.

<sup>533</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 22 de 27 de Março de 1944, p. 312. Os senhores portugueses que tinham fundado a *Serração da Dota* eram Fernando Ferreira Duarte e Jaime Ernestino Leite Romeu.

<sup>534</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 21 de 22 de Maio de 1948, pp. 272-273. Os outros sócios da *Indústrias Portuguesas de Madeiras Limitada*, para além da *Serração da dota, Limitada* eram a *Alves, Correia & Bulha, Limitada* e a *Madeiras Coloniais, Limitada*.

fábrica de parquet, da qual foi o único proprietário, que principiou a produzir em 1963. A nova sociedade, *Mozambique Hardwood*, mais conhecida como Mozambo, ocupava uma área de dois hectares, com 4 mil metros quadrados de estabelecimentos cobertos.

Coen, homem inteligente e trabalhador incansável, soube desenvolver uma extraordinária acção na selecção e no estudo da madeira que conseguia encontrar nas florestas de Sofala: percorrendo por vezes milhares de quilómetros na selva, Coen havia desenvolvido para a sua indústria um estudo dos processos químicos de tratamento da madeira, uma novidade quase absoluta para o Moçambique daqueles anos, que usualmente exportava madeira em estado natural, assim como era obtido do corte das árvores. Dessa forma, o parquet Mozambo – esta era a marca do produto fabricado por Coen, para o qual era utilizada principalmente a madeira “Mecrousse” – tornou-se muito conhecido inclusive no estrangeiro, para onde era destinada grande parte da sua produção.<sup>535</sup> O “parquet Mozambo” obteve um discreto sucesso também na Feira Internacional do Móvel de Milão, em 1964.<sup>536</sup>

A Mozambo tornou-se uma das poucas fábricas industriais moçambicanas a ter chegado aos mercados internacionais. Até aos anos da Independência, a sua fábrica era uma das mais cotadas não só nos distritos de Manica e Sofala, mas em toda a Província de Moçambique, sendo este sucesso frequentemente reconhecido pelas autoridades moçambicanas.<sup>537</sup>

### **2.1.3) Giovanni Di Bernardo**

Deu-se oficialmente a 6 de Maio de 1944 o ingresso do Sr. Giovanni Di Bernardo em Moçambique, pela fronteira de Ressano Garcia, a poucos quilómetros de Lourenço Marques, na fronteira com a África do Sul.

---

<sup>535</sup> Cf. “*Presença de Moçambique no mundo através da beleza e funcionabilidade do parque-mosaico Mozambo*”, in: <<RENOVAÇÃO>>, Lourenço Marques, 8/15.VIII.1968, p. 28.

<sup>536</sup> MARIA HELENA BRAMÃO, ob. cit., pp. 232-233.

<sup>537</sup> “*Visita do secretário provincial de economia*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques, segunda-feira, 26.VIII.1969, p. 5.

Ele ficou famoso durante a sua permanência em Moçambique – que durou até à Independência do país – por ter dado vida, em 1958, a uma das primeiras empresas químicas de Moçambique, a *Empresa Química de Moçambique, Limitada*.

Giovanni Di Bernardo era prisioneiro das tropas aliadas desde 1941, quando foi capturado em Bengasi. Foi depois transferido para o campo de concentração de Zonderwater, na África do Sul, onde muitíssimos italianos foram internados naqueles anos. Em 1942, Di Bernardo fugiu de Zonderwater, fixando-se em Johannesburg. Permaneceu naquela cidade por muito tempo, conseguindo inicialmente subtrair-se às tropas aliadas com o estratagema de mudar de um lugar para outro, de uma zona para outra da cidade. Quando esta estratégia não podia mais continuar, pensou no vizinho Moçambique português, país neutro, como meta para se ver a salvo e não voltar a ser aprisionado.

Assim, abandonou Johannesburg para ir a Kaapmuiden, uma pequena localidade entre Nelspruit e Komatiport, na zona oriental do Transvaal, próxima da fronteira com Moçambique. Aquela área era bastante controlada, sendo uma área de fronteira; era, portanto, necessário não se demorar muito para não chocar com postos de controlo da polícia. Dada esta situação, Di Bernardo não pensou duas vezes e, vendo passar diante de si um comboio de mercadorias em direcção a Lourenço Marques – no caminho-de-ferro proveniente de Pretória –, saltou para cima dele e no espaço de algumas horas chegou à capital moçambicana.<sup>538</sup>

Antes de fundar, com alguns sócios portugueses, a *Empresa Química de Moçambique* em Lourenço Marques, Di Bernardo – de profissão técnico químico – viveu até à metade dos anos cinquenta na Beira, tendo ido viver por três anos para Bulawayo, na Rodésia.

A *Empresa Química de Moçambique* nasce oficialmente em Lourenço Marques a 16 de Dezembro de 1958, tendo como razão social a produção de cera para móveis, lixívia, insecticidas e outros produtos químicos. Os sócios de Di Bernardo, que possuía um terço das quotas sociais e que desde o início foi o verdadeiro animador das actividades industriais e comerciais, eram Antonio Augusto da Silva

---

<sup>538</sup> Cf. “A Story of Discovery and Development”, in: <<BOK – THE RECKITT & COLMAN MAGAZINE>>, nº 13, Johannesburg Maio 1967, pp. 2-4.

e Robert Summerton.<sup>539</sup> Tratava-se de um autêntico desafio, dado que até então aqueles tipos de produtos eram importados da África do Sul.

Em pouco tempo, a empresa viu crescer exponencialmente os seus ritmos de produção e a facturação. Em 1960, foi necessário aumentar o capital social;<sup>540</sup> sucessivamente, foram instalados equipamentos aerossol, que tornaram possível o início da produção também de desodorizantes. A empresa de Di Bernardo cresceu não apenas do ponto de vista industrial, mas também do ponto de vista comercial: para além de Lourenço Marques também na Beira começaram a ser vendidos os produtos da *Empresa Química de Moçambique*.

Em 1962, Di Bernardo decidiu expandir os horizontes da empresa e depois de ir a Luanda para lançar a empresa em Angola, a *Empresa Química de Moçambique* estabeleceu-se também na África Ocidental portuguesa.<sup>541</sup>

Tornada apetecível, a empresa foi comprada em 1964 pela sul-africana *Reckitt & Colman Products Ltd.*<sup>542</sup> Di Bernardo – não obstante esta cessão – permaneceu na direcção da empresa a ocupar o cargo de director geral, que manteve até ao momento em que deixou Moçambique. A sociedade que dirigia oferecia também estágios práticos aos estudantes da Escola Industrial de Lourenço Marques.<sup>543</sup>

#### **2.1.4) Agostino Ludovico “Ludo” Ughetto**

Uma história fascinante foi a de Agostino Ludovico Ughetto, conhecido por toda a comunidade italiana de Lourenço Marques como “Ludo”.

Ele – lígure de Impéria – era um pugilista que, por pura casualidade, se vira a combater na África do Sul, como etapa de uma

---

<sup>539</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 52 de 27 de Dezembro de 1958, pp. 885-886.

<sup>540</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 13 de 26 de Março de 1960, p. 471.

<sup>541</sup> Cf. “A Story of Discovery and Development”, in: <<BOK – THE RECKITT & COLMAN MAGAZINE>>, ob. cit., p. 3. Sobre a penetração da *Empresa Química de Moçambique* em Angola veja-se também: “*Empresa Química de Moçambique*” in: <<REVISTA ACTUALIDADES>>, Lourenço Marques, Maio 1966.

<sup>542</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 23 de 17 de Junho de 1964, p. 604.

<sup>543</sup> Cf. <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques, 30.V.1966.

mais ampla *tournée* no estrangeiro, no momento em que a Itália declarou guerra à Grã-Bretanha (Junho de 1940). Por receio de acabar como prisioneiro, fugiu para Moçambique e refugiou-se em Lourenço Marques.<sup>544</sup>

Infelizmente, não sabemos de que forma se deu a sua fuga para Moçambique, por que fronteira entrou e nem sequer em que momento exacto conseguiu chegar ao território neutro português. As nossas pesquisas para localizar fontes escritas e documentáveis acerca da sua entrada e do seu *status* de refugiado em Moçambique não tiveram êxito. É, porém, tão viva a sua memória entre os italianos mais velhos ainda residentes em Moçambique e entre os moçambicanos que amaram o pugilato, que nos parece um excesso de rigor tirar aqui um pouco de espaço a Ludo Ughetto, somente pelo facto de não termos podido encontrar fontes escritas.

Tudo poderia fazer pensar que naquele pedaço de terra portuguesa da África Oriental, Ludo Ughetto devesse forçosamente abandonar a sua profissão, a sua paixão. No Moçambique daqueles anos, pelo contrário, o pugilato não só era conhecidíssimo e popular, como havia também centros desportivos – de entre os quais o clube ferroviário – que atraíam o interesse de muitíssimos jovens para este desporto, que praticavam com grande paixão.

Nos anos quarenta (esta foi a década de ouro em que o pugilato teve maior sucesso e seguimento em Moçambique), a classe demonstrada pelos pugilistas moçambicanos chegou a ter uma tal fama que os levou a combater nos ringues mais famosos da península ibérica; entre todas as colónias portuguesas, de facto, Moçambique foi a que forneceu a Portugal os mais valorosos pugilistas, alguns dos quais conquistaram o título de campeão.<sup>545</sup>

Deste modo, Ludo Ughetto continuou por alguns anos a combater também em Lourenço Marques e posteriormente dedicou-se ao treino dos jovens pugilistas laurentinos.

Ele viveu em Moçambique até ao início dos anos setenta, alguns anos antes da independência, empregado como técnico de óleos e sabões numa indústria local (a *Fasol*), quando regressou para a pátria. Um dos seus filhos, Agostino, apelidado Nino, alcançou um

---

<sup>544</sup> PIERO CATTANA, *Entrevista com o autor*, Maputo 04.VI.2004; RICARDO RANGEL, *Entrevista com o autor*, Maputo 18.III.2005. Ricardo Rangel, famoso fotógrafo moçambicano, foi um apaixonado espectador do pugilato de Lourenço Marques dos anos quarenta.

<sup>545</sup> Cf. “*Pugilismo em Moçambique nos anos 40. Gangsterismo nos bastidores do mundo da boxe*”, in: <<DOMINGO>>, Maputo, 6 de Junho de 1982, pp. 22-24. Os pugilistas portugueses de origem moçambicana mais famosos eram: Luís Eugénio (Xangai), Beny Levy, Fernando Matos e Carlos Wilson.

certo sucesso nos inícios dos anos setenta na capital moçambicana, como pintor e artista; as suas obras foram objecto de diversas exposições na sede da Sociedade de Estudos de Lourenço Marques.<sup>546</sup>

### *2.1.5) Outras histórias de refugiados*

Muitos outros foram os italianos que de algum modo escaparam dos campos de prisão das forças aliadas e que reencontraram a liberdade em Moçambique graças ao acolhimento – não nos podemos eximir de o ressaltar – reservada a eles pela nação portuguesa.

Muito provavelmente, o relatório do Governador Geral de Moçambique enviado ao Ministro português das colónias, preparado em Fevereiro de 1946, do qual se falou acima, não incluía a totalidade dos refugiados italianos que àquela data se encontravam em Moçambique. Ademais, não eram mencionados os nomes, em contraste com a nota elaborada pelo corpo de polícia civil de Lourenço Marques a 25 de Maio de 1944. Em todo o caso não nos é dado saber com certeza os nomes dos refugiados italianos que no fim da guerra se encontravam principalmente na Beira, destino mais próximo para todos os militares italianos que estavam na Rodésia. Por fim, pode razoavelmente supor-se (mesmo que não se possuam dados à mão) que outros soldados italianos – não “recenseados” pelas autoridades portuguesas – tenham encontrado refúgio em Moçambique.

Ora, também estes italianos, não tão conhecidos quanto aqueles dos quais se falou precedentemente, contribuiriam sem dúvida para a história da presença italiana em Moçambique, portando – com a sua vida – a riqueza da cultura italiana àquela colónia portuguesa. Por via de algum pequeno pedaço de papel zelosa-mente guardado nos fascículos empoeirados do Arquivo Histórico de Moçambique e graças às memórias trazidas até nós por algum velho ancião, é possível fazer correr um pouco de tinta também sobre as suas histórias pessoais.

---

<sup>546</sup> Cf. “Nino Ugheto expõe pela primeira vez”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 21.IV.1972; “Encerra hoje a exposição de Nino Ugheto”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 29.IV.1972.

## *Domenico Borriello*

Começamos com Domenico Borriello que, em certos aspectos, pode ser considerado – a par do que dissemos sobre Sami Coen – um refugiado *sui generis*. Efectivamente, no início da guerra ele encontrava-se já em Moçambique, país que frequentava desde os anos trinta.<sup>547</sup> Originário de Torre del Greco, Borriello ia com uma certa constância para Moçambique onde praticava o comércio de conchas para a produção de camafeus. Pela extrema periculosidade de encetar uma viagem de Moçambique para a Itália no período da Segunda Grande Guerra (desde que começara a guerra submarina, o canal de Moçambique era custodiado por inúmeros submarinos, especialmente pelos alemães e japoneses), Borriello permaneceu obrigatoriamente em Lourenço Marques até 1946.<sup>548</sup>

Neste período de estada forçada, aprofundou o conhecimento do comércio a que se tinha sempre dedicado, fornecendo a muitos produtores de camafeus de Torre del Greco. Em 1946, com um sócio português, criou uma sociedade, a *Lobo & Borriello, Limitada*, com sede na Ilha de Moçambique, que se dedicou à recolha, à laboração e à exportação das conchas de trompas-do-mar.<sup>549</sup> Poucos anos depois, sempre na antiga capital moçambicana, Borriello instituiu um laboratório profissional para o corte das trompas-do-mar e para a incisão dos camafeus: para tal, tinha chamado de Torre del Greco um mestre deste ofício, Vincenzo Romito.<sup>550</sup>

A guerrilha conduzida pela Frelimo a partir dos começos dos anos sessenta nas zonas setentrionais de Cabo Delgado, principal área onde estava concentrada a recolha das conchas da sociedade, obrigou a uma “retirada” que comportou seguidamente a interrupção das actividades comerciais de Borriello. Com os filhos que entretanto vieram ao seu encontro em Lourenço Marques nos anos cinquenta, Borriello dirigiu os próprios interesses comerciais para outros sectores, com a abertura de várias actividades: recordamos aqui uma

---

<sup>547</sup> Cf. AHM, Fundo: Governo Geral, Século XX, imigrantes e capitais estrangeiros, italianos (1929-1943), cota 191, carta do Cônsul Régio italiano ao Governador Geral de Moçambique de 18.VII.1940.

<sup>548</sup> DOMENICO BORRIELLO, *Entrevista com o autor*, Maputo 24.V.2003. Domenico Borriello, primogénito de Domenico, é um dos mais antigos italianos ainda residentes em Moçambique, juntamente com Piero Cattana.

<sup>549</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série >>, nº 43 de 26 de Outubro de 1946, p. 465.

<sup>550</sup> Cf. AHM, Fundo: Governo Geral, Século XX, Imigração Estrangeira, C/20-c11 italianos (1949-1958), cota 435.

lavandaria industrial que servia o exército português e grande parte dos navios que atracavam no porto da cidade, bem como uma actividade comercial que importava da Itália vários produtos, entre os quais electrodomésticos Zanussi e Ariston e motores Ducati.<sup>551</sup>

### *Eugenio Muscolino*

Originário de Forza d’Agrò, na província de Messina, a história de Eugenio Muscolino, oficial dos *Carabinieri*, é heróica mas ao mesmo tempo similar a de tantos outros prisioneiros italianos.

Ele combatia em Trípoli, quando foi aprisionado e transferido para o campo de concentração de Zonderwater, na África do Sul. Bem cedo, todavia, ele conseguiu evadir-se (13 de Maio de 1943) e depois de diversas semanas de fuga caminhando pelos campos e pelas savanas do Transvaal oriental, ele também, como Di Bernardo, conseguiu atirar-se a um comboio da linha Pretória-Lourenço Marques chegando a Moçambique, terra neutra e de salvação, onde entrou oficialmente a 13 de Junho de 1943.<sup>552</sup>

Depois de ter voltado temporariamente para a Itália, com o fim da guerra, em Abril de 1947 Muscolino regressou para Moçambique, onde levou uma vida tranquila, começando a receber a pensão do Estado italiano por meio do Consulado. Viveu o resto da sua vida na capital moçambicana, casando-se com uma mulher portuguesa, dona Dália, ainda viva em Maputo. Deixaria Lourenço Marques apenas em Dezembro de 1990, num voo para Maryland, nos Estados Unidos, onde ia visitar o filho Riccardo, e no qual encontraria a morte.<sup>553</sup>

As últimas duas breves histórias que queremos narrar levam-nos mais para norte, para o centro de Moçambique, nos distritos de Manica e Sofala, onde quer Nicola Mannatrizio, quer Vittorino Dellarole se refugiaram, fugidos dos campos de concentração da

---

<sup>551</sup> DOMENICO BORRIELLO, *Entrevista com o autor*, Maputo 24.V.2003.

<sup>552</sup> Cf. AHM, Fundo: Governo Geral, Século XX, Imigrantes e capitais estrangeiros italianos (1929-1943), cota 192, nota do corpo de polícia civil ao chefe de gabinete do Governador Geral datada de 14.VI.1943.

<sup>553</sup> DALIA MADRUGA MUSCOLINO, *Entrevista com o autor*, Maputo 9.III.2004.

Rodésia, e onde viveram as suas vidas depois do fim das hostilidades bélicas.

### *Nicola Mannatrizio*

Nicola Mannatrizio, originário de Acquaviva delle Fonti na província de Bari, reencontrou em Agosto de 1944 a liberdade no Moçambique português, junto com outros companheiros de fuga: Sergio Purro, de Bari, Attilio Gris, de Belluno, Gino Turrin, também de Belluno e Luigi Toschi, de Ravenna.<sup>554</sup>

Se para os seus companheiros não se sabe quais foram as suas aventuras em Moçambique, de Mannatrizio nos é dado saber – por meio da narração de um missionário dehoniano que o conheceu – que, depois de ter vivido por algum tempo na Beira, na segunda metade dos anos sessenta se mudou para Tete. «Imediatamente depois da Independência – é padre Aldo Marchesini que no-lo conta – fui trabalhar no hospital de Tete, na secção de medicina cirúrgica. Tinha acabado de chegar quando, num belo dia, veio uma enfermeira chamar-me no momento em fazia uma visita à secção, dizendo-me que havia uma pessoa que me queria encontrar. Saí do hospital e veio ao meu encontro um senhor vestido com um fato de mecânico azul, sujo e nojento: era Mannatrizio.

Disse-me que tinha sabido da minha presença no hospital e, dado que fazia muito tempo que não falava a sua língua [em Tete não vivia nenhum outro italiano naquela época], tinha vindo conhecer-me para trocar dois dedos de prosa. Sentámo-nos no pequeno muro na horta do hospital e contou-me a sua história. [...] Tinha, havia alguns anos, uma marcenaria na cidade, que funcionava consideravelmente bem, e era o único marceneiro de bom nível na zona; ligou-se muito a mim. Por ocasião de um período meu de férias na Itália, pediu-me que entregasse uma carta à sua família, que na época vivia em Uscio, na província de Génova. [...] Infelizmente Mannatrizio morreu sem

---

<sup>554</sup> Cf. AHM, Fundo: Governo Geral, Século XX, Imigrantes e capitais estrangeiros italianos (1929-1943), cota 192, nota da Direcção Administração Civil do distrito de Manica e Sofala endereçada ao Governador Geral no dia 14.VIII.1944.

rever a sua família (tinha 7 filhos), que não encontrava desde quando havia partido para a guerra, como soldado». <sup>555</sup>

### *Vittorino Dellarole*

O telegrafista dos caminhos-de-ferro de Moçambique, João Cruz, traba-lhava na estação de fronteira de Machipanda, na fronteira entre Moçambique e Rodésia, nos anos da Segunda Grande Guerra. Ele via continuamente os prisioneiros italianos que conseguiam entrar em Moçambique fugindo dos campos de prisão. Ali os via, nos comboios que de Salisbury iam até ao Oceano Índico; escondiam-se entre os sacos de carvão que os vagões do comboio deviam transportar das minas rodesianas até ao porto da Beira e, quando finalmente ouviam falar a língua de Camões no lugar da de Shakespeare, saíam do seu “refúgio” temporário conscientes de que o perigo tinha passado. <sup>556</sup>

Desse modo conseguiu entrar no Moçambique português também Vittorino Dellarole. Passada a guerra, Dellarole ficou no centro de Moçambique e, tendo-se fixado na zona de Sofala, obteve uma concessão florestal do governo português na zona de Inhaminga, para explorá-la com o corte de madeira. Pouco a pouco, conseguiu construir uma serração nos arredores de Dondo, que fez funcionar bem até ao fim dos anos sessenta, período em que conseguiu igualmente obter a naturalização portuguesa. Daí a algum tempo, as incursões dos guerrilheiros da Frelimo tornariam o acesso à floresta distante dos centros habitados um tanto perigosa, o que iria provocar também uma diminuição sensível no corte da madeira. Este facto levá-lo-ia – contra a sua vontade – a interromper as suas actividades.

---

<sup>555</sup> Padre ALDO MARCHESINI, *Entrevista com o autor*, Maputo 17.IX.2004.

<sup>556</sup> JOÃO CRUZ, *Entrevista com o autor*, Maputo 28.III.2005.

### 3) *As novas chegadas no segundo pós-guerra*

No fim dos anos quarenta, a comunidade italiana em Moçambique era na sua maioria representada por pessoas que, de alguma forma, haviam sido obrigadas a permanecer naquele pedaço de terra portuguesa por causa da guerra. Este numeroso grupo tinha ido fazer companhia aos velhos residentes italianos de Moçambique (falámos amplamente deles nos capítulos III e V), os quais continuavam a sua vida de modo absolutamente tranquilo – apesar de alguma ansiedade por aquilo que havia acontecido na pátria –, nesta altura já totalmente assimilados à vida moçambicana com a qual tinham entrado em contacto alguns decénios antes.

A capital Lourenço Marques tinha-se tornado cada vez mais o centro da presença italiana, deixando para trás Beira, que no período entre as duas grandes guerras tinha sido a cidade moçambicana com mais italianos e que com a devolução pela *Companhia de Moçambique* dos territórios de Manica e Sofala à administração do Estado português tinha, podemos dizê-lo, perdido um pouco do seu dinamismo económico e do seu vigor internacional.

Quanto àquela que no período entre as duas guerras havia sido a terceira comunidade italiana em Moçambique, na zona de Cabo Delgado, em torno de Porto Amélia, essa – com a diminuição dos investimentos no sector agrícola – foi perdendo cada vez mais importância. Com o início da Segunda Grande Guerra, depois, nenhum italiano se encontrava nessas zonas. Só posteriormente alguns dos náufragos do *Nova Scotia* se iriam transferir para o distrito do Niassa (que na época compreendia Niassa, Cabo Delgado e Nampula): em Montepuez, Adone Cuscini era proprietário de uma pequena empresa de transportes, em Porto Amélia Michele Cinicola desenvolvia a profissão de mecânico, enquanto na cidade de Nampula Mario Decca geria uma próspera oficina mecânica.

Em Lourenço Marques, no segundo pós-guerra (e até à independência de Moçambique), as famílias italianas mais conhecidas continuavam a ser os Buffa-Buccellato e os Sorgentini. Estas foram também as que mais se adaptaram à sociedade moçambicana, integrando-se na comunidade portuguesa.

Beira, pelo contrário, nunca teve – na nossa opinião – algo parecido. O único nome italiano que de algum modo era conhecido na Beira (tal como eram os dos Buccellato e dos Sorgentini em

Lourenço Marques) era o de Antonio Martinotti, que residia naquela cidade desde 1919. Depois da guerra e até aos anos sessenta, o outro único nome italiano conhecido na segunda cidade moçambicana era o de Sami Coen, que se encontrava em Moçambique havia alguns anos (é implícito que para além destes dois “beirenses”, o terceiro italiano mais conhecido na Beira foi o capitão Fabio Veronese, a partir do momento em que assumiu o cargo de agente consular naquela cidade, em Fevereiro de 1957).

Ora, nos anos imediatamente a seguir à segunda Grande Guerra, um novo grupo de italianos se juntou aos próprios compatriotas que já viviam em Moçambique. Tratava-se de italianos que, por várias razões (e entre estas a incerteza que sentiam sobre a evolução político-institucional da época na península), julgaram oportuno investir fora da Itália os seus capitais.

Mais tarde, também os primeiros grupos comerciais e industriais italianos vieram para Moçambique por puro interesse económico. Como consequência disso, em torno do fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a comunidade italiana aumentou ainda mais. Destas duas tipologias de chegadas nos ocupamos nesta parte do capítulo.

### **3.1) Tullio Cianetti e a “Sociedade Industrial do Maputo”**

Um  *muito bom mulungo*,<sup>557</sup> assim me foi caracterizada a figura do dono da fábrica de cal, aberta depois da segunda Grande Guerra em Salamanga. Esta pequena localidade do conselho municipal de Bela Vista encontra-se na outra margem da baía de Maputo, mesmo nas proximidades do rio homónimo. A fábrica pode ver-se ainda hoje, ainda que abandonada e inactiva há muito tempo.

O senhor que me deu esta informação sobre o dono da *Sociedade Industrial do Maputo, Limitada* – assim se chamava a fábrica de cal – é um dos homens mais velhos de Salamanga, localidade que tem um templo hindu semi-desconhecido para muitos, construído no início do século passado. Aquele homem recordava-se muito bem de quando a fábrica de cal fora fundada, no fim dos anos

---

<sup>557</sup> A palavra *mulungo* significa “homem branco” na língua Ronga que se fala na zona de Maputo.

quarenta, porque naqueles tempos não havia quase nada por aqueles lados e porque o movimento de maquinarias e homens que para ali iam construir a fábrica não tinha passado despercebido; por fim, aquela fábrica dava trabalho a muitos homens da zona e talvez seja principalmente por isso que se recorda da mesma.

O dono que – junto com outras pessoas – deu vida à fábrica de cal era Tullio Cianetti, ex-Ministro de Corporações de Benito Mussolini.<sup>558</sup> Não é nossa tarefa, evidentemente, falar das vicissitudes italianas de Cianetti, mesmo porque ele próprio disse se ocupou directamente.<sup>559</sup> Limitar-nos-emos, tão-somente, a fazer referência à sua passagem da Itália para Moçambique, apesar de as informações de que dispomos a tal respeito não serem abundantes; prosseguiremos, em seguida, com a narração do período da sua permanência em Moçambique.

A República Social Italiana organizou de 8 a 10 de Janeiro de 1944 o processo de Verona, contra os hierárquicos que na sessão do Grande Conselho do fascismo, de 25 de Julho de 1943, tinham aprovado a ordem do dia “Grandi”<sup>560</sup> contra Mussolini. Cinco desses – em seis presentes – foram condenados à morte (eram G. Ciano, E. De Bono, L. Gottardi, G. Marinelli, C. Pareschi) e executados. Tullio Cianetti salvou-se da condenação à morte, porque no dia seguinte à sessão do Grande Conselho que destituiu o *duce* mandou uma carta a Mussolini e retractou a sua posição. Outros treze, entre os quais Dino Grandi, foram condenados à revelia.

---

<sup>558</sup> Nascido em Assisi em 1899, primeiro de quatro filhos, Tullio Cianetti torna-se órfão de pai aos seis anos. Chamado ao serviço militar em 1917, permanece no exército com o grau de tenente até 23 de Março de 1921. É depois instrutor no colégio nacional “Príncipe di Napoli” de Assisi. A 10 de Abril de 1921 funda o *Fascio* da sua cidade, de que se torna secretário no ano seguinte. Em 1922 participa na “marcha de Roma”. A 10 de Outubro de 1924 é secretário Regional dos sindicatos fascistas. Convencido de que o fascismo deve lutar contra os bolchevistas, mas também contra os capitalistas especuladores, permanecerá por isso um longo período isolado no seio do Partido Nacional Fascista (PNF), desempenhando todavia cargos no sindicato. A 18 de Fevereiro de 1931 torna-se comissário nacional da Federação dos Sindicatos e começa a colaborar com “O trabalho fascista”. Em 1934 é eleito presidente da Confederação nacional dos sindicatos italianos; no mesmo ano entra para o Grande Conselho do fascismo. A 21 de Julho de 1934 é nomeado subsecretário de Estado para o ministério das Corporações; em Fevereiro de 1943 – a apenas cinco meses da queda do regime – chega a ministro.

<sup>559</sup> TULLIO CIANETTI, *Memorie dal carcere di Verona*, Renzo De Felice (org.), Rizzoli, Milão 1983.

<sup>560</sup> Dino Grandi foi um dos fundadores do fascismo. Foi Vice-Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros (1924-1929) e, a seguir, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1929-1932), embaixador em Londres até 1939 e, por fim, Ministro da Justiça. Expoente moderado do regime, em 1943 orquestrou a queda de Mussolini. Foi Grandi a apresentar ao *Gran Consiglio del Fascismo* (na sessão de 24 e 25 de Julho) a ordem do dia, que convidava o Rei a retomar plenamente as suas funções de comandante do exército (forças armadas), retirando de facto a confiança a Mussolini: o documento, aprovado por maioria, ofereceu ao Rei Vittorio Emanuele III o apoio político para demitir e mandar prender Mussolini.

Depois da sentença do processo de Verona que o condenava a trinta anos de prisão, Cianetti esteve preso por cerca de um ano e meio, passando da prisão de Verona à de Veneza, antes de ser transferido para a de Brescia e finalmente para a de Como.<sup>561</sup> Na noite de 24 de Abril de 1945, naquelas horas confusas que precederam o fim da guerra e a queda da República de Salò, Cianetti conseguiu fugir da clínica milanesa de Villa Aegla, onde tinha estado internado sob a vigilância de alguns homens da guarda nacional republicana fascista. A fuga ao controlo dos “republicanos” foi-lhe possível graças à ajuda de alguns frades capuchinhos, que lhe deram um saio para se disfarçar e fugir.<sup>562</sup>

Na sua peregrinação clandestina daqueles meses, sabemos que acabou por viver por algum tempo, mais ou menos pelo fim de 1945, numa pequena localidade de Brianza.<sup>563</sup> De seguida, encontrou hospitalidade num lugar secreto em Roma, onde permaneceu até ao momento da decisão de emigrar para Moçambique.

Inicialmente, juntamente com outros amigos, Cianetti tinha pensado em deixar a Itália para se mudar para o Brasil; foi na sequência de alguns contactos com amigos portugueses que tomou a decisão de ir para a África Oriental portuguesa. Deste modo, chegou por via aérea a Johannesburg e dali – como conta a filha do próprio Cianetti – entrou em Moçambique com um automóvel de todo o terreno, chegando a Lourenço Marques em 1948.<sup>564</sup>

A chegada do ex-ministro de Mussolini a Lourenço Marques foi contada, numa versão diferente da que nos foi agora descrita, também pelo capitão Fabio Veronese, terceiro oficial do paquete triestino *Gerusalemme*. Este – no decurso de uma das suas visitas à capital, durante as quais era hóspede de Corsini e Tonelli, para repousar do trabalho de campo em que, como ficou já dito, estava ocupado no distrito de Inhambane – consta que foi um dia encarregado de ir à estação ferroviária para receber um visitante importante: «[...] na manhã de 31 de Março [de 1948], ao pequeno-almoço, o amigo Tonelli (Corsini havia já saído) pediu-me que fosse à estação para receber uma pessoa de respeito, um conterrâneo que devia chefiar uma missão comercial. Tinha chegado no dia anterior a

---

<sup>561</sup> TULLIO CIANETTI, ob. cit., p. 510.

<sup>562</sup> MARIA CIANETTI, *Entrevista com o autor*, Maputo 01.X.2004. Maria Cianetti é uma das duas filhas de Tullio Cianetti. Vive presentemente em Maputo.

<sup>563</sup> Cf. TULLIO CIANETTI, ob. cit., pp. 510 e 517.

<sup>564</sup> MARIA CIANETTI, *Entrevista com o autor*, Maputo 01.X.2004.

Johannesburg, de avião, vindo da Itália, e tinha telefonado a avisar que chegaria de comboio, naquela mesma manhã, a Lourenço Marques. Tonelli explicou-me que ele e Corsini estavam ocupadíssimos com outros compromissos marcados anteriormente: que fosse eu recebê-lo e fazer as honras de casa. [...] Da descrição de Tonelli, identifiquei imediatamente a pessoa que se encontrava com outras duas. Vestiam-se ao modo colonial em uso na Somália: calções debaixo da túnica saariana. A pessoa que me fora descrita, alta e robusta, trazia um chapéu grande da mesma cor e botas altas até quase ao joelho. Aproximei-me e apresentei-me: era Tullio Cianetti [...]. Vinha a chefiar uma delegação formada por Luciano Lazzi, florentino, e por um técnico agrónomo que trabalhava numa fábrica de açúcar na baixa da Romagna, em Forlimpopoli.

[...] Encaminhámo-nos para fora da estação e, com o automóvel que Tonelli me tinha emprestado, levei-os ao Hotel Cardoso, onde nos esperava Corsini. Foi um almoço muito cordial, no qual participou também a proprietária do hotel [Aida Sorgentini ndt]». <sup>565</sup>

Cianetti chegou a Moçambique – e com ele, daí a pouco, todo um grupo de outros italianos desejosos de investir os próprios capitais além-fronteiras – para explorar as possibilidades de investimento que oferecia aquela colónia portuguesa. O fio comum – ou seja, o italiano que havia conseguido motivar outros conterrâneos seus a considerar Moçambique uma nova fronteira de vida – foi muito provavelmente o príncipe Corsini, que evidentemente tinha adquirido um bom conhecimento da realidade moçambicana, para além de ter cultivado muitas relações durante o período em que se encontrou na colónia portuguesa na qualidade de refugiado (alguns anos mais tarde, como veremos mais adiante neste capítulo, seria Corsini quem aconselharia aos Corte e aos Gani, de Turim, a ir para Moçambique).

No caso concreto de Cianetti e dos seus companheiros de viagem, o motivo principal da sua chegada a Moçambique era avaliar a possibilidade de construir uma fábrica para a produção de açúcar (assim se explica a presença do agrónomo da Romagna) nas imediações de uma grande plantação de cana, na zona baixa do vale do rio Incomáti. Com tal objectivo, poucos dias depois da chegada de Tullio Cianetti e da sua delegação comercial a Lourenço Marques,

---

<sup>565</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., pp. 135-136.

alguns dos italianos que já se encontravam em Moçambique (Corsini, Tonelli, Gaddini e Veronese) acompanharam o grupo guiado pelo ex-ministro das corporações – e é o próprio Veronese que o conta no seu livro – a fazer uma inspecção na zona do rio Incomáti, viagem que se transformou numa pequena aventura.

Veronese conta com pormenores o “passeio” para fora de Lourenço Marques: num *jeep* anfíbio americano e com um automóvel todo o terreno, os italianos chegaram primeiro a Moamba e depois, uma vez na margem do rio Incomáti, que estava cheio devido às chuvas da estação quente, repararam que a pequena ponte que o atravessava estava submersa. Decididos, todavia, a atravessá-lo para verem a plantação que se encontrava do outro lado, depois de o *jeep* anfíbio ter ficado preso no leito do rio, tiveram todos que atravessar a nado para alcançarem a outra margem, enquanto dois indígenas que entretanto foram ajudar conseguiram fazer ressuscitar o todo o terreno, que finalmente venceu a força das águas e chegou à margem oposta do rio.<sup>566</sup>

Assumindo que a questão da fábrica de açúcar não chegou a bom porto (pelo facto de Cianetti se ter ocupado posteriormente de outras actividades), dos únicos pedaços de papel que nos foi possível encontrar nos arquivos de Estado em Maputo, entendemos que depois de uma primeira exploração efectuada por Cianetti em 1948, ele voltou para a pátria nos primeiros dias de Janeiro de 1949, para de novo partir de volta para Moçambique no mesmo ano, altura em que aí fixou a sua residência.<sup>567</sup>

E neste ponto voltamos à localidade de Salamanga, de onde tínhamos partido, na qual Cianetti e os seus sócios a partir do nada construíram a *Sociedade Industrial do Maputo, Limitada*, fundada a 12 de Dezembro de 1949. O capital social era de um milhão e duzentos Escudos portugueses; Cianetti era o sócio maioritário e a ele se associaram os dois naufragos do *Nova Scotia*, Vidale Moffa e

---

<sup>566</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., pp. 136-137.

<sup>567</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Governo Geral, Serviços da Administração Civil, cota 192, vol. V. O Governador Geral de Moçambique escreve dois telegramas (nº998 e nº 1027) no espaço de poucos dias (18 de Dezembro e 29 de Dezembro respectivamente) no fim de 1948, nos quais pede permissão às autoridades metropolitanas em Lisboa para o repatriamento temporário (curta demora) de Tullio Cianetti. No primeiro destes dois telegramas, isto é, no de 18.XII.1948, o Governador Geral fazia ainda referência a uma comunicação sua dirigida ao Ministério das colónias em Lisboa no qual escrevia: «[...] rogo mais informar resolução assunto meu officio 2864 dezanove Junho último dirigido Administração Política Civil». Não tivemos êxito na tentativa de localização, no AHM, do officio a que se refere o Governador Geral, nem encontramos a eventual resposta dada por Lisboa à questão posta por Lourenço Marques. É para nós desconhecido, por essa razão, qual era o assunto de que as autoridades portuguesas tratavam a respeito de Cianetti.

Angelo Zolezzi, para além de um português (Domingos Ferreira da Silva). A razão social com a qual nasce a empresa é a produção de cal e derivados e também outro material para a indústria das construções.<sup>568</sup>

Ainda hoje, ao visitar o lugar onde foi erguida a fábrica, constituída essencialmente por dois grandes fornos, impõe-se a interrogação sobre a razão de uma tal deslocação geográfica, consideravelmente distante da capital moçambicana, já sem falar da dificuldade para lá chegar devido à falta de estradas asfaltadas. Em realidade, a razão era bastante simples, já que mesmo nas vizinhanças do lugar no qual foram construídos os estabelecimentos da *Sociedade Industrial do Maputo* havia, na altura – e está ainda presentemente operacional –, uma mina de pedra calcária que constituía uma boa provisão para a matéria-prima de que Cianetti e sócios tinham necessidade. Quanto aos meios de transporte, estando a fábrica situada na margem do rio Maputo, o próprio rio servia para tal fim: a sociedade tinha comprado um pequeno barco que, subindo o rio Maputo, ancorava no pequeno cais construído propositadamente em frente à fábrica e carregava sacos de cal que eram depois levados ao porto de Lourenço Marques.

A sociedade percorreu um bom caminho e cedo se juntaram ao capital social outros italianos. O novo sócio maioritário tornou-se assim o florentino Jacopo Lazzi, em 1950, apesar de a administração caber sempre a Cianetti. No espaço de dois anos, o capital social aumentou consideravelmente, chegando a cinco milhões de Escudos portugueses. Em consideração à importância assumida pela família Lazzi no investimento, a partir de 1961 Luciano Lazzi começou a auxiliar Cianetti na condução da *Sociedade Industrial do Maputo*.<sup>569</sup> Esta última, com o passar dos anos, ampliou o seu raio de acção, dedicando-se também ao sector agrícola, especialmente à criação de bovinos, sempre na zona de Salamanga.

Tullio Cianetti, depois de um regresso temporário para a Itália na segunda metade dos anos cinquenta, levou uma vida simples e laboriosa, vindo a morrer em Maputo a 6 de Agosto de 1976.

---

<sup>568</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série >>, nº 51 de 17 de Dezembro de 1949, pp. 677-678.

<sup>569</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, nº 32 de 12 de Agosto de 1950, p. 515; nº 26 de Maio de 1951, p. 364 e nº 18 de 6 de Maio de 1961, p. 408.

### 3.2) A “*Quinta Mouzinho*” e o “*Casal Santa Maria*”

Como referimos, parece portanto que foi o príncipe Corsini a empregar positivamente o nome de Moçambique na Itália com alguns amigos e conhecidos seus, convidando-os a investir na colónia portuguesa.

Um dos famosos investimentos em Moçambique que Corsini se orgulhava de ter “nas mãos” com os amigos italianos, era uma herdade na circunscção de Sábìè, nas proximidades da margem do rio homónimo, para ser mais exacto na localidade de Chinhanganine. Nesta zona, podia praticar-se de modo profícuo a agricultura e a cultura de muitos produtos típicos da zona subtropical, dada a grande fertilidade da terra, próxima do lago artificial de Corrumane. A *Quinta Mouzinho*, assim se chamava a extensa herdade, pertencia em verdade a um outro italiano, Giuseppe Vinassa, que a tinha adquirido em 1931 com um sócio português, João dos Santos Fernandes Vaz.<sup>570</sup> Esta nascera com um capital social bastante limitado, quatro mil Escudos portugueses, dos quais Vinassa detinha 75%.

Por meio de Corsini, que manifestamente tinha tido a oportunidade de a conhecer durante os anos passados em Moçambique como refugiado de guerra, a *Quinta Mouzinho* foi comprada por uma família piemontesa, os Corte.

Francesco Corte, proprietário de diversas indústrias do sector metalúrgico em Turim, entrou em contacto com Giovanni Corsini através do irmão deste último, Neri. Corte conhecia Neri Corsini, porque era este que lhe fornecia o pó de cobre necessário para a sua fábrica de pedaços fritos em Turim. Foi assim que Neri Corsini deu a conhecer a Corte que o seu irmão Giovanni, encontrando-se em Moçambique, sabia da possibilidade de realizar um interessante investimento adquirindo uma empresa agrícola nos arredores de Lourenço Marques.

Assim, em 1952 a *Quinta Mouzinho* foi comprada pelos Corte.<sup>571</sup> A escritura notarial de compra e venda da sociedade (chamada *Quinta Mouzinho, Limitada*) diz-nos que o capital social montava a quinhentos mil Escudos portugueses e que a propriedade estava dividida entre Francesco Corte, a mulher deste último, Maria

<sup>570</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 14 de 4 de Abril de 1931, p. 98.

<sup>571</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 39 de 27 de Setembro de 1952, p. 556.

Marucchi Corte e os três filhos do casal, Alessandro, Giuseppe e Ada, esta casada com o conde Carlo Emanuele Gani que, como veremos, foi a pessoa que concretamente se ocupou da gestão da empresa, emigrando para Moçambique.<sup>572</sup>

Quem vendeu a *Quinta Mouzinho* aos Corte foi um outro grupo de italianos, genoveses, que em 1949 tinha comprado – não sabemos se também neste caso com a intermediação de Giovanni Corsini – a empresa agrícola. Tratava-se de Antonio Serra, Claudio Dal Pozzo d’Annone e Stefano Ludovico Pallavicino, os quais se tinham associado a Giuseppe Vinassa e tinham feito aquele investimento.<sup>573</sup> Durou muito pouco todavia a “propriedade genovesa” da *Quinta Mouzinho*, que muito cedo passou a ser uma empresa “piemontesa”.

Adquirida a propriedade, uma decisão devia ser tomada por Francesco Corte. Uma vez que os seus dois filhos homens, Alessandro e Giuseppe, estavam ocupados com as empresas da família em Turim, o genro, conde Gani, ofereceu-se para ir “ver” o que podia proporcionar aquela terra moçambicana (o conde Gani, de resto, já se ocupava em Piemonte de uma empresa agrícola e, portanto, era “do ramo”). Desse modo, Ada e Carlo Emanuele Gani chegaram a Lourenço Marques em 1953, logo após se terem casado, e aí estiveram até 1969, período durante o qual nasceram na capital moçambicana também as suas filhas Alessandra, Cristiana e Isabella.<sup>574</sup> No período que decorreu do momento da compra da *Quinta Mouzinho* à chegada a Lourenço Marques do conde Gani, Francesco Corte deu mandato ao príncipe Giovanni Corsini, exarado diante do Cônsul de Portugal em Génova pelo fim de 1951, tal como consta da escritura notarial que oficializava a aquisição da propriedade.

A empresa ocupava-se inicialmente da criação de gado, mas, em seguida, foram plantados citrinos e plantas de tabaco. Era uma empresa com um terreno de cerca de vinte hectares, gerida de forma brilhante e frutífera pelo conde Gani, o qual, com o tempo, criou também a uma empresa de construções com um outro italiano que

---

<sup>572</sup> ADA CORTE e CRISTIANA GANI, *Carta endereçada ao autor*, 14.IX.2004. Ada Corte e Cristiana Gani são respectivamente a consorte e a filha do conde Carlo Emanuele Gani.

<sup>573</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 36 de 3 de Setembro de 1949, p. 475.

<sup>574</sup> ADA CORTE e CRISTIANA GANI, *Carta endereçada ao autor*, 14.IX.2004

vivia em Lourenço Marques, Paolo Gaddini. Pelos últimos anos da sua permanência em Moçambique, Gani fez também parte da Italmo.

Mais ou menos na mesma zona onde estava a empresa dos Gani, uma outra família italiana, os Benini, de Florença, comprou e geriu até aos anos da independência de Moçambique uma empresa agrícola: Tratava-se de Casal Santa Maria, situada em Umpala, Umbeluzi, na circunscrição de Marracuene, a algumas dezenas de quilómetros fora de Lourenço Marques.

A sociedade Casal Santa Maria, Limitada foi criada em 1947 por alguns portugueses e um senhor alemão.<sup>575</sup> Tratava-se, naquela época, de uma empresa que desenvolvia actividades algo reduzidas, não obstante a extensão da propriedade chegar a centenas de hectares.

A família Benini de Florença – proprietária do *Pignone*, uma das mais famosas fundições italianas criada na segunda metade do século XIX, que fez a história da indústria siderúrgica italiana – foi igualmente “solicitada” pelo florentino Corsini para um investimento na África Oriental portuguesa. Somos levados a dizer isto com uma certa segurança, dado que aquando do almoço no hotel Cardoso depois da chegada de Cianetti e companheiros a Lourenço Marques, Corsini e Tonelli falaram ao grupo acabado de chegar a Moçambique sobre a propriedade cuja compra os Benini estavam a negociar, localizada não longe da zona onde se estendia a área para a possível construção da fábrica de açúcar.<sup>576</sup>

A escritura de compra por Gustavo Benini de toda a propriedade do *Casal Santa Maria, Limitada*, foi lavrada a 14 de Novembro de 1958, apesar de na realidade já desde há um decénio ele ter entrado como sócio com os anteriores proprietários. Com a compra, por si, de toda a empresa, a sociedade formalmente criada em 1947 dissolveu-se automaticamente.<sup>577</sup> Não se dissolveu, no entanto, a empresa agrícola Santa Maria (tendo, pelo contrário, as suas actividades sido intensificadas de forma apaixonada). Alguns anos mais tarde, Gustavo comprou uma outra empresa agrícola e começou a chamar às suas propriedades *Plantações Benini, Limitada*, sempre com sede em Umbeluzi.<sup>578</sup> Aí se instalou com a família, numa casa de campo construída pelo amigo arquitecto Paolo Gaddini.

---

<sup>575</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, n.º 23 de 7 de Junho de 1947, p. 262.

<sup>576</sup> FABIO VERONESE, ob. cit., p. 136.

<sup>577</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, n.º 48 de 29 de Novembro de 1958, p. 819. Gustavo Benini, antes de se transferir para Moçambique, havia sido presidente do *Pignone*, cargo que ocupava desde 1941.

<sup>578</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – III<sup>a</sup> Série>>, n.º 22 de 17 de Junho de 1967, p. 821

Até ao momento da sua morte (1961), Gustavo Benini conseguiu transformar a sua propriedade numa das maiores empresas agrícolas no distrito do Sul do Save. Ele especializou a sua empresa na produção de citrinos: a sua plantação contava mais de cinco mil árvores no fim dos anos cinquenta.

Pouco depois da chegada de Gustavo, um outro membro da família Benini, Enrico, apelidado “Nicky”, chegou a Moçambique, no início dos anos cinquenta. Nicky Benini, na altura estudante na faculdade de agronomia em Florença, foi mandado a Lourenço Marques para ajudar o tio Gustavo.<sup>579</sup> Pouco antes da morte de Gustavo, fez-se uma divisão da propriedade moçambicana entre os dois ramos da família Benini. Tendo Gustavo falecido, foi um certo Albertino do Rosário Ferreira que se tornou administrador do Santa Maria, em 1961. Com este português, mais tarde, Enrico Benini deu vida a uma outra sociedade, alguns anos mais tarde, a *Umbeluzi Comercial e Industrial, Limitada*, abreviada para “Umbi”, que se devia ocupar da parte comercial e da venda nos mercados nacionais e estrangeiros dos produtos agrícolas que eram produzidos nas herdades Benini.<sup>580</sup>

Niki Benini, casado com uma mulher moçambicana, Manuela Arraiano, bastante conhecida na capital da colónia por ser uma locutora do Rádio Clube de Lourenço Marques foi uma das mais afamadas figuras da comunidade italiana de Lourenço Marques até ao momento da Independência.

### **3.3) A primeira penetração comercial italiana**

Como ficou dito acima, entre os anos cinquenta e sessenta aparecem os primeiros grupos comerciais e industriais italianos foram em Moçambique.

O período histórico em que tem lugar esta primeira (pequena) penetração comercial italiana coincide com o *boom* (ou milagre) económico italiano, no decurso do qual a Itália conquista posições

---

<sup>579</sup> FABRIZIA BENINI, *Carta endereçada ao autor*, 13.IV.2005. Fabrizia Benini é a filha de Nicky Benini.

<sup>580</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 6 de 11 de Fevereiro de 1967, pp. 161-162

importantes na ordem económica internacional. Este coincide também, não se deve esquecer, com o momento de maior esplendor que a província portuguesa de Moçambique alguma vez viveu, como se referiu no início do capítulo.

Tratou-se – como facilmente se pode intuir – de primeiros pequenos passos dados num mercado nem por sombras amplo, mas que, de qualquer forma, se abria em não muitos campos à presença de capitais estrangeiros, numa época em que o nacionalismo português era bastante acentuado e se fazia sentir não só em termos políticos e sociais, mas também económicos. Não obstante, parece-nos que omitir esta pequena alusão a essa penetração seria como apresentar a história dos italianos neste país de modo algo fragmentado, pois foi naqueles anos pré-independência que se fortificaram as bases da ligação económica e comercial, que já nessa altura existia, entre a Itália e Moçambique.

Parece-nos que três – entre outros – são os exemplos de tal ligação, que merecem ser aqui mencionados: em primeiro lugar a entrada da Astaldi, no fim dos anos cinquenta, com a constituição de uma empresa mista ítalo-britânica; em segundo lugar a chegada de uma sociedade controlada pela Mediobanca, que tinha um vastíssimo raio de acção, actuando em diversos sectores comerciais; e, por último, os acontecimentos que levaram à participação de empresas italianas na construção da famosíssima barragem de Cahora Bassa, pela metade dos anos sessenta.

A formalização da entrada da Astaldi no mercado moçambicano teve lugar em Novembro de 1958; a empresa italiana fê-lo através da constituição de uma empresa mista com a britânica Stirling. A *Stirling-Astaldi (Moçambique), Limitada* – assim foi chamada – era participada pela *Stirling-Astaldi (Africa), Limited*, com sede em Nairobi, por Vittorio de Amici e Joseph Brennan, respectivamente representantes da Astaldi e da Stirling para Moçambique, e por fim pela moçambicana *Companhia Africana Rotar* que, como já se disse, era propriedade de Tonelli, Franchi e Corsini.<sup>581</sup> O capital social de três milhões e duzentos Escudos portugueses pertencia em 99% à *Stirling-Astaldi (Africa) Limited*, ao passo que três quotas iguais de mil Escudos cada uma estavam nas mãos dos outros três sócios.

---

<sup>581</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 45 de 8 de Novembro de 1958, pp. 778-779.

A presença da Astaldi em Moçambique, juntamente com uma associada britânica com a qual estava já presente em outros mercados africanos, deve ser entendida substancialmente como uma confirmação da internacionalização que a empresa fundada nos anos vinte pelo engenheiro Sante Astaldi estava realizando no segundo pós-guerra. A sua presença em Moçambique – que depois do primeiro biénio passou para a responsabilidade de um director português, o engenheiro Francisco dos Santos Pinto Teixeira<sup>582</sup> – não teve grande importância nos últimos anos de domínio português, mas aquele período constituiu um trampolim para as grandes obras em infra-estruturas que a empresa romana construiria, até ao fim do século passado, no Moçambique independente.

(A Astaldi foi uma verdadeira protagonista do relançamento económico e do desenvolvimento da rede rodoviária do Moçambique de Samora Machel. A par desta não se pode aqui esquecer uma outra empresa italiana, a CMC de Ravenna, também essa um dos actores principais através dos quais se concretizou a ajuda e a solidariedade italiana para com Moçambique independente. Na verdade, a CMC de Ravenna, mais do que a Astaldi, soube continuar a ser ao longo dos anos um dos principais actores económicos em Moçambique, onde até agora ocupa o primeiro lugar no sector das construções de obras em infra-estruturas e civis).

Naqueles anos, a única sociedade toda italiana que estava presente em Moçambique era a *Intersomer Moçambique, Limitada*, oficialmente constituída em Agosto de 1959.<sup>583</sup> Esta era participada pela Spafid s.p.a. (*Società Per Amministrazioni Fiduciarie*) e pela Intersomer s.p.a. (*Società Mercantile Internazionale*), ambas de Milão. A segunda, em especial, era uma derivação da Mediobanca.

Já presente com as suas filiais em outros países africanos, entre os quais as duas Rodésias, a Libéria e a Nigéria, em Moçambique a Intersomer tinha um capital social de seiscentos mil Escudos portugueses, 90% dos quais era contro-lado pela sua casa-mãe milanese e o restante pela Spafid s.p.a.. Em Moçambique, ocupava-se principalmente de actividades comerciais, com a tarefa de colocar no mercado local algumas das mais importantes marcas italianas, entre as quais Zanussi e Olivetti.

---

<sup>582</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 4 de 28 de Janeiro de 1961, pp. 72-73.

<sup>583</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 31 de 1 de Agosto de 1959, pp. 657-658.

Para os primeiros cinco anos, o dirigente que a Mediobanca tinha enviado a Lourenço Marques era Giusto Giuseppe Vezzoso; com ele outros italianos, sobretudo técnicos para a manutenção dos produtos vendidos, tinham vindo a Moçambique para as dependências da Intersomer. Em Março de 1964, Vezzoso foi substituído por Piero Cattana, que geriu a sociedade até ao ano em que a Mediobanca decidiu fechá-la, em 1970. Cattana, um dos italianos há mais anos em Moçambique e até ao presente morando em Maputo, soube expandir as actividades da Intersomer – que foi também uma das primeiras empresas italianas a participar na Feira Internacional (Facim) de Moçambique em 1964 – tornada ao longo dos anos também representante da Alitalia para aquela colónia portuguesa. Com a *Italmo*, a sociedade que Cattana geria era um dos poucos canais através dos quais os produtos italianos chegavam ao mercado moçambicano.

Mencionamos, por último, como exemplo de presença empresarial italiana no Moçambique português, a intervenção de algumas empresas italianas na (então) difícil questão da construção da barragem de Cahora Bassa. Fazemo-lo, mais que para apresentar uma resenha histórica, com o objectivo de não deixar o nosso leitor na ignorância de pensar que a intervenção dos italianos em algumas fases da construção daquele projecto tenha iniciado somente depois de 1975 (a barragem – como se sabe – foi começada durante o domínio português e foi concluída sob a égide do governo da Frelimo).

Ora, a decisão do governo de Salazar de construir uma barragem na zona de Cahora Bassa, explorando as águas do Zambeze – principalmente em correspondência do lago entre Zumbo e Songo – foi tomada já em torno da metade dos anos cinquenta. Depois de vários estudos hídricos e geológicos realizados em 1956, os portugueses criaram a Missão de Fomento e Povoamento de Zambeze (MFPZ): na óptica de Lisboa, a iniciativa devia ser um projecto multi-sectorial, destinado a expandir a produtividade agrícola e o desenvolvimento das minas, promover a exploração dos recursos florestais, para além – obviamente – de reduzir a dependência de Moçambique das importações de energia. Ademais, com o passar dos anos, vendo o avanço da Frelimo, Portugal começou a acreditar que o projecto pudesse de alguma forma parar ou então diluir o sucesso da guerrilha.

A preparação do projecto não foi, com efeito, simples e levou muito tempo. A política também contribuiu para pôr na mesa

algumas perplexidades: diversos actores, no cenário internacional em especial, foram avessos a considerar favoravelmente a construção da barragem, por via da manutenção do regime colonial português em presença de um movimento de guerrilheiros que lutava pela

independência, numa época que tinha já visto um amplo e difundido processo de descolonização em África.

Apesar de tudo, o Governo português teve a adesão de três consórcios internacionais em concurso para a construção da obra. A 12 de Março de 1968 foram abertas as três ofertas. Uma destas tinha sido preparada por um consórcio ítalo-britânico, *Concassa*, da qual fazia parte a *Impregilo s.p.a.* Esta última, na realidade, tinha procurado participar no concurso para construção da barragem separada da *Concassa*, aliando-se inicialmente com a *GIE s.p.a. (Gruppo Industria Elettromeccanica)* e com o grupo francês *Creusot-Jeumont-Schneider*, tentativa que foi efectuada durante 1967. Não obstante a sua elevadíssima experiência no campo internacional, demonstrada também na construção da maior parte da barragem de Kariba nos anos cinquenta, *Impregilo s.p.a.* deu-se conta de que a solução técnica por ela perspectivada não encontrava os favores do governo português e acabou, por essa razão, se unindo à *Concassa*, que desse modo ganhou a imensa bagagem de experiência de trabalho na África possuída pela própria *Impregilo s.p.a.*<sup>584</sup>

Por razões também de carácter político, mesmo diante de três validíssimas alternativas do ponto de vista técnico e económico, Portugal adjudicou a obra ao consórcio *Zamco* – dirigido por empresas sul-africanas, ao qual pertenciam também sociedades da Alemanha Ocidental, da França e da Itália –, com o qual assinou o respectivo contrato de 515 milhões de dólares (USD) em 1969. Com este resultado, por um lado Portugal tinha um cliente assegurado, um “vizinho de casa”, da energia produzida por Cahora Bassa, e por outro, a África-do-Sul havia conquistado o acesso a uma fonte de energia muito mais próxima. Esta situação, apesar da independência de Moçambique de Portugal, continua ainda hoje, com Portugal que continua a ser o maior accionista da sociedade Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) e o governo de Pretória o cliente principal.

---

<sup>584</sup> KEITH MIDDLEMAS, *Cabora Bassa. Engineering and politics in Southern Africa*, Weidenfeld & Nicolson, Londres 1975, pp. 48-49. Para uma leitura mais no detalhe sobre a barragem de Cahora Bassa, muito rica de imagens e fotografias, cf. HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA S.A.R.L., *A nossa energia abraça Moçambique. 25º aniversário da Hidroeléctrica de Cahora Bassa*, HCB, Lisboa 2000.

A milanesa *SAE (Società Anonima elettrificazione)*, empresa especializada em sistemas de transporte de energia, foi indicada como responsável pela realização de toda a linha de transporte da energia para a África-do-Sul. A *SAE* pôde gozar da estima do governo de Lisboa, para o qual tinha já construído a linha eléctrica da Beira até Utmali, na Rodésia, e era também bem conhecida na África-do-Sul, onde a sua filiada, *Power Lines (Pty) Ltd*, era muito cotada e apreciada.<sup>585</sup> *SAE* conseguiu avançar no projecto, não obstante algumas complicações de ordem financeira, ligadas a questões políticas: tinha havido denúncias, *in primis* da parte do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, relativas à iniciativa de Portugal, classificada, não só por ele, como um *imperialist plot*. Por estas razões, e também pelo facto, por um lado, de diversas empresas italianas estarem adquirindo cada vez mais influência na Zâmbia independente – principalmente no sector energético – e, por outro lado, de Portugal ser na altura um País potencialmente hostil à Zâmbia, a *SAE* não encontrou as portas abertas no mercado financeiro italiano para a sua participação na iniciativa portuguesa.

A tentativa da *SAE* de conseguir créditos na Itália, num valor de 32 biliões de liras, foi uma questão com a qual o governo italiano teve de lidar com muita prudência, posto que estava perante, por um lado, o respeito pela posição de Portugal, país considerado amigo, na óptica ocidental, e membro da aliança atlântica, e – por outro lado – perante o facto de a concessão de um crédito para Cahora Bassa poder influenciar os crescentes interesses que a Itália tinha na África negra, especialmente na Zâmbia (durante a sua visita à Itália no Verão de 1970, o presidente Kaunda pediu quase que expressamente à Itália que recusasse a concessão de créditos para a construção de Cahora Bassa). *SAE* saiu elegante-mente desta situação, criando uma *holding* com sede na Suíça, que seria depois o actor principal, controlando a maioria das acções da sua controlada sul-africana, a *Ferolimo (Pty) Ltd* que, por sua vez, detinha a propriedade da *Power Lines (Pty) Ltd*, encarregada de realizar a parte da linha de transmissão em território sul-africano da energia proveniente de Cahora Bassa.<sup>586</sup>

Com a independência de Moçambique, e abandonada pela Frelimo a ideia de boicotar a conclusão da barragem de Cahora Bassa,

---

<sup>585</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>586</sup> *Ibidem*, pp. 68-69.

foi a *SAE-Sadelmi s.p.a.* que completou a construção do sistema de transporte de energia e, com ela, inúmeros outros técnicos italianos contribuíram para finalização daquele projecto.

#### **4) A associação de beneficência “Casa de Itália”**

Procederemos agora a um pequeno recuo, para voltarmos aos anos imediatamente posteriores à segunda Grande Guerra, e narrar a história da primeira realidade associativa – com excepção dos dois *fasci* da Beira e Lourenço Marques, criados durante o *ventennio*<sup>587</sup> – fundada pelos italianos em Moçambique (no momento em que escrevemos, a única outra realidade associativa de italianos oficialmente reconhecida pelas autoridades locais, cuja existência se conhece, é a EIM, *Associação dos Empresários Italianos em Moçambique*, constituída em Junho de 2003).

Trata-se da *Associazione di beneficenza Casa d’Italia*, este era o seu nome completo, que viu oficialmente a luz (isto é foi reconhecida pelas autoridades portuguesas) a 20 de Maio de 1950.<sup>588</sup> Já cerca da metade de 1949, porém, no decurso de várias reuniões visando esse fim, começou a discutir-se dentro de um consistente grupo de italianos que se encontravam em Lourenço Marques a oportunidade de se associarem para a constituição de um lugar onde o sentimento de amor pela Itália e a amizade e solidariedade entre os italianos pudessem ser portadores de novos desenvolvimentos nas relações com Moçambique. Aquele sentimento patriótico estava ainda bem consolidado nos corações dos italianos que viviam em Lourenço Marques nos anos quarenta, na maior parte, recordamo-lo, refugiados de guerra ou naufragos do *Nova Scotia*; esse sentimento não tinha sido, evidentemente, nem um pouco abrandado, nem mesmo no seguimento dos trágicos eventos bélicos, tanto que no terceiro artigo do estatuto da futura associação, o que apresentava os seus fins, os sócios fundadores quiseram colocar em primeiro lugar o objectivo de “contribuir para prestigiar e dignificar o nome da

---

<sup>587</sup> Com a palavra *ventennio* entendem-se, na Itália, os vinte anos do Governo fascista de Mussolini.

<sup>588</sup> Cf. Estatutos da Associação de Beneficência Casa de Itália, in: <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – Iª Série>>, nº 20 de 20 de Maio de 1950, pp. 228-231.

colectividade italiana em Moçambique”, em paralelo com o de “alimentar as relações morais e culturais com a Mãe-Pátria”.

Na reunião de 20 de Agosto de 1949, nas instalações do Consulado italiano, então localizado na bem situada Avenida 24 de Julho, foram aprovados os estatutos da associação, redigidos pelo engenheiro Vidale Moffa. De seguida, a 4 de Novembro de 1949, o engenheiro Vidale Moffa, nomeado presidente provisório, endereçou uma carta ao Governador Geral para solicitar oficialmente a aprovação das autoridades, que foi depois concedida. Para além de Vidale Moffa, os outros italianos (sócios fundadores) que tomaram parte nas reuniões que levaram à redacção dos estatutos da associação eram: Balossini Gaudenzio, Bellinghieri Giuseppe, Cianetti Tullio, Coen Guido (que naquela época desempenhava o cargo de vice-Cônsul), Coscia Salvatore, De Piccoli Giuseppe, Di Bernardo Giuseppe, Di Paolo Vincenzo, Guarino Salvatore, Lo Guercio Andrea, Meduri Domenico, Romeo Mario (irmão do naufrago do *Nova Scotia*, Antonio, que por cerca de vinte anos foi o secretário do Consulado da Itália em Lourenço Marques e por algum tempo ocupou este cargo também na embaixada da Itália em Maputo, antes de se mudar para Lisboa, onde ainda vive), Sieli Nicola, Terna Angelo, Ughetto Ludovico, Zollezzi Angelo e Zollezzi Nino.<sup>589</sup>

Para além dos objectivos acima mencionados, a associação Casa de Itália pretendia promover iniciativas viradas para o desenvolvimento moral, intelectual e físico dos seus associados; manter – através de iniciativas individuais ou colectivas – relações com a população da colónia de Moçambique e com as associações similares, portuguesas ou estrangeiras; assegurar a solidariedade, o auxílio e a assistência aos seus associados, às famílias e, em geral, aos italianos que se encontravam em estado de incontestável e reconhecida necessidade; promover formas de ajuda e solidariedade humana em paralelo com outras associações de beneficência, sem distinção de raça ou credo, que em circunstâncias excepcionais pudessem ter necessidade de ajuda.<sup>590</sup>

Durante a sua existência, que durou mais de vinte anos (a Casa de Itália deixou de funcionar em 1976, um ano depois da independência de Moçambique), a associação viu a participação da quase totalidade da comunidade italiana residente em Lourenço

---

<sup>589</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços de Administração Civil, Cx. 27, processo nº 27/156.

<sup>590</sup> Art. 3 dos estatutos.

Marques, além de diversos italianos que se encontravam nos outros distritos de Moçambique (chamados, segundo o estatuto, “sócios ordinários correspondentes”). A família Buffa-Bucellato, os Sorgentini, os Del Re, Corsini, Gani, Benini, Tonelli, de Amici, Lazzi, Vezzoso, Cattana, Muscolino, Borriello e outros italianos que tivemos ocasião de conhecer eram sócios e frequentavam com assiduidade a Casa de Itália. Outros ainda, como os irmãos Umberto e Mario Pagan, Giuseppe Vinassa, Oreste Di Nola ou o dr. Giovanni Flores, não tardaram a associar-se nos anos seguintes ao seu nascimento. Muitos portugueses, igualmente, tinham-se tornado sócios da associação italiana.

Os irmãos Pagan contavam-se entre os italianos há mais tempo residentes no Moçambique português, onde em 1945 tinham fundado a *Saboaria Industrial de Moçambique Limitada*, ainda existente em Moçambique, uma indústria que fabricava sabão, cujo director técnico e comercial era Mario, nascida das cinzas de uma velha saboaria laurentina propriedade de portugueses e que, tendo tido um certo sucesso, começou a interessar às indústrias sul-africanas, como a *Spence & Weedon, Ltd*, que não tardou muito a comprar quotas suas.<sup>591</sup> Umberto Pagan, esse, teve uma certa notoriedade pelo facto de ter sido agente consular e ter dirigido o Consulado italiano desde 1952, substituindo Guido Coen, até Março de 1956, quando Roma enviou o primeiro funcionário diplomático desde o fim da guerra, o dr. Giovanni Archidiacono, para ocupar o cargo de Cônsul.

Quanto a Giuseppe Vinassa, para além de ter sido o primeiro italiano – como vimos mais acima – que teve a propriedade da *Quinta Mouzinho*, ele também era um velho residente de Lourenço Marques, onde já em 1921 participara num das primeiras sociedades constituídas por italianos na capital moçambicana dedicadas ao sector do turismo e da restauração.<sup>592</sup>

Oreste Di Nola era um empresário no sector do comércio, sócio de Guido Coen na *Sacrat, Limitada*,<sup>593</sup> enquanto o dr. Giovanni Flores, por fim, era um estimadíssimo geólogo ido a

---

<sup>591</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº 34 de 25 de Agosto de 1945, pp. 339-340, nº 36 de 8 de Setembro de 1945, p. 379 e nº 18 de Abril de 1949, p. 227.

<sup>592</sup> Tratava-se da *L.Rossi Limitada*, formada – para além de Vinassa, que era o seu administrador – por outros dois italianos, Lorenzo Rossi e Rodolfo Mino, a qual tinha como razão social a gestão do *Carlton Hotel* e do *Pavilion Kiosk*, o primeiro na *Rua Araújo* e o segundo na *Praça Mouzinho de Albuquerque*. Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº35 de 27 de Agosto de 1921, p. 405.

<sup>593</sup> Cf. <<BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE – IIIª Série>>, nº2 de 13 de Janeiro de 1945, p. 37.

Moçambique ao serviço da *Mozambique Gulf Oil Company*, a qual – também graças às pesquisas efectuadas por Flores – foi a primeira companhia a descobrir a existência de jazidas de gás natural nas zonas de Pande e Temane, no distrito de Inhambane, hoje concedido pelo Governo de Maputo à sul-africana *Sasol Ltd*, naquilo que é um dos maiores investimentos privados em Moçambique (um dos filhos de Giovanni Flores, Luca, que passou parte dos anos da sua adolescência em Lourenço Marques, tornou-se um notável músico de *jazz*, antes de se suicidar em 1995. Sobre o seu talento, o actual Presidente da Câmara Municipal de Roma, Walter Veltroni – amante daquele género musical –, escreveu o livro “*Il disco del mondo*”).<sup>594</sup>

Para além dos acontecimentos conviviais e das celebrações da festa italiana de 2 de Junho, diversas actividades culturais eram organizadas pela associação, incluindo cursos de língua italiana e projecções de películas cinemato-gráficas italianas; inúmeras acções de solidariedade e ajuda às famílias italianas mais necessitadas constituíam ainda o fundamento da realidade associativa, que nasceu, como ilustra o nome, como associação de beneficência. Enfim, não deve ser esquecido o contributo que a Casa de Itália soube dar, através da organização de pequenos-almoços e almoços de trabalho, conferências, etc., para recepção em Lourenço Marques de personalidades italianas, provenientes da Itália ou da África-do-Sul, empregadas nos campos mais diversos. Isto aconteceu de forma especial principalmente a partir da metade dos anos sessenta, quando a Casa de Itália começou a funcionar nas instalações da Avenida do dr. Brito Camacho, ocupando uma vivenda independente. Naquele tempo era frequente que missões de empresários, ou visitas de carácter cultural, dirigidas em primeiro lugar para a África-do-Sul se deslocassem depois para Lourenço Marques.

A respeito de tais personalidades é impossível não mencionar aqui – abrindo um necessário parêntese – a história de alguns jovens músicos italianos que, em torno da metade dos anos sessenta, se tornaram famosos na capital moçambicana com o nome de “*i cinque di Roma*”.

O grupo havia-se constituído em Roma em 1960, partindo de um trio – formado por Tommaso Fornari, Angelo Barroncini e Franco Pozzi – que durante anos tinha tocado num famoso local da

---

<sup>594</sup> WALTER VELTRONI, *Il disco del mondo (Vita breve di Luca Flores, musicista)*, Rizzoli, Milão 2003.

rua Veneto, com uma cantora americana, e que de seguida fora integrado pela cantora Ettore Frati. O grupo exibia-se também no “*Gatto Bianco*” de Capri e foi ouvido por Jhonny Schlesinger, um magnata sul-africano, proprietário dos hotéis Carlton de Johannesburg e Polana de Lourenço Marques. Do encontro nasceu um contrato para dezoito meses, que previa a exibição por doze meses no Polana e por seis meses no Carlton. No fim de 1962 *i cinque di Roma* voltaram para a Itália, onde tiveram lugar alguns acontecimentos que resultaram na entrada para o grupo de Mario De Angelis e Giovanni Maria Incisa de Camerana (baterista o primeiro e guitarrista o segundo).

Depois de um período de rodagem, em Abril de 1963 o conjunto partiu de novo para África, para uma longa *tournee* que iria durar até Agosto de 1967. Nestes quatro anos, o Polana de Lourenço Marques foi o principal palco de *i cinque di Roma*, que alcançaram um sucesso sem precedentes, encantando com a doce música italiana o público laurentino.<sup>595</sup>

Entretanto, e voltando às vicissitudes da Casa de Itália, o Estado italiano começou a conceder um contributo financeiro à balança da realidade associativa italiana de Lourenço Marques, o que permitiu sem dúvida a melhoria considerável das suas actividades culturais e de assistência, bem como permitiu a disposição de ambientes mais confortáveis. No início dos anos setenta, a Casa de Itália podia dispor de uma vasta sala apropriada para os cursos de língua italiana, reuniões e conferências para além de uma outra sala mais pequena onde funcionava a hemeroteca italiana de Lourenço Marques. Em adição, o amplo jardim adaptava-se bem às exigências de organização de convívios, ao passo que o restaurante e o campo de jogos entretinham os sócios durante o tempo livre.

Diversos italianos sucederam-se nos vários cargos previstos pelos estatutos da associação. Em Março de 1976, a poucos meses da cessação definitiva das suas actividades, o presidente da Assembleia era Giovanni Corsini, co-adjuvado pelo secretário Angelo Zollezzi; no que concerne à Direcção, Carlo Degli Espositi era o presidente, Giovanni Di Bernardo o secretário, Piero Cattana o tesoureiro, Mario

---

<sup>595</sup> GIOVANNI MARIA INCISA di CAMERANA, *Carta endereçada ao autor*, 21.II.2005. Sobre a estima que os *Cinco de Roma* conquistaram em Lourenço Marques, veja-se: “*O cantor Ettore recusou um convite*”, in: <<A TRIBUNA>>, Lourenço Marques 17.II.1970 e: “*I 5 di Roma vão perder um elemento. Giovanni Camerana passará a advogar em Lourenço Marques*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 6 de Junho de 1967, p. 2.

De Pizzol e Paolo Gaddini os conselheiros, enquanto Tullio Cianetti, Vidale Moffa e Enrico Benini formavam o Colégio dos Síndicos.<sup>596</sup>

### 5) *A passagem de testemunho*

O processo de descolonização da segunda metade do século XX tinha atraído para o continente negro um tal interesse da comunidade internacional, principalmente na opinião pública do Ocidente, que provavelmente só por ocasião do *Scramble for Africa* alcançou uma grande intensidade, ainda que com outros objectivos bem diferentes.

No que diz respeito ao Moçambique português, na Itália teve início um movimento de solidariedade para com o terceiro-mundo que conseguiu agregar – com o objectivo de apoiar a luta armada pela independência da Frelimo – o mundo laico e o católico (os católicos, por meio das notícias que de qualquer modo lhes chegavam dos missionários “no campo”, já há muito tempo conheciam aqueles sentimentos de independência nutridos pelos seguidores de Eduardo Mondlane). A questão da independência das províncias portuguesas do ultramar em África foi portanto seguida com um certo interesse nos diversos ambientes culturais da península. Em acréscimo a isso, os acontecimentos em torno da construção da barragem de Cahora Bassa, um dos maiores projectos de engenharia alguma vez pensados pelo homem (trata-se da quinta maior barragem no mundo), foram brilhantemente explorados pela Frelimo para conquistar adeptos às suas posições.<sup>597</sup> O eco de tudo isto tinha chegado também à Itália, que via, como vimos, diversas empresas privadas suas empenhadas na fase de construção da obra iniciada em 1969.

Nestes bastidores, a partir dos inícios dos anos setenta (exceptuando o gesto do Papa Paulo VI, que em Julho de 1970 recebeu os representantes dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, tendo ido em representação da Frelimo Marcelino dos Santos), na Itália o apoio activo e a ajuda concreta à

---

<sup>596</sup> Cf. AHM, Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços de Administração Civil, Cx. 27, processo nº27/156.

<sup>597</sup> Cf. MALYN NEWITT, ob. cit., p. 528.

causa de Moçambique independente foram mobilizados principalmente pelo mundo laico ligado ao Partido Comunista Italiano (PCI).

Foi precisamente por meio do PCI que a Frelimo procurou o seu primeiro contacto com a Itália. Nas palavras de Dina Forti, uma das principais protagonistas da relação entre PCI e Frelimo, revivemos os momentos daquele início. «Um dia recebi um telefonema de um certo Marcelino dos Santos a pedir um encontro, mesmo fora das sedes oficiais, com alguém do PCI com quem conversar sobre Moçambique e sobre o então recém-nascido movimento pela Independência, a Frelimo. Giancarlo Payetta, responsável da Secção internacional, concordou com grande interesse. Estávamos, salvo erro, em 1962: encontrámo-nos e falámos por longo tempo. Eu, honestamente, mesmo tendo uma boa experiência e conhecimento em política internacional, não sabia nem mesmo onde ficasse Moçambique e muito menos o que era a Frelimo.

[...] A escolha da Itália tinha o objectivo de tentar organizar em Roma (um país da NATO e sede do Vaticano), uma Conferência Internacional de Solidariedade com os movimentos de libertação das colónias portuguesas em África. [...] Marcelino dos Santos sabia quem éramos, o que fazíamos e o que poderíamos fazer por eles. O primeiro passo foi constituir um Comité para a organização da Conferência Internacional que teve lugar em Roma de 24 a 26 de Junho de 1970[...].<sup>598</sup>

Depois destes contactos iniciais a nível partidário, algumas adminis-trações locais italianas – entre elas a de Reggio Emilia – também foram capazes, nos começos dos anos setenta, de estabelecer sólidas relações com os dirigentes da Frelimo, que continuaram esplêndidas depois da Independência, com a instauração da República Popular de Moçambique (o interesse pela causa de Moçambique independente conquistou seguidamente também outras forças políticas italianas). Muito cedo, outras realidades locais (como Piacenza, Grosseto e Trento) seguiram o exemplo de Reggio Emilia.

O primeiro evento em que se viria a materializar o apoio italiano seria a “Conferência Internacional de Solidariedade”, atrás mencionada, organizada em Roma de 24 a 26 de Julho de 1970, na qual participaram, em nome da Frelimo, Marcelino dos Santos e Óscar Monteiro. Alguns anos mais tarde, no seguimento das relações

---

<sup>598</sup> DINA FORTI, entrevista in: MINISTERO AFFARI ESTERI – COOPERAZIONE ITALIANA, *La polvere e la pioggia. L'indipendenza, la guerra, la democrazia, lo sviluppo: l'Italia al fianco del Mozambico*, Embaixada da Itália Maputo 2003, p. 11.

nascidas em Roma em 1970, a administração comunista de Reggio Emilia organizou no teatro municipal uma conferência nacional de solidariedade, com o título “Com os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Contra o colonialismo” que decorreu nos dias 24 e 25 de Março de 1973 e que contou com participação do presidente da Frelimo, Samora Machel.

Graças à geminação estabelecida em 1973 entre a cidade italiana de Reggio Emilia e a moçambicana de Porto Amélia (Pemba), no distrito de Cabo Delgado (que fazia parte das chamadas zonas libertadas, sob controlo não mais de Portugal mas das forças da Frelimo), começou um novo capítulo das relações entre a Itália e Moçambique. Deve-se de algum modo ao “regiano” Giuseppe Soncini (assessor da Câmara de Reggio Emilia, director do hospital *Santa Maria Nova* daquela cidade emiliana assim como presidente do “comité de assistência sanitária a Moçambique livre”) a materialização daquela solidariedade demonstrada nas várias conferências a favor da Frelimo.

Já em Agosto de 1972 uma delegação de Reggio Emilia, chefiada por Soncini – e da qual fazia parte inclusivamente o assessor para a saúde da região Emilia-Romagna, Lanfranco Turci – visitara as zonas libertadas de Cabo Delgado, como um forte sinal da vontade de ir a fundo na amizade iniciada. Aquela visita não foi mais do que o primeiro passo de um mais longo caminho de amizade, que depois do 25 de Junho de 1975 seria todo descendente.

A partir daquele momento, um novo capítulo da história da presença italiana em Moçambique se abriu. Os italianos que chegaram depois de 1975 encontraram, se nos é permitido fazer tal afirmação, uma terra pronta a recebê-los, pelo facto de que mais de um século se tinha passado durante o qual outros italianos haviam dado um altíssimo contributo à ligação de amizade que a Itália, já durante a época colonial portuguesa, tinha criado com o povo moçambicano.



# Apêndice 1

Elenco dos cônsules italianos em Lourenço Marques

Eng. Ildebrando Fornaroli	Régio cônsul <i>in pectore</i>	9 Abril 1899-5 Maio 1899
(cônsul alemão)	Regente	Maio 1899-Março 1905
Sr. Alessandro Uebel (súbdito alemão)	Régio cônsul	Março 1905-Dezembro 1909
(cônsul alemão)	Regente	Dezembro 1909-Abril 1912
Sr. Abramo Cagi (cidadão português)	Régio cônsul	Abril 1912-Fevereiro 1923
Nn	--	Fevereiro 1923-Julho 1925
(cônsul britânico)	Regente	Julho 1925-Agosto 1927
dr. Guido Sollazzo	Régio cônsul	Agosto 1927- Julho 1929
(cônsul britânico)	Regente	Julho 1929- Julho 1930
Dr. Gaspare Buffa-Buccellato	Regente	Julho 1930-Novembro 1933
Dr. Francesco Canero Medici	Régio cônsul	Novembro 1933-Abril 1936
Dr. Ettore Di Vittorio	Régio cônsul	Abril 1936- Novembro 1938
Dr. Giovanni Maria Nasi	Régio cônsul	Novembro 1938-Setembro 1941
Dr. Umberto Campini	Régio cônsul	Setembro 1941-Outubro 1943
Nn	--	Outubro 1943- Setembro 1945
Dr. Guido Coen	Régio agente consular	Setembro 1945-01 Junho 1946
Dr. Guido Coen	Agente consular	02 Junho 1946- Julho 1948
Dr. Guido Coen	Vice-Cônsul	Julho 1948- Julho 1951
Sr. Umberto Pagan	Agente consular (depende de Salisbury)	Julho 1952- Fevereiro 1954
Sr. Umberto Pagan	regente	Fevereiro 1954-Março 1956
Dr. Giovanni Archidiacono	Cônsul	Março 1956-Maio 1960
Dr. Achille Ragni	Cônsul	Maio 1960- Setembro 1960
Dr. Achille Ragni	Cônsul-geral	Setembro 1960- Junho 1962
Dr. Giangiorgio Fabbri Trissino da Lodi	Cônsul-geral	Junho 1962- Junho 1964
Dr. Carlo Lucchetti	Cônsul-geral	Junho 1964- Março 1968
Dr. Franco Farinacci	Cônsul-geral	Março 1968- Fevereiro 1972
Dr. Giulio Cesare Garaguso	Cônsul-geral	Fevereiro 1972-25 Junho 1975

## Apêndice 2

### Elenco dos agentes consulares italianos na Beira

Dr. Alfredo Graça (cidadão português)	Régio agente consular	22 Janeiro 1911-24 Fevereiro 1942
Sr. Ettore Di Bona	Regente	25 Fevereiro 1942-19 Fevereiro 1943
Nn	--	20 Fevereiro 1943-26 Fevereiro 1943
Com. Michele Amoruso	Regente	27 Fevereiro 1943-16 Maio 1943
Nn	--	17 Maio 1943-29 Outubro 1948
Dr. Alfredo Graça (cidadão português)	Agente consular	30 Outubro 1948-Fevereiro 1957
Cap. Fabio Veronese	Agente consular	Fevereiro 1957-Abril 1965
Cap. Fabio Veronese	Vice-Cônsul	Abril 1965-25 Junho 1975

# FONTES

## A) Fontes primárias

### 1) Arquivos consultados:

- Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) – Maputo;
  - códigos 385, 448, 764, 1125, 1226, 1544, 5876.
  - Fundo: Companhia de Moçambique;
  - Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Inhambane;
  - Fundo: Século XIX, Governo do Distrito de Lourenço Marques;
  - Fundo: Século XIX, Governo do Distrito Militar de Gaza;
  - Fundo: Século XIX, Governo Geral;
  - Fundo: Século XX, Administração do Conselho de Lourenço Marques;
  - Fundo: Século XX, Direcção dos Serviços de Administração Civil;
  - Fundo: Século XX, Governo Geral.
- Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (ASD-MAE) – Roma;
  - Fondo del Personale (Serie II<sup>^</sup>);
  - Fondo del Personale (Serie III<sup>^</sup>);
  - Serie Affari Politici (1919-1930);
  - Serie Affari Politici (1931-1945);
  - Serie Affari Politici (1946-1950);

### 2) Boletins Oficiais

- Boletim Oficial da Companhia do Niassa, anos 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1928 e 1929;
- Boletim Oficial de Moçambique – I<sup>^</sup> Série, anos 1868, 1899 e 1950;
- Boletim Oficial de Moçambique – III<sup>^</sup> Série, anos 1919, 1921, 1924, 1929, 1931, 1940, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1958, 1959, 1960, 1961, 1964 e 1967.

## B) Fontes Secundárias

### 1) Anuários

- Delagoa Directory, anos 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912 e 1913;
- Delagoa Bay Gazzette, anos 1910;
- Anuário de Lourenço Marques, anos 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925 e 1930;
- Anuário da Colónia de Moçambique, anos 1950,
- Anuário da Província de Moçambique, anos 1955 e 1960,
- O Africano – Almanach humorístico e ilustrado, anos 1912, 1913, 1914 e 1915.

### 2) Artigos em revistas

- ALPERS, E.A., *Trade, State and Society among the Yao in the 19th century*, in <<AFRICAN HISTORY STUDIES>>, N° 3 1969.
- COSTA, Mário Augusto, *Da população de Moçambique*, in <<BOLETIM ECONÓMICO E ESTATÍSTICO>>, (Série Especial), N° 6, Lourenço Marques 1929.
- DIONÍSIO, Armando Maria, *Praça da Nossa Senhora da Conceição e Forte de S. João de Boa Vista*, in: <<MONUMENTA – Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique>>, N°IV, Lourenço Marques 1968;
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, *Exploradores e Naturalistas da flora de Moçambique*, in: <<MOÇAMBIQUE - DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL>>, N°18, Lourenço Marques 1939;
- FRANZELLI, G., *Radiografia de um pioneiro*, in: <<ALÉM-MAR>>, Lourenço Marques, N° 12, 1970;
- SOUSA, Alice Gomes e, *Exploradores e Naturalistas da flora de Moçambique*, in: <<MOÇAMBIQUE - DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL>>, N°55, Lourenço Marques 1948;
- LIESEGANG, Gerhard, *Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, II, II: três autores sobre Inhambane: vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca. 1885-1940) e Elias S. Mucambe*

- (1906-1969), in: <<ARQUIVO>>, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo N° 8, Outubro 1990;
- MACHADO, Joaquim José, *De Lourenço Marques a Pretória*, in: <<BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA>>, nn. 11 e 12, Lisboa 1885.
  - MEDEIROS, Eduardo, *A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1976): estúdio bibliográfico*, in: <<REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS>>, N° 3 Lisboa 1985;
  - STUART, Richard, *Os nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930*, in <<REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS>>, N°3, Lisboa 1985;

### 3) Outras publicações

- COMPANHIA DO NYASSA, *Relatórios e contas apresentadas à assembleia geral pelo conselho de administração*, A Editora, Lisboa, dall'anno 1895 al 1925;
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa – Rio de Janeiro;
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, Roma N° 1 (1912);
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, Roma N° 9 (1902);
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, Roma N° 3 (1903);
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, Roma N° 14 (1903);
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE, *Bollettino dell'emigrazione*, Roma N° 1, anno 1912;

- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Amministrazione centrale, Ambasciate, Legazioni e Consolati del Regno d'Italia all'estero*, Roma, Tipografia del Ministero degli Affari Esteri 1905;
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Censimento degli italiani all'estero alla metà dell'anno 1927*, Provveditorato Generale dello Stato, Roma 1928;
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Ambasciata e Consolati italiani all'estero* (10 febbraio 1957), Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, Roma 1957;
- REALE ACCADEMIA D'ITALIA, *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, memorie e documenti*, Roma 1940;
- REALE ACCADEMIA D'ITALIA, *Missione biologica nel paese dei Borana – Raccolte zoologiche*, Roma 1939 -1940 (XVII e XVIII), vol. II.;
- SOUTH AFRICA WHO'S WHO, Johannesburg-Cape Town edições de 1910 a 1920.

### C) Bibliografia

- ALMADA, J., *Diligências Diplomáticas em torno de Moçambique (1858-1890)*, Coimbra 1970;
- ANTUNES, Diamantino Guapo, *A semente caiu em terra boa. Os missionários da Consolata em Moçambique, 75 anos de evangelização ao serviço da Igreja local (1925-2000)*, Edizioni Missioni Consolata, Torino 2003;
- BARITUSSIO, Arnaldo, *Mozambico. 50 anni di presenza dei missionari comboniani*, EMI, Bologna 1997, p.48;
- BERSANELLI, Marco, GARGANTINI, Mario, *Solo lo stupore conosce. L'avventura della ricerca scientifica*, BUR, Milano 2003;
- BERTULLI, Cesare, *Croce e spada in Mozambico*, Roma 1974;
- BORDALO, Francisco Maria, *Ensaio sobre a estatística de Moçambique e suas dependências na costa oriental da África ao Sul do Equador*, Lisboa 1859;

- BOTELHO, José Justino Teixeira, *História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias*, Lisboa 1936 (segunda edição);
- BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Edições 70, Lisboa 1977;
- BRAMÃO, Maria Helena, *Livro de ouro do mundo português – Moçambique*, Tipografia Académica, Lourenço Marques 1970;
- BRUNSCHWIG, Henry, *Le partage de l'Afrique Noir*, Flammarion, Paris 1971;
- BRUSCHI, Sandro e SONDEIA, Benjamin Alfredo, (org.), *Inhambane, elementos de história urbana*, Edizioni FAPF, Maputo 2003;
- CALANDRI, Pietro, entrevista al quotidiano «*DIARIO*», Lourenço Marques 31.X.1964 ;
- CALANDRI, Pietro, *Peripezie e pensieri di mia vita*, in: LUIGI WEGHER, *Un uomo e la sua missione. Padre Pietro Calandri*, pro manuscripto, Lichinga 1985;
- CAPRA, Giuseppe *Il Mozambico*, Anfossi, Torino 1925;
- CAPRA, Giuseppe, *Il Territorio del Niasa*, Anfossi, Torino 1925;
- CAPRA, Giuseppe, *L'Africa centro-australe e l'emigrazione italiana*, Anfossi, Torino 1924;
- CIANETTI, Tullio, *Memorie dal carcere di Verona*, (org.) Renzo DE FELICE, Rizzoli, Milano 1983;
- CORVAJA, Luigi, *Maputo, città capitale del Mozambico. Disegno e Architettura*, Fratelli Palombi Editori, Roma 1998;
- DE KOCK W.J., KRUGER D.W. & BEYERS C.J. (org.), *Dictionary of South African biography*, Cape Town 1968;
- ENDERS, Armelle, *História da África Lusófona*, Editorial Inquérito, Mem Martins 1997;
- ENES, António, *A guerra d'África em 1895*, Lisboa 1898;
- ERRERA, C., *L'epoca delle grandi scoperte geografiche*, Hoepli, Milano 1926;
- FERNANDES, Diocleciano das Neves e ROCHA, Ilídio, *Das terras do Império Vátua às praças da República Boer*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1987;
- FERREIRA MARTINS, João Albasini e a colónia de S. Luis. *Subsídio para a história da Província de Moçambique e das suas relações com o Transvaal*, Ministerio do Ultramar,

- Colecção pelo Império, Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa 1957;
- GALLEA, Giuseppe, *Istituto Missioni Consolata. Fondazione e primi sviluppi, Volume III (1923-1939)*, Edizioni Missione Consolata, Torino 1973;
  - HENIGE, David P., *Colonial Governors in Mozambique from the Fifteenth Century to the Present*, Madison, Londres 1970;
  - HOBBSAWM, E. J., *Le rivoluzioni borghesi 1789-1848*, Il Saggiatore, Milano 1963;
  - IMPERATORI, Ugo E., *Italiani fuori d'Italia*, Zuccoli, Milano 1937;
  - LERMA, F. Martinez, *O povo Macúá e a sua cultura*, Lisboa 1989;
  - LOBATO, Alexandre, *Colonização Senhorial da Zambesia e outros estudos*, Lisboa, 1962;
  - LOBATO, Alexandre, *Ensaio dum história demográfica da cidade de Lourenço Marques*, Boletim Económico Estatístico – série especial nr. 17, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1938;
  - LOBATO, Alexandre, *História da fundação de Lourenço Marques*, edições Revista Lusitânia, Lisboa 1948;
  - LOBATO Alexandre, *História do Presídio de Lourenço Marques* Vol. I (1782-1786), Lisboa 1949, Vol. II (1787-1799) Lisboa 1960;
  - LOBATO, Alexandre, *Os Austríacos em Lourenço Marques*, Estudo 16, AHM, Maputo 2000;
  - LORA, Erminio, (org.), *Enchiridion dei Concordati – Due secoli di storia dei rapporti Stato-Chiesa*, EDB, Bologna 2003;
  - LUZ, Alfredo Pereira da, *Edifícios históricos de Lourenço Marques*, Livraria Académica, Lourenço Marques 1966;
  - MEDEIROS, Eduardo da Conceição, *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836 – 1929)*, Central Impressora, Maputo 1997;
  - MICHEL, Ersilio, *Esuli politici italiani in Portogallo (1815-1861)*, in: R. ACCADEMIA D'ITALIA, *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, memorie e documenti*, Roma 1940
  - MIDDLEMAS, Keith, *Cabora Bassa. Engineering and politics in Southern Africa*, Weidenfeld & Nicolson, Londres 1975;
  - MONTES, Caetano, *Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques, 1500/1800*, Lourenço Marques 1948;

- MONTICCHIO, Francesco e BARTOLOMEO, Giuseppe, (org.), *I cappuccini di Puglia – 40 anni di cammino in Mozambico*, Italgrafica Sud, Bari 1991;
- MOREIRA, José, *Os assimilados, João Albasini e as eleições – 1900-1922*, Estudos 11, AHM, Maputo 1997;
- NEWITT, Malyn, *A History of Mozambique*, Hurst & Company, Londres 1995;
- NOBRE, A. J., *A Guerra dos reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais Reinos Vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques*, ed. G. J. LIESEGANG, Maputo 1986;
- NORONHA, Eduardo, *O distrito del Lourenço Marques e a África do Sul*, Lisboa 1895, citado in: SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, Imprensa Nacional. Lourenço Marques 1908;
- NOWELL, Charles E., *The Rose-colored Map (Portugues Attempt to build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean)*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa 1982.
- OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal, vol. III*, Palas, Lisboa 1986;
- padre ANONIMO S.C.J., *Caro Padre Dehon – lettere del padre Anonimo s.c.j. scritte al padre Dehon sui primi cinquant'anni della Congregazione dei Sacerdoti del S. Cuore in Mozambico*, s.d.;
- PAPAGNO, Giuseppe, *Colonialismo e feudalismo. La questione dei "Prazos da Coroa" nel Mozambico alla fine del secolo XIX*, Torino 1972;
- PELISSIER, René, *História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918 Vol. I e II*, Editorial Estampa, Lisboa 2000 (terza edizione);
- PERAGALLO, Prospero, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, Torino 1904.;
- PINHEIRO, Francisco Maria, *Na entrega do testemunho. Acção Missionaria Portuguesa em Moçambique*. Gráfica Almondina, Torres Novas Codes 1975;
- POGGI, R. e CONCI, C., *Elenco delle collezioni entomologiche conservate nelle strutture pubbliche italiane*, in: *Memorie della Società Entomologica Italiana*, Vol. 75,

- supplemento al Bollettino della Società Entomologica Italiana, Vol. 128 (1), Roma 31 luglio 1996;
- RAMUSIO, Giovanni Battista, *Navigazioni e viaggi, vol. I*, Einaudi, Torino 1985,;
  - RANDLES, W.G.L., *L'Empire du Monomotapa du XVème siècle*, Mouton, Paris 1975;
  - REIS, Carlos Santos, *A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa 1973;
  - RITA-FERREIRA, A., *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Lisboa 1975;
  - SAN FILIPPO, Pietro Amat di, *Studi biografici e bibliografici*, Vol. II, Società Geografica Italiana, Roma 1882;
  - SANI, Gabriele, *Storia degli Italiani in Sud Africa, 1489-1989*, Zonderwater Block Sud Africa, Edenvale 1989;
  - SERRA, Carlos e HEDGES, David, (org.), *História de Moçambique Vol. I e II*, Livraria Universitária UEM, Maputo 1999-2000;
  - SOUSA, J.A. Alves de, *Os Jesuítas em Moçambique, 1541-1991. No Cinquentenário do Quarto Período da nossa Missão*, Braga 1991;
  - SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1908)*, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques 1908;
  - SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1917)*, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques 1917;
  - SOUSA RIBEIRO, *Anuário de Moçambique (1940)*, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques 1940;
  - TABLER, Edward C., *Pioneers of Natal and Southeastern Africa (1552-1878)*, Londres s.d.;
  - TEIXEIRA, Cândido, *História do estabelecimento permanente dos portugueses em Inhambane e da fundação da povoação*, in: SANDRO BRUSCHI e BENJAMIM ALFREDO SONDEIA, (org.), *Inhambane, elementos de história urbana*, Edizioni FAPF, Maputo 2003;
  - TUBALDO, Igino, *Giuseppe Allamano. Il suo tempo, la sua vita, la sua opera, Volume IV (1912-1926)*, Edizioni Missione Consolata, Torino 1986;
  - VACINO, Michele, *Marinai italiani ed iberici nelle vie delle Indie*, Convivium, Roma 1955;

- VAIL, Leroy e WHITE, Landeg, *Capitalism and colonialism in Mozambique*, Heineman, Londres 1980;
- VALDEZ, Nuno dos Santos, *O desconhecido Niassa*, JICU, Lisboa 1964;
- VALLER, Vito, *In Africa con Francesco d'Assisi – 50 anni dei cappuccini di Trento in Mozambico*, EMI, Bologna 1998;
- VARTHEMA, Lodovico de, *Itinerario*, (org.) Alberto Bacchi della Lega, Gaetano Romagnoli, Bologna 1885;
- VELTRONI, Walter, *Il disco del mondo (Vita breve di Luca Flores, musicista)*, Rizzoli, Milano 2003;
- VERONESE, Fabio, *Dieci lunghi anni in Mozambico (1940-1950)*, Edizioni Italo Svevo, Trieste 1995;
- VINCENZO da RONCONE, *Sotto i cieli dell'Africa nera*, Manfrini, Calliano (TN) 1963;
- WARHURST, P., *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa (1890-1900)*, Londres 1962;
- WEGHER, Luigi, *Um olhar sobre o Niassa*, Paulinas, Maputo Vol.I 1995, Vol. II 1999.

#### **D) Manuscritos e dactilografados**

- ANTUNES, Diamantino Guapo, *Chegada dos primeiros missionários da Consolata em Moçambique e início da actividade missionária na Zambézia Superior (missão de Mirure-Tete)*, pro manuscrito, Maputo 2000.
- MADELLA, Maggiorino Ubaldo, *Os Sacerdotes do Coração de Jesus em Moçambique, 1947 – 1997 50 anos de presença missionária*, mimeografado, Maputo 1998;
- WEGHER, Luigi, *Un uomo e la sua missione. Padre Pietro Calandri*, pro manuscrito, Lichinga 1985.

#### **E) Artigos de jornais (diários e periódicos)**

- “Os cantores romanos”, in: <<O SOL>>, Nr. 11, Anno I, Lourenço Marques 31.V.1926;

- “*Bianca das Mãos de Ouro*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 24.XII.1929;
- “*Impresa colonizadora nel Niassa – participação bergamasca?*,” in: <<LA VOCE DI BERGAMO>>, Bergamo 26.II.1930;
- “*Colonie italiane e italiani nelle terre d’Africa (una pattuglia milanese-bergamasca parte per il Niassa portoghese)*”, in: <<LA VOCE DI BERGAMO>>, Bergamo, 31.IV.1930;
- “*U-boat bargains with fishermen off Lourenço Marques*”, in: <<RAND DAILY MAIL>>, Durban, 26.XI.1942;
- “*Outro navio torpedado?*”, in: <<LOURENÇO MARQUES GUARDIAN>>, Lourenço Marques, 1.XII.1942;
- “*Torpedamento do “Nova Escotia”*”, in <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 3.XII.1942;
- “*The Mozambique Channel*”, in: <<RAND DAILY MAIL>>, Durban, 7.XII.1942.
- “*Chegaram a Tete seis italianos que se evadiram de um campo de concentração britânico*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 22.III.1943;
- “*Italian Escape Odyssey; Kenya to Tete in a British Army lorry*”, in: <<THE RHODESIA HERALD>>, Salisbury 31.III.1943;
- “*Entrevista com o Príncipe Giovanni refugiado italiano*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 12.IV.1943;
- “*Escaped Internees Lorry*”, in: <<THE RHODESIA HERALD>>, Salisbury 13.IV.1943;
- “*Príncipe Giovanni Corsini*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 19.IV.1943;
- “*Due scoppi simultanei e fu la fine del “Nova Scotia”. Rivissuta la tragica avventura nel racconto di uno dei superstiti*”, in: <<L’UMANITÀ>>, Milano, 21.XI.1948;
- “*A ripensarci mi vengono i brividi. Un racconto simile fa impressione anche a distanza di vent’anni*”, in: <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, Milano 25.XI.1962;
- “*L’assalto dei pescicani*”, in <<LA DOMENICA DEL CORRIERE>>, Milano 16.XII.1962;
- “*Tragedia nell’oceano*”, in: <<SELEZIONE dal READER’S DIGEST>>, anno XVIII, vol. XXV, n° 204, Milano settembre 1965;

- “*Empresa Química de Moçambique*” in: <<REVISTA ACTUALIDADES>>, Lourenço Marques, maggio 1966;
- “*O tempo e as recordações de Alfredo Manna, um pianista e funcionário de Embaixadas*”, in: <<DIÁRIO DE LOURENÇO MARQUES>>, Lourenço Marques 16.XI.1966;
- “*A Story of Discovery and Development*”, in: <<BOK – THE RECKITT & COLMAN MAGAZINE>>, n° 13, Johannesburg May 1967;
- “*I 5 di Roma vão perder um elemento. Giovanni Camerana passará a advogar em Lourenço Marques*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 6.VI.1967;
- “*Tropeçando em todas as guerras acabou por vir parar a Lourenço Marques*”, in: <<A TRIBUNA>>, Lourenço Marques 14.V.1968;
- “*Presença de Moçambique no mundo através da beleza e funcionalidade do parque-mosaico Mozambo*”, in: <<RENOVAÇÃO>>, Lourenço Marques, 8/15.VIII.1968;
- “*Visita do secretário provincial de economia*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques, 26.VIII.1969;
- “*O cantor Ettore recusou um convite*”, in: <<A TRIBUNA>>, Lourenço Marques 17.II.1970;
- “*Nino Ugheto expõe pela primeira vez*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 21.IV.1972;
- “*Encerra hoje a exposição de Nino Ugheto*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 29.IV.1972;
- “*Pianista do tempo do “mudo” protagonista de cena ao estilo dos filmes de acção*”, in: <<NOTÍCIAS>>, Lourenço Marques 19.XII.1973;
- “*Pugilismo em Moçambique nos anos 40. Gangsterismo nos bastidores do mundo da boxe*”, in: <<DOMINGO>>, Maputo 6.VI.1982;
- <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques 25.XII.1908.
- <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques, 4.X.1912;
- <<O AFRICANO>>, Lourenço Marques 17.XI.1915;
- <<LA CONSOLATA>>, N° 1, Torino 1926;
- <<DA CASA MADRE>>, N° 22, Torino 1926;
- <<DA CASA MADRE>>, N° 22, Torino 1926;
- <<DA CASA MADRE>>, N° 24, Torino 1926;
- <<DA CASA MADRE>>, N° 25, Torino 1927;

- <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, quaderni del SAM (Segretariato Attività Missionarie dei padri dehoniani), Milano, N° 49;
- <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, quaderni del SAM (Segretariato Attività Missionarie dei padri dehoniani), Milano, N° 49;
- <<UNA SOLA FAMIGLIA>>, quaderni del SAM (Segretariato Attività Missionarie dei padri dehoniani), Milano, N° 50;

## **F) Entrevistas concedidas ao autor**

- BORRIELLO, Domenico, Maputo 24.V.2003;
- BUFFA-BUCCELLATO, Pedro Manuel, Johannesburg, 14.VII.2004;
- BUFFA-BUCCELLATO, Sandra, Johannesburg, 14.VII.2004
- CATTANA, Piero, Maputo 04.VI.2004;
- CIANETTI, Maria, Maputo 01.X.2004;
- COUTO, FILIPE J., Maputo 06.VII.2004;
- CRUZ, João, Maputo lunedì di Pasqua 2005;
- DEL RE, Tullio Giuseppe, Maputo, 28.VII.2004;
- FORNASINI, Maria José, Maputo 30.VII.2004;
- GAETANO da RUTIGLIANO, Maputo 14.II.2005;
- GAETINI, Nicola, Porto Recanati, 17.XII.2004;
- GABRIELE da MERANO, Maputo 14.II.2005;
- GABRIELE da MERANO, Maputo 28.II.2005;
- MUSCOLINI, Dalia Madruga, Maputo 9.III.2004;
- MARCHESINI, Aldo, Maputo 17.IX.2004;
- MARCHIOL, Amedeo, Maputo 13.VII.2004;
- MAZULA ,Brazão, Maputo 20.X.2004;
- PELEMBE, Salomão F., Maputo, Hotel Cardoso, 14.X.2004;
- PIANGERELLI, Geremia, Porto Recanati, 17.XII.2004;
- RANGEL, Ricardo, Maputo 18.III.2005;
- RICCESI,Ennio, Trieste 27.XII.2004;
- COSSA, João Sevene, Maputo, Hotel Cardoso, 14.X.2004;
- SISTI, Antonio, Porto Recanati, 17.XII.2004.

### **G) Cartas endereçadas ao autor**

- BENINI, Fabrizia, 13.IV.2005;
- CAMERANA, Giovanni Maria Incisa di, 21.II.2005;
- CELLETTI, Franco, 25.X.2004;
- CORTE, Ada , GANI, Cristiana, 14.IX.2004;
- CORSINI, Giovanni, 02.III.2005;
- DOMINIONE, Ina Maria Gallinari, 10.III.2005;
- GIAMBONINO, Luca, 14.I.2005;
- GRICHTING, Martin, 22.X.2004;
- SANTI, Cesare, 24.X.2004;
- SANTI, Cesare, 30.XI.2004.



# INDICE GERAL

## Os italianos em Moçambique na época portuguesa (1830 – 1975)

PRIMEIRA PARTE (um mundo desconhecido)  
..... XIX

**Capítulo I** ..... 1

**O Moçambique português. Breves anotações histórico-geográficas**  
..... 1

**Capítulo II** ..... 4

**Precusores e pioneiros** ..... 6

- 1) Os precusores
- 2) Os pioneiros
  - 2.1) Carlos António Fornasini
  - 2.2) António Albasini e João Albasini

SEGUNDA PARTE (antes da Segunda Grande Guerra)

**Capítulo I**

**Entre o século XIX e XX. O início de uma comunidade italiana em Moçambique**

- 1) Os italianos em Lourenço Marques no fim do século XIX
- 2) Os italianos em Lourenço Marques no início do século XX
- 3) A instituição do Régio Consulado de Itália em Lourenço Marques
  - 3.1) O Senhor Aluisio Gerris Pereira
  - 3.2) O Engenheiro Ildebrando Fornaroli
  - 3.3) O Senhor Martin Auerswald
- 4) O recenseamento de 1912, a evolução da presença italiana em Lourenço Marques e algumas histórias de italianos que se tornaram famosos na cidade
  - 4.1) A célebre “Bianca das mãos de ouro”
  - 4.2.) Giuseppe Cavallari e a criação da industria da cerveja
  - 4.3) A emigração dos pescadores de Porto Recanati e a história da família Sorgentini (Hotel Cardoso)
  - 4.4) Os irmãos Buffa-Buccellato e o “*Teatro Varietà*”
- 5) Os italianos no resto de Moçambique
  - 5.1) A comunidade italiana e a instituição da Régia Agência Consular de Itália na Beira

**Capítulo II**

**A primeira presença missionária italiana: o Instituto Missões da Consolata (1925)**

- 1) Como se chegou à decisão de evangelizar Moçambique
- 2) A chegada a Moçambique
- 3) Uma “missão temporária”: Tete e Miruru
- 4) O Niassa a todo o custo

- 4.1) A autorização para fundar missões no Niassa
- 4.2) Padre Pietro Calandri e a missão de Massangulo
- 5) A extensão do campo de evangelização: Inhambane e Lourenço Marques

### Capítulo III

#### Uma pequena comunidade italiana em Porto Amélia. As explorações agrícolas de alguns empresários da Região da Lombardia no Niassa português

- 1) Lourenço Marques entre as duas Grandes Guerras
- 2) A Beira entre as duas Grandes Guerras
- 3) Uma pequena comunidade italiana em Porto Amélia
  - 3.1) Os interesses italianos no Niassa e as suspeitas dos portugueses
  - 3.2) As explorações agrícolas de alguns empresários da Lombardia no Niassa português
    - 3.2.1) A “Companhia Agricola Comercial Rio Lurio”
    - 3.2.2) A “*Società Anonima Italiana per il Niassa*”
  - 3.3) Um início encorajador
  - 3.4) Os entusiasmos (e os investimentos) afrouxam

## TERCEIRA PARTE (depois da Segunda Grande Guerra)

### Capítulo I

#### As aventuras do *Gerusalemme* e do *Nova Scotia*

- 1) O *Gerusalemme*
- 2) O *Nova Scotia*
  - 2.1) O afundamento do *Nova Scotia* e a dura sobrevivência no mar à espera do socorro
  - 2.2) O socorro prestado pela aviso português Afonso de Albuquerque
  - 2.3) O desembarque em Lourenço Marques dos 119 náufragos italianos sobreviventes
  - 2.4) A história de alguns náufragos que permaneceram em Moçambique
    - 2.4.1) Emanuele Ganci (sapateiro)
    - 2.4.2) Vitale Moffa (engenheiro)
    - 2.4.3) Mario De Pizzol (mecânico)
    - 2.4.4) Francesco Mercuri (agricultor)
    - 2.4.5) Angelo Cherchi (empregado)
    - 2.4.6) Giuseppe Bianchi (mecânico)
    - 2.4.7) Carlo Dominione (jornalista)
  - 2.5) Epílogo

### Capítulo II

#### A segunda vaga missionária italiana: os combonianos (1946), os dehonianos (1947) e os capuchinhos (1947)

- 1) Os inícios da missão comboniana (1946-1947)
- 2) Os inícios da missão dehoniana (1947-1949)
- 3) Os inícios da missão dos capuchinhos (1947-1951)
- 4) Estrangeiros duas vezes: a primeira experiência dos combonianos, dehonianos e capuchinhos em Moçambique
- 5) A instrução e o contributo dos missionários italianos
  - 5.1) A Zambézia: as escolas dos dehonianos e dos capuchinhos
  - 5.2) As escolas dos combonianos
  - 5.3) As escolas dos padres da Consolata
- 6) Os missionários italianos face ao fim do império português

### Capítulo III

#### Do segundo pós-guerra à independência. Consolida-se a presença italiana em Moçambique

- 1) A história repete-se
- 2) O novo ponto de partida
  - 2.1) A questão dos refugiados de guerra
    - 2.1.1) Giovanni de' principi Corsini (“*captain Dickson*”)
    - 2.1.2) Sami Coen
    - 2.1.3) Giovanni Di Bernardo
    - 2.1.4) Agostino Ludovico “Ludo” Ughetto
    - 2.1.5) Outras histórias de refugiados
- 3) As novas chegadas no segundo pós-guerra
  - 3.1) Tullio Cianetti e a “*Sociedade Industrial do Maputo*”
  - 3.2) A “*Quinta Mousinho*” e o “*Casal Santa Maria*”
  - 3.3) A primeira penetração comercial italiana
- 4) A associação de beneficência “*Casa d'Italia*”

#### A passagem de testemunho